

SERRA DA MOEDA

PATRIMÔNIO E HISTÓRIA
Organizadores: Alenice Baeta e Henrique Piló

ARTEFACTO
CONSULTORIA

ORANGE
EDITORIAL



ENGENHARIA
DA IMAGEM

ARTEFACTO CONSULTORIA

ORGANIZADORES:

Alenice Baeta e Henrique Piló

PRODUÇÃO E EXECUÇÃO:

Artefactto Consultoria
artefactto.com.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA:

Hélio Martins

FOTOGRAFIA DE CAPA:

Henrique Piló

FOTOGRAFIA DE GUARDA:

Robson Ignácio

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Orange Editorial
orangeeditorial.com.br

REVISÃO DE TEXTOS:

Ana Lúcia Baeta (Jornalista- 3905/MG)

PATROCÍNIO:

Gerdau
gerdau.com.br

AGRADECIMENTOS:

Equipe de Meio Ambiente da Gerdau
Equipe Biocentro / Germinar da Gerdau
Instituto Pró Citta
Arquivo Público Municipal de Ouro Preto
Arquivo Público Mineiro
Arca Amaserra
IEF - Regional Centro Sul, EE Aredes, PE Serra do Rola
Moça, EE Fechos e EE Cercadinho e MN Serra da Moeda
Movimento Abraça a Serra da Moeda
Vale
SAFM Mineração

E a todos aqueles, mineiros ou não, que já se encantaram
com as belezas históricas e naturais da Serra da Moeda.

Serra da Moeda: patrimônio e história/ Alenice Baeta, Henrique Piló (organizadores)-

Belo Horizonte: Ed. Orange/ Ferrous, 2015.

258 p. : Il.; 30 x 30 cm

1.Serra da Moeda. 2. Patrimônio. 3. Geodiversidade. 4. Caverna ferríferas. 5. Arqueologia
6.História. 7. Quilombos. 8. Unidades de Conservação. I. Baeta, Alenice [org]. II Piló,
Henrique [org]. III. Ruchkys, Úrsula IV. Azevedo, Dionísio. V. Machado, Maria Márcia. VI. Piló, Luis.
VII. Coelho, Ataliba. VIII. Andrade, Renata. IX. Túlio, Paula. X. Neves, Marcus. XI. Camargo, Pablo. XII. Bottrel, Simone.

CDU 930.26
CDD 930.1

ISBN 978-85-68643-02-0

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário e Arqueólogo Leandro Vieira da Silva.



ARTEFACTTO CONSULTORIA

Todos os direitos reservados.
Reprodução Proibida.
Art. 184 do Código Penal e
Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Esta publicação é dedicada a todos os habitantes e apreciadores da Serra da Moeda, em especial ao artista plástico polonês, naturalizado brasileiro, Frans Krajcberg, o “Barbudo das Pedras”, que se afugentou nas terras de Itabirito onde chegou a morar em uma caverna, expressando sua arte por meio de fotografias, esculturas e pinturas, utilizando basicamente elementos da natureza e as distintas cores extraídas das suas terras ferruginosas.



APRESENTAÇÃO

A Gerdau segue os princípios do desenvolvimento sustentável e acredita que o crescimento de uma empresa está diretamente ligado ao relacionamento ético e socialmente responsável com todos os públicos com os quais se relaciona. Com mais de 114 anos de história e presente em 14 países, a Companhia atua em várias etapas da indústria do aço.

Em Minas Gerais, onde possuímos forte presença, temos trabalhado para potencializar toda a riqueza cultural, social e natural do Estado, preservando-a para as futuras gerações. É o caso da Serra da Moeda, região tão relevante por toda a sua história, exuberância e patrimônios.

Ao apoiar a elaboração deste livro, buscamos reforçar o nosso compromisso e parceria para que todo este legado seja repassado como exemplo de sustentabilidade e cidadania, por meio do reconhecimento e valorização de todos os atributos que tornam a Serra da Moeda uma referência para os mineiros.



INTRODUÇÃO

Este livro focaliza o patrimônio arqueológico, espeleológico e ambiental da região da Serra da Moeda, situada no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, tendo sido composto por textos e imagens apresentados em capítulos. Todos os autores convidados para participar desta obra possuem pesquisas de longa data na Serra da Moeda, apresentando assim uma síntese dos resultados de suas pesquisas científicas na mesma.

Organizar memórias e histórias sobre a Serra da Moeda foi uma grande oportunidade de conhecer mais a fundo as paisagens marcadas pelos diferentes sinais deixados pelas atividades da mineração ao longo do tempo, além dos distintos ambientes compostos por montanhas, penhascos, abrigos, cavernas e vales.

Pretende-se valorizar nesta obra as memórias de grupos pré-coloniais, indígenas, escravos, garimpeiros, artífices, viajantes, tropeiros, quilombolas e demais moradores dessa região, sua cultura material e testemunhos; enfim, daqueles que mesmo anonimamente fizeram e fazem parte da história da Serra da Moeda.

Esta publicação busca, assim, mostrar outras facetas patrimoniais, focalizando sítios, grutas, ruínas e estruturas de interesse da arqueologia, lamentavelmente, ainda pouco conhecidos, mas que também necessitam de mecanismos de proteção e valorização.

O primeiro capítulo abrange as paisagens, envolvendo aspectos geológicos, geomorfológicos, hidrológicos sob a perspectiva da geodiversidade. O segundo capítulo apresenta os resultados das pesquisas espeleológicas e bioespeleológicas nas cavernas ferríferas da Serra da Moeda. O terceiro capítulo dá um panorama sobre as ocupações humanas no período pré-colonial e a cultura material associada, encontrada nos sítios arqueológicos, incluindo as grutas e abrigos da Serra da Moeda. O quarto capítulo, por sua vez, discorre sobre o processo de colonização e a história dos primeiros exploradores na região do Vale do Paraopeba. O capítulo cinco focaliza a história dos falsários e da Casa da Moeda Falsa - que deu nome à região aqui focalizada. O capítulo seis trata sob um olhar arqueológico a caverna Várzea do Lopes e seus testemunhos de ocupação humana no período colonial, utilizada como ponto de rota de fuga e esconderijo. O capítulo sete aborda, por sua vez, uma síntese das informações levantadas sobre as frentes de mineração e suas principais lavras nos períodos colonial e imperial. O capítulo oito apresenta o magnífico patrimônio arqueológico do sítio Cata Branca, sua história e principais ruínas componentes. O capítulo nove apresenta uma visão geral sobre a situação atual, direitos e memórias das comunidades quilombolas da região da Serra da Moeda. O último capítulo versa sobre as unidades de conservação e diretrizes gerais de proteção da Serra da Moeda. No item final, consta um glossário geral e apêndice com termos históricos em textos visando apoio ao leitor.

Os Organizadores



ÍNDICE

Créditos	pg. 2
Dedicatória	pg. 3
Apresentação	pg. 5
Introdução	pg. 6

1. pg. 10



Patrimônio Ambiental da Serra da Moeda Sob a Ótica da Geodiversidade

Úrsula Ruchkys

Dionísio Tadeu de Azevedo

Maria Márcia Magela Machado

2. pg. 30



Cavernas Ferríferas da Serra da Moeda

Luís B. Piló

Ataliba Coelho

Renata de Andrade

6. pg. 120



Ocupações humanas nas cavernas ferruginosas na Serra da Moeda - Um enfoque na Várzea do Lopes

Alenice Baeta

Henrique Piló

7. pg. 132



Mineração na Serra da Moeda: principais frentes nos períodos Colonial e Imperial

Marcus Neves

8. pg. 174



História, Paisagem e Arqueologia de Cata Branca - região do Pico do Itabirito

Henrique Piló

Alenice Baeta

3. pg.48



Panorama sobre a Ocupação Humana na Serra da Moeda no Período Pré-Colonial

Alenice Baeta
Henrique Piló

4. pg.66



Vale do Paraopeba:
O (Des)caminho do Ouro -
Minas Gerais Século XVIII

Paula Regina Albertini Tulio

5. pg.90



Um falsário nas Gerais: Inácio de Souza Ferreira e a Casa da Moeda" do Vale do Paraopeba (1700-1734)

Paula Regina Albertini Tulio

9. pg.204



Comunidades Quilombolas na Serra da Moeda

Pablo Matos Camargo

10. pg.214



A Serra da Moeda e suas Unidades de Conservação

Simone Bottrel

Álbum Fotográfico pg.226

Glossário pg.253

Sobre os Autores pg.257



Foto: Carlos Mauricio Noce

1

Patrimônio Ambiental
da Serra da Moeda Sob a
Ótica da Geodiversidade

Úrsula Ruchkys

Dionísio Tadeu de Azevedo

Maria Márcia Magela Machado

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o conceito de patrimônio em suas diferentes concepções, adquiriu um peso significativo em termos mundiais. Tanto que Choay (2001) coloca que a palavra patrimônio vem sendo requalificada por diversos adjetivos como genético, natural, cultural, etc., o que fizeram dela um conceito nômade. De toda forma, independentemente do adjetivo adicionado ao termo, a noção de patrimônio evoca, invariavelmente, a herança, aquilo que é transmitido de geração para geração e que, por sua importância coletiva, deve ser conservado.

A abordagem fragmentada do conceito de patrimônio muitas vezes é necessária para valorizar algum aspecto específico. Lustoza (2011) salienta que, tradicionalmente, isso vem sendo feito nas mais diferentes áreas do conhecimento científico, como se cada subcategoria fosse dotada de uma autonomia capaz de insinuar a ausência de inter-relações. A autora, visando uma possível atualização do conceito, sem perder a necessária abrangência e profundidade de cada aspecto específico, coloca a necessidade de estabelecer uma convergência dessas subcategorias, no sentido de enfatizar a formação do patrimônio enquanto um processo que tem como referência o ambiente integrado.

Nesse contexto, adota-se aqui, o conceito de patrimônio ambiental que tem, em seu cerne,

a visão holística vinda da própria concepção de meio ambiente. Para Lustoza (2011), o patrimônio ambiental pode ser entendido como aquele que agrega a natureza e a cultura. A cultura como natureza transformada pelo trabalho do homem. Leimgruber (2003) salienta que os grupos humanos vão construindo a sua

Esta visão permite um enfoque territorial de análise, incorporando os diferentes aspectos do patrimônio, não de forma isolada, mas integrada e está em consonância com a concepção de patrimônio paisagístico. Conforme D'Abreu (2010), a Convenção Europeia da Paisagem (Decreto nº 4/2005, de 14 de Fevereiro) considera, no seu preâmbulo, que o patrimônio paisagístico de qualquer espaço territorial será mais do que o simples somatório dos valores patrimoniais presentes, tanto naturais como culturais. Tais valores não surgem isolados, mas sim num contexto paisagístico que lhes dá sentido e nos permite compreendê-los na sua dinâmica temporal e espacial.

Assim, considerando que as condições para a ocupação e apropriação dos grupos humanos se desenvolvem em consonância com as características impostas pelo ambiente em que vivem, faremos aqui, uma análise do patrimônio ambiental da Serra da Moeda sob a ótica da geodiversidade.

Geodiversidade

O termo geodiversidade é relativamente jovem, tendo sido utilizado pela primeira vez em 1991, durante um encontro internacional sobre geoconservação, em uma apresentação oral feita por M. Stanley (Burek & Potter, 2002; Carcavilla Urqui, 2006).

Da mesma forma que a biodiversidade corresponde à diversidade da natureza viva, a

própria história, sulcando as suas marcas no espaço e transformando a paisagem de forma contínua e impulsionada pelas previsões e esperanças, pelo imaginário e representação. São esses aspectos, resultantes da interação entre os grupos humanos e o meio, que caracterizam o patrimônio ambiental.

geodiversidade corresponde à variedade de estruturas (sedimentares, tectônicas, geomorfológicas e petrológicas) e materiais geológicos (minerais, rochas, fósseis e solos), que constituem o substrato físico natural de uma região que suporta a biodiversidade. A geodiversidade é, não só, o suporte físico dos ecossistemas e da sua biodiversidade como é um dos seus principais promotores.

Para Gray (2004), a geodiversidade compreende minerais, rochas, fósseis, estruturas de diversas origens, estratificações sedimentares, paisagens e processos sedimentares e geomórficos ativos, além das águas subterrâneas e dos solos derivados do intemperismo das rochas. Esse conjunto de elementos geológicos da natureza possui, além de seu valor intrínseco ou de existência, valores culturais (influência sobre folclore, arquitetura, história e religião), estéticos (oportunidade de lazer, contemplação, inspiração para a arte), econômicos (recursos minerais e energéticos), funcionais (sobretudo como substrato para os ecossistemas), científicos e educacionais. Para Nascimento et al (2008) e Manosso & Ondicol (2012), a geodiversidade, de forma simples, consiste em toda a variedade de minerais, rochas, fósseis e paisagens que ocorre no Planeta Terra.

Esta definição implica que geodiversidade é uma chave essencial para a compreensão do passado da Terra, dos processos atualmente em operação e de sua provável evolução. Além disto, os elementos da geodiversidade têm um elevado potencial educativo, cultural e recreativo, relacionando-se assim ao conceito de patrimônio. Conforme salienta Azerêdo (2008), a geodiversidade é o suporte de todos os sistemas terrestres e, portanto, da biodiversidade, sendo essencial conhecer e compreender o seu valor e papel na dinâmica do nosso planeta e na própria vida.

Em Minas Gerais, um local privilegiado por sua geodiversidade é o Quadrilátero Ferrífero (QF) onde está localizada a Serra da Moeda, que se estende por 54 quilômetros no sentido norte-sul ao longo dos municípios de Nova Lima, Brumadinho, Itabirito, Belo Vale, Moeda, Ouro Preto e Congonhas.

Na sua porção norte, a Serra da Moeda recebe a denominação local de Serra da Calçada, com cerca de 10 km de extensão. Constitui um divisor das bacias do Rio das Velhas e Rio Paraopeba, contribuindo com a recarga de

vários tributários dessas bacias. Ao analisarmos o patrimônio ambiental dessa Serra sob a ótica da geodiversidade podemos perceber a grande influência de todos os valores desse elemento nos aspectos naturais e culturais.

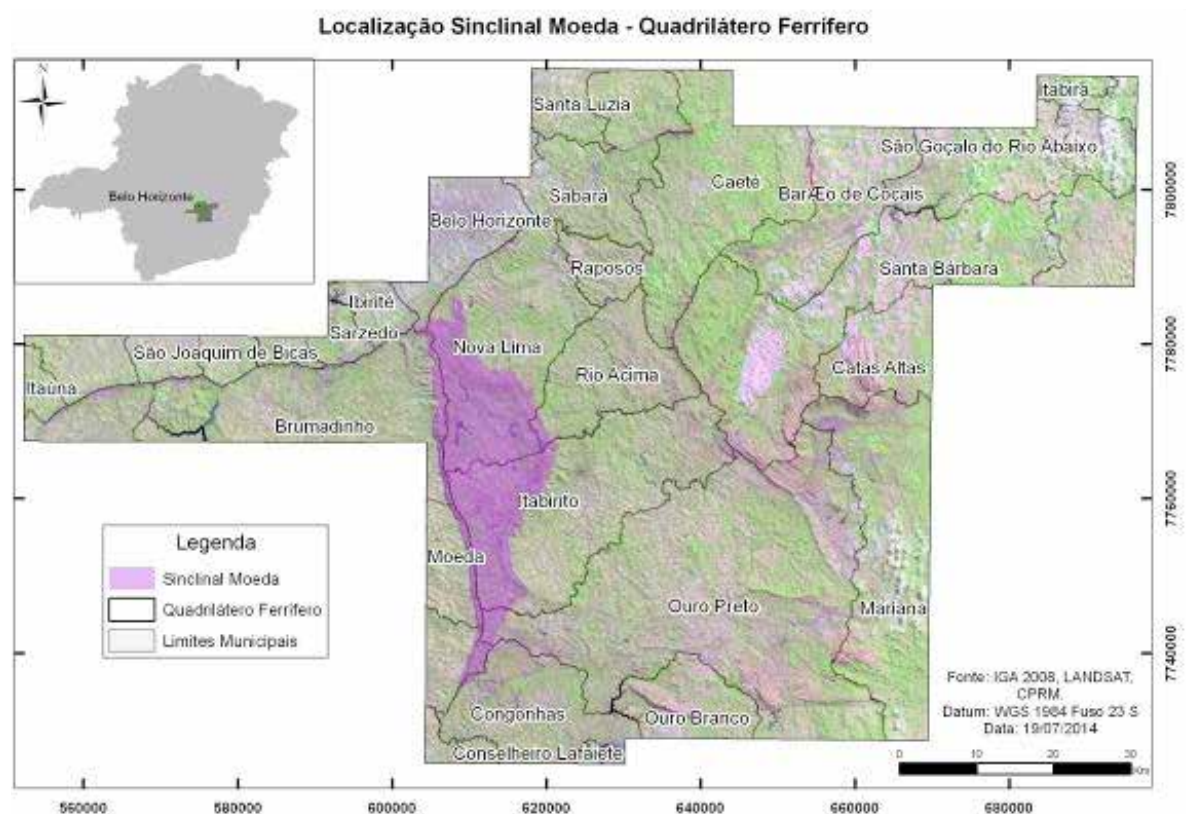


Imagem 1: Mapa de localização da Serra da Moeda e do Sinclinal Moeda no Quadrilátero Ferrífero. Elaborado por Eric Oliveira Pereira

Valor científico da geodiversidade

As rochas que afloram no Quadrilátero Ferrífero datam do Arqueano e do Paleoproterozoico, que juntamente com o Hadeano (Eon que marca os primórdios de formação do planeta), ocupa cerca de 8/10 da história de evolução da Terra. Encontram-se na Serra da Moeda elementos geológicos representati-

vos de parte da evolução Pré-Cambriana do QF. Esse registro está preservado nos seus diferentes conjuntos de rochas que contam sua história geológica, a qual inclui diversos eventos associados ao início da deposição da unidade geológica, conhecida como Supergrupo Minas.

A Serra da Moeda faz parte da estrutura geológica denominada Sinclinal Moeda, que constitui uma elevação destacada na paisagem do entorno, sendo individualizada por dois flancos (leste e oeste). A Serra da Moeda está localizada no flanco leste desta estrutura nas cotas altimétricas acima de 1400 metros. Os dois flancos do Sinclinal atingem altitudes mais elevadas quando comparadas aos dos vales próximos, dos rios Paraopeba e Velhas, que atingem entre 700 e 800 metros.

No Sinclinal Moeda afloram rochas do Supergrupo Minas, sendo que na parte central desta estrutura ocorrem as Formações Cer-

cadinho, Fecho do Funil e Barreiro, todas do Grupo Piracicaba. Nas áreas mais elevadas (que correspondem à Serra da Moeda) afloram as seguintes unidades: Grupo Caraça - Formações Moeda e Batatal - e Grupo Itabira - Formações Cauê e Gandarela (Imagem 2). A sedimentação do Supergrupo Minas teve início em ambiente inicialmente continental e posteriormente marinho, com formação de conglomerados, arenitos, pelitos, dolomitos e formação ferrífera bandada.

Ruchkys (2007) conta a história dessas rochas que formam hoje a Serra da Moeda e que foram depositadas em uma bacia se-

dimentar (área topograficamente mais baixa que seu entorno). A deposição teve início em aproximadamente 2500 milhões de anos atrás, em um ambiente continental fluvial com seixos (cujas consolidação formou os conglomerados) provenientes da erosão das rochas adjacentes mais altas. Nesses mesmos vales fluviais foram depositadas areias que formaram o quartzito da Formação Moeda. Assim, o Grupo Caraça foi depositado em um sistema fluvial (Formação Moeda) em uma plataforma que foi lentamente afundando com deposição de sedimentos pelíticos (Formação Batatal), com evolução para ambiente de mar raso com deposição de sedimentos químicos (Grupo Itabira).

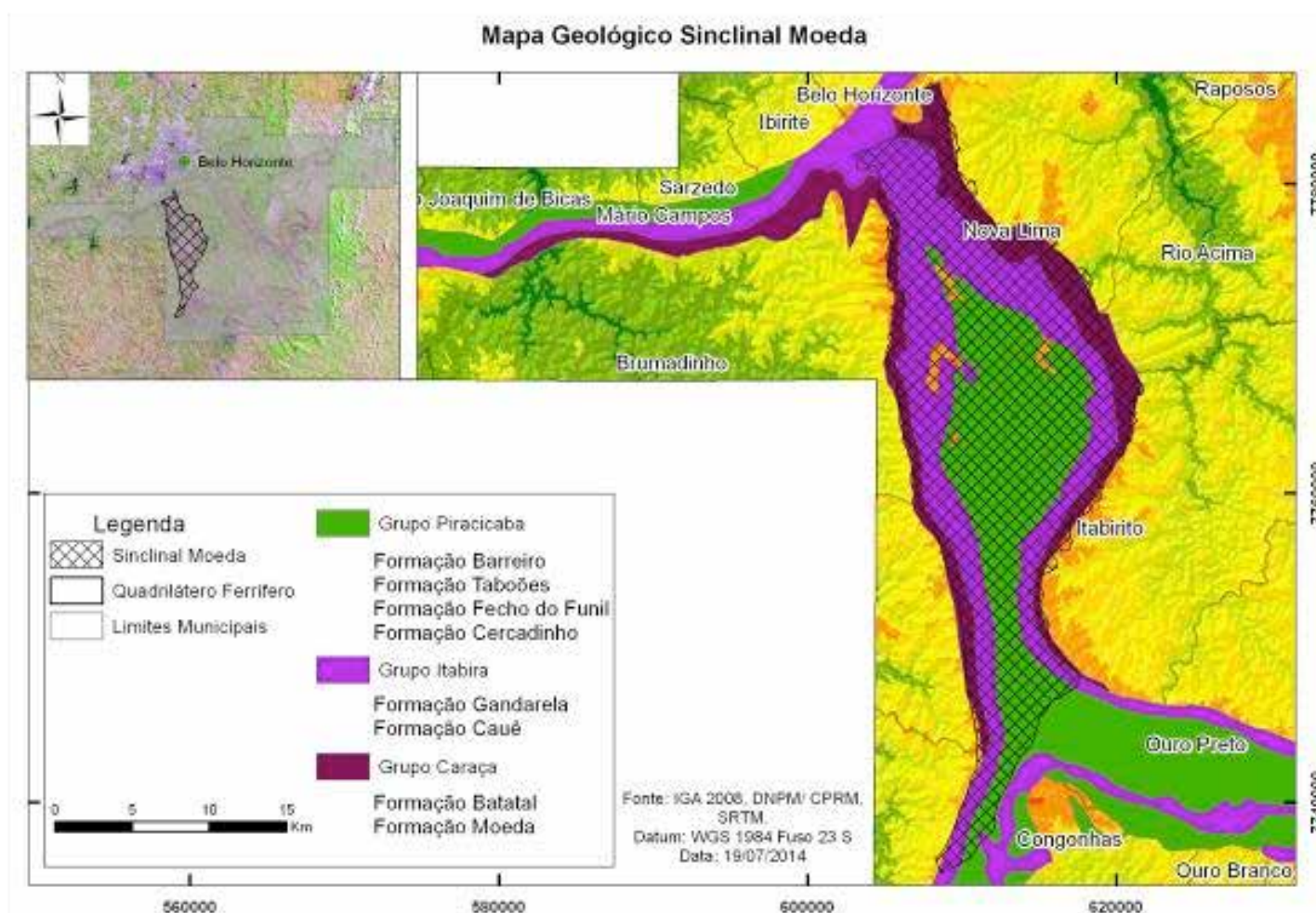


Imagem 2: Mapa geológico do Sinclinal Moeda. Elaborado por Eric Oliveira Pereira

Os afloramentos de conglomerado, quartzitos, pelitos, itabiritos e dolomitos da Serra da Moeda são testemunhos da evolução da história da Terra ao longo de milhões de anos. Constituem, portanto, importante patrimônio geológico-científico que deve ser conservado para as futuras gerações, conforme proposto por Ruchkys (2007) e Ruchkys et al (2012).

No contexto geológico ocorrem ainda coberturas mais recentes cenozoicas, com destaque para as cangas, que, juntamente com os itabiritos, são denominados de formações ferríferas do Quadrilátero Ferrífero. Associadas a essas formações, canga e itabiritos, ocorrem também cavidades naturais subterrâneas que constituem o patrimônio espeleológico (do grego *spe-laion* = caverna), uma expressão particular do patrimônio, sendo definido da seguinte forma pelo Art. 5º, inciso I, do Decreto n.º 99.556/90: *“O conjunto de elementos bióticos e abióticos, socioeconômicos e histórico-culturais, subterrâneos ou superficiais, representados pelas cavidades naturais subterrâneas ou a estas associados”*. As cavernas e abrigos nas rochas fascinam o ser humano, como provam os registros culturais como pinturas rupestres e vestígios de sepultamentos encontrados em várias partes do mundo. Na imagem 3 são apresentados diferentes aspectos do patrimônio geológico da Serra da Moeda.



Imagem 3: Diferentes aspectos do patrimônio geológico da Serra da Moeda: (a) e (b) afloramentos de quartzito e conglomerado da Formação Moeda. Fotos de Dionísio Tadeu de Azevedo e Evandro Rodney; (c) afloramento de canga. Fotos de Dionísio Tadeu de Azevedo e (d) cavidades em formação ferrífera. Fotos de Glauco Borges.

Valor funcional da geodiversidade e patrimônio ambiental associado

O valor funcional da geodiversidade está relacionado ao fato do relevo, rochas, solos e minerais serem suporte para os processos ecológicos. Além disso, as características associadas, especificamente, às formações ferríferas, as tornam importantes mananciais de água que abastecem boa parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mourão (2007), tratando especificamente dos recursos hídricos subterrâneos, salienta que o principal aquífero do Quadrilátero Ferrífero está associado à Formação Cauê (Imagem 4).



Imagem 4: COPASA: Área de abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Mutuca.

Na Serra da Moeda e em todo o Quadrilátero Ferrífero, a geodiversidade tem forte influência sobre a biodiversidade, principalmente em relação às formações vegetacionais. Fruto de sua localização geográfica e em virtude das diferenças de relevo, rochas e influências climáticas, na Serra da Moeda se manifesta uma beleza cênica ímpar com uma diversidade imensa de vida. Sua cobertura vegetal é partilhada entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado. Conforme Borges (2008) e Zayden et al (2010), o bioma da Mata Atlântica é representado pelas matas de galeria que estão associadas aos cursos de água. Ressalta-se que esse bioma, apesar de outrora bem distribuído, encontra-se atualmente bastante degradado, representado principalmente por fragmentos de vegetação.

O bioma Cerrado é composto por um mosaico de fitofisionomias, onde se observam cerrado típico, campo sujo, campo limpo. A geodiversidade exerce maior influência (inclusive nomeia) a vegetação que se desenvolve sobre afloramentos rochosos, sendo denominada de campos rupestres (designação geral) e campos ferruginosos (para vegetação que se desenvolve sobre canga), ambos característicos do cerrado. Esses verdadeiros jardins nas pedras estendem-se por áreas geralmente acima de 900 metros ao longo de todo o sistema montanhoso da Serra da Moeda e de outras serras do Quadrilátero Ferrífero. Os campos rupestres formam um mosaico de comunidades vegetacionais que propiciam

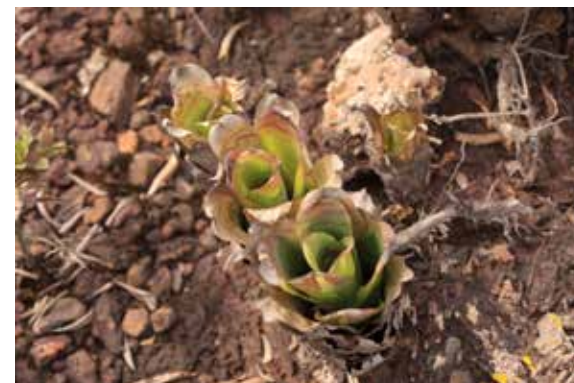
um colorido único e particular caracterizado por fisionomia herbáceo-arbustiva entre afloramentos rochosos e solos pedregosos. Segundo Drummond et al. (2005), em especial os campos ferruginosos do Quadrilátero Ferrífero levaram essa região a ser reconhecida como área de importância biológica especial, com presença de espécies endêmicas e ameaçadas.

Pesquisadores desses ecossistemas descrevem várias comunidades diferentes de plantas, que atestam sua importância para a conservação. Carmo (2010) afirma que em levantamentos florísticos realizados por Jacobi & Carmo (2008), foram identificados 86 famílias, 250 gêneros e 458 espécies de plantas vasculares. Nesse mosaico vegetacional ocorrem plantas ameaçadas e protegidas por lei como o pequizeiro (*Caryocar brasiliensis*), o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*) e a braúna (*Melanoxylon brauna*), espécies de importância medicinal como a arnica (*Lychnophora pinaster*), várias espécies de orquídeas, bromélias e de sempre-vivas, cuja presença contribui para a exuberante beleza paisagística do campo rupestre. Os autores ainda destacam a existência de vários trabalhos que reconhecem a importância das áreas metalíferas para a conservação da diversidade biológica.

Os contextos geológico, climático e florístico resultam em uma vida animal também singular. Além dos insetos, os pássaros são os mais notáveis. Borges (2008) salienta que vá-

rias espécies ameaçadas de extinção podem ser encontradas nos campos ferruginosos da Serra da Moeda, com destaque para a abelha solitária *Xylocopa truxali* (Apidae), que constrói seus ninhos nos ramos da canela-de-e-ma, *Vellozia compacta*, e para a relação de dependência entre a espécie herbácea *Calibrachoa elegans* e uma outra espécie de abelha solitária *Hexanthes missionica* (Colletidae).

Segundo a Proposta de Criação do Monumento Natural da Serra da Moeda, Gerdau (2010), a região da Serra da Moeda abriga pelo menos 22% das espécies de anfíbios conhecidas para o Estado; 22 % das aves, entre elas destacam-se espécies endêmicas como o papa-moscas-de-costas-cinzentas (*Polystictus superciliaris*), o canário rabudo (*Embernagra longicauda*) e o beija-flor de gravata (*Augastes scutatus*); 13 % dos mamíferos, entre eles o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a onça-parda (*Puma concolor*), o veado (*Mazama americana*), a irara (*Eira barbara*) e o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*). Alguns aspectos da biodiversidade são apresentados na imagem 5.





C.1. p. 19

Imagem 5: Diferentes aspectos da biodiversidade da Serra da Moeda: (a) Mata de galeria na encosta da montanha e acompanhando curso d'água. (b) e (c) aspecto geral dos campos ferruginosos, verdadeiros jardins de pedra. (d), (e), (f) e (g) diferentes espécies de flores que podem ser vistas na Serra da Moeda e (h) espécies da fauna associadas. Fotos de Dionísio Tadeu de Azevedo ((a) a (g)). (h) foto disponível no site da ONG Abrace a Serra da Moeda.

Valor cultural da geodiversidade e patrimônio ambiental associado

Para Gray (2004), dentre os valores da geodiversidade, merece destaque o cultural que é originário da forte interdependência entre o desenvolvimento social, cultural e/ou religioso e o meio físico circundante. Nascimento *et al.* (2008) destacam como valor cultural da geodiversidade a utilização de uma ocorrência geológica peculiar como marca de uma região ou localidade. Os valores culturais estão claramente relacionados ao valor atribuído pelas comunidades em relação à importância que o ambiente físico tem para elas. Exemplos desses valores encontram-se em sociedades do passado e do presente registrados no uso de geomateriais diversos tais como o sílex, obsidiana, quartzito, para confecção de ferramentas e artesanato. Adicionados a esses, Gray (2004) salienta ainda o uso de pigmentos naturais, tais como óxidos e sulfetos diversos, além do uso de cavernas e abrigos naturais (RUCHKYS *et al.* 2013).

Do ponto de vista da pré-história da região, pode-se dizer que a geodiversidade serviu de tela para as manifestações artísticas e de representação dos povos da pré-história quando usavam o quartzito para imprimirem as pinturas rupestres que são associadas à Tradição Planalto. Campos (2012) afirma que no projeto “*Levantamento e Avaliação do Potencial Arqueológico da Serra da Moeda e Entorno*” foram identificados 56 sítios/conjuntos

arqueológicos, 5 modelos etnográficos (bens em uso contemporâneo) e 10 áreas com potencial arqueológico (dados obtidos a partir de fontes orais e fotografias aéreas). Do total de 71 ocorrências, apenas 3 (cerca de 4%) são testemunhos de ocupações pré-históricas, enquanto 68 (aproximadamente 96%) são remanescentes de assentamentos históricos.

Baeta & Piló (2014) salientam que próximo ao contato com os substratos ferruginosos, nos afloramentos de quartzito na região da Serra da Moeda e arredores, há abrigos ou pequenas escarpas com grafismos rupestres pré-coloniais, como por exemplo: os Abrigos Retiro das Pedras e Casa Branca (município: Brumadinho), Abrigo do Pico (município: Itabirito) e Abrigo Mirandinha (município: Mariana). Esses autores atribuem as características estilísticas e técnicas das figurações desses abrigos à Tradição Planalto. Para eles, os sítios encontrados na região da Serra da Moeda reforçam a noção de que em cavernas localizadas em campos ferruginosos, independente de sua dimensão, pode haver testemunhos da passagem da ocupação humana, a partir dos últimos milênios.

Outro valor cultural da Serra da Moeda está associado ao seu próprio nome. Segundo Ruchkys (2007), no lugarejo de São Caetano da Moeda (denominado antigamente de Jesus,

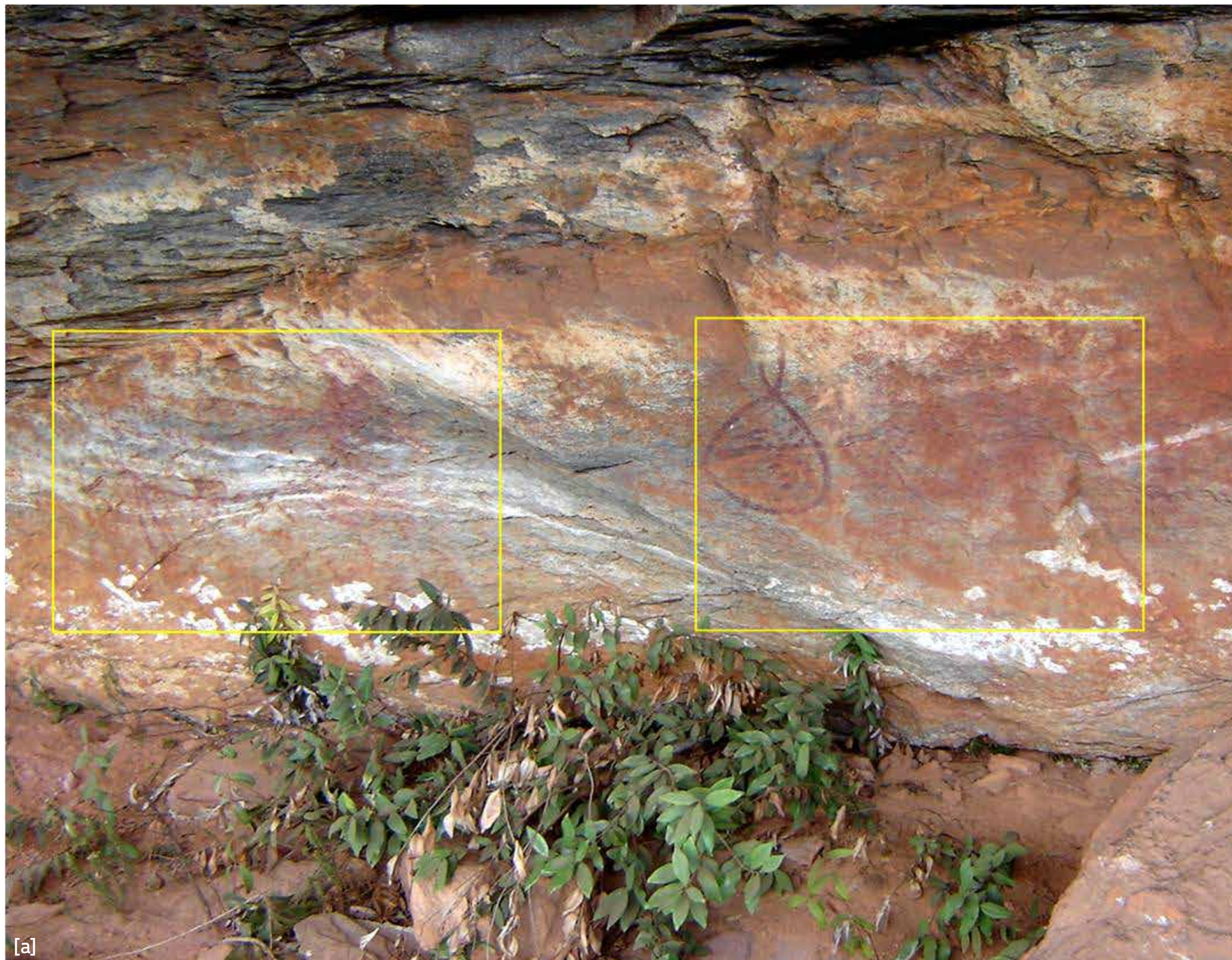
Maria e José da Boa Vista) estão as ruínas de uma fábrica clandestina de moedas, estabelecida por Inácio de Souza Ferreira por volta de 1720 para burlar a cobrança de impostos feita pela Coroa Portuguesa.

Para estabelecer a fábrica de falsas moedas, os falsários deveriam escolher um local adequado que permitisse o desenvolvimento dos trabalhos de maneira tranquila e longe da fiscalização. Lima Júnior (1953) afirma que a fábrica se instalou em terras da fazenda dos Borges Carvalho, na Serra do Paraopeba: “*situava essa fazenda entre matas primitivas, a meia encosta de uma serrania de difícil acesso*”. Para Túlio (2005), o Vale do Paraopeba, por sua localização e características geográficas, era uma excelente rota de contrabando: tratava-se de um trecho de difícil acesso em função do seu terreno acidentado perfeito para esconderijos e fugas, permitindo o fácil desvio dos Registros. O Rio Paraopeba apresentava certos trechos navegáveis e seguir o seu curso era garantia de transitar pelas minas de ouro quase sem ser percebido (RUCHKYS, 2007).

Na casa de moedas, muito bem situada, aparelhada e estruturada, eram fabricadas barras falsas de ouro e moedas com cunhos legítimos, furtados das casas de fundição e dados como inutilizados. As ruínas da falsa casa

de fundição do Paraopeba são de extrema importância para a história da mineração, sendo um exemplo dos descaminhos do ouro no Período Colonial. O nome atual da Serra da Moeda reflete que a tradição local preserva a memória da antiga fábrica de Inácio de Souza e reforça o valor cultural da geodiversidade.

Campos (2012) salienta que a geodiversidade da Serra da Moeda exerceu significativa influência sobre a inserção dos povoados e de suas edificações, tanto pelo relevo como pelo uso dos geomateriais, mostrando assim como o bem natural qualifica e agrega valor aos aspectos culturais locais e aos exemplares de seu acervo arquitetônico. São vários os vestígios de mineração antiga como ruínas, galerias abandonadas, muros e caminhos de pedra. Alguns aspectos do patrimônio cultural associado à geodiversidade são apresentados na imagem 6.



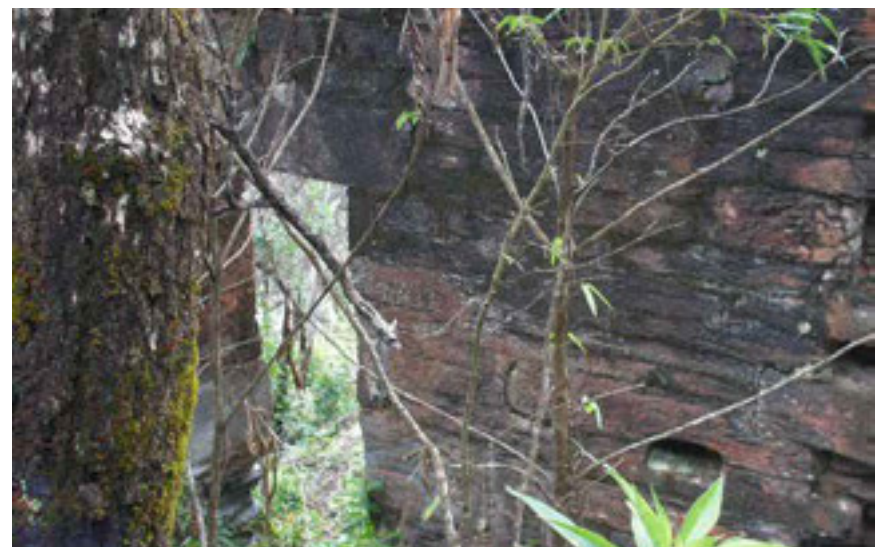


Imagem 6: Diferentes aspectos do valor cultural da geodiversidade da Serra da Moeda: (a) figurações rupestres em parede de quartzito. Fotografia de Glauco Borges. (b) ruínas da casa de moeda falsa de Inácio de Souza Ferreira; (c) ruínas do Forte Brumadinho e conjunto de estruturas anexas com detalhe para construção em pedra seca; (d) trilha com calçamento em rocha e ruínas de antiga unidade de mineração. (a, b,d) Fotografias de Dionisio Tadeu de Azevedo e Úrsula Ruchkys. (c) Fotografias de Evandro Rodney

Valor econômico associado à geodiversidade

A presença de ouro e ferro no Sinclinal Moeda atesta a importância econômica associada à geodiversidade. No século XVII o ouro foi o principal recurso mineral extraído, por exemplo, na mina de Cata Branca localizada no município de Itabirito. Segundo Ruchkys (2007), as documentações acerca das primeiras atividades de extração mineral ocorrida em Cata Branca são esparsas e imprecisas. Burton (1869) afirma que esta foi inicialmente propriedade de colonos pobres, brasileiros e portugueses. Sabe-se que em 1814 era propriedade do Sr. Francisco de Medeiros, conforme um quadro apresentado por Eschwege, no II Volume do *Pluto Brasilienses*, com indicação de todas as lavras em operação naquele ano e seus respectivos proprietários. Buscando identificar nas ruínas de Cata Branca as estruturas construídas pelos ingleses para a extração e beneficiamento do ouro, Hirashima (2003) realizou um levantamento geral do sítio, tendo dividido o Complexo Mina de

Cata Branca em três unidades: (1) núcleo de povoamento; (2) mina ou galeria de extração do minério; (3) planta de beneficiamento do minério. Baeta e Piló (2005), posteriormente, fizeram um mapeamento do sítio Cata Branca onde foram identificados vários tipos de estruturas componentes das unidades mencionadas e seus possíveis usos, dentre eles: caminhos calçados, trilhas, capela, cemitério, unidades habitacionais, fornos, unidades comerciais e de vigília; constatando que se tratava de importante núcleo minerador e entreposto da Serra da Moeda, na região do Pico do Itabirito. Nesse estudo, foi realizado ainda um rigoroso levantamento de fontes escritas, tendo sido apresentados subsídios para a execução de um plano de manejo e valorização patrimonial desse magnífico conjunto paisagístico e arqueológico.

Segundo Ferrand (1894), a lavra era prejudicada por entrada abundante de água. Como

o aprofundamento era sempre feito por meio de grandes escavações, sem preenchimento e com madeirame restrito aos pontos perigosos, chegou um momento em que uma das paredes, minada pelas águas, produziu uma pressão enorme sobre o escoramento e desabou em 1844. As ruínas de Cata Branca contêm vários vestígios da antiga unidade de mineração, sendo facilmente identificáveis em toda a área a presença de cavas, desmontes, minas e galerias abandonadas, além de indícios da planta de beneficiamento do minério (RUCHKYS 2007).

Os vestígios da importância da mineração de ouro estão presentes em várias partes da Serra da Moeda, mas atualmente as atividades minerárias se concentram na exploração do ferro, que exerce influência sobre o patrimônio ambiental. Alguns aspectos do valor econômico associado à geodiversidade são apresentados na imagem 7.

C.1. p. 23



Imagem 7: Diferentes aspectos do valor econômico da geodiversidade da Serra da Moeda: (a) ruínas da antiga unidade de mineração de Cata Branca onde foi extraído ouro e (b) marco de um dos vértices marcando o decreto de lavra para mineração de ferro da MBR de 1978, localizado na Serra da Moeda. Fotografias de Úrsula Ruchkys e Dionísio Tadeu de Azevedo.

Valor estético associado à geodiversidade

O valor estético da geodiversidade está associado ao fato das paisagens, com grande presença de rochas e emolduradas pelo relevo, serem consideradas elementos de contemplação e desfrute. Topograficamente situada em posição mais alta no Quadrilátero Ferrífero, a Serra da Moeda, assim como os picos e serras mais elevados que se destacam na paisagem como a Serra de Ouro Branco, o Pico do Itacolomi, o Pico de Itabira, a Serra do Curral, a Serra da Piedade e a Serra do Caraça, servia como referência geográfica para o deslocamento dos bandeirantes, no final do século XVII, e depois dos tropeiros, caixeiros viajantes, mercadores de gado e, finalmente, para os viajantes naturalistas que se aventuravam pelas Minas Gerais, conforme Ruchkys (2007).

Lima Júnior (1978) em sua obra *A Capitania das Minas Gerais*, discorrendo sobre o Distrito de Minas Gerais, descreve suas características mostrando como as serras e picos se destacam na paisagem servindo como referência geográfica:

O Distrito das Gerais é constituído por um grande planalto, formado, principalmente, pela Serra da Mantiqueira e suas ramificações. Vai declinando suavemente a oeste, em direção ao Rio Grande e às cabeceiras do São Francisco; ao norte e ao nordeste, respectivamente, acom-

panhando as águas dos rios das Velhas e Doce. Sobre esse planalto erguem-se novas serranias, cheias de montes e maciços as mais das vezes rochosos”.

O pico de Itabira (atualmente conhecido como Pico de Itabirito) principal referência paisagística da Serra da Moeda, continua atraindo o olhar e o interesse dos visitantes. O nome original do pico, Itabira, na língua indígena significa, segundo Vieira Couto (1801), moço ou rapariga de pedra. Rosière et al (2009) salientam que, na realidade, o termo Itabira significa pedra ou rocha brilhante, ou por outra interpretação: empinada (ita = pedra, rocha, metal; byra = erguer-se, levantar-se). A imponência do pico fez com que fosse incluído, juntamente com o Pico do Itacolomi e a Serra do Caraça, na Carta da Capitania de Minas Gerais feita por Eschwege em 1822 e apresentada no 1º volume do *Pluto Brasilienses*; também foi ilustrado por F.J. Stephan em 1840. Burton descreve o pico da seguinte maneira:

A paisagem do norte é um quadro. Estávamos, agora, em presença das grandes formações de itacolumito e itabirito. O sol poente, encimado por nuvens muito brancas, alinhadas com nuvens carmesins, lançava raios de ouro sobre o acastelado penhasco de Itabira do Campo (...). (...)

Antes de chegarmos àquele ponto, nós o havíamos avistado, então, se parecia com um morro coroadado por dois blocos de alvenaria um tanto fora do prumo (...). (...) Visto daqui, as rochas do alto do pico parecem um tridente, com as três pontas altas e negras e, contornando para leste, muitas vezes o veríamos, elevando-se de súbito e único, como a chaminé do Rio da Prata”.

Cada vez mais a sociedade está disposta a pagar pelos atributos paisagísticos associados aos valores estéticos da geodiversidade que pode ser utilizada de diferentes maneiras. Na Serra da Moeda, o uso turístico da paisagem é marcante. Em seu topo existe um tradicional ponto de salto de asa delta e parapente (<http://www.escolaserradamoeda.com.br/cvlbh.asp>). O local é oportuno para a prática desses esportes e atrai profissionais, iniciantes e curiosos de todo o mundo. Silva (2007) destaca a importância turística da Serra da Moeda no contexto do Quadrilátero Ferrífero que vem, há muito tempo, sendo utilizada também para prática de *mountain bike* e caminhadas por trilhas ecológicas. No site da Organização Não Governamental Arca Amaserra os principais atrativos turísticos da região estão no segmento do turismo ecológico e cultural com destaque para a gastronomia, a arte contemporânea e atividades ligadas ao esporte e a aventura (Imagem 8).



C.1. p. 25

Imagem 8: A paisagem da Serra da Moeda e o valor estético da geodiversidade: (a, b, c, d) a paisagem monumental da Serra da Moeda, sua utilização para a prática de esportes de aventura e para o turismo. Fotografias de Dionísio Tadeu de Azevedo.

Pressão sobre o patrimônio ambiental da Serra da Moeda

O Quadrilátero Ferrífero é uma das principais províncias metalogenéticas do país e, desde o final do século XVII, com a descoberta do ouro em Ouro Preto e Sabará, já se atesta sua inegável vocação mineira. No Quadrilátero Ferrífero, vem sendo explorados diversos recursos minerais com destaque para o ferro, cujas mineralizações se manifestam nas estruturas da Serra do Curral e nos sinclinais da Serra da Moeda e do Gandarela, correspondendo a um enorme volume lavrável.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil, CPRM (2005), a situação atual da exploração configura-se como complexos mineiros de grande vulto, com relevante papel socioeconômico para o Estado e para os municípios abrangidos. Pode ser observado um grande núme-

ro de empreendimentos mineiros, alguns de grande porte (Águas Claras, Mutuca, Pico do Itabirito, Tamanduá-Capitão do Mato, Córrego do Feijão), outros de médio porte (Pau-Branco, Rio Verde) e outros de pequeno porte (Herculano, Metal Brasil etc). No ano de 2005, algumas reservas de minério de ferro já se encontram totalmente exauridas (Águas Claras, Mutuca e Capanema), outras em adiantado estágio de exploração (Pau Branco), outras maduras (v.g. Pico do Itabirito) e outras iniciando a produção (Capão Xavier).

A crescente exaustão do minério de alto teor (hematítico) do Quadrilátero Ferrífero tem feito as empresas mineradoras voltarem sua atenção para os minérios pobres (itabiríticos), com o desenvolvimento de tecnologias

de aproveitamento destes minérios. Isso tem levado a uma nova expansão da mineração de ferro em toda a região. CPRM (2005) apresenta um mapa de distribuição das minas no Quadrilátero Ferrífero, em especial na Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA-RMBH Sul) onde, naquele ano, a Serra da Moeda e o Sinclinal homônimo, contavam com diversas minas que extraíam recursos minerais como o ferro, ouro, argila, areia de quartzo, filito, material ocre e serpentinito. O crescimento imobiliário e os incêndios florestais também contribuem para a vulnerabilidade do patrimônio ambiental da Serra da Moeda causando impacto na fauna e flora da região. A imagem 9 ilustra alguns dos elementos de pressão sobre o patrimônio ambiental.



Imagem 9: Fatores de pressão sobre o patrimônio ambiental da Serra da Moeda. (a) mina no entorno da Estação Ecológica de Arêdes. Fotografia do site da ONG Abrace a Serra da Moeda. (b) Incêndio florestal às margens da BR 040. Fotografias do site da ONG Arca Amassera.

Proteção do patrimônio ambiental: unidades de conservação

O patrimônio ambiental da Serra da Moeda está, em parte, protegido por um complexo conjunto de unidades de conservação criadas em diversas categorias de manejo e níveis de gestão. Unidade de Conservação é a denominação utilizada no Brasil para áreas protegidas pelo poder público, com finalidade de resguardar espaços com importante patrimônio ambiental. A legislação que rege as unidades de conservação foi instituída pela Lei número 9.985, de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC contempla dois grandes grupos de unidades de conservação, as de proteção integral, que admitem somente uso indireto dos recursos naturais, e as de uso sustentável, que compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Os parques, reservas biológicas, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre são unidades de conservação de proteção integral e às áreas de proteção ambiental (APAs), áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas parti-

culares do patrimônio natural se enquadram na categoria de manejo sustentável.

A APA Sul da RMBH, criada em 1994, de uso sustentável que permite algum controle de atividades como a mineração, abrange a porção norte da Serra da Moeda. De manejo sustentável ainda existem Reservas Particulares do Patrimônio Natural de propriedade de empresas mineradoras. Numa perspectiva mais preservacionista, o patrimônio ambiental está protegido por unidades de conservação de proteção integral criadas em função de sua grande importância em termos de biodiversidade e recursos hídricos. Esse é o caso da Estação Ecológica de Arêdes e do Monumento Natural Estadual Serra da Moeda.

A Estação Ecológica de Arêdes foi instituída pelo Decreto N° 45.397, de 14 de junho de 2010. O motivo de sua criação é a proteção da flora, fauna, recursos hídricos e também do patrimônio histórico arqueológico, além do desenvolvimento de pesquisas científicas. O Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda, também criado em 2010, é integrante

do denominado Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte - SAP Vetor Sul e tem uma área de 2.372,5572 ha, e um dos objetivos de sua criação é a proteção das cavidades naturais subterrâneas em formações ferríferas.

A Serra da Moeda ainda está incluída na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, reconhecida pela UNESCO em 2005, e é um patrimônio geológico na proposta do Geoparque Quadrilátero Ferrífero, reconhecido pelo Governo de Minas em 2011. Merece destaque ainda a atuação de ONGs e associações de moradores que desenvolvem diferentes ações em favor da conservação do patrimônio ambiental da Serra, como a Arca Amasserra, que pleiteia a criação do Monumento Natural da Serra da Calçada, contíguo ao Parque Estadual da Serra do Rola Moça, e o Movimento Abraça a Serra da Moeda, que desde 2008 promove o evento homônimo, que tem como objetivo reunir simpatizantes para abraçar a Serra da Moeda todo dia 21 de abril, como forma de protesto contra a exploração mineral e em favor da preservação ambiental (Imagem 10).



Imagem 10: Abraço simbólico à Serra da Moeda em abril de 2014, promovido pela ONG Abrace a Serra da Moeda. Fotografia: site da ONG Abrace a Serra da Moeda.

Considerações finais

O tema da geodiversidade e seus valores associados tem merecido especial atenção nos últimos anos pela comunidade científica internacional. No sentido de valorizar e proteger a geodiversidade têm surgido iniciativas em nível internacional, contribuindo para a divulgação do patrimônio ambiental. A Serra da Moeda apresenta uma rica geodiversidade, com valores intrínseco, cultural, estético, econômico, científico e educacional e pode ser utilizada como atração ecoturística e geoturística e para o próprio conhecimento e valorização de seu patrimônio natural pela comunidade local e pelos turistas.

A singularidade da paisagem, a beleza cênica dos diversos afloramentos rochosos e todos os valores associados à geodiversidade que

caracterizam seu patrimônio ambiental possuem um potencial interpretativo especial, capaz de desencadear a conservação da paisagem a partir da aliança entre o turismo de baixo impacto e o processo de interpretação promovido pela educação ambiental.

A Serra da Moeda foi indicada pela ONG Arca Amaserra para integrar a Lista de Monumentos Mundiais em Perigo da World Monument Fund (WMF) – entidade ligada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujo objetivo é despertar a atenção internacional para heranças culturais excepcionais que necessitam de assistência e proteção. A lista de 2014 apresenta 67 áreas ameaçadas por impactos naturais e por ações antrópicas e a Serra da Moeda é

o único patrimônio brasileiro incluído na lista deste ano e tem como fatores de risco a extração mineral, o crescimento imobiliário e os incêndios.

A inclusão na lista da WMF dá visibilidade internacional à Serra da Moeda e reitera a necessidade de proteção de seu patrimônio ambiental, sobre o qual podem e devem ser aplicados princípios de conservação e desenvolvimento do ecoturismo e geoturismo como ferramenta de desenvolvimento territorial endógeno, a partir do aproveitamento dos valores de sua geodiversidade.

Referências Bibliográficas

AZERÊDO A. *Apresentação de acção de formação nas modalidades de estagio, projecto, oficina de formação e círculos de estudos*, Projeto Pedagógico apresentado ao Conselho científico-pedagógico da formação continua. Lisboa, Portugal, 2008.

BAETA, A. & PILÓ, H. *Programa de Revitalização e Proteção do Sítio Histórico e Arqueológico de Cata Branca, Itabirito, Serra da Moeda, MG*. Artefactto Consultoria-MBR/Vale, Belo Horizonte, 2008.

BAETA, A. & PILÓ, H. Arqueologia nas Cavernas e Suportes Ferruginosos. In: RUCHKYS, U.A.; RASTEIRO, M.; TRAVASSOS, L. P.; FARIA, L. *Patrimônio Espeleológico em formações ferríferas: propostas para sua conservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais*. Editado pela Sociedade Brasileira de Espeleologia SBE, 2014 (no prelo).

BORGES, G. C. *Patrimônio Cultural da Serra da Calçada*. Relatório de Monitoramento. Instituto Pró-Cidadania e Arca Amaserra. Belo Horizonte, 2008. CD-ROM.

BRANDT Meio Ambiente. *Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológico econômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação*. Belo Horizonte, 2008. 2 v. + 1. CD-ROM.

BUREK C. V.; Potter J. *Local Geodiversity Action Plans setting the context for geoconservation*. English Nature Research Report, 560, 2002.

BURTON, R.F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução de David Jardim Júnior. 1976; Itatiaia: Belo Horizonte/São Paulo: Edusp, 1869, 366p.

CAMPOS, L.C. Patrimônio arqueológico da Serra da Moeda, Minas Gerais: uma unidade histórico-cultural” *Revista CPC*, São Paulo, n.13, p. 6-31, nov. 2011/abr. 2012.

CARCAVILLA URQUI, L. *Patrimonio geologico y geodiversidad: investigaciòn, conservaciòn, gestiòn y relaciòn con los espacios naturales protegidos*. Tese de Doutorado. Universidad Autonoma de Madrid, Dep. Quim. Agr. Geol. Geog., 2006, 339p.

CARMO, F.F. *Importância ambiental e estado de conservação dos ecossistemas de cangas no Quadrilátero Ferrífero e proposta de Áreas-Alvo para a Investigação e Proteção da Biodiversidade em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, 2010.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. UNESP, São Paulo, 2001, 282p.

CPRM *Projeto APA Sul RMBH: mineração, escala 1:50.000*, Antônio Carlos Girodo.- Belo Horizonte: SEMAD/CPRM, 2005.

D'ABREU, A. C. *Patrimônio do Tejo*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território Vila Velha de Ródão 1 de Julho 2010. Disponível em: http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sesoes_Debate/Patrimonio_do_Tejo_1/8_Alexandre_Cancela_Abreu.pdf

DRUMMOND, G.M., C.S. MARTINS, A.B.M MACHADO, F.A. SEBAIO & Y. ANTONINI (Eds.) *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*, 2a. ed. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, Brasil, 2005. 222 p.

ESCHWEGE, W.L. v. *Pluto brasiliensis (1822)*. G. Reimer, Berlin, 622p. Tradução de Domício de Figueiredo Murta, Itatiaia/Ed. USP, 1 vol., Belo Horizonte/São Paulo, 1976.

FERRAND, P. M. *O Ouro em Minas Gerais*. Tradução de Júlio Castanõn Guimarães, Notas João Henrique Grossi, Friederich E. Renger, Estudos Críticos João Henrique Grossi (et al.). 1998. Fundação João Pinheiro (Mineiriana), Belo Horizonte, 366p.

GERDAU 2010. *Proposta de criação do Monumento natural da Serra da Moeda* Relatório Técnico Final. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/noticias/monumento%20natural%20estadual%20serra%20da%20moeda.pdf>

GRAY, M., *Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature*. Chichester, UK: Wiley, 2004.

HIRASHIMA, H. *Mina de Cata Branca subsídios da arqueologia histórica e do geoprocessamento para a elaboração de estratégias de preservação*. Monografia de Especialização, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, 86p.

JACOBI, C.M. & CARMO, F.F. Diversidade dos campos rupestres ferruginosos no Quadrilátero Ferrífero, MG. *Megadiversidade*, 4(1/2):24-32, 2008.

LEIMGRUBER, W. *A Paisagem Humanizada Face aos Valores Humanos*. Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento, IV. Centro de Estudos Geográficos. Coimbra, 2003.

LIMA, J. A. *Notícias históricas: de norte a sul*. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1978. 351 p

LUSTOZA, R.E. Patrimônio ambiental urbano: revendo conceitos. *Anais do 9º seminário docomomo Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*. Brasília, 2011.

MANOSSO, F., ONDICOL, R.P. *Geodiversidade: considerações sobre quantificação e avaliação da distribuição espacial*. Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ, 2012. http://www.anuario.igeo.ufrj.br/2012_1/2012_1_90_100.pdf

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. *Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008. 84 p.

ROSIERE, C.A.; RENGER, F.E.; PIUZANA, D.; SPIER, C.A. Pico de Itabira, Minas Gerais – marco estrutural, histórico e geográfico do Quadrilátero Ferrífero. In: Winge, M.; Schobbenhaus, C.; Berbert-Born, M.; Queiroz, E.T.; Campos, D.A.; Souza, C.R.G. ; Fernandes, A.C.S. (Edit.) *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil, 2009*. Publicado na Internet em 21/6/2005 no endereço <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio042/sitio042.pdf>.

RUCHKYS, U. A. Patrimônio Geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RUCHKYS, U.A.; MACHADO, M.M.M.; CASTRO, P.T.A., RENGER, F.E.; TREVISOL, A.; BEATO, B.A.C. 2012. Geoparque Quadrilátero Ferrífero. In: *Geoparks do Brasil*-Propostas. Org. Carlos Schobbenhaus, C. & Silva, C.R. Rio de Janeiro: CPRM, v.1, p. 183-220, 748p.

RUCHKYS, U.A.; FRANCO A. R.; DEUS, J. A. S. 2013. Projeto FAPEMIG. *Inclusão pela etnocartografia: análise da geodiversidade e de seus valores culturais com comunidades tradicionais em pedra-sabão de região do Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais*. Edital 07/2013 Extensão em Interface com a Pesquisa. Belo Horizonte, 2013 (não publicado).

SILVA, F. R. 2007. *A paisagem do Quadrilátero Ferrífero, MG: potencial para o uso turístico da sua geologia e geomorfologia*, 2007. 144f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

TULLIO, P. R. A. *Falsários del Rei: Inácio Ferreira e a casa de moeda falsa do Paraopeba (Minas Gerais 1700-1734)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2005, 186 p.

ZAYÔEN, E.A.; MELO, R.M.C.; BORGES, G.C. *Serra da Calçada: patrimônio natural e cultural de Minas Gerais*. Arca Amasserra, Nova Lima, Brasil. 2011, 48 p.



Foto: Ataliba Coelho

2.

Cavernas Ferríferas da
Serra da Moeda

Luís B. Piló

Ataliba Coelho

Renata de Andrade

INTRODUÇÃO

Cavernas em rochas ferríferas do Quadrilátero Ferrífero são mencionadas na literatura geológica desde o século XIX (Pissis, 1842; Henwood, 1871). Mas somente em meados do século XX, diante da atuação dos geólogos do *United States Geological Survey* - USGS, surgiram os primeiros estudos sobre cavidades ferríferas, a exemplo de Guild (1957) e de George Simmons, geólogo americano que na década de 1960 elaborou as primeiras interpretações sobre a gênese dessas cavernas e da mineralogia de espeleotemas (Simmons, 1963 e 1964).

Entre 1964 e o início do século XXI pouco se avançou no conhecimento sobre cavernas ferríferas e poucas ocorrências constavam nos cadastros espeleológicos brasileiros. Consideradas rochas de baixo potencial espeleológico, a formação ferrífera e a canga ficaram fora do foco das explorações dos grupos espeleológicos, sempre focados em áreas carbonáticas, onde as cavernas são maiores, mais ornamentadas e, muitas vezes, proporcionam desafios à exploração. No processo de licenciamento ambiental das minas de minério de ferro essas cavidades também não foram consideradas, pois as cavernas eram vistas como feições típicas de rochas calcárias. Não se tinha conhecimento do grande potencial espeleológico das rochas ferríferas.

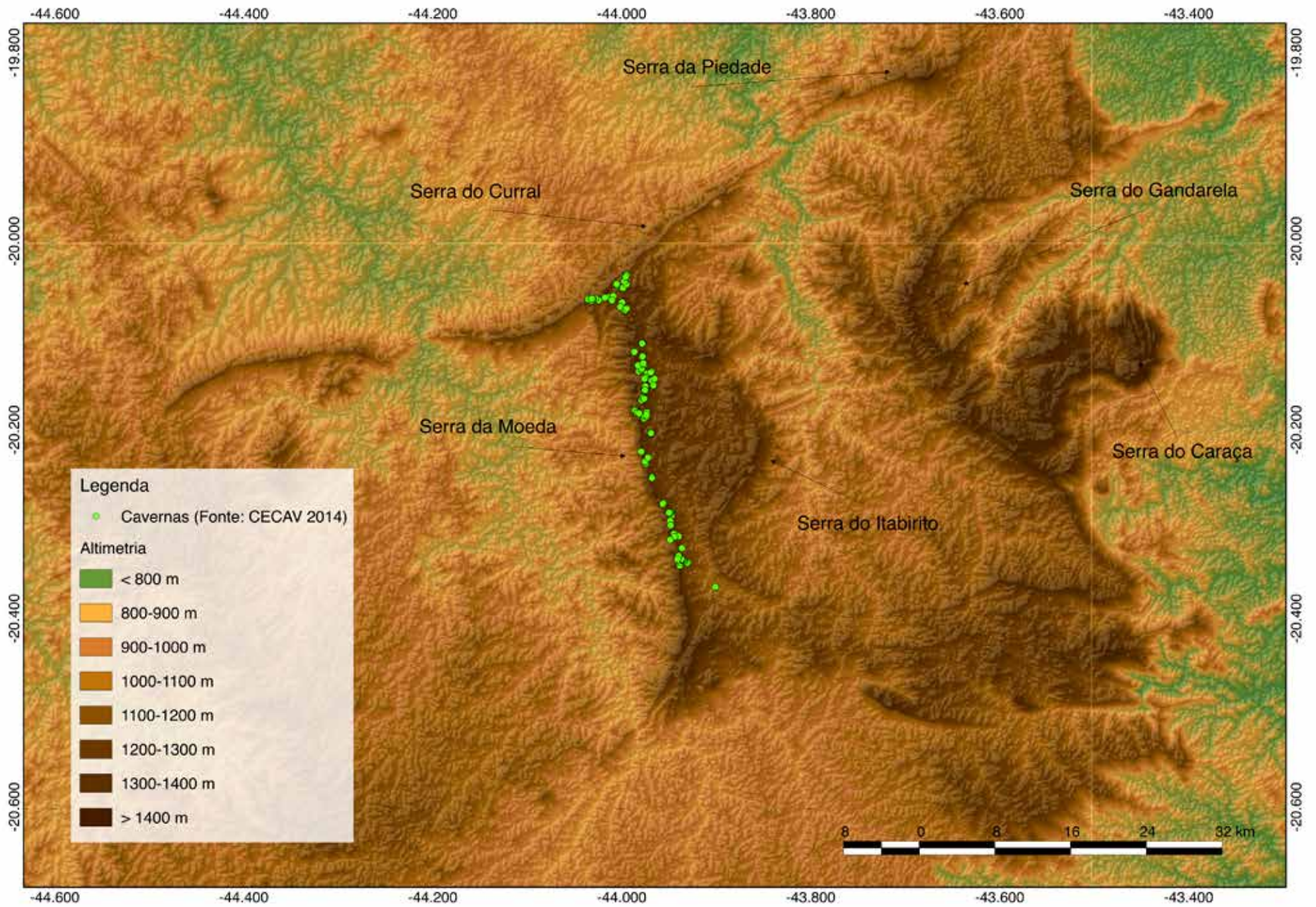
Esse cenário mudou de forma expressiva a partir da década passada. Um aumento no consumo de recursos minerais essenciais à indústria de base e à construção civil na China elevou consideravelmente o valor e a importância do minério de ferro brasileiro, aumentando o número de processos de licenciamento para abertura de novas minas ou expansão de áreas em atividade. Neste mesmo período teve início uma nova fase dos estudos espeleológicos nos processos de licenciamento ambiental, com a criação do Decreto Federal N° 6.640 de 07/11/2008 e da Instrução Normativa N° 2 do Ministério do Meio Ambiente - MMA de 20/08/2009. Novas regras foram estabelecidas. Foi definido que todas as cavernas existentes nas áreas de empreendimentos seriam objeto de análise de relevância. Isso deu um enorme peso à espeleologia nos estudos de impacto ambiental.

Diante dos projetos de expansão da exploração do minério de ferro, centenas de prospecções espeleológicas foram e ainda estão sendo realizadas no Quadrilátero Ferrífero, que hoje conta com mais de 500 cavernas registradas oficialmente no banco de dados federal (CECAV, 2014). Esse grande conjunto de cavernas tem merecido diversos estudos, trazendo contribuições importantes para a espeleologia brasileira (Piló e Auler, 2005; Ferreira, 2005; Carmo *et. al.* 2011; Dutra, 2013; Pereira, 2012; Calux, 2013; Auler *et al.*, 2014).

A expansão da exploração do minério de ferro na última década, acompanhando o *boom* das *commodities*, trouxe dados econômicos expressivos para o setor, mas também trouxe preocupações relativas às alterações ambientais no Quadrilátero Ferrífero. Surgiram movimentos conservacionistas focados na ampliação de unidades de conservação na região, principalmente nas serras do Gandarela e da Moeda. Nesse contexto, a conservação de cavernas ferríferas tem sido colocada como um componente importante a ser considerado, além dos recursos hídricos, da fauna e da peculiar flora associada.

A Serra da Moeda, divisora de águas entre as bacias dos rios das Velhas, a leste, e do Paraopeba, a oeste, é também o limite oeste do Quadrilátero Ferrífero. Constitui um alinhamento de cristas elevadas com eixo norte-sul e com aproximadamente 40 km de extensão, ocupando parte dos municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Moeda, Nova Lima, Itabirito, Ouro Preto, Belo Vale e Congonhas.

Atualmente já foram registradas em torno de 150 cavernas na Serra da Moeda (Imagem 1), no entanto, sabe-se da existência de mais de 200 cavernas, sendo a grande maioria associada à canga e à formação ferrífera bandada. Este capítulo será focado na espeleologia em rochas ferríferas, com ênfase nas cavernas da Serra da Moeda.



C.2. p. 33

Imagem 1. Localização das cavernas na Serra da Moeda.

AS ROCHAS E A PAISAGEM GEOMORFOLÓGICA DA SERRA DA MOEDA

O elevado gradiente topográfico existente não apenas entre a Serra da Moeda e seu entorno, mas em todo o Quadrilátero Ferrífero, deve-se primeiramente aos efeitos da erosão diferencial, onde as rochas mais resistentes (itabiritos, quartzitos e cangas) ocupam as partes mais elevadas da paisagem. Por outro lado, rochas menos resistentes ao intemperismo como os xistos, os filitos e os dolomitos ocupam as partes mais rebaixadas do relevo (Varajão, 1991; Medina *et. al.*, 2005).

A Serra da Moeda é parte integrante de um conjunto estrutural conhecido como Sinclinal Moeda, que se caracteriza como o testemunho de uma dobra voltada para cima (Imagem 2). O flanco oeste dessa antiga dobra é a Serra da Moeda, que representa um flanco normal de direção N-S, com caimentos entre 40° e 50° para leste. Já o flanco leste é representado pela Serra do Itabirito, que é um flanco inverso de direção NW-SE. Na direção sul, o flanco se estreita, contornando o limite leste do Complexo Metamórfico Bação (Silva e Gomes, 2001).

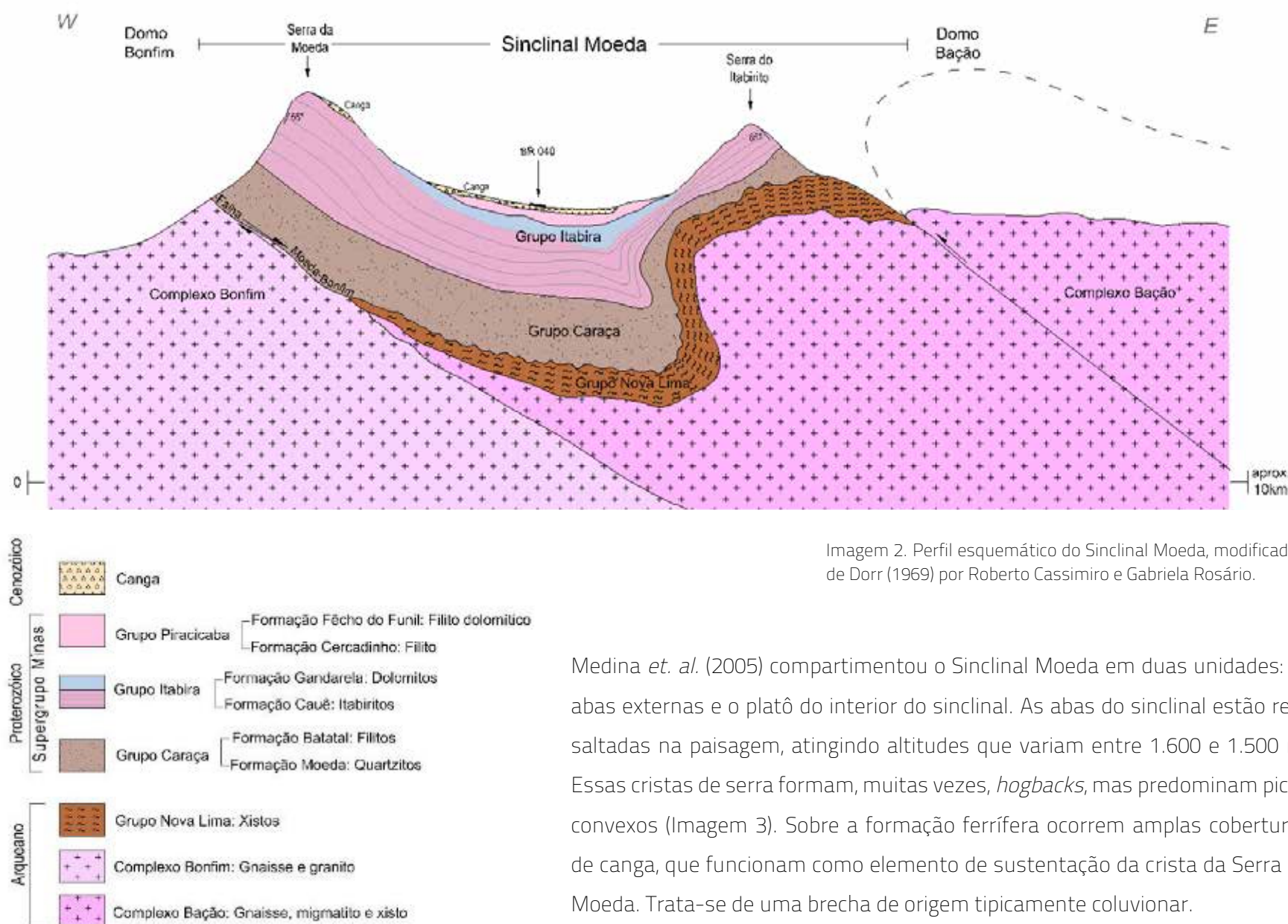


Imagem 2. Perfil esquemático do Sinclinal Moeda, modificado de Dorr (1969) por Roberto Cassimiro e Gabriela Rosário.

Medina *et. al.* (2005) compartimentou o Sinclinal Moeda em duas unidades: as abas externas e o platô do interior do sinclinal. As abas do sinclinal estão ressaltadas na paisagem, atingindo altitudes que variam entre 1.600 e 1.500 m. Essas cristas de serra formam, muitas vezes, *hogbacks*, mas predominam picos convexos (Imagem 3). Sobre a formação ferrífera ocorrem amplas coberturas de canga, que funcionam como elemento de sustentação da crista da Serra da Moeda. Trata-se de uma brecha de origem tipicamente coluvionar.



Imagem 3. Serra da Moeda, nas proximidades da Lagoa dos Ingleses. As cristas formam uma linha norte-sul com mais de 40 km de extensão. Foto Ataliba Coelho

No topo da serra a infiltração está presente, caracterizando uma área típica de recarga. Em função da inexistência de solos, parte do escoamento pluvial subsuperficial é feito de forma irregular por uma rede de pequenos condutos na canga. Destaca-se, ainda, uma rede de pequenos canais superficiais, que alimentam cabeceiras de drenagem na borda do topo da serra. A produção de sedimentos no topo da serra é reduzida. Salienta-se que as cangas e a formação ferrífera são muito resistentes ao rebaixamento vertical do relevo. Salgado *et. al.* (2007) calculou, diante da produção de isótopos cosmogênicos, taxas de 1,71 e 2,58 metros por milhão de anos (m/Ma) para o rebaixamento de escarpas e superfícies erosivas no Quadrilátero Ferrífero.

Já nas bordas, as pequenas escarpas de canga estão sendo desmontadas, erodidas. Depósitos de tálus, envolvendo matacões e calhaus de canga, da formação ferrífera e do quartzito, são frequentes na base dessas escarpas indicando frequentes movimentos de massa do tipo desmoronamentos. Esse setor é muito dinâmico, sendo a principal zona de produção e transporte de sedimentos na Serra da Moeda. Segundo Salgado *et. al.* (2007), no Quadrilátero Ferrífero, o recuo lateral das escarpas e superfícies erosivas é expressivo, com taxas de 12,71 a 14,60 m/Ma. São principalmente nessas bordas escarpadas que ocorrem as cavernas da Serra da Moeda.

Nas altas e médias vertentes, onde a canga foi desmantelada, ocorre intenso ravinamento, indicando a atuação do escoamento con-

centrado. Esses fluxos geram importantes leques coluvionares no sopé da serra. São as formas terminais da serra, típicas áreas de acúmulo sedimentar. Surgências temporárias também são frequentes neste setor da paisagem, dando início as calhas de drenagem, a exemplo dos ribeirões Piedade, Catarina e Casa Branca, na face oeste da Serra, afluentes da margem direita do Rio Paraopebas. Na vertente leste destacam-se o Ribeirão dos Macacos, o Córrego dos Fechos, o Córrego da Mutuca e o Rio do Peixe, afluentes da margem esquerda do Rio das Velhas. Esses cursos d'água são mananciais de grande importância, não apenas para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como para a manutenção do próprio geossistema da Serra da Moeda.

LOCALIZAÇÃO DAS CAVERNAS

Poucas cavernas foram registradas na face oeste da Serra da Moeda, onde as vertentes são mais escarpadas, condicionadas pelo sistema de falha Moeda-Bonfim. A maior parte das cavernas está distribuída na vertente leste e na linha de crista da Serra. As cavernas estão posicionadas em diversos compartimentos, desde as baixas vertentes até a crista da Serra, em altitudes que variam de 1.100 a 1.500 m. No entanto, a maior parte das cavernas está acima de 1.400 m, ou seja, nas altas vertentes. As entradas das cavernas estão distribuídas ao longo das bordas das coberturas de canga, formadas por pequenas escarpas, em zonas de cabeceira ou rupturas isoladas da formação ferrífera, muitas vezes associadas às ravinas ou vales secos (Imagem 4). A altura dessas escarpas geralmente é baixa, variando até 3 m, raramente ultrapassando 5 m. Entradas em claraboia também são frequentes e ocorrem quando a caverna está bem próxima à superfície da canga. Parte do teto da caverna perde sua sustentação e desmorona, expondo o ambiente subterrâneo.

AS ROCHAS CAVERNOSAS

As cavernas da Serra da Moeda foram desenvolvidas no interior das cangas, na formação ferrífera e no contato entre as duas. Cavernas em quartzitos já foram identificadas, mas em pequeno número. Cavernas no itabirito



Imagem 4. Ruptura da canga no Parque Estadual da Serra do Rola Moça; nessas rupturas ocorrem as cavernas. Foto: Ataliba Coelho

(protominério) ocorrem; no entanto, a grande maioria das cavernas está na rocha mineralizada (minério de ferro). O minério de ferro, devido à remoção das camadas de quartzo e da dolomita, apresenta apenas feições residuais do bandamento original. Predominam as bandas de ferro individualizadas por vazios de morfologia tabular/laminar. Esses vazios estão frequentemente ocupados por neoformações de composição argilosa. Em uma mesma caverna é possível registrar a presença do minério compacto e do minério friável.

Na canga também temos várias cavernas. A canga detrítica é constituída por clastos da

própria formação ferrífera bandada, caoticamente arranjados e cimentados por matriz limonítica. Os clastos estão representados por seixos (mais frequente) e calhaus. A canga ocupa, de modo geral, o teto das cavernas, sendo que nas paredes e no piso está exposta a formação ferrífera. Na Serra da Moeda foi identificado, em algumas cavernas, o imbricamento de clastos segundo a inclinação da vertente.

Muitas cavernas têm seu desenvolvimento condicionado à atitude da formação ferrífera. Na Serra da Moeda isso implica dizer que muitas cavernas inseridas nessa litologia

possuem condutos inclinados, acompanhando o mergulho das camadas. Em cavernas do flanco leste da Serra a orientação preferencial da formação ferrífera é N30-50W, variando o mergulho em torno de 50 a 65 graus NE. O bandamento também controla processos de abatimento, responsáveis pela modificação da morfologia do teto das cavernas. Dobras do tipo *kink bands* também estão presentes nas paredes das cavernas, mas não influenciam feições morfológicas.

As fraturas são estruturas que também exercem controle na direção preferencial de condutos. Em geral, tendem a ser estruturas mais marcantes no controle retilíneo dos condutos. Fraturas na formação ferrífera E-W, N20W e N-S controlam condutos na Serra da Moeda. Também há registros de estruturas falhadas N-S.

DIMENSÕES, MORFOLOGIA E HIDROLOGIA

A partir de dados dimensionais de 102 cavernas da Serra da Moeda foi possível verificar que a grande maioria possui pequenas dimensões, incluindo projeção horizontal, área e volume. Na Imagem 5 é possível constatar que aproximadamente metade do número de cavernas se agrupa no menor intervalo dimensional, enquanto que a outra metade se mostra melhor distribuída ao longo dos demais intervalos. Em síntese, a maioria das cavernas apresenta menos de 20 m de projeção horizontal e menos de 40 m² e 40 m³.

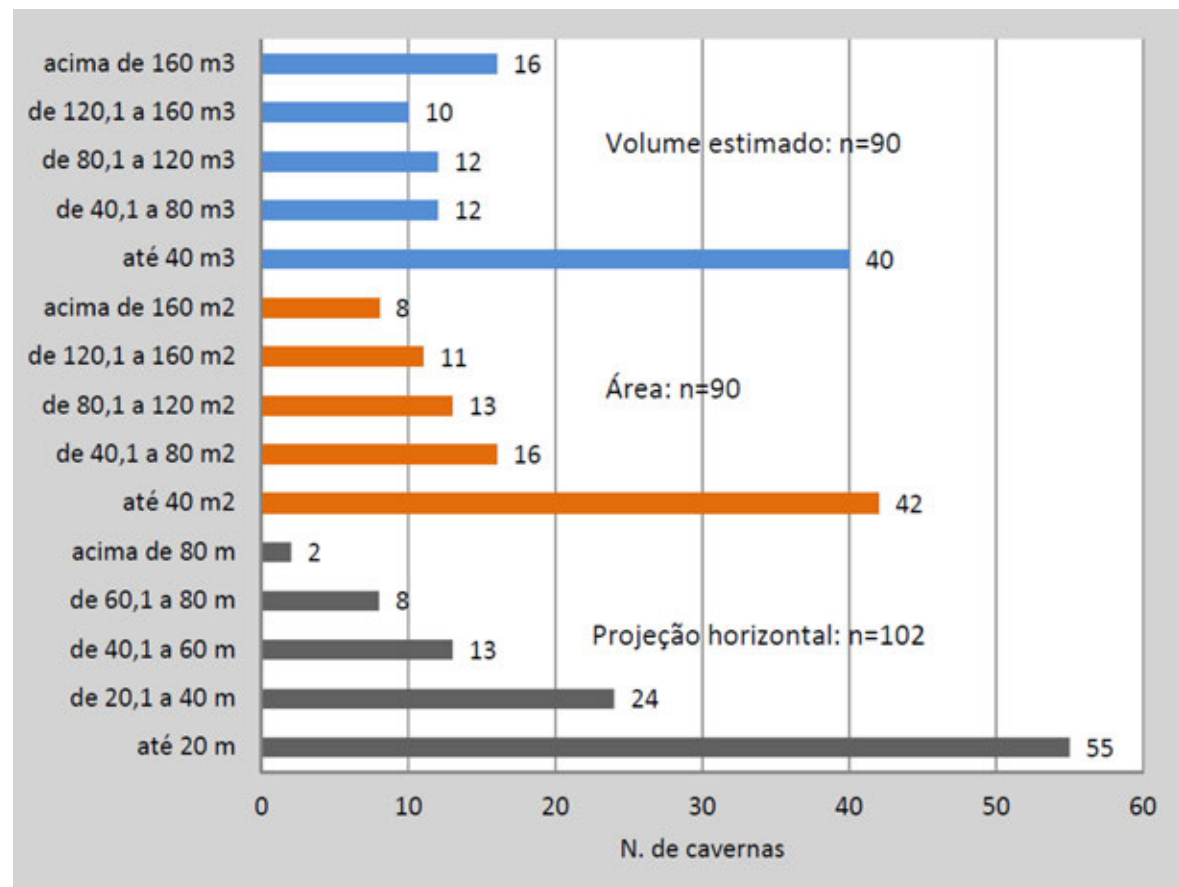


Imagem 5. Distribuição das cavernas por classes de projeção horizontal, área e volume.

Essas cavernas são, em sua maioria, formadas por salões únicos, com apêndices que se afinam em pequenos canais. As formas planimétricas são muitas vezes disformes, mas é possível identificar nas plantas baixas formas semicirculares, bifurcadas, retangulares, afinadas ou retilíneas. Cavernas mais desenvolvidas apresentam condutos irregulares, de tamanho variado, que se interconectam. A conexão entre câmaras maiores pode se dar por meio de passagens estreitas, sugerindo conexões tardias (Imagem 6). Nesse

processo de conexões os canalículos constituem feições de grande importância, pois sua evolução gera expansões laterais, que podem eventualmente evoluir para condutos.



Imagem 6. Estreitamento do conduto da caverna RM-03, no Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Foto: Ataliba Coelho

As seções das cavernas são muito irregulares, com a presença de pilares, pendentes e clarraboias. As cavernas de canga apresentam, muitas vezes, uma textura nas paredes do tipo *spongework*, definida por Palmer (2009), onde se destacam variadas feições alveolares. Nas cavernas desenvolvidas na formação ferrífera, as seções podem ser controladas pelos planos inclinados gerados pelo bandamento,

produzindo pisos e tetos inclinados, seguindo a direção do mergulho da rocha e das vertentes, principalmente na vertente leste da Serra da Moeda. Não há nas paredes e teto feições de origem hidrológica como *scallops*, *pockets* ou canais de teto, como ocorre nas cavernas carbonáticas. Ao contrário do que ocorre nas regiões cársticas, as cavernas ferríferas apresentam desenvolver-se como macroporos

isolados, e não em um sistema de condutos conectados, como no carste. As conexões ocorrem quando a caverna é envolvida pelos processos de escoamento pluvial. Uma síntese das feições mais comuns nas cavernas ferríferas é apresentada na Imagem 7a. A Imagem 7b mostra um setor da caverna RM-33 que agrupa algumas dessas feições.

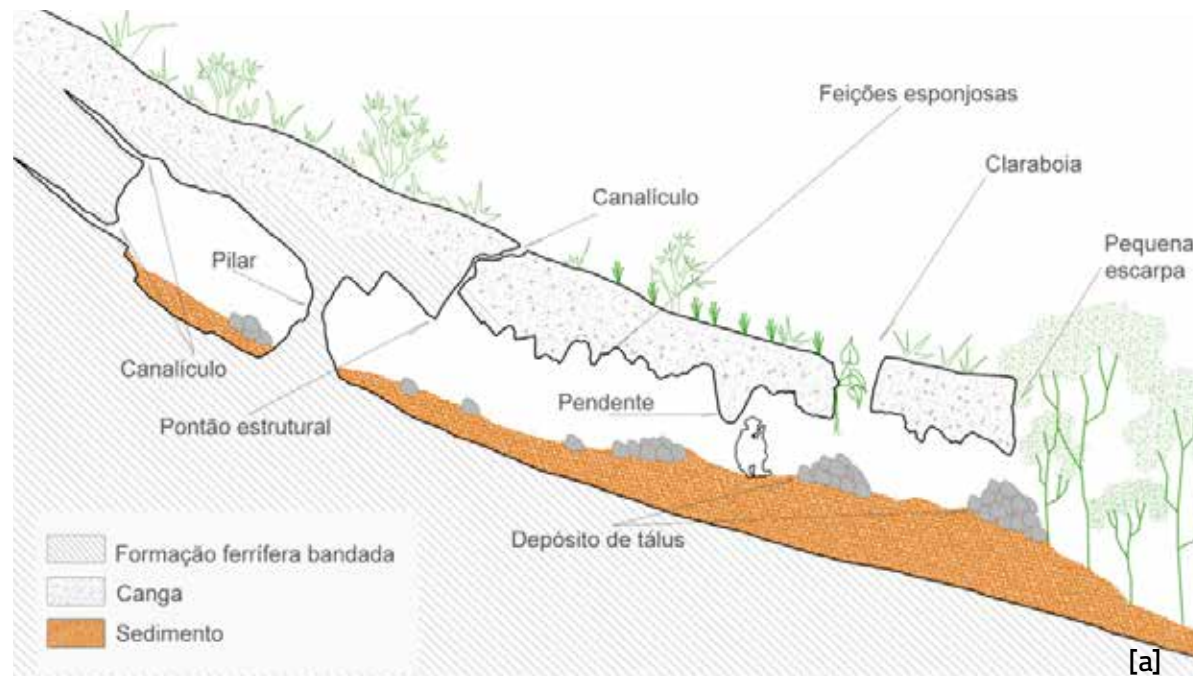
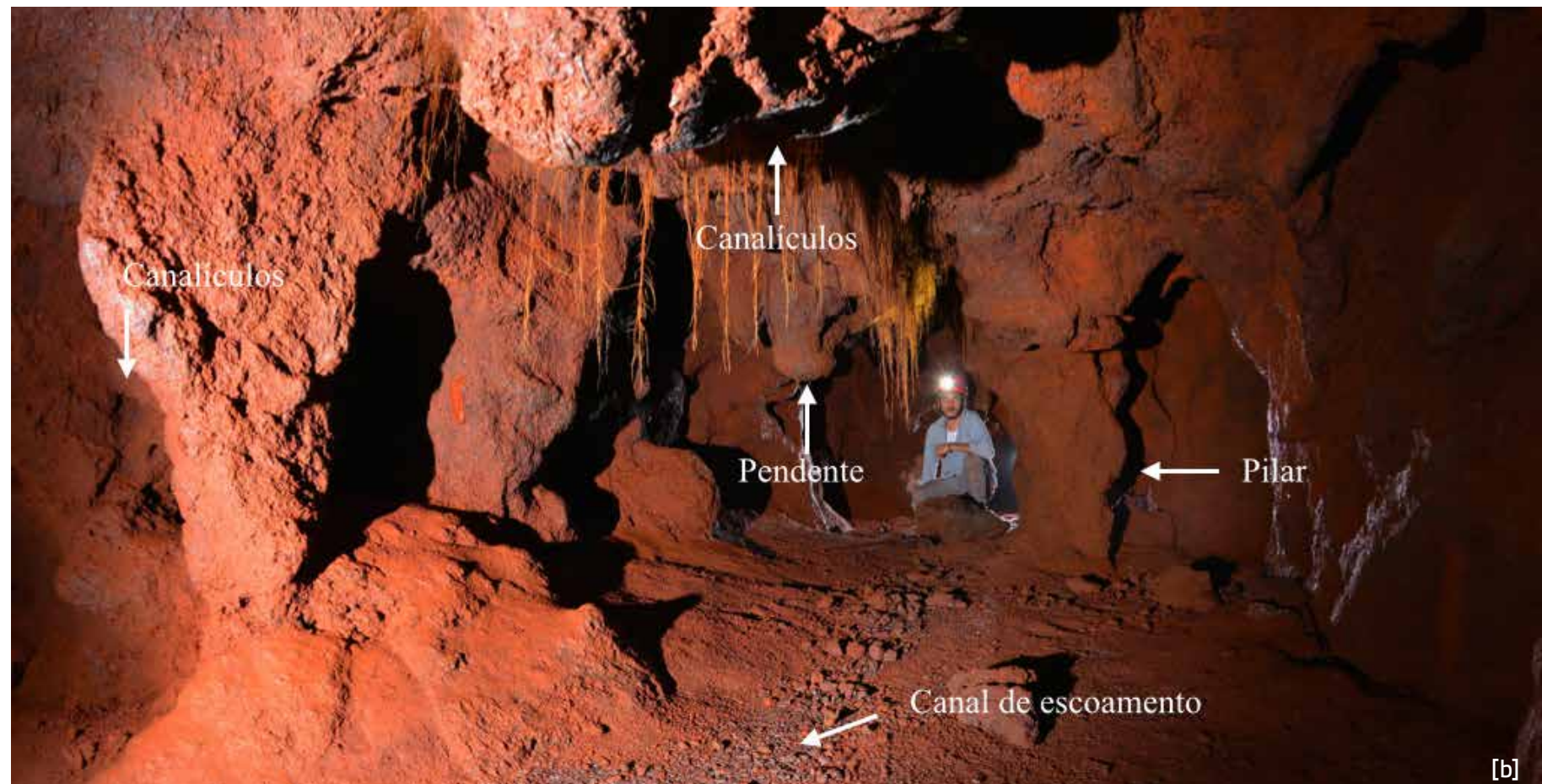


Imagem 7. (a) Perfil síntese de uma caverna ferrífera com as principais feições morfológicas. (b) Salão da caverna RM-33, com algumas feições típicas das cavernas ferríferas, tais como pendentes, pilares e canalículos. No piso é possível distinguir sinais de escoamento temporário, gerado pela percolação de águas pluviais por canalículos existentes no teto. As raízes visíveis no teto entram por pequenos canalículos ao longo de uma fratura e indicam a proximidade da caverna em relação à superfície. Foto: Ataliba Coelho



As cavernas ferríferas da Serra da Moeda são secas. Diante da proximidade com a superfície, as cavernas estão geralmente conectadas ao sistema hidrológico das vertentes, ge-

gerando um escoamento subsuperficial muito irregular. É comum a presença de surgências, canais de drenagem e poças temporárias, geradas pela concentração do gotejamento ou

percolação de águas pluviais infiltradas através dos canalículos ou discontinuidades geológicas. Essas feições hidrológicas são mais expressivas na estação chuvosa.

OS DEPÓSITOS CLÁSTICOS E QUÍMICOS DAS CAVERNAS

Os sedimentos clásticos das cavernas são em geral pouco espessos e constituídos predominantemente por fragmentos de hematita originados do minério de ferro ou da canga, pertencendo a três classes: grandes blocos abatidos (calhaus e matacões), cascalho fino (seixos, grânulos e areia grossa) e material la-

moso (silte e argila). Predomina o sedimento resultante de processos gravitacionais tais como abatimentos de partes do teto e de paredes das cavernas, denominado de autogênico (Imagem 8). O transporte sedimentar é muito restrito, uma vez que materiais móveis disponíveis (solos e sedimentos) sobre as ca-

vernias são escassos. Os sedimentos alógenos, ou seja, vindos de fora, são limitados e ocorrem principalmente na forma de depósitos de tálus na entrada das cavernas e sob as claraboias.

Imagem 8. Sedimentos autogênicos na caverna RM-33, compostos por calhaus e matacões. Foto: Ataliba Coelho



Sedimentos orgânicos são frequentes, sendo comuns as acumulações de folhiço, principalmente nas entradas. Raízes também são comuns e podem aflorar no piso e locais onde a rocha do teto ou das paredes encontra-se mais alterada. Guano e fezes de pequenos vertebrados também foram registradas nas cavernas. Fragmentos de carvão podem ocorrer. Em alguns casos podem estar relacionados à ocupação humana pré-histórica, como registrado na caverna Capão Xavier I. Piló e Auler (2005), através da abertura de trincheira na zona de entrada da caverna, constataram depósitos mistos com mais de 2 m de profundidade. Nessa mesma caverna, um fragmento de carvão a 28 cm de profundidade foi datado pelo método radiocarbono em 1.540 a 1.250 anos AP. A taxa obtida, apesar de importante, deve ser considerada somente como uma referência da baixa velocidade de sedimentação das cavernas de minério de ferro, mesmo na zona de entrada.

A presença humana pré-histórica nas cavernas da Serra da Moeda remonta a mais de 1.000 anos AP, sendo atestada pelo registro de fragmentos de utensílios de cerâmica, lascas de quartzo e pequenas fogueiras, muitas vezes aflorando sobre o piso ferruginoso. Apesar da presença de material arqueológico, já registrado e datado pelos arqueólogos (Baeta e Piló, 2005), os sedimentos antropogênicos, quando existentes, são muito rasos, indicando estadas rápidas desses grupos hu-

manos nesses pequenos espaços subterrâneos da região.

Os depósitos químicos registrados nas cavernas ferríferas constituem, salvo raras exceções, feições de pequeno porte. Os mais comuns são as crostas e os coralóides, seguidos de escorrimentos, que podem por vezes comportar textura microtravertínica. Destacam-se também pingentes e cortinas. Os escorrimentos de parede e pingentes possuem coloração marrom ou avermelhada e são constituídos principalmente por óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio (hematita, goethita e gibbsita), reforçando que os solutos que formam esses espeleotemas têm sua origem na rocha ferrífera. Os coralóides, assim como as crostas que recobrem piso, paredes e blocos são constituídos principalmente por óxidos e hidróxidos de ferro e fosfatos (leucofosfita, variscita, estrengita e fosfoferrita) gerados principalmente pela ação do guano. Sulfatos também estão presentes nos espeleotemas, mas com uma diversidade menor, destacando-se gipsita e aluminita (Auler e Piló, 2007). Alguns desses minerais são bastante raros ou mesmo identificados pela primeira vez em ambiente de caverna (Hill e Forti, 1997). A Imagem 9 apresenta alguns dos tipos mais comuns de espeleotemas encontrados nas cavernas ferríferas.

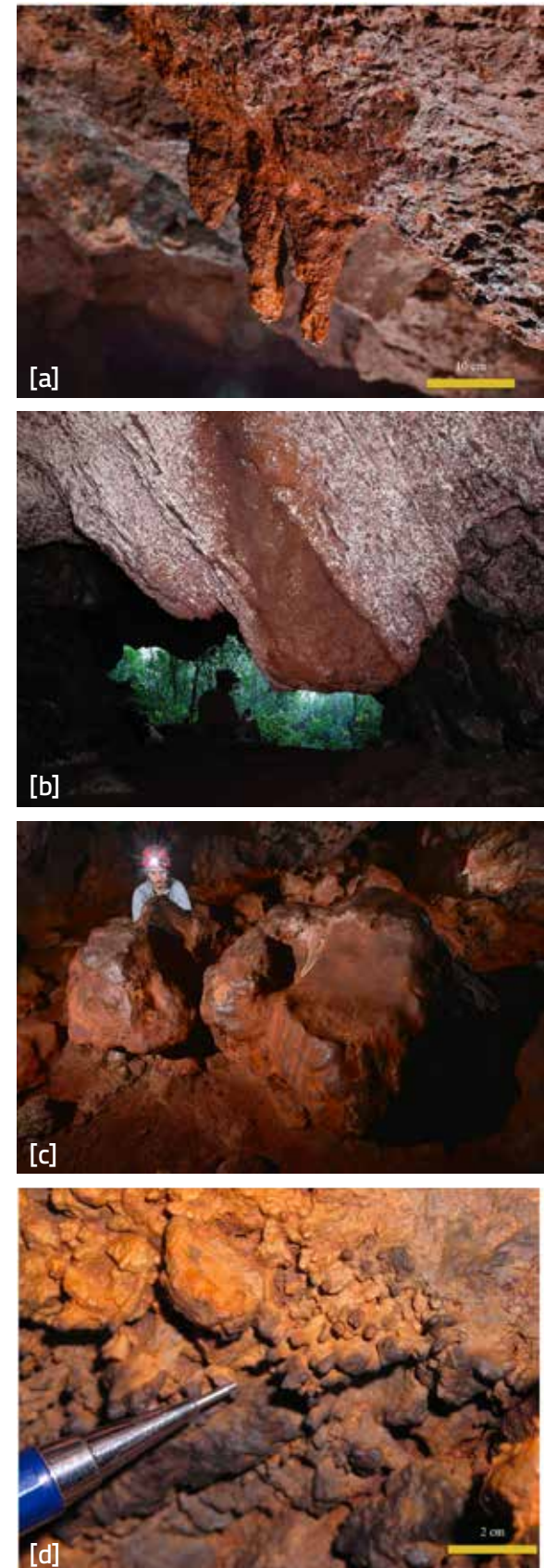


Imagem 9. Espeleotemas típicos das cavernas ferríferas: (a) pingentes; (b) escorrimentos; (c) crostas; e (d) coralóides. Fotos: Ataliba Coelho

BIOLOGIA DAS CAVERNAS

A maioria das cavernas ferríferas registrada na Serra da Moeda é rasa e pequena, o que acarreta ambientes muitas vezes iluminados e com maiores oscilações de temperatura e umidade em relação ao esperado em um ambiente subterrâneo típico. A maioria das cavernas não apresenta drenagens, entretanto a superficialidade das cavernas e porosidade da rocha facilitam a entrada de água em períodos de chuva. Em cavernas maiores, com condutos mais isolados e inseridos mais profundamente na rocha, podem ser encontradas regiões mais úmidas e até gotejamento em períodos secos.

Nas cavernas ferríferas da Serra da Moeda pode ser observado um grande número de canalículos, o que reforça uma mudança de foco das cavernas como sistemas isolados para um sistema maior, com espaços interconectados de diferentes tamanhos, propiciando o trânsito e estabelecimento de organismos. Nesse contexto, as cavernas podem ser consideradas parte desse ambiente subterrâneo mais amplo, com suas dimensões maiores permitindo o acesso para estudos e observações.

Uma característica conspícua nas cavernas é a presença de raízes, na sua maioria representada por feixes finos presentes no piso, que adentram através das entradas horizontais, claraboias ou permeando espaços me-

nores da rocha. Além das raízes, os recursos tróficos mais comuns observados no interior das cavidades compreendem material vegetal e detritos, encontrados principalmente próximos às aberturas. Fezes de vertebrados que usam as cavidades como abrigo, como anuros e morcegos, também já foram registradas, embora esse recurso trófico seja ocasional e imprevisível.

Estudos e inventários faunísticos efetuados em cavernas ferríferas, incluindo cavidades na Serra da Moeda, têm revelado uma fauna diversificada, incluindo a ocorrência de espécies troglóbias (restritas ao meio subterrâneo). Ferreira (2005), em um estudo pioneiro sobre a fauna em cavernas ferríferas no país, na sua maioria localizada na Serra da Moeda, versa sobre a diversidade biológica e a caracterização do ecossistema em cavernas dessa litologia. Silva *et al.* (2011), em uma análise comparativa entre comunidades de invertebrados em cavidades de diferentes litologias, indica que cavernas ferríferas apresentam riqueza relativa média mais alta em relação a cavernas de outras litologias, assim como a riqueza média de troglomórficos. Gomes *et al.* (2013), por sua vez, discute os fatores que influenciam a ocupação das cavidades ferríferas da Serra da Moeda por morcegos. Novas espécies de invertebrados têm sido detectadas em cavernas da área, algumas já descritas, como o palpígrado *Eukoenenia fer-*

ratis (Souza e Ferreira, 2011), a aranha *Brasilomma enigmatica* (Brescovit *et al.*, 2012), o diplópodo *Pseudonannolene rolamossa* (Iniesta e Ferreira, 2013) e o colêmbolo *Troglobius ferroicus* (Zeppelini *et al.*, 2014). Adicionalmente, um estudo microbiológico envolvendo diversidade e dispersão de esporos de fungos já foi conduzido em uma caverna no Parque Estadual da Serra do Rola Moça (Taylor *et al.*, 2014).

Dentre os animais encontrados no interior das cavernas estão acidentais, que ocorrem fortuitamente nesse ambiente, geralmente encontrados próximos às entradas, e organismos cavernícolas. De modo geral, os cavernícolas não restritos ao meio subterrâneo são registrados com maior frequência nas cavidades e muitos pertencem a grupos taxonômicos comumente encontrados nesse ecossistema. Seu status ecológico, se troglóxeno (encontrado regularmente no meio subterrâneo, mas precisa sair da caverna para completar o ciclo de vida) ou troglófilo (com populações no meio subterrâneo e superficial, podendo completar todo o ciclo no interior da caverna), especialmente considerando macroinvertebrados, com maior mobilidade, pode variar de acordo com a quantidade de recursos disponíveis no interior da caverna.

Considerando vertebrados, morcegos são encontrados em poucas cavernas, em bai-

xa densidade populacional e aparentam não possuir fidelidade ao abrigo. Manchas de guano deixadas por esses organismos troglóxenos, quando encontradas, são pequenas, raras e muitas vezes já estão exauridas. Dentre as espécies já registradas em cavernas da área estão *Micronycteris microtis*, com dieta insetívora, e *Glossophaga soricina*, nectarívora. Ocasionalmente podem ser encontrados no interior das cavernas anuros, que utilizam a cavidade como abrigo, e urubus com filhotes.

Dentre os invertebrados comuns em cavernas da Serra da Moeda podem ser citados: aranhas *Isoctenus* sp. (Ctenidae) e *Mesabolivar* sp. (Pholcidae), pseudoescorpiões *Spelaeochernes* sp. (Chernetidae), ninfas de hemípteros Reduviinae e Cixiidae, opiliões *Goniosoma vatrax* (Gonyleptidae) (Imagem 10 a), grilos *Endecous* sp. (Imagem 10 b) e *Eidmanacris* sp. (Phalangopsidae), diplópodos *Pseudonannolene* sp., gastrópodos *Happia* sp. (Systrophiidae), cupins *Nasutitermes* sp. (Termitidae), besouros Pselaphinae spp. (Staphylinidae) e larvas de Tenebrionidae.

Algumas espécies apresentam modificações morfológicas (troglomorfismos), que podem ser indicativas de isolamento no ambiente subterrâneo (troglóbios). Dentre os troglomorfismos morfológicos estão a redução de olhos, pigmentação e alongamento de apêndices. É mais comum o registro de animais troglomórficos em cavernas com ambientes mais abrigados, úmidos e escuros. Podem ser citados nesse grupo pequenos opiliões *Cryptotogebiidae*, lacraias *Cryptops* sp. (Imagem

10 c), pseudoescorpiões *Pseudochthonius* sp. (Chthoniidae), aranhas *Tisentnops* sp. (Caponiidae) (Imagem 10 d), colêmbolos *Pararrhopalites* sp. e *Troglobius ferroicus*.



Imagem 10. Exemplos da fauna de invertebrados das cavernas da Serra da Moeda: (a) Opilião *Goniosoma vatrax* cuidando de ovos; (b) Grilo *Endecous* sp.; (c) Lacraia *Cryptops* sp.; e (d) Aranha Caponiidae (em álcool). Fotos Renata de Andrade

GÊNESE, EVOLUÇÃO E IDADE DAS CAVERNAS

Simmons (1963) foi pioneiro em atribuir a gênese das cavernas em minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero a processos de dissolução. Segundo ele, a dissolução da dolomita, e também de quartzo e hematita, leva à formação de uma zona de minério de ferro alterado de alta porosidade que chega a atingir 50% do volume da rocha.

Alguns autores como McFarlane e Twidale (1987) acreditam que a dissolução dos óxidos de ferro, e não somente de sílica e dolomita, são essenciais à carstificação em minério de ferro. Essas zonas, no saprólito, foram denominadas pelos referidos autores de “zonas pálidas” e dependeriam da lixiviação do ferro. Esses autores indicam a atuação de agentes microbiológicos na dissolução, devido ao caráter pouco solúvel dos óxidos de ferro. Parker *et al.* (2013) têm investigado a participação das comunidades microbianas na gênese das cavernas ferríferas de Carajás. Foi identificada intensa atividade microbiana e biofilmes pendentes (*snottites*) no interior das cavernas, que incluiu reconhecidas espécies nos processos de oxidação e redução do ferro. Com a redução do ferro, o fluxo de águas subterrâneas poderia remover massa de Fe (II) aquoso, permitindo o alargamento de vazios e formação de cavernas. *Snottites* também têm sido registrados em cavernas da Serra da Moeda.

Recentemente, Auler *et al.* (2014) têm apresentado dados novos, discutindo a geração de vazios em profundidade na formação ferrífera, que envolveria tanto ação biológica quanto química. Furos de sondagens geológicas registram com frequência a ocorrência de vazios isolados em diversas profundidades (abaixo da zona do intemperismo, na ordem de até algumas centenas de metros) do substrato rochoso. Diferentemente das cavernas de padrão espongiforme definida por Palmer (2009), as cavernas profundas na formação ferrífera não apresentam conexões entre os poros na escala do substrato rochoso, constituindo macroporos isolados, muito irregulares, formados em ambiente de fluxo lento. As cavernas na formação ferrífera não constituem rotas de drenagem subterrânea, como as cavidades carbonáticas. Segundo Auler *et al.* (2014), esses processos espeleogenéticos apresentam semelhanças com as cavernas hipogênicas, no sentido em que a porosidade da rocha inicial é gerada em profundidade, sem nenhuma influência de processos de superfície.

Posteriormente, em decorrência do recuo lateral das vertentes, centenas dessas cavidades existentes próximas à superfície se conectaram aos terrenos ferruginosos, ampliando as conexões com a dinâmica hidrológica das vertentes. Várias entradas de pequenas cavernas foram abertas neste processo evolutivo. Pequenas cavidades, por sua vez, se conectaram. A sedimentação foi

intensificada com os movimentos de massa (abatimentos), gerando depósitos cascalhentos rasos de origem autogênica.

Piló e Auler (2009) têm se referido às cavernas geradas na formação ferrífera de "minerogênicas", ou seja, estariam associadas à mineralização da formação ferrífera. A maioria dos autores defende que o pré-enriquecimento das formações ferríferas, gerados por processos hidrotermais, onde a carbonatação é o mais importante, é necessário para a geração de grandes volumes de rocha friável (Spier *et al.*, 2003; Rosière e Rios, 2004). Este aspecto, associado à dissolução dos carbonatos, levaria ao desenvolvimento de feições dissolutivas em ambiente dominado pelas formações ferríferas. A lixiviação dos carbonatos substituídos (processos hipogênicos) ou não (variação faciológica), mas também da sílica, incluindo processos hipogênicos e supergênicos, foi fundamental para o desenvolvimento da porosidade e a formação das cavernas no Quadrilátero Ferrífero. Essa ideia foi defendida, pioneiramente, por G. Simmons, em 1960.

Esse modelo de ampliação da porosidade pelos processos de mineralização da rocha não se aplica diretamente à gênese de cavernas na canga. A zona de contato irregular entre a canga e o minério de ferro favorece a espeleogênese. Locais de mudança textural e descontinuidades constituem pontos favoráveis para que os processos de dissolução e erosão ocorram e macroporos sejam gerados. Em

cavernas formadas exclusivamente na canga, a dissolução microbiológica e química se concentram na matriz cimentante dos clastos, promovendo o desmonte da canga.

Com relação à idade das cavernas ferríferas, os dados ainda são incipientes. Spier (2005) tem revelado intensos processos de intemperismo químico que atuaram nas formações ferríferas do Quadrilátero Ferrífero e permitiram a completa dissolução da dolomita e a formação de minerais de manganês. Datações pelo método $40\text{Ar}/39\text{Ar}$ no manganês forneceram idades entre 61,5 Ma a 14,2 Ma, sugerindo uma longa história de intemperismo na região. No entanto, a maior parte dos óxidos de Mn precipitou no intervalo entre 51 e 41 Ma, com pico por volta de 46,7 Ma. Os dados cronológicos também demonstram que o perfil de intemperismo das formações ferríferas já tinha atingido o atual estágio de desenvolvimento há cerca de 50 Ma. Esses dados indicam que a partir do Eoceno as formações ferríferas já apresentavam condições para a espeleogênese. Essa hipótese coloca as cavernas na formação ferrífera como muito mais antigas que as cavernas na formação calcária, geradas a partir do Plioceno (5-1,8 Ma).

Recentemente, Monteiro *et al.* (2014), utilizando o método U-Th/He, datou diversas cangas no Quadrilátero Ferrífero. A canga mais antiga, localizada na Serra do Gandarela, registrou uma história de dissolução e re-

precipitação que teve início há $48,1 \pm 4,8$ Ma, processo este que continua de modo intermitente até o presente. Mais recente, a canga datada na Serra da Moeda, registrou uma ida-

de de 15 Ma. Essas idades demonstram que existem cangas muito antigas do Cretáceo e cangas mais jovens do Pleistoceno, indicando que a partir também do Eoceno a canga já po-

deria encerrar cavernas. Na Serra da Moeda, o marco hipotético do início da espeleogênese é o Mioceno (25 a 5 Ma).

CONCLUSÕES

As cavernas ferríferas da Serra da Moeda, como em todo o Quadrilátero Ferrífero, se caracterizam por pequenas câmaras de planimetria muito irregular, com apêndices que se afunilam em pequenos canais que se inter cruzam no interior do substrato ferrífero. As maiores cavernas apresentam condutos muito irregulares, de tamanho variado que se interconectam através de condutos mais estreitos, sugerindo conexões tardias. Os depósitos clásticos, constituídos por seixos de hematita originados da formação ferrífera e das cangas, são predominantemente autogênicos, gerados por movimentos de massa. O transporte sedimentar nas cavernas é muito restrito e os sedimentos alogênicos de ocorrência restrita.

Os espeleotemas apresentam menor diversidade em comparação com as cavernas carbonáticas. Destacam-se, principalmente, crostas e coralóides, que demonstram uma diversidade mineralógica importante, incluindo óxidos e hidróxidos de ferro, além de fosfatos e sulfatos. Minerais ainda não identifi-

cados em outras cavernas do mundo já foram registrados na região, a exemplo do mineral fosfoferrita (Hill e Forti, 1997).

Dentre as características do ecossistema subterrâneo presente em rochas ferríferas, nas quais as cavernas da Serra da Moeda ocorrem, estão a superficialidade, alto potencial de conectividade no pacote rochoso devido a presença de numerosos canalículos e presença de raízes. O conjunto de cavidades na Serra da Moeda abriga uma fauna diversificada, que inclui novas espécies, algumas das quais já descritas (aranha, colêmbolo, diplópodo e palpígrado) e organismos cavernícolas, dentre eles espécies troglomórficas potencialmente endêmicas a esse ambiente.

A gênese das cavernas, incluindo bioespeleogênese, está sendo revelada pela primeira vez no Brasil. Como discutido, na expansão da porosidade e formação das cavernas, os processos de lixiviação dos carbonatos, mas também da sílica, incluindo processos hipogênicos e supergênicos, foi decisiva. Essas cavi-

dades se encontram em grande profusão em todo o substrato rochoso da Serra da Moeda e demais serras ferríferas do Quadrilátero Ferrífero. A zona de contato entre a canga e a formação ferrífera também se mostrou muito favorável à espeleogênese.

Um conjunto envolvendo 122 cavernas ferríferas já se encontra com preservação efetiva em unidades de conservação no Quadrilátero Ferrífero (CECAV, 2014), merecendo destaque as cavernas do Parque Estadual da Serra do Rola Moça, do Monumento Natural Serra da Moeda, da Reserva Biológica Campos Rупестres de Moeda Sul e do Monumento Natural Mãe D'Água. É importante ampliar a conservação desses testemunhos na forma de áreas contínuas, visando o intercâmbio de processos físicos, biológicos e culturais da Serra da Moeda, patrimônio de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULER, A. & PILÓ, L. B. Aspectos morfológicos e evolução de cavernas em minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. II Encontro Brasileiro de Estudos do Carste Instituto de Geociências, IG-USP. Caderno de Resumo, 2007. p.8.

AULER, A.; PILÓ, L. B.; PARKER, C. W.; SENKO, J. M.; SASOWSKY I.D. & BARTON, H.A. Hypogene cave patterns in iron ore caves: convergence of forms or processes? Karst Waters Institute. Special Publication, 2014. 18: 15-19.

BAETA, A. & PILÓ, H. Arqueologia do Quadrilátero Ferrífero: aspectos preliminares sobre sua ocupação Estudo de Caso do Capão Xavier. O Carste, 3 (17), 2005. 116-131.

BRESCOVIT, A. D.; FERREIRA, R. L.; SILVA, M. S. & RHEIMS, C. A. *Brasilomma* gen. nov., a new prodidomid genus from Brazil (Araneae, Prodidomidae). Zootaxa, 3572, 2012. 23 - 32.

CALUX, A. S. Gênese e desenvolvimento de cavidades naturais subterrâneas em rochas ferríferas no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, 2013. 220p.

CARMO, F. F.; CARMO, F. F.; SALGADO, A. A. R. & JACOBI, C. M. Novo Sítio Espeleológico em sistemas Ferruginosos, no Vale do Rio Peixe Bravo, norte de Minas Gerais, Brasil. Espeleo-Tema, 22, 2011. 25-39.

CECAV-Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. Base de dados geoespecializados das cavernas do Brasil. Brasília: CECav/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cecav/downloads/mapas.html>. Acesso em: 16/09/2014.

DUTRA, G. Síntese dos processos de gênese de cavidades em litologias de ferro. In: Congresso Brasileiro de Espeleologia, 32, 2013. Barreiras, 2013. Anais do Congresso Brasileiro de Espeleologia. Campinas: SBE, p.415-426.

FERREIRA, R. L. A vida subterrânea nos campos ferruginosos. O Carste, 3, 2005. 106-115.

GOMES, A. M.; ARAÚJO, A. V.; FALCÃO, L. A. D.; RODRIGUES, M. S. P.; CARMO F. F. & PAGLIA, A. Seleção de cavernas ferruginosas como abrigo por morcegos no quadrilátero ferrífero, Minas Gerais, Brasil. In: RASTEIRO, M.A.; MORATO, L. (Orgs.) Anais do Congresso Brasileiro de Espeleologia, 32, Barreiras, 2013. Anais. Campinas: SBE. p.131-136.

GUILD, P.W. Geology and Mineral Resources of the Congonhas District. United States Geological Survey Professional Paper, 290, 1957. 90 p.

HENWOOD, W.J. On the gold mines of Minas Geraes. In: Observations on metalliferous deposits. Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall, 8, 1871. 168-370.

HILL, C. A. & FORTI, P. Cave Minerals of the World. National Speleological Society - NSS, 1997. 463p.

INIESTA, L. F. M. & FERREIRA, R. L. Two new species of Pseudonannolene Silvestri, 1895 from Brazilian iron ore caves (Spirostreptida: Pseudonannolenidae). Zootaxa, 3716 (1), 2013. 75 - 80.

MCFARLANE, M. J. & TWILDALE, C. R. Karstic features associated with tropical weathering profiles. Zeitschrift für Geomorphologie Suppl. Bd, 64, 1987. 73-95.

MEDINA, A. I.; DANTAS, M. E.; SAADI, A. Projeto APA Sul RMBH: geomorfologia, mapa geomorfológico, escala 1:50.000 em 3 partes. Belo Horizonte: SEMAD/CPRM, 2005.

MMA-Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. Instrução Normativa nº 2, de 20 de agosto de 2009. Dispõe sobre a metodologia para classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de agosto de 2009, Seção 1, n. 160, p. 68-71.

MONTEIRO, H.; VASCONCELOS, P. M.; FARLEY, K. A.; SPIER, C.; MELLO, C. (U-Th)/He Geochronology of Goethite and the Origin and Evolution of Cangas. Geochimica et Cosmochimica Acta, 131, 2014. 267-289.

PALMER, A. N. Cave Geology. 2ª ed. Dayton, Ohio: Cave books, 2009. 454p.

PARKER, C. W.; AULER, A. S.; SENKO, J.; SASOWSKY, I. D.; PILÓ, L. B.; SMITH, M.; JOHNSTON, M.; BARTON, H. Microbial iron cycling and biospeleogenesis: cave development in the Carajás Formation, Brazil. ICS Proceedings. Prague, 2013. 442-446.

PEREIRA, M. C. Aspectos Genéticos e Morfológicos das Cavidades Naturais da Serra da Piedade Quadrilátero Ferrífero/MG. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. 149p.

PILÓ, L. B. e AULER, A. Cavernas de Minério de Ferro e Canga de Capão Xavier, Quadrilátero Ferrífero, MG. O Carste, 17, 2005. 92-105.

PILÓ, L. B. & AULER, A. S. Geoespeleologia das cavernas em rochas ferríferas da região de Carajás, PA. In: Anais do Congresso Brasileiro de Espeleologia, 30, Montes Claros: SBE, 2009. p. 181-186.

PISSIS, N. A. Mémoire sur la position géologique des terrains de la partie australe du Brésil et sur les soulèvements qui, à diverses époques, ont changé le relief de cette contrée. Memoire de L'Institute de France, 10, 1842. 353-413.

ROSIÈRE, C. A.; RIOS, F. J. The origin of hematite in high-grade iron ores based on infrared microscopy and fluid inclusion studies: the example of the Conceição mine, Quadrilátero Ferrífero, Brazil: Economic Geology, 99, 2004. 611-624.

SALGADO, A. A. R.; VARAJÃO, C. A. C.; COLIN, F.; BRANCHER, R.; VARAJÃO, A. F. D. C.; NALILI Júnior, H. A.; CHEREM, L. F. S.; MARENT, B. R.; BRINDUSA, C. B. Estimativa das taxas de erosão das terras altas da alta bacia do Rio das Velhas no Quadrilátero Ferrífero: implicações para a evolução do relevo. Revista Brasileira de Geomorfologia, 8 (2), 2007. 3-10.

SILVA, M. C.; MARTINS, R. P.; FERREIRA, R. L. Cave lithology determining the structure of the invertebrate communities in the Brazilian Atlantic Rain Forest. Biodiversity and Conservation, 20, 2011. 1713-1729.

SILVA, R. G.; GOMES, C. J. S. Análise da deformação na porção centro-sul do sinclinal moeda, Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Geo.br, 1, 2001. 1-23.

SIMMONS, G. C. Canga caves in the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil. The National Speleological Society Bulletin, 25, 1963. 66-72.

SIMMONS, G. C. Leucophosphite, a new occurrence in the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil. The American Mineralogist, 49, 1964. p. 377-386.

SOUZA, M. F. V. R.; FERREIRA, R. L. A new species of Eukoenua (Palpigradi: Eukoenuidae) from Brazilian iron caves. Zootaxa, 2886, 2011. 31-38.

SPIER, C. A.; OLIVEIRA, S. M. B.; ROSIÈRE, C. A. Geology and geochemistry of the Aguas Claras and Pico iron ore mines, Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil: Mineralium Deposita, 38, 2003. 751-774.

SPIER, C. A. Geoquímica e gênese das formações ferríferas bandadas e do minério de ferro da mina de Águas Claras, Quadrilátero Ferrífero, MG (Tese de Doutorado). Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2005.

TAYLOR, E. L. S.; FERREIRA, R. L.; CARDOSO, P. G.; STOIANOFF, M. A. R. Cave entrance dependent spore dispersion of filamentous fungi isolated from various sediments of iron ore cave in Brazil: a colloquy on human threats while caving. Ambient Science, 1(1), 2014. 16-28.

VARAJÃO, C. A. C. A questão da correlação das superfícies de erosão do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Revista Brasileira de Geociências, v. 21, n. 2, Rio de Janeiro/RJ, 1991. p.138-145.

ZPELLINI, D.; SILVA, D. D. da; PALACIOS-VARGAS J. G. A new species of Troglobius (Collembola, Paronellidae, Cyphoderinae) from a Brazilian iron cave. Subterranean Biology, 14, 2014. 1 - 13.



Foto: Henrique Piló

3.

Panorama sobre a Ocupação Humana na
Serra da Moeda no Período Pré-Colonial

Alenice Baeta

Henrique Piló

1-INTRODUÇÃO

Nos últimos decênios a região da Serra da Moeda, vem sendo objeto de estudos relacionados à arqueologia histórica, sobretudo associada aos períodos Colonial e Imperial, no entanto, pouco ainda se conhece sobre a ocupação humana na fase Pré-Colonial na mesma. Esta temática e consequentemente seus testemunhos são ainda pouco valorizados e compreendidos na região abrangida pela Serra da Moeda e arredores.

Este capítulo propõe tecer informações sobre a ocupação de grupos humanos em época anterior a chegada dos colonizadores, ou melhor, precedente ao fim do século XVII nessa região. No que se refere a sítios a céu

aberto, boa parte dos locais conhecidos e cadastrados versa sobre testemunhos remanescentes de aldeias instaladas em encostas de morros suaves próximos a cursos d'água, tendo sido atribuídos genericamente à denominada 'Tradição Sapucaí'. Apesar de não se encontrar diretamente inserido na Serra da Moeda, o Sítio Arqueológico Villa Emma, em Ouro Preto, próximo à divisa com o município de Congonhas, foi objeto de pesquisa recente tornando-se um importante referencial nessa perspectiva.

Sítios arqueológicos sob-rocha, sejam em cavidades na hematita, canga, escarpas quartzíticas ou em abrigos no calcário dolomítico,

alguns deles com figurações rupestres, também vêm sendo identificados a partir dos últimos decênios, sendo aqui também tratados, configurando uma categoria de patrimônio arqueológico de grande importância cultural e paisagística na Serra da Moeda.

Ainda será apresentada uma síntese dos resultados de nossas pesquisas referentes às análises cronoestilísticas dos grafismos parietais, implantação dos abrigos arqueológicos na paisagem do Sinclinal Moeda e os seus possíveis usos no passado pré-contato.

2-DERRADEIROS ANTES DO CONTATO E AS FRONTEIRAS DE EXPANSÃO COLONIAL

2.1-SÍTIO ARQUEOLÓGICO A CÉU ABERTO VILLA EMMA

O sítio arqueológico Villa Emma encontra-se no topo e meia-vertente de uma elevação próxima a atual Estação Ferroviária Crockatt de Sá, entre as bacias dos Córregos Bocaina Negra e Cássia. Esse sítio litocerâmico passou por várias intervenções como abertura de estradas, plantio de eucaliptos por mais de 60 anos e escavações de valas de contenção de água para a manutenção da atividade de silvicultura. Tais impactos comprometeram a integridade e conservação da sua cultura material e demais vestígios. Os fragmentos cerâmicos apresentaram tamanho médio de 3 a 4 cm, não tendo sido possível nenhum trabalho de reconsolidação completa de utensílio ou vasilhame.



Imagem 1 - Realização de sondagens no Sítio Arqueológico Villa Emma. Ouro Preto. Foto: Adriano do Carmo.

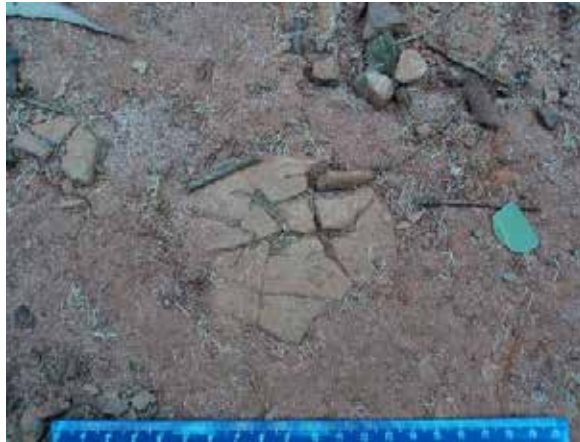


Imagem 2 - Vista de material cerâmico em superfície no Sítio Arqueológico Villa Emma. Ouro Preto. Fotos: Henrique Piló

Mesmo com toda a dilaceração do sítio proporcionado pelas atividades antrópicas sequenciais mencionadas, Villa Emma forneceu informações¹ relevantes no que tange à ocupação humana pré-histórica ainda que em uma localidade cujo relevo também fora tão alterado e comprometido por atividades minerárias a partir dos tempos coloniais. Os resultados da Termoluminescência-TL realizados nas distintas amostras cerâmicas coletadas indicam uma

antiguidade associada aos últimos decênios do século XVII, o que coincide com a ocasião da chegada dos primeiros bandeirantes e exploradores nessa região.

Bom lembrar que os primeiros bandeirantes se fixaram nos arredores do Ribeirão do Carmo (onde hoje se situa a sede de Mariana), no Vale do Tripuí e na Serra de Ouro Preto (atual sede de Ouro Preto). Provavelmente, o assentamento indígena identificado em Villa Emma tenha sido contemporâneo à chegada dos primeiros colonizadores nas localidades contíguas supracitadas e um dos derradeiros assentamentos indígenas na região.

O avanço das frentes e fronteiras primevas de mineração nessa região, possivelmente afugentou grupos e indivíduos indígenas que habitavam as terras com veios auríferos e, por isso, de interesse estratégico de ocupação e fixação da coroa portuguesa, além dos destemidos forasteiros.

Os sítios a céu aberto caracterizam-se, de modo geral, por grandes concentrações de vestígios arqueológicos, onde predominam fragmentos cerâmicos, normalmente associados a sedimentos mais escuros ou solos antrópicos. Possivelmente, se trata de fundos de cabanas ou casas ocupadas por longos períodos. Os agricultores Sapucaí tinham hábitos sedentários

e, não usando canoas, evitavam a proximidade de rios navegáveis (PROUS, 2006). Trata-se de sítios que foram instalados em áreas colinares ou mesmo em terraços, nas proximidades de pequenos ou grandes rios, com diâmetros que podem ser maiores que 500 metros (PROUS, 1992:350).

Lamentavelmente, boa parte dos sítios lito-cerâmicos identificados em Minas Gerais associados a essa categoria, encontram-se parcialmente danificados por atividades agrícolas, tendo em vista estar instalados em bons locais para atividades agrícolas e afins, como o caso do sítio Villa Emma.

A Tradição "Aratu-Sapucaí", associada à cultura material pré-colonial, foi identificada inicialmente pelo arqueólogo Calderón (1969), que propôs a Tradição Aratu para a Bahia, Sapucaí para Minas Gerais e Uru em Goiás (incluindo parte do Tocantins).

Em regra, os artefatos de barro Sapucaí, como os do sítio Villa Emma, aqui tratado, não apresentam decoração plástica, todavia, a sua tecnologia indica grande investimento em sua confecção, com acréscimo de temperos, tais como, areia mais ou menos fina, quartzo moído, feldspato e outros aditivos, dependendo da região onde o sítio se encontra. No caso da coleção da Villa Emma, situada em solos ferru-

1 - O Sítio Arqueológico Villa Emma foi alvo de escavações arqueológicas em razão da implantação de uma Correia de Transporte de Longa Distância-TCLD. Tais estudos compõem o Relatório de Prospecção Arqueológica realizado pela empresa Artefacto Consultoria em fevereiro de 2013. Esse estudo foi autorizado pela Portaria Federal nº 17 de 31 de maio de 2012, Anexo 16, Processo nº 01514.002737/2011-09, Seção 1, p. 15, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 01/06/2012.

ginosos, ainda podem ser observados em sua composição mica, minério de ferro e manganês. Em alguns exemplares, foram constatados indícios de banho vermelho ou branco.

No que se refere aos instrumentos péticos, o estudo e análise desses devem levar em consideração a disponibilidade e obtenção de matéria-prima, a tecnologia de confecção dos instrumentos, a sua utilização, reaproveitamentos, bem como, os descartes e observações pós-deposicionais. Estes elementos são fundamentais para a interpretação da coleção e sua curadoria composta por peças em quartzo e sílex. As rochas frágeis, tais como o quartzo, são comuns na região da fazenda Villa Emma e Miguel Burnier, e o sílex, deveria ter sido encontrado e coletado na região de Serrinha, hoje município de Mariana. Essas duas rochas são apropriadas ao lascamento na obtenção de gumes afiados.

Deve-se ressaltar que a quase totalidade dos vestígios encontram-se em níveis revolvidos devido às atividades de pastagens e plantio de eucalipto, o que pode indicar o pisoteio e intervenção de máquinas. Boa parte do material coletado, contudo, não pode ser considerado instrumento ou artefato em função de suas quebras recentes, mas as amostras coletadas serviram certamente para uma melhor reflexão em laboratório sobre o estado de conservação da coleção e relação entre as diferentes matérias-primas e possibilidade de seus usos no local.



Imagem 3 - Imagens de fragmentos cerâmicos oriundos dos estudos arqueológicos realizados no Sítio Arqueológico Villa Emma. Podem ser observados vestígios de engobo vermelho (D e E), engobo branco (C), fragmentos onde é possível a visualização clara do antiplástico adicionado à pasta (A e B) e fragmento que recebeu polimento posterior à queima (F). Fotos: Henrique Piló.

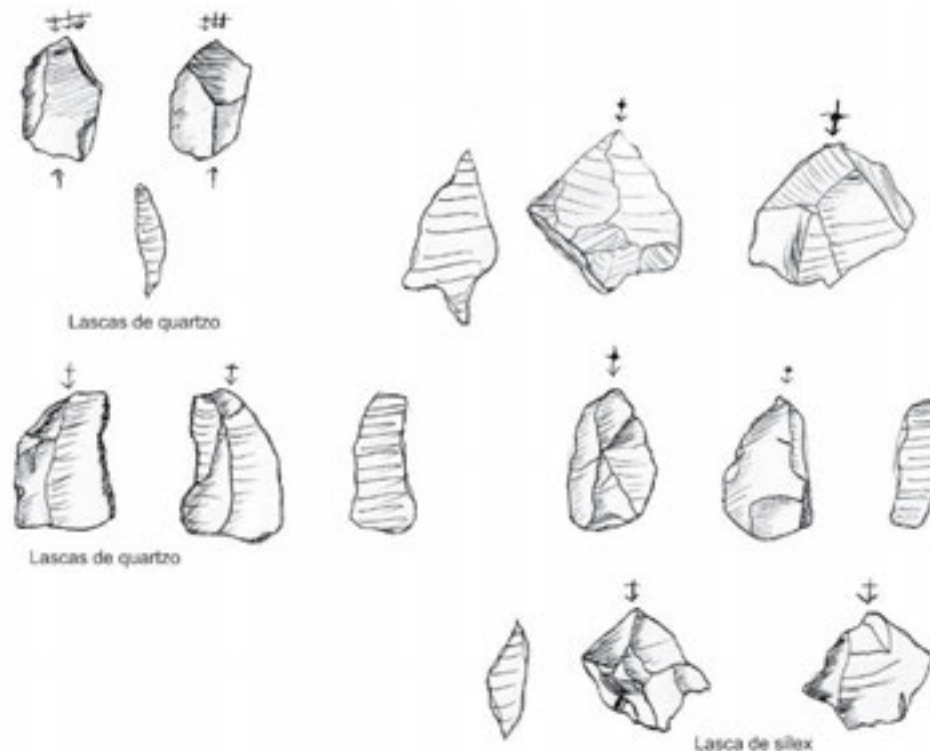


Imagem 4 - Exemplo de material lítico lascado proveniente do Sítio Arqueológico Villa Emma. Desenhos: Henrique Piló.

2.2 OS ABRIGOS SOB-ROCHA

Na Serra da Moeda, o processo de ocupação humana nos campos ferruginosos aponta para um padrão de ocupação bastante peculiar, caracterizado, em parte, por estadias mais rápidas ou periódicas nos abrigos de canga e de minério de ferro.



Imagem 5 - Vista da área interna de uma caverna em canga na região da Serra da Moeda. Foto: Henrique Piló.

As informações sobre sítios arqueológicos em cavernas de minério de ferro no Brasil restringia-se a estudos realizados por missionários e pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, na região de Carajás, no Pará, primeiramente nos vales dos rios Itacaiúnas e Parauapebas. O pioneiro foi o frei Protásio Frikel que visitou esses vales e as aldeias indígenas *Xicrins* quando identificou inúmeros sítios arqueológicos, alguns deles em cavernas ferruginosas (FRIKEL, 1963).

Os *Xicrins* relataram a Frikel, que também era antropólogo, a existência de antigas moradias em "*locais altos, salvo de águas e enxurradas*", que seriam os *Kuben Kamrek-ti* ancestrais indígenas que habitavam a região de Itacaiúnas. Suspeita-se que tais informações se referissem às grutas ferruginosas existentes nos platôs da região (SILVEIRA *et al.*, 2009).

Com a implantação definitiva de empreendimentos de exploração mineral e infraestrutura na região de Carajás, é que se iniciaram levantamentos arqueológicos periódicos re-

lacionados à identificação, mapeamento de sítios e cavernas no ferro, inicialmente coordenados pelo arqueólogo M. Simões entre 1983 e 1986 (SIMÕES, 1986) e M. Magalhães nos decênios seguintes (MAGALHÃES, 1994). Desses sítios parte foi atribuída ao período pré-cerâmico e o restante já apresentava vestígios de artefatos de barro.

Já em Minas Gerais o primeiro trabalho sistemático publicado sobre pré-história em cavernas em solos ferruginosos é de 2005 (BAETA, A. & PILÓ, H.), resultado das pesquisas de

salvamento arqueológico na mina de Capão Xavier-CPX (cavernas CPX I e II), na ocasião, empreendimento das Minerações Brasileiras Reunidas-MBR, município de Nova Lima (Serra da Calçada), onde foram registrados e analisados os vestígios de ocupações pré-coloniais em cavidades de canga e hematita. Esta gruta havia sido indicada durante levantamento e identificação de cavidades em 2003 (MOURÃO *et al.*, 2003). Posteriormente, foram publicados outros estudos² da mesma

equipe que vieram colaborar para um melhor entendimento da pré-história na porção ferruginosa do Quadrilátero Ferrífero e seu entorno imediato.

A partir de um programa de mapeamento de cavernas em formações ferruginosas em algumas localidades das Serras do Rola Moça (alguns no interior do Parque Estadual do Rola Moça-PESRM), da Moeda e do Gandarela, dezenas de grutas foram identificadas

pela equipe de Espeleologia³. Visando exclusivamente um reconhecimento preliminar, foi possível constatar que parte destas cavidades também possuía vestígios de ocupações humanas pretéritas, sobretudo fragmentos de utensílios cerâmicos, carvões e algumas lascas de quartzo. Posteriormente, novas vistorias na região ampliaram ainda mais esse horizonte. Confirmou-se assim a grande potencialidade arqueológica nas cavernas de ferro de Minas Gerais.

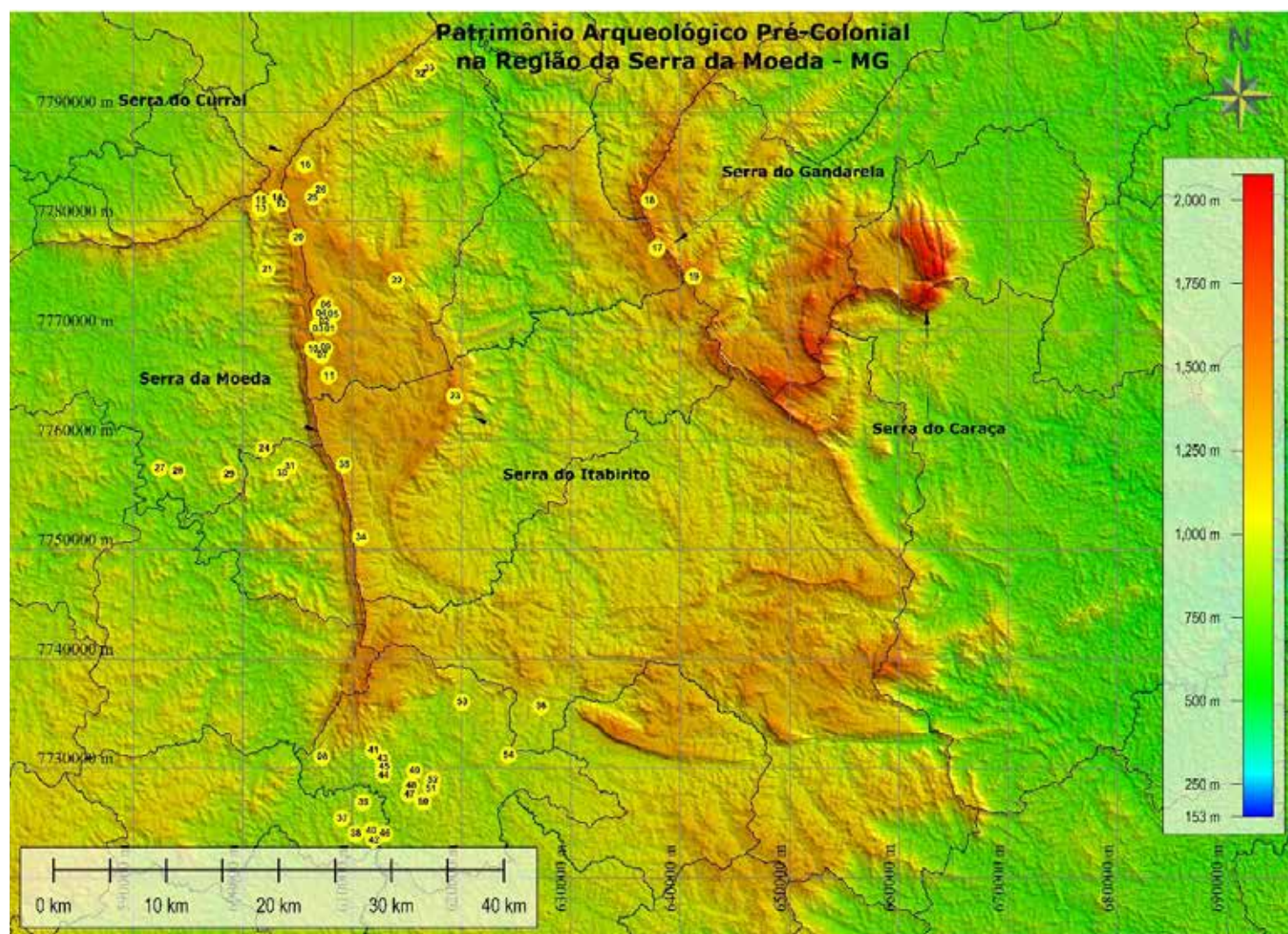


Imagem 6 - Distribuição espacial dos pontos com cultura material oriunda de ocupações pretéritas a partir das pesquisas realizadas pela Artefacto Consultoria. Quadrilátero Ferrífero, MG.

2 - BAETA, A. & PILÓ, H. 2007; PILÓ, H., & BAETA, A. 2007; BAETA, A., & PILÓ, H. 2014.

3 - AULER, A. & PILÓ, L. B., 2005; L.B. PILÓ & AULER, A., 2005.

Número no mapa	Nome do Sítio Arqueológico	Número no mapa	Nome do Sítio Arqueológico
1	Pau Branco 3 (Pbr01)	28	Boa Vitória 1
2	Pau Branco 1 (Pbr 11)	29	Paraíso do Sol
3	Pau Branco 2 (Pbr14)	30	Grota Santana
4	Pilha Cachoeirinha (Pbr23)	31	Paraíso
5	Cachoeirinha (SM 18)	32	Serra do Taquaril 1
6	Cachoeirinha II (SM 15)	33	Serra do Taquaril 2
7	Moeda Sul 1 (MS 1)	34	Fim do Mundo
8	Esmeril	35	Topo do Mundo
9	Moeda Sul 5 (MS 5)	36	Vila Ema
10	Moeda Sul 10 (MS 10)	37	Madruga
11	Moeda Sul 32 (MS 32)	38	Machado
12	Rola Moça 1 (RM 01)	39	Sumidouro
13	Rola Moça 13 (RM 13)	40	Santa Maria
14	Rola Moça 18 (RM 18)	41	Bichento
15	Rola Moça 22 (RM 22)	42	Cascalheira
16	Rola Moça 42 (RM 42)	43	Santa Maria
17	Serra do Gandarela 16 (SG 16)	44	Carvalho
18	Abrigo Gandarela	45	Pasto do Paulo
19	Gandarela	46	Areias
20	Abrigo Retiro das Pedras	47	Marimbondo
21	Abrigo Casa Branca	48	Casquinha
22	Capitão do Mato	49	Pé de Mexerica
23	Ponte de Pedra	50	Escancarado
24	Sítio Arqueológico Abrigo do Ribeirão do Silva	51	Relâmpago
25	Capão Xavier I	52	Chuvisco
26	Capão Xavier II	53	Cruzeiro
27	Pré-Colonial Boa Vitória 2	54	Tropeiros

Tabela 1 - Nome dos sítios elencados na imagem 6

As datações por C14 e a termoluminescência-TL revelaram as idades de ocupação dessas áreas, baseadas no material deixado por seus ocupantes no passado. Em quatro cavidades estudadas foi possível identificar alguns períodos dessas ocupações. Os vestígios mais antigos foram datados de pelo menos 1.500 anos atrás. Esse marco temporal tem sido observado em outras cavidades estudadas, onde é possível observar 'ondas' de povoa-

mento comendo três horizontes temporais bastante distintos. No primeiro horizonte de ocupação, nas camadas mais profundas até 30 cm, o horizonte oscila entre 1.540 a 1.250 B.P. Já nas camadas intermediárias, até 20 cm de profundidade, 560+- 70 B.P. Finalmente o nível superficial das escavações evidencia o nível mais recente, concomitante às primeiras entradas 'históricas' na região.

Os trabalhos de pesquisa foram expandidos nas cavernas ferríferas onde estavam situados os sítios arqueológicos Ponte de Pedra-PP e Capitão do Mato-CM. O primeiro abrigo situa-se no vale do córrego homônimo, no entorno do Pico do Itabirito, município de Itabirito, importante marco geográfico regional. Esse sítio continha exclusivamente peças líticas e refugos de lascamentos de quartzo, configurando se tratar de uma oficina de las-

camento, portanto, acerâmico. O Abrigo Capitão do Mato, situado em Nova Lima, possuía exclusivamente testemunhos pré-históricos, no caso, fragmentos de utensílios cerâmicos e líticos, além de carvões associados a es-

truturas de combustão, no caso, braseiros. A partir da entrada da caverna Capitão do Mato, se avista o Pico do Itabirito, que certamente teria sido ponto de referência visual para os povos durante a pré-história.

Estes estudos foram fundamentais para uma interpretação preliminar sobre a dinâmica de ocupação humana no substrato ferrífero de Minas Gerais e suas possíveis conexões com as paisagens e litologias distintas adjacentes.

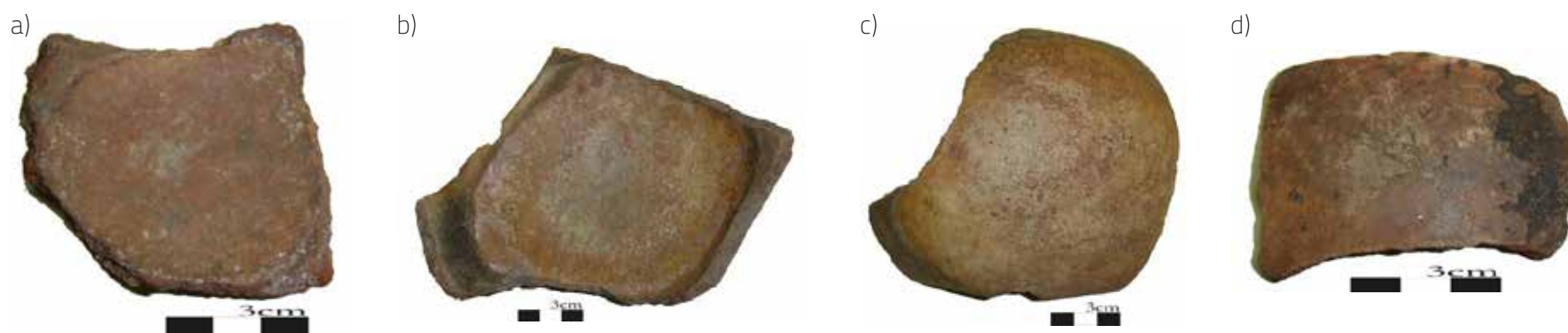


Imagem 7 - Exemplo de material cerâmico identificado nos estudos do sítio Arqueológico Capitão do Mato. Fotos Henrique Piló.

Em recentes escavações (2014) feitas ainda pela mesma equipe, pôde-se conhecer ainda mais o panorama e o padrão das ocupações em ambientes ferruginosos. Cavernas naturais na Serra da Moeda têm fornecido farto material que corrobora na assertiva de que as incursões nesse tipo de compartimento ambiental foram, em regra, pontuais e céleres, baseada na parca, porém importantíssima, cultura material encontrada no interior dessas cavernas. Interessante observar as peculiaridades dos sítios em cavernas ferruginosas até agora estudados, pois de forma geral, constata-se que o sítio CPX I, foi um local de ocupação mais permanente e estratégica; o sítio Ponte de Pedra, além de ter sido utilizado como ponto de parada, atraído por uma corredeira, serviu também como ateliê lítico e a gruta Capitão do Mato, a princípio, um local de apoio aos pequenos grupos humanos que

por ali transitavam, para beber água e acampamentos rápidos.

Em alguns sítios foram identificados fragmentos oriundos de um único pote, cuidadosamente depositado no pé de um determinado gotejamento, que forneceria água fresca no regresso de seu precavido depositante. Por algum motivo, esse recipiente não chegou a ser recolhido, ficando como testemunho de seu uso nas cavernas. Este mesmo uso foi notado e interpretado nos sítios Córrego do Fundo e Pau Branco I, na serra homônima, cuja cultura material remete a fragmentos de apenas um pote. Talvez em razão dos sítios se encontrarem em cavernas pequenas e pouco confortáveis, estes se prestavam realmente a pontos de apoio ou zonas de conforto, enquanto as habitações perenes se davam em locais um pouco mais espaçosos e ubérrimos.

Cavernas como a que abriga o já citado sítio Ponte de Pedra e, no caso da Serra da Moeda, o sítio arqueológico Barragem (PBR-23), situado na Serra Pau Branco foram utilizadas exclusivamente como oficinas de lascamento. Especialmente, o sítio Barragem está bem próximo a outras cavernas com cultura material predominantemente cerâmica, o que indica o uso exclusivo em cada caverna para atividades específicas. Certamente a finalização desses trabalhos, trará à luz novas informações ao já fantástico horizonte pré-colonial revelado na Serra da Moeda.

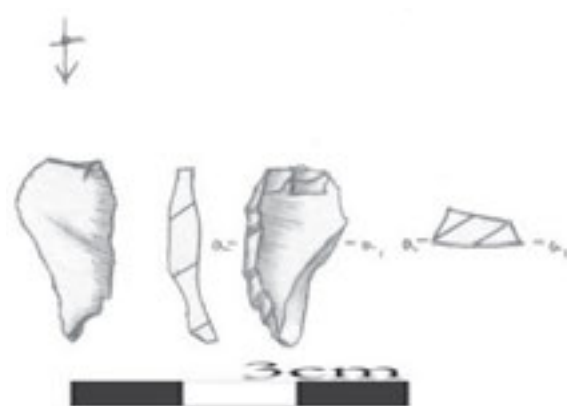
Fazendo uma comparação intersítios, percebe-se que a Gruta CPX I apresentava condições mais propícias para ocupação humana, por possuir uma morfologia interna mais adequada, com poucos obstáculos, possuindo alturas que possibilitavam a seus usuários,

uma melhor movimentação e locomoção em boa parte da gruta. Outro aspecto que parece ser relevante na escolha do abrigo é que a gruta também se apresentava menos úmida do que a Gruta CPX II, por exemplo, com base em nossas observações e monitoramento arqueológico durante o ano 2004. A quantidade e tipo de material e vestígios estão associados ao uso que se fez da cavidade ao longo do tempo. No sítio arqueológico

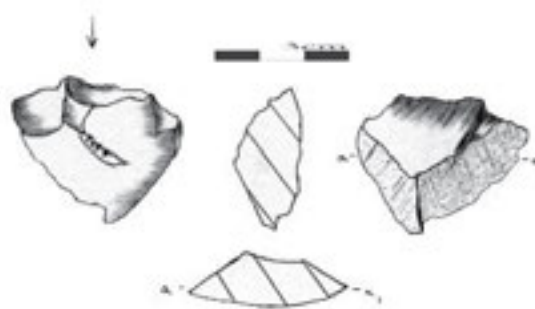
co Córrego do Fundo, por exemplo, que também se encontra na Serra Pau Branco, foi observado que no período de chuvas, a porosidade do terreno deixa que a água infiltre em demasia, o que inviabilizaria qualquer uso que visasse abrigo ou moradia nos períodos chuvosos.

Essas proposições foram elaboradas tendo em vista o panorama atual em que os sítios estão

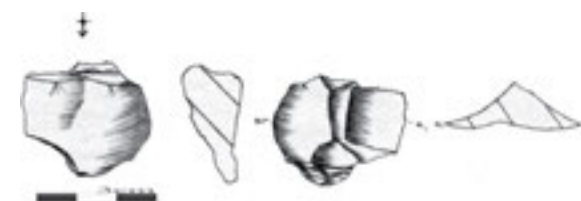
inseridos, não podendo, em alguns casos, precisar se se tratavam de sítios periféricos ou centrais, uma vez que o ambiente já se encontrava, no início das pesquisas e interpretações da paisagem na perspectiva da arqueologia, bastante alterado por atividades de exploração mineral, rodovias, condomínios e expansão urbana.



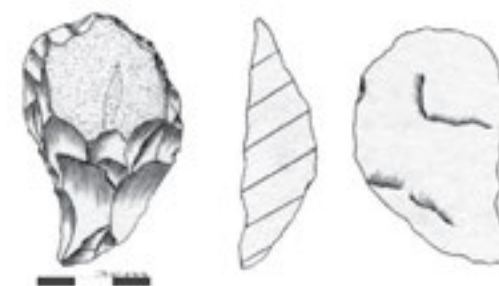
Lasca unipolar



Lasca com retoque



Lasca de gume agudo e nítido trabalho em ponto de impacto



Lasca cortical - presença de retoques

Imagem 8 - Exemplo de material lítico lascado identificado nas pesquisas do Sítio Arqueológico Ponte de Pedra. Desenhos: Ângelo Pessoa.

2.1.1-A cultura material encontrada nas cavernas

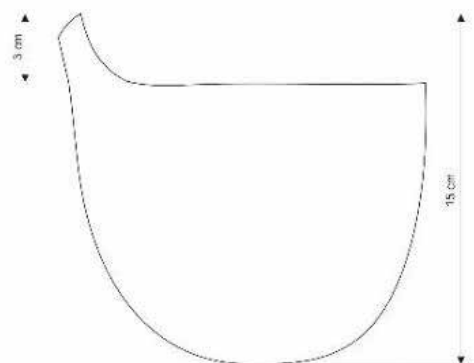
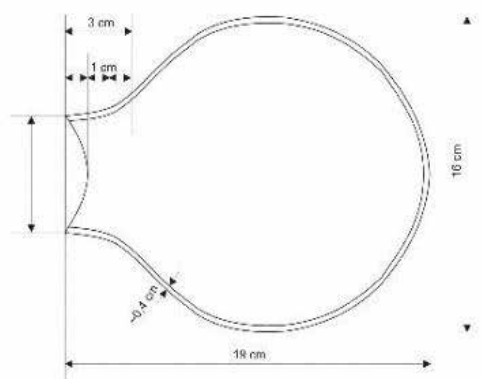
A fabricação da cerâmica é uma prática recente no mundo, geralmente atribuída ao período neolítico. No caso do Brasil, a produção oleira em maior escala está associada aos últimos milênios. A cerâmica pode ser feita com diferentes argilas de diversas jazidas. Por ser plástica, a argila pode ser modelada de diversas maneiras e quando aquecida a temperaturas altas (450 até 700 °C) perde sua plasticidade. A principal funcionalidade da ce-

râmica, por ser impermeável e poder sempre voltar ao fogo, é a fabricação de vasilhames, que permitiram novas preparações culinárias, causando uma mudança nos hábitos alimentares; armazenamento de líquidos e diversos alimentos. A tecnologia da fabricação exige uma sequência operacional que vai desde a coleta da argila específica para a manufatura dos objetos até o produto final, após a queima da argila.

Os fragmentos cerâmicos pré-coloniais existentes no interior das cavernas da região da Serra da Moeda e arredores são muito similares aos encontrados nos sítios a céu aberto pesquisados por nossa equipe, como no Villa Emma e nos sítios situados no delta do Córrego Maranhão (Esmeril, Madrugá, Bichento e Sumidouro) municípios de Congonhas e Jeceaba (Cf. BAETA & PILÓ, 2015).



**CAPÃO XAVIER 2
VASILHA CERÂMICA
REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA**



CAPÃO XAVIER 2 - PEÇA CERÂMICA - DESENHO TÉCNICO

Imagem 9 - Desenho técnico e representação esque-

mática de utensílio cerâmico moldado sobre cuia. Desenho: Helena Davi



Imagem 10 - Exemplo de fragmentos cerâmicos. Um dos estudos em Capão Xavier II. Fotos: Helena Davi.

Verificou-se a partir das análises de artefatos líticos encontrados nas cavernas ferruginosas que seus habitantes produziram uma indústria constituída basicamente por quartzo lascado. A hematita, abundante na região, também foi utilizada em forma de lascas, bem como, batedores e picões. Foram identificados também outros tipos de matérias-primas como o sílex e outras não muito convencionais, como o filito (PILÓ, H. & BAETA, 2007).



Imagem 11 - Exemplo de batedor em hematita, que ocasionam esmagamento do talão dos artefatos lascados. Foto: Henrique Piló.

Em todos os sítios pesquisados, até o momento, a tecnologia de debitage da maioria das lascas foi a unipolar. Em alguns casos, observou-se claramente a utilização da tecnologia bipolar, com esmagamento de talão. O talão esmagado indica o uso de um percutor bastante pesado, no caso específico, provavelmente seixos de hematita. A abundância desses seixos na região se torna um elemento que dificulta a sua identificação como eventuais batedores.

A técnica clássica de lascamento unipolar pode ser substituída por uma outra, bem frequente no Brasil, particularmente quando a matéria-prima é de má qualidade, ou os núcleos pequenos (quartzo, por exemplo). É a técnica bipolar, onde o bloco a ser debitado é colocado sobre uma bigorna e em seguida golpeado violentamente pelo batedor (...) Os resíduos desse tipo de lascamento são bastante peculiares (talão esmagado, faces interna e externa não distinguíveis, perfil longitudinal reto, etc.) (PROUS, 1992:67-68).

Algumas lascas passaram por técnicas apuradas, como trabalhos no ponto de impacto no intuito de retirar lascas mais finas. Foram encontradas também, microlascas que indicam um trabalho de retoque de gume, de plano de percussão, assim como limpeza de cornija, no intuito de guiar a lasca a ser retirada.

Algumas lascas corticais também foram encontradas, o que indica um início de lascamento no local, tendo os núcleos chegados ainda com o córtex. Em algumas delas, foram encontrados retoques precisos. A presença de poucos núcleos também foi um fator revelador. Essa ausência coincide com a pouca quantidade de material lascado e indica uma estada bastante rápida no local.



Imagem 12 - Exemplo de lascas em quartzo. S.A. Capão Xavier I. Fotos: Henrique Piló.

Foram também identificadas peças lascadas em hematita. Não há dúvida quanto ao uso dessas lascas para fins de corte, tendo em vista suas formas e seu gume bastante apropriado para tal em algumas situações.



Imagem 13 Exemplo de lascas em hematita. Fotos: Henrique Piló.

A dispersão do material lítico confeccionado em hematita nos dá uma visão dos trajetos e caminhos realizados pelos homens do passado. O arqueólogo H. Walter em 1958 identifica em coleções da região de Lagoa Santa peças em hematita e as identifica do ponto de vista

funcional (Cf. BAETA & PILÓ, 2012). Na região da Serra do Cipó, foram também mencionadas peças em hematita nas escavações arqueológicas promovidas a partir da década de 70 do século passado pela Missão Franco-Brasileira e Setor de Arqueologia do MNHJB/UFMG.

No Grande Abrigo Santana do Riacho, situado na Serra do Cipó, município de Santana do Riacho, foram também identificadas dezenas de peças de hematita. As primeiras sondagens arqueológicas neste sítio ocorreram em 1976, pela Missão Franco-Brasileira, sob a coordenação de A. Laming-Emperaire. A abundância de material lítico, estruturas de combustão e de esqueletos humanos indicou a existência de um cemitério pré-histórico, o que veio justificar o prosseguimento de pesquisas no local (PROUS, 1992. O grifo é nosso).

Tais informações corroboram ainda mais para a hipótese de uma conectividade e percursos nos últimos milênios de grupos humanos nas regiões calcárias e ferruginosas do centro mineiro. Os campos ferruginosos foram também procurados por grupos humanos em busca de matéria-prima ou utilizados como corredores de passagem entre as serras da região, como Moeda e Gandarela, configurando territórios culturais.

3 - OS GRAFISMOS PARIETAIS

Próximos ao contato com os substratos ferruginosos, nos afloramentos de quartzito na região da Serra da Moeda e arredores, há abrigos ou pequenas escarpas com grafismos rupestres pré-coloniais. Este tipo de sítio é encontrado especialmente nessa localidade, nas zonas fronteiriças dos compartimentos litológicos, em zonas altas, no sentido norte-sul, acompanhando as bordas ou meia-encostas das serras. Os melhores exemplos de sítios que configuram este modelo de ocupação espacial são: os Abrigos Retiro das Pedras e Casa Branca (município: Brumadinho), Abrigo do Pico e Abrigo do Ribeirão do Silva (município: Itabirito). Analisando as características estilísticas e técnicas das figurações desses abrigos, as mesmas podem ser atribuídas à Tradição Planalto (PROUS, 1992), encontrada na porção central de Minas Gerais e em algumas zonas periféricas.

Esta tradição estilística é reconhecida pelo predomínio visual de figuras zoomorfas, sobretudo, cervídeos associados a conjuntos compostos por pontos, pequenos traços, bastonetes, além de formas humanas filiformes. Nos sítios aqui focalizados, os grafismos foram pintados em tons avermelhados e amarelados apresentando detalhes anatômicos em suas representações, além de preenchimentos compostos por tracejados. Há ainda figuras circulares seccionadas por linhas ou preenchidas por pontos. Tal estilo pictural

aproxima-se bastante da forma de representação gráfica das pinturas rupestres da região da Serra do Cipó, indicando relações diretas entre estas localidades sob este prisma (BAETA, 2011). Mas há também do ponto de vista temático elementos que se assemelham a alguns sítios do Carste de Matozinhos. No caso específico do Abrigo do Ribeirão do Silva, situado do dolomito, este apresenta indícios de maior variedade estilística e tipológica, composta por itens estéticos comuns e incomuns à Tradição Planalto (BAETA & PILÓ, 2014).



Imagem 14 - Detalhe de figuração rupestre do Abrigo Retiro das Pedras. Serra da Moeda. Foto: Henrique Piló



Imagem 15 - Vista de vestígio de figurações rupestres no Sítio Arqueológico Abrigo do Ribeirão do Silva. Serra da Moeda. Foto: Henrique Piló.



Imagem 16 - Vista geral do Abrigo do Ribeirão do Silva. Serra da Moeda. Foto: Henrique Piló.



Imagem 17 - Vista da parede do abrigo onde estão inseridos vestígios de pinturas pretas. A seta indica o local dos vestígios. Foto: Henrique Piló.



Imagem 18 - Reprodução Pinturas Rupestres. Sítio Arqueológico Abrigo do Ribeirão do Silva-Região de Aredes. Município: Itabirito, MG. Reprodução: Alenice Baeta Digitalização Emile Scharlé Jr.



C.3. p. 61

Imagem 19 - Reprodução Pinturas Rupestres. Sítio Arqueológico Abrigo Casa Branca Município: Brumadinho, MG. Averno: Setor de Arqueologia do MHN-UFMG. Reprodução: Alenice Baeta. Digitalização Emile Scharlé Jr

4- PARA UM DESFECHO DO QUE SE DESVELA

Os campos ferruginosos e suas cavernas espalhadas por regiões distintas do país foram ambientes utilizados por populações pré-históricas ao longo de vários milênios, como já atestado na região de Carajás, no Pará, e pelo menos nos últimos dois milênios na região do Quadrilátero Ferrífero mineiro (Veja Quadro 1).

Em cada região, foram deixados nos pisos das cavernas e suportes ferruginosos, testemunhos materiais específicos das culturas pré-históricas que habitaram ou utilizaram esses ambientes, indicando a complexidade dos territórios culturais pré-coloniais e formas diferenciadas de se relacionar com as distintas paisagens (Veja Quadro 2).

As pesquisas nas cavernas da Serra da Moeda e arredores são ainda recentes como já indicado, no entanto, já trazem dados instigantes que certamente incentivarão futuras pesquisas trazendo à luz novos dados, inclusive com possibilidade de se encontrar indicativos de ocupações humanas ainda mais antigas.

Sítio Arqueológico	Profundidade	Datação	Método	Laboratório
Capão Xavier I-CPX I	Superfície	280±60 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Capão Xavier I-CPX I	-8 cm	560±70 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Capão Xavier I-CPX I	-30 cm	1.540 a 1250 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Capão Xavier II-CPX II	-5 cm	540±50 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Capão Xavier II-CPX II	-10 cm	1.300±40 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Ponte de Pedra-PP	-15 cm	940±60 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Capitão do Mato-CM	- 2 cm	550±60 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Capitão do Mato-CM	-7 cm	720±70 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory
Capitão do Mato-CM	-20 cm	1060±50 A.P.	C14	Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory

Quadro 1- Datações dos níveis arqueológicos nas grutas CPX I e II, PP e CM, Região da Serra da Moeda, Quadrilátero Ferrífero. Fonte: Acervo Artefacto Consultoria.

Sítio Arqueológico	Implantação na Paisagem	Vestígios	Sugestões de Usos / Interpretação
Capão Xavier I	Meia Encosta Suave Próximo à Lagoa e Córrego Exposição Oeste	Pré-Coloniais: Estruturas de Combustão (braseiros no interior da gruta, fogueiras na entrada); vegetais, lítico lascado e polido; Cerâmica pré-colonial. Históricos: Louças, Vidros e Outros	Vigília Apoio Moradia
Capão Xavier II	Meia Encosta Íngreme Próximo à Lagoa e Córrego Exposição Sul	Pré-Coloniais: Estruturas de Combustão (braseiros no interior da gruta); lítico lascado	Vigília Apoio CPX1
Ponte de Pedra	Lagoas na parte alta Córrego menor no lado norte do abrigo Proximidade lateral sul do Pico do Itabirito Exposição Oeste	Pré-Coloniais: Lítico lascado	Vigília Ponto de Descanso Oficina Lítica
Capitão do Mato	Parte alta de colina suave Vista para o Pico do Itabirito Exposição Oeste	Pré-Coloniais: Lítico lascado Braseiros	Vigília Apoio Ponto de Descanso (Potes em pontos de percolação/ Coleta de água)

C.3. p. 63

Quadro 2 - Sítios Arqueológicos em Cavernas Ferruginosas pesquisados pela equipe Artefacto/ Tipos de Vestígios e Possíveis Usos

Como demonstrado, cada caverna pode testemunhar maneiras distintas de uso e organização do espaço em cada um de seus níveis arqueológicos componentes. Por meio

da interpretação e análise de seus vestígios, pode-se inferir sobre mudanças ou permanências culturais relacionadas, por exemplo, a recursos alimentares, tratamentos tecnológi-

cos em suas indústrias pétreas ou cerâmicas e aproveitamento de matérias-primas.

Os carvões correm sérios riscos de serem pisoteados e, conseqüentemente, esmagados ao se entrar nas cavernas com testemunhos arqueológicos. A conservação dos vestígios *in loco* certamente irá favorecer o mapeamento, interpretação e diagnóstico de cada sítio e definição das medidas preventivas relacionadas à sua conservação, conduta e pesquisa. Acrescenta-se que nas cavernas ferruginosas, os vestígios de baixa visibilidade ficam corados e ‘camuflados’ em contato com o sedimento avermelhado do ferro, dificultando bastante a sua identificação, deixando estes preciosos testemunhos vulneráveis aos seus eventuais visitantes e seus pisoteios.

Essas informações dão importantes indicadores de que cada caverna pode ser guardiã de dados arqueológicos específicos e diferenciados, como um ‘mosaico’, onde cada qual possui informações peculiares e importantes para se entender de forma sistêmica e contextual o processo de ocupação humana regional. Algumas cavernas podem, assim, possuir testemunhos multicomponenciais, quer dizer, diferentes níveis arqueológicos **pré-coloniais e ‘históricos’**.

Os pequenos abrigos e escarpas da Serra da Moeda com figurações rupestres situados no contato ou proximidades dos campos ferruginosos em rochas, tais como, quartzitos e calcário dolomito indicam o uso específico

desses lugares pelo menos para a produção dos grafismos rupestres, importante atividade cultural de alguns povos do passado.

Por sua vez, algumas zonas baixas do Vale do Paraopeba e São Francisco foram utilizadas nos últimos milênios por grupos atribuídos à Tradição ceramista Sapucaí, tendo deixado vários testemunhos de antigas aldeias em terraços e colinas suaves próximas às suas drenagens. Esses povos, todavia, transitavam pelos territórios abrangidos pela alongada Serra, marcante por demais na paisagem, hoje conhecida como ‘Moeda’. Em seus diversos compartimentos ambientais, cavernas, abrigos, picos, corredores e eixos naturais em contracumeadas, cachoeiras ou por fundos de vales. Lugares que devem ter sido vagorosamente percorridos no passado...

Muito do imaginário e toponímia marcam a presença dos povos indígenas na Serra da Moeda hoje, como por exemplo, o **Córrego do ‘Bugre’**, nos arredores do Pico do Itabirito, ou a Grota do ‘Gentio’, em Moeda, mas parece consenso a imponente estátua de uma índia (ainda que com vestimenta ‘apache’) na Fazenda da Índia, em Brumadinho. A Serra da Moeda emoldura tal representação indígena e suas múltiplas exegeses.

Várias formas de revelar memórias de um lugar tão complexo e significativo sob a perspectiva do patrimônio cultural e paisagístico.



Imagem 20- Estátua da Fazenda da Índia-FI. Brumadinho, MG. Foto: Alenice Baeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AULER, A. S. & PILÓ, L. B. Introdução às cavernas em minério de ferro e canga. In: *O Carste*, v. 17, n. 3, Belo Horizonte, Julho de 2005.
- BAETA, A. *Os Grafismos Rupestres suas Unidades Estilísticas no Carste de Lagoa Santa e Serra do Cipó* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Brasileira. Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/USP, São Paulo, 2011.
- BAETA, A. M. & PILÓ, H. Arqueologia do Quadrilátero Ferrífero- Aspectos Preliminares sobre sua ocupação. Estudo de Caso do Capão Xavier In: *O Carste*, vol. 17, n.3, Belo Horizonte, Julho de 2005.
- BAETA, A. M. & PILÓ, H. Capitão do Mato: um abrigo arqueológico no minério de ferro. In: *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB*, vol.1, Florianópolis, 2007.
- BAETA, A. M. & PILÓ, H. A Utilização de Minerais de Ferro no Período Pré-Colonial. Capítulo 2. In: *Marcas Históricas Miguel Burnier, Ouro Preto*. (ORGs. BAETA, A. & PILÓ, H.) Belo Horizonte, 2012.
- BAETA, A. & PILÓ, H. Vistoria em Trecho do Córrego Silva-Região de Aredes. Serra da Moeda - Município: Itabirito, MG Informações Preliminares. Artefacto Consultoria. Novembro de 2014.
- BAETA, A. & PILÓ, H. Os Povos Ceramistas Pré-Coloniais na Região do Ouro. Vale do Rio Paraopeba, Sub-bacia do Maranhão. Capítulo 2. In: *Carta Arqueológica de Congonhas*. Artefacto Consultoria/Ferrous, Ed. Rona, Belo Horizonte, 2015.
- CALDERÓN, V. *A Fase Aratu no Recôncavo Baiano e litoral norte do Estado da Bahia-PRONAPA*. In: *Revista do MPEG*, n. 3, Belém, 1969.
- FRIKEL, P. Notas sobre os Xikrin do Cateté - Pará In: *Revista do Museu Paulista*, n.5, XIV, 1963.
- MAGALHÃES, M. P. *Arqueologia de Carajás*. Cia Vale do Rio Doce, Belém, 1994.
- MOURÃO, R. C.; DIAS, M. S. & EVAGELISTA, C. *Mapeamento e Descrição de Cavidade Natural em Futura Área de Atividade Minerária da Mineração-MBR*, Nova Lima, 2003.
- PILÓ, H. & BAETA, A. As Ocupações Pré-Coloniais nos Campos Ferruginosos de Minas Gerais: um panorama preliminar. In: *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. (ORG. OLIVEIRA, A.P. L. de) Juiz de Fora: Editar, 2007.
- PILÓ, L. B. & AULER, A. Cavernas em minério de ferro e canga de Capão Xavier, Quadrilátero Ferrífero, MG. In: *O Carste*, v. 17, n. 3, Belo Horizonte, 2005.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- PROUS, A. *O Brasil Antes dos Brasileiros- A Pré-História do Nosso País*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- SILVEIRA, M. I. da *et al.* Prospecção Arqueológica em áreas de floresta contribuindo metodológica da pesquisa na área do Projeto Salobo (Pará). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 19, São Paulo, 2009.
- SIMÕES, M. F. Salvamento Arqueológico In: *Carajás - Desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.



Foto: Alenice Baeta

4.

Vale do Paraopeba:
O (des)caminho do Ouro -
Minas Gerais Século XVIII
Paula Regina Albertini Tulio

- “Caprichada! E ainda estou por conhecer lugar melhor para se viver. Essa gente da Conquista é que diz que lá só tem fumaça de pretos... Mas isso é inveja, mas muita! (...) (Lalino passou a declamar:) Qual!... Criação de cavalo, no Passa-Tempo... Povo p’ra saber discurso, no Dom Silvério... E festa de igreja, no Japão... mas terra boa, de verdade, e gente boa de coração é só lá no Rio do Peixe! -Há, eu hei de poder arranjar dinheiro p’ra comprar uns dez alqueires ali por perto, só de mato-lei...”(ROSA, 2001:103).²

Neste capítulo, abordaremos a região do Vale do Paraopeba, hoje situada na zona metalúrgica de Minas Gerais, buscando focalizar a história da Serra da Moeda.

No final do século XVII, o caminho trilhado pela bandeira de Fernão Dias Paes, em 1674, alcançou o dito Vale. A expedição subiu pelo Vale do Paraíba até a garganta do Embaú, atravessou a Serra da Mantiqueira e fundou núcleos de povoamento³. Fernão Dias Paes estabeleceu a ligação entre o sul e o norte do Brasil, através do caminho que abriu do Serro Frio para a Bahia e do Serro Frio para São Paulo. Desde o início do século XVIII, este caminho foi bastante percorrido e povoado ao longo do tempo. Seguindo a lógica de “descoberta” e conquista do interior do território português, a expedição paulista plantava ro-

ças durante o percurso. Muitas dessas roças mais tarde se tornaram pequenos povoados, verdadeiros núcleos de colonização (LIMA Jr., 1962: 21-22). Por esse tempo, o território que abrangia os vales dos rios Paraopeba, Pará e das Velhas e as serras da Mantiqueira e do Espinhaço era conhecido pelos bandeirantes como Sertão das Conquistas.

Vias fluviais como o Rio Paraopeba, o Rio das Velhas e o São Francisco possibilitavam o ir e vir constante de comerciantes legais e ilegais, tropeiros, caixeiros viajantes, marchantes de gado, comissários de mantimentos e atravessadores que circulavam com suas mercadorias por todas as Minas Gerais. Esses agentes itinerantes percorriam com destemida habilidade esses caminhos, que muitas vezes não passavam de “picadas”, trilhas abertas no meio do mato, e faziam negócios com a incipiente população que margeava os caminhos nos pequenos arraiais em formação: roceiros, donos de pequenas vendas e mineradores clandestinos que bateavam ao longo dos ribeiros. Assim sendo, o Vale do Paraopeba era uma via de acesso para as três principais comarcas de Minas: Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes. Economicamente, durante toda a primeira metade do século XVIII, a região colaborou principalmente para o abastecimento de víveres e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade para Vila Rica e Sabará.

Uma série de indícios documentais nos leva a considerar o Vale do Paraopeba como uma excelente rota de contrabando: em meio às serras, ela constituía um caminho alternativo, discreto, perfeito para esconderijos e fugas.

SERÁ SEMPRE ELE O QUERIDO PARAOPEBA; O RÚSTICO PARAOPEBA; O INDOMÁVEL PARAOPEBA”: DESCRIÇÃO FÍSICA DO TERRITÓRIO

E tem mais e melhor: para nós, os seus íntimos, será sempre ele o querido P’ropeba; o rústico P’ropeba; o indomável P’ropeba que, amparado na geologia de suas entranhas, reagiu vitorioso à imaginada barragem de seu leito no Fecho do Funil”(FREITAS, 1961:227).

O significado do nome *Paraopeba* originase da língua tupi-guarani e, traduzido para o português, descreve as características das próprias águas do rio: “Pará” - rio grande, volumoso; “peba” - de cor vermelha, barrenta. Então *Paraopeba* significa, literalmente, “rio de águas volumosas, barrentas e avermelhadas”⁴ (FREITAS, 1961:233).

1. Este capítulo é parte da Dissertação de Mestrado: Falsários D’el Rei: Inácio de Souza Ferreira e casa de moeda falsa do Paraopeba. Minas Gerais, 1700-1734, UFF, Rio de Janeiro, 2005.

2. Rio do Peixe é atual Piracema Distrito de Nossa Senhora das necessidades do Rio do Peixe, Município de Bonfim; Dom Silvério do Bonfim atual Crucilândia (COSTA, 1997).

3. Os lugares denominados Ibituruna, Paraopeba, Sumidouro, Roça Grande, Itacambira, Esmeraldas, Mato das Pedras e Serro do Frio, atingindo assim a região do Rio das Velhas.

4. O autor faz uma análise sobre os vários significados atribuídos ao nome *Paraopeba* por outros autores: Teodoro Sampaio, rio de água rasa; Diogo de Vasconcelos, rio do peixe chato. Para Freitas, essas características atribuídas ao rio não correspondem as suas características reais. O que pode ter ocorrido são diferenças na tradução.



Imagem 1- Vista Panorâmica do Rio Paraopeba. <http://www.panoramio>. Foto: André Bonacin.

C.4. p. 69

Dados os limites da pesquisa empírica, não foi possível fazer uma descrição física exaustiva do Vale do Paraopeba e definir toda a sua área conforme a toponímia original de sua ocupação no século XVIII. A análise das fontes primárias evidencia que, embora muitos nomes de lugares se mantivessem os mesmos durante longos períodos de tempo, a maioria deles mudava ao longo dos anos. As-

sim, os nomes eram incertos e variáveis, pois era costume o nomear conforme referências geográficas, características físicas do lugar ou episódios marcantes ali ocorridos. Isso sem falar das tradições orais que gradualmente vão consolidando nomes populares bem diferentes dos nomes "oficiais, a exemplo de Moeda. Este topônimo, Moeda, é dado à serra a partir do ano de 1729, justamente por causa

da fábrica de moeda falsa instalada na região. O nome anterior era "Morro da Fortaleza", para designar o lugar oficialmente registrado como São Caetano.

A nascente do Rio Paraopeba está situada em um acidente geográfico entre as cidades atuais de Cristiano Ottoni, Carandaí e Lagoa Dourada. Deste acidente geográfico, correm

três nascentes que seguem cursos bem diferentes (GODOY, 1957: 17). A primeira nascente corre para o leste, formando a bacia do Rio Doce; a segunda corre para o oeste, rumo ao Rio das Mortes, pertencente à bacia do Prata; e a terceira nascente forma o Ribeirão dos Pinheiros que, após juntar-se ao Ribeirão do Inferno, passa a chamar-se Paraopeba. Esse rio possui uma extensão de 400 km e corre, rumo ao norte, para a bacia do rio São Francisco.

O Vale do Paraopeba inicia-se no Centro-Sul do Estado de Minas Gerais e estende-se até o Norte, constituindo uma faixa estreita e alongada. Seu território compreende atualmente cerca de trinta municípios. Manoel Godoy dividiu o curso do rio em três partes: Superior, Médio e Inferior, tendo como marcos divisórios características geográficas bem visíveis: duas importantes cadeias de serras que separam os respectivos cursos. A primeira cadeia é a Cadeia da Moeda e a segunda é o Sistema do Fecho do Funil⁵ (1957:18).

“O Paraopeba superior vai de sua origem à cachoeira do Salto; o médio estende-se desta cachoeira ao Fêcho do Funil e o Inferior, deste ponto até sua confluência com o Rio São Francisco” (GODOY, 1957: 18).

Cumprir notar que esta cadeia verte pelo lado leste para o Rio das Velhas. O curso Superior do Rio Paraopeba está compreendido na Serra da Moeda. Esta é formada por um conjunto

de serras alcantiladas e destacadas, como as serras dos Paulistas, da Boa Vista, do Batateiro, do Engenho, do Mascate (também conhecida como Serra da Bandeira), do João Pereira, do Pires, da Bocaina e do Ouro Branco. Esse trecho possui uma topografia particularmente acidentada, de terrenos íngremes. Nessa área estão situados onze municípios, dentre eles Congonhas, Lagoa Dourada, Ouro Branco e Ouro Preto, sendo que os dois últimos nela estão situados apenas parcialmente (GODOY, 1957: 19).⁶ Na época do ouro, essa região abastecia principalmente Vila Rica e outros centros populacionais menores.



Imagem 2 - Trecho da Serra dos Mascates - bacia do Córrego da Lagoa Velha, divisa dos atuais municípios Belo Vale e Congonhas, MG. Foto: Alenice Baeta.

O Médio Paraopeba engloba a área que se estende do Salto do Paraopeba até o Fecho do Funil. Nestes limites estão situados os municípios de Moeda, Brumadinho, Belo Vale, Bonfim, Crucilândia, Itatiaiuussú. Nesta região, o Rio Paraopeba recebe, em sua margem esquerda, os fluxos dos rios Manso, Águas Claras, Macaúbas e dos ribeirões Sant’Ana e São Mateus; e, na margem direita, as águas

dos ribeirões Maré, Serra, Porto Alegre, Contendas, São Caetano, Piedade, Casa Branca, Feijão e Tejuco, todos eles nascentes na Serra da Moeda. A topografia nesse trecho é mais ou menos ondulada, pouco tortuosa com um perfil arredondado. Os morros não são muito elevados e são separados por vales amplos e pouco profundos, com exceção da área limítrofe, correspondente às serras, e que *“constitui a moldura do Vale do Paraopeba”*, Fecho do Funil e Serra da Moeda. (GODOY, 1957: 61)

A Serra da Moeda possui 54 km de extensão, contando-se a partir das margens do Ribeirão São Mateus. Ao longo de seu curso, essa serra recebe vários nomes: Santa Cruz, Palmital, Paulistas, Boa Vista, Boa Morte, Vieira, Barra, Marinho, Suzana, Varanda de Pilatos e Pedro Paulo. Essa última referência está situada no entroncamento com o sistema do Fecho do Funil. Desse ponto em diante, passa a chamar-se Serra do Rola-Moça, que, ao norte, separa as águas dos rios das Velhas e Paraopeba. Essa serra tem diversos segmentos: para o Leste, sucede com os nomes de Mutuca, Lagoa Seca e Curral Del Rei, que vai morrer à margem esquerda do Rio das Velhas.

“Apesar de estar um pouco desviada para o norte pode-se considerar a Serra da Piedade como o prolongamento, na margem oposta do Rio das Velhas, do Sistema do Fecho do Funil, que vai entrosar com a Cadeia do Espinhaço”
(GODOY, 1957: 62-63).

5. Este nome é dado devido a uma passagem apertadíssima chamada de garganta. Em todo o rio há apenas duas: uma no Fecho do Funil e outra 80 quilômetros antes, no Salto do Paraopeba. Esses dois marcos são inconfundíveis no curso do rio. São pontos de referência perceptíveis aos olhos nus. P.19

6. Os outros sete municípios são: Jeceaba, Suassuí, João Ribeiro. Situados parcialmente dentro do vale do Paraopeba: Desterro, Entre Rios, Rezende Costa, Conselheiro Lafaiete.



Imagem 3 - Ruínas de antiga casa em Suzana. Ao fundo, a Serra da Moeda. Município: Brumadinho. Foto: Alenice Baeta.

Desde o início do século XVIII, ao sopé da Serra da Moeda, diversos núcleos rurais floresceram ao longo dos anos, como as fazendas da Ponte Alta — posse do inconfidente Alvarenga Peixoto —, Casa Branca, Barra e Moeda. Essas fazendas constituíram-se em fornecedoras principalmente de cereais às cidades mineradoras. Em alguns pontos, a mineração se desenvolveu ativamente, como veremos a seguir, por meio da distribuição de Datas Minerais no morro da Mutuca durante a primeira metade do século XVIII. Entretanto, a atividade economicamente predominante da região foi sempre a agrícola, destinada a suprir o mercado interno em nível regional.



Imagem 4- Ruínas da Fazenda de Alvarenga Peixoto em Córrego do Feijão. Município: Brumadinho, MG. Foto: Henrique Piló

7. Nesse trecho estão situados parcialmente os municípios de Pará de Minas, Pequi, Papagaios, Pompéu, Sete Lagoas, Paraopeba e Curvelo.

O trecho do Paraopeba Inferior vai do Fecho do Funil até a sua confluência com o Rio São Francisco. Essa área corresponde a duas vezes o tamanho do Alto e do Médio Paraopeba. O início do Baixo Paraopeba engloba atualmente os municípios de Betim, Mateus Leme, Esmeraldas, Maravilhas e Inhaúmas. Nessa área, os morros são mais arredondados. Entre eles, os raios de curvatura são maiores formando vales quase planos e rasos, chegando a atingir proporção de várzea. Conforme avança para o norte, na direção do Rio

São Francisco, a topografia é bem mais acentuada, menos acidentada. A partir do Ribeirão dos Macacos, mais para o norte, a paisagem se modifica ainda mais⁷. Então, a sucessão contínua de morros e vales é substituída por áreas planas ou ligeiramente onduladas, que se desdobram em quilômetros de extensão. A própria vegetação se torna monótona, constando de campos e cerrados, que raramente são interrompidos por vales profundos de um manancial temporário (GODOY, 1957: 109).

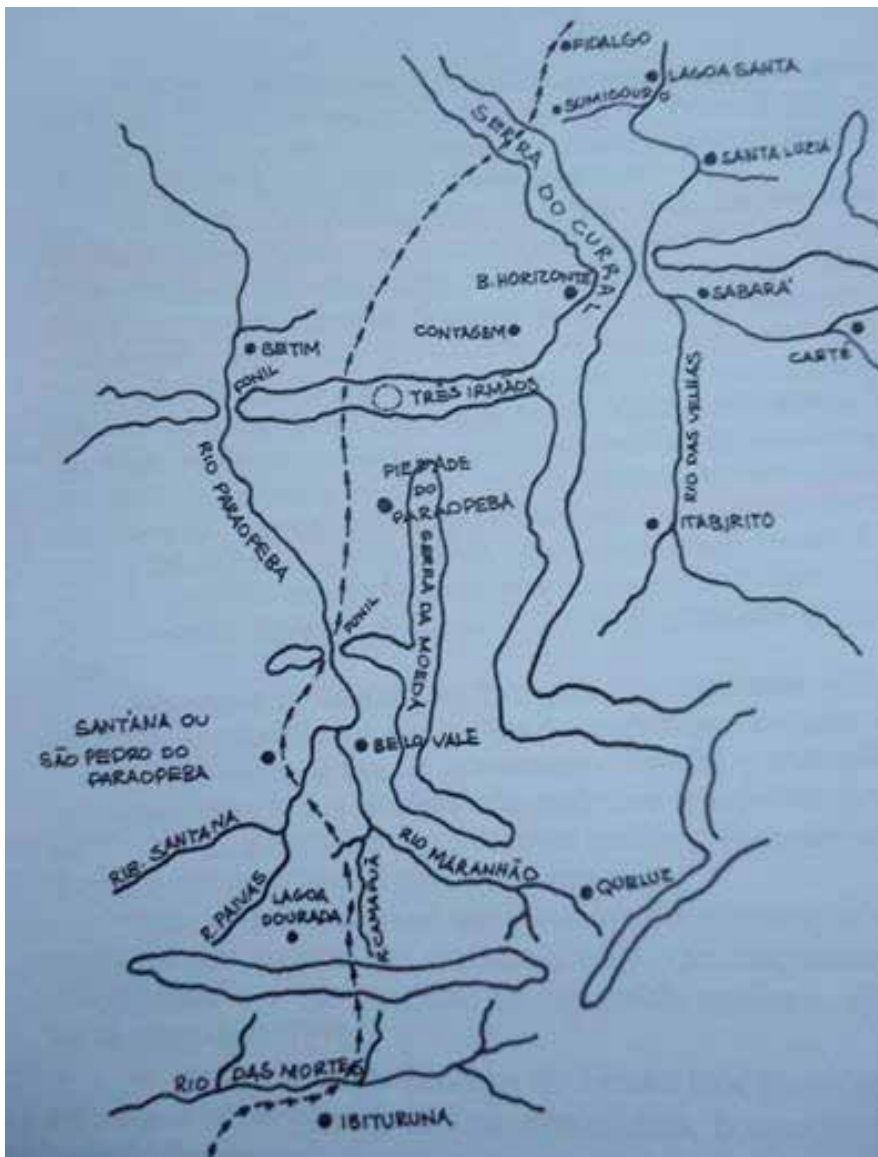


Imagem 5- Itinerário da Bandeira de Fernão Dias Paes (VASCONCELOS, 1944:41).

A FEITORIA DE SÃO PEDRO: CAMINHO TRAÇADO PELA BANDEIRA DE FERNÃO DIAS PAES

“As montanhas sempre foram a baliza, o farol, que tiveram aqueles homens empreendedores, e os rios foram os caminhos que seguiram de preferência”
(ABREU, 1982, p. 141).

São Paulo, durante boa parte de sua história colonial, “não passava de uma vila pequena e insignificante para a metrópole” (SCHWARTZ & PÉCORA, 2002:18). Situada mais ou menos a oitenta quilômetros da Costa, no planalto, seus habitantes voltavam-se para o interior. Adotavam assim maneiras próprias à vida nas matas; muitos paulistas falavam o tupi-guarani tão bem ou melhor que o português, devido à intensa mestiçagem, fruto da união entre portugueses e índios. Os paulistas se tornaram os sertanistas do Brasil colonial. Pobres em riquezas materiais e extremamente influenciados por costumes indígenas andavam com destreza nas matas. Suas costumeiras incursões pelos sertões - denominadas entradas ou bandeiras, foram organizadas com o objetivo de capturar índios, escravos fugidos e encontrar riquezas minerais. Os paulistas tinham fama de desbravadores de fronteiras e predores de índios, “homens duros e até desalmados que, apesar de seu espírito independente e de sua natureza belicosa, se mostravam bons aliados quando a batalha era difícil. Diante das necessidades,

sua habilidade e experiência eram mobilizadas para a consecução de objetivos do governo colonial” (2002:18).

Fernão Dias Paes Leme destacou-se entre todas as expedições pesquisadoras de minerais. Partiu de São Paulo rumo às esmeraldas no Sabarabuçu, na cabeceira do Rio das Velhas, rumo norte, até a zona de Serro Frio, onde encontrava o ouro. Quem o acompanhou nessa empreitada, além de muitos paulistas e índios administrados, foram Matias Cardoso de Almeida, seu genro Manuel de Borba Gato e seu filho, Garcia Rodrigues Paes. A expedição foi importantíssima pelo contato que estabeleceu, embora tivesse sido nula quanto à descoberta de riquezas minerais. Além disso, as três pessoas que o acompanharam estão diretamente relacionadas aos primeiros povoamentos de Minas Gerais: Matias Cardoso de Almeida estabeleceu a estrada que ligou as Minas aos currais de gado do São Francisco, na Bahia; Borba Gato devassou o sertão do Rio das Velhas; e Garcia Rodrigues Paes abriu o caminho entre as Minas e o Rio de Janeiro (HOLANDA, 1973:295).

A passagem pelo caminho do Paraopeba foi documentada, no final do século XVII, como o caminho traçado por Paes Leme, organizado em 1674, e que se deparou com três caminhos: o primeiro, à esquerda, o Vale do Rio Pará; à direita, o Vale do Rio das Velhas e, ao

centro, o Vale do Paraopeba, por onde seguiu a bandeira penetrando assim no Vale do Rio das Velhas. A Bandeira teve três percursos: o primeiro, de São Paulo ao Rio das Mortes; o segundo, de Ibituruna⁸ ao Sumidouro; e o terceiro, do Sumidouro a Itacambira (VASCONCELOS, 1999:41). Chamaremos a atenção para o segundo percurso. Diogo de Vasconcelos narrou o itinerário da bandeira paulista e a fundação dos arraiais em pontos estratégicos:

“Passou pelo vale do Paraíba, atravessou o Embaú, na Serra da Mantiqueira; desceram às regiões dos Pinheirais, passaram o Rio Passa-Trinta [Passa-Quatro] chegando a Capivari, repousando num sítio que chamaram de Baependi [pouso bom ou alegre]. Do Baependi seguiram para o Rio Verde, transpuseram o Rio Grande, e vieram estabelecer o primeiro arraial [acampamento de tropas] na Ibituruna [Serra Negra] situada em região propícia no centro de matas férteis de caça e mel [se tornou ponto de desporto dos viajantes no período do povoamento]. Seguiram em direção a Serra da Borba e atravessaram a região do Campo, entrando na do Paraopeba onde fundaram o segundo arraial [Sant’Ana]. Em seguida marcharam para o Anhanhoca-nhuva, onde erigiram o terceiro arraial do São João do Sumidouro” (1999:55).

A etapa da bandeira a qual corresponde o trecho de Ibituruna ao Sumidouro, é assim descrita:

“Atravessando a Serra de Camapuã e detendo-se ali na baixada, onde fundou a feitoria de São Pedro. Deste ponto, procuraria a bandeira o curso do Paraopeba, que corre a dois quilômetros de distância, margearia este rio à esquerda e o atravessaria no Funil de Baixo, tomando então o rumo leste. Daí tomaria o Norte galgando a Serra da Moeda, nas proximidades dos Três Irmãos, passando depois pelas imediações de Betim e Lagoa Santa, para ter afinal ao Sumidouro”
(BARBOSA, 1971:43).

Essa região se caracterizava por ser o caminho dos bandeirantes que iam de São Paulo para o Rio São Francisco.⁹ Para facilitar a entrada no interior do sertão e descobrir a prata e as esmeraldas, Fernão Dias Paes plantou mantimentos em pontos estratégicos do percurso, as chamadas feitorias. Gradativamente, essas feitorias foram se transformando em núcleos populacionais e, mais tarde, em arraiais (ABREU, 1924:166). Em cada feitoria foi assentado um administrador de confiança do chefe bandeirante¹⁰. João Dias de Vergara tomou conta da feitoria do Sumidouro; Garcia Rodrigues Paes administrou a feitoria de São Pedro (atual Sant’Ana do Paraopeba), em direção ao Sumidouro; e, na feitoria do Rio das Velhas, ficou Manuel da Borba Gato como encarregado da administração geral.

8. Ibituruna: Uma das raras localidades mineiras que conservaram o nome primitivo. Para Diogo de Vasconcelos, Ibituruna significa serra negra; Martins, porém traduz como Nuvem Negra. A verdade é que o nome aparece desde a bandeira de Fernão Dias Paes, que, depois de transpor o Rio Grande, estabeleceu o primeiro arraial na Ibituruna (serra negra), o mais antigo lar da pátria mineira.

9. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Informações sobre as minas do Brasil, Rio de Janeiro, v. 57, 1935, p. 157 et seq. Trata-se de um documento da 2ª metade do Século XVII.

10. O capitão Joseph de Castilho ficou próximo onde achou as supostas esmeraldas, em Itamarandiba; o Sargento-mor Estevão Sanches foi assentado na feitoria da serra de Itacambira.

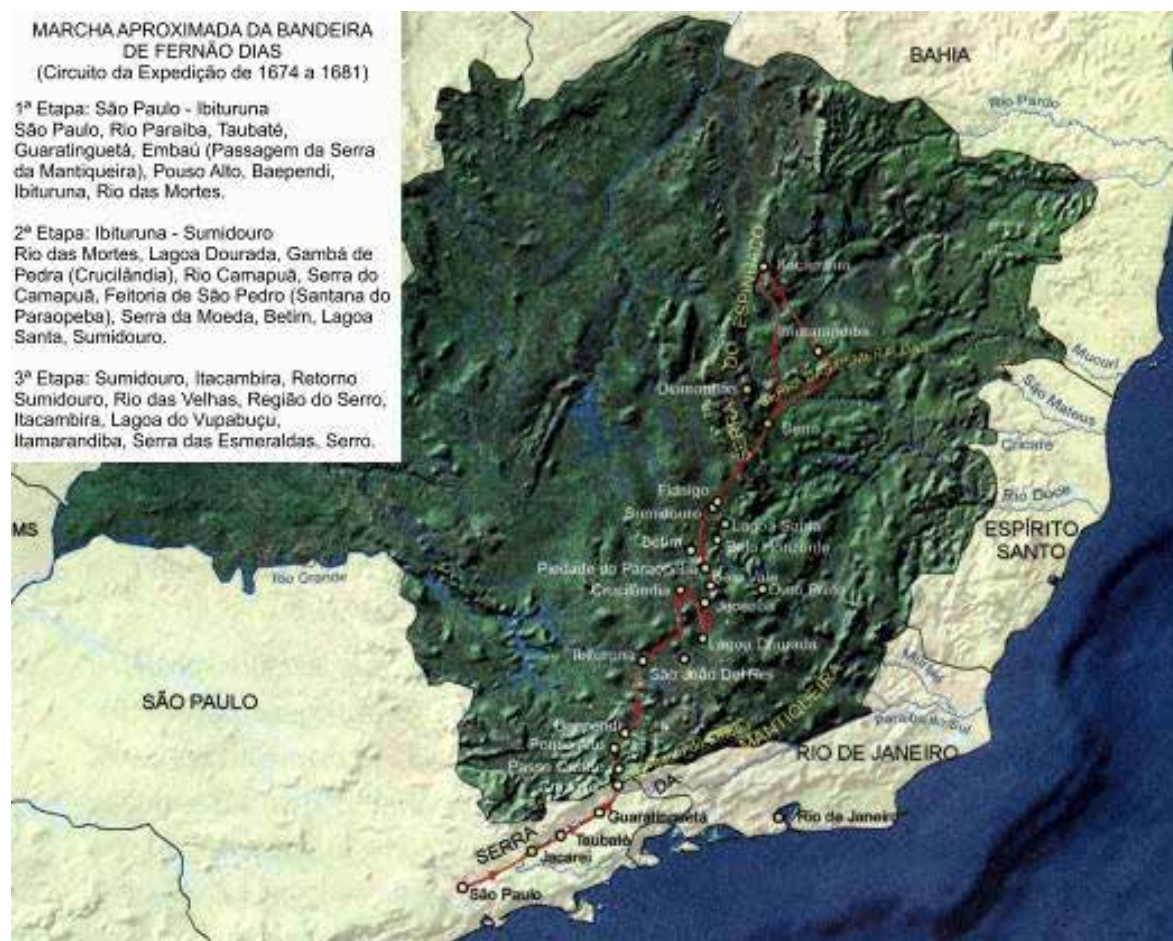


Imagem 6 - RESENDE, Maria Efigênia Lage de; MORAES, Ana Maria. Atlas Histórico do Brasil. Georreferenciamento: M. M. M. Machado (IGC/UFMG). (RESENDE, 2007: 30).

A feitoria de São Pedro do Sumidouro era a mais aparelhada, com alimentos em abundância, roça de grãos e mandioca e criação de porcos. Não foi por acaso que Dom Rodrigo Castelo Branco, fidalgo da Casa da Sua Alteza e administrador Geral das Minas, vindo de São Paulo pelo Rio das Mortes, chegou no Paraopeba no dia 8 de outubro de 1681, a cinco dias da feitoria do Sumidouro (ABREU, 1924:169). Enviou Francisco João da Cunha, apontador da Administração Geral das Minas, para levar uma carta de Sua Alteza a Fernão Dias Paes, para que este lhe vendesse alguns mantimentos que pudessem suprir toda a sua comitiva, com mais ou menos 220 com-

ponentes (VASCONCELOS, 1944:37). Narramos os documentos que Francisco João da Cunha ficou surpreso com a abundância de milho, feijão, mandioca e criação de porcos que havia na feitoria de São Pedro no Sumidouro, Itacambira e Matos das Pedreiras, no Arraial do Paraopeba (RAPM, XX:167).

Fernão Dias Paes, como se sabe, não concluiu sua empreitada. A essa época já havia morrido de peste, como a maior parte de seus índios. Seu filho Garcia Rodrigues Paes foi ao encontro de Castelo Branco e colocou à disposição as criações e os mantimentos não só da feitoria de São Pedro, mas também de outras

feitorias que foram plantados com o objetivo de facilitar o descobrimento das minas, e não para serem comercializados (RAPM, XX:164).

D. Rodrigo de Castelo Branco foi assassinado em 1682. Dúvidas pairam sobre a causa de seu assassinato e sobre o mandante do crime, assunto que não será discutido aqui. Sabe-se que, após uma discussão bastante exaltada com Manuel Borba Gato, dois serviçais desse bandeirante o assassinaram. Borba Gato, com receio de ser acusado como mandante do crime, escondeu-se entre os índios nos sertões do Rio Doce, onde viveu por 16 anos, respeitado como um cacique. Todavia, Borba Gato nunca perdera realmente o contato com seus familiares. Após todos esses anos embrenhado nas matas, resolveu negociar o seu perdão: em troca levaria a Coroa Portuguesa ao ouro descoberto no Rio das Velhas, que era mantido oculto até então. Com esse intuito, voltou a São Paulo, onde foi muito bem recebido por Artur de Sá, que lhe concedeu o perdão em nome de Sua Majestade (COSTA M., 1999:188, fl.24).

Manuel da Borba Gato viveu até os noventa anos de idade. Morreu por volta de 1734, com a patente de tenente-general em um sítio que havia fundado no Paraopeba, banhado por um rio fértil de peixes e com boas terras para plantação, a três dias de viagem de Sabará para a parte do poente. Costa Matoso acrescenta que o referido sítio ficava “à margem do Rio Paraopeba, que é o mesmo

no caminho do Rio de Janeiro se passa, com o mesmo nome, que recebendo mais água, se faz naquela altura caudaloso, e se vai juntar no Rio das Velhas; e ambos juntos ao Rio de São Francisco aumentando grandemente as suas caudalosas correntes”(1999:191, fl.27). Em 1710, seu genro, Francisco Duarte Meireles, pediu carta de sesmaria para o sítio localizado entre o Rio Paraopeba, a cordilheira da Itatiaia e a encruzilhada do caminho das Abóboras, que segue para Itabira e Rio das Velhas. O pedido de sesmaria registra que

“Francisco Duarte de Meireles [esclarece] que seu sogro está há muitos anos senhor e possuidor de umas terras entre Paraopeba, cordilheira da Itatiaia, e a encruzilhada do Caminho das Abóboras que vai para Itabira e Rio das Velhas, onde tem um curral e algum gado, as quais ditas terras e mais benfeitorias o dito seu sogro o tenente-general Manuel de Borba Gato, lhe faz mercê de largar a posse delas que tem, mas sem embargo da dita posse e dádiva quer ele suplicante que esta seja pelo justo e bom título de sesmaria, pelo que me pedia fosse servido mandar lhe dar posse das ditas terras, e passar-lhe uma carta de sesmaria na forma do estilo de duas léguas em quadro, fazendo pião no mais alto monte que está entre o curral e o serro, que tantas poderá haver no dito distrito”¹¹ (APM, SC 7, fl. 39).

“Quando Garcia Paes, em 1697, descobriu ouro nos rebentos da Serra do Sa-barabuçu, os nortistas já haviam levado suas boiadas e currais até a zona do ouro” (LINS, 1983:20).

O caminho da Bahia, conhecido como Currais do Sertão, era efetuado pelas margens do Rio São Francisco. Tratemos a seguir do processo de ocupação do Vale do Paraopeba.

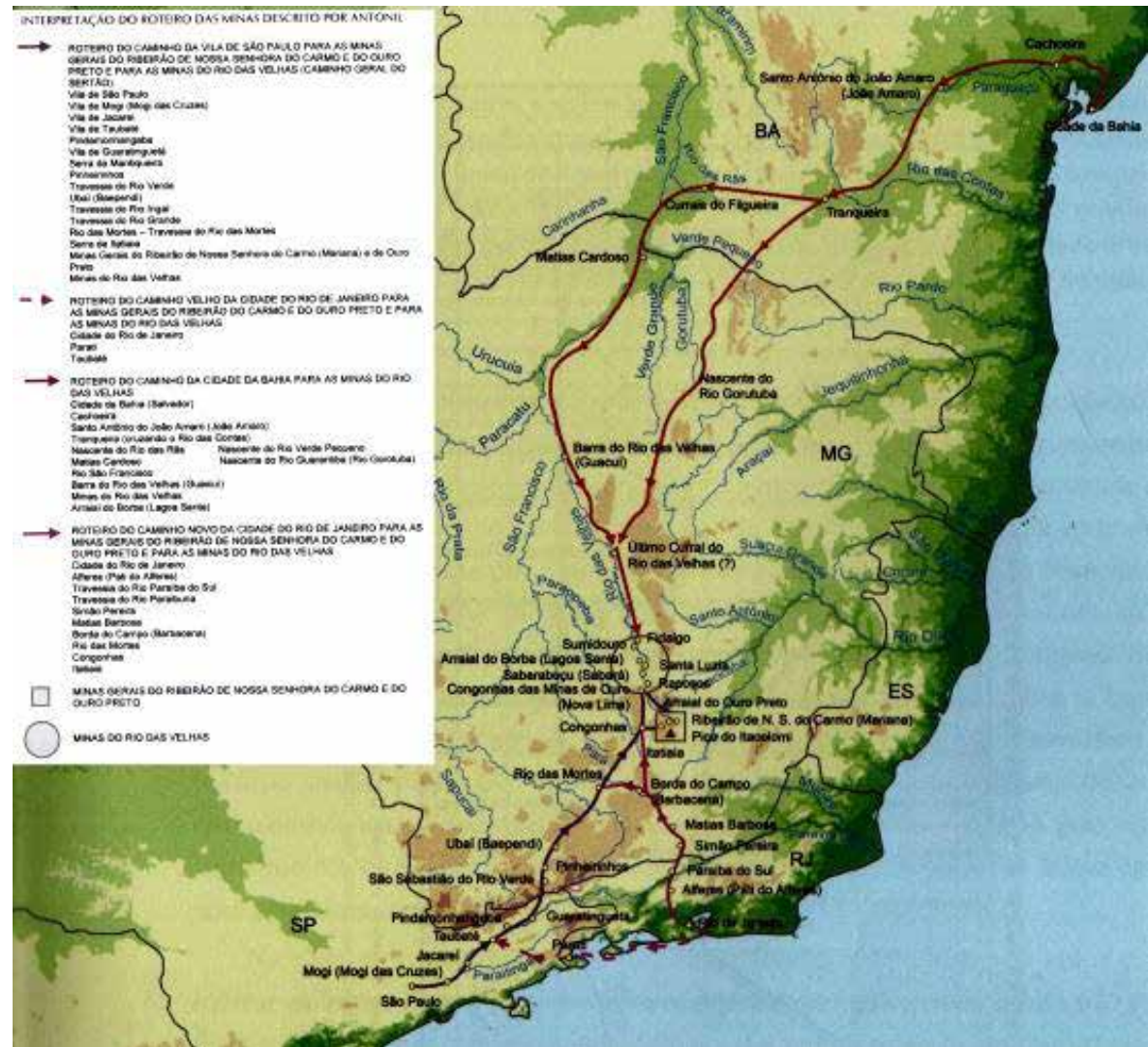


Imagem 7- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; MORAES, Ana Maria. *Atlas Histórico do Brasil*. Georreferenciamento: M. M. M. Machado (IGC/UFMG). (RESENDE, 2007:34-35)

OCUPAÇÃO E POVOAMENTO

O processo de ocupação do vale do Paraopeba pode também ser analisado arqueologicamente. Durante a demolição da Fazenda Água Limpa, no atual município de Moeda, foi

encontrada uma telha com a inscrição: “seis de Agosto de 1680 Custódio Roiz”(GERARDI, SANCHES, ALVIM, TUBALDINI & BUENO, 1990:77).¹² Além de ter sido a primeira grande

11. Data: 03/12/1710

12. Os bandeirantes adentravam o sertão mineiro para o apresamento de índios e em busca de pedras preciosas. Junto à ocupação houve uma fase efêmera de exploração de ouro no Vale do Paraopeba. Na medida em que as lavras do Paraopeba escasseavam e a produção do Rio das Velhas e de Ouro Preto aumentava. P.77.

entrada natural para os sertões das Minas, Fernão Dias Paes e seus soldados deixaram nesse vale marcas indeléveis de uma presença mais sedentária (ou menos nômade). Inúmeros integrantes dessa bandeira estabeleceram-se na região. Ao longo do caminho, os bandeirantes iam fixando povoamentos que se tornaram pontos de hospedagem e comércio para os viajantes daqueles sertões recém-descobertos.

Seguir o curso do Rio Paraopeba era negócio certo para o escoamento de mercadorias para o Rio São Francisco, o principal centro abastecedor de Minas no século XVIII. Era um percurso também muito utilizado principalmente por aventureiros e batedores de caminhos. É possível inferir que, talvez para os agentes da Coroa Portuguesa e para quem não tinha o traquejo de andar pelas Minas, esse trecho constituía um caminho extremamente árduo e penoso.

Em 6 de abril de 1714, ao ser efetivada, por sugestão do governador D. Braz Baltazar da Silveira¹³, a divisão da capitania de Minas em quatro comarcas, o Rio Paraopeba passou a ser um marco de referência para a divisa de duas das comarcas e de acesso à terceira¹⁴.

O Vale do Paraopeba era um trecho de difícil acesso, escarpado, árduo de atravessar. Mas, ainda assim – ou por isso mesmo –, consti-

tuía um caminho alternativo que dava acesso a três das quatro Comarcas de Minas e era percorrido por uma variegada tipologia social: comerciantes, tropeiros, mineradores, quilombolas, contrabandistas e moedeiros falsos. Essa população nômade e errante – por vezes oscilante entre os limites tênues da ordem e da desordem, do lícito e do ilícito transitava continuamente pelos caminhos entre a Bahia e o Rio de Janeiro. O Rio Paraopeba apresentava certos trechos navegáveis, outros não, mas seguir o seu curso era garantia de transitar pelas Minas do ouro quase sempre sem ser percebido, livrando-se dos registros e dos impostos, minerando clandestinamente longe dos olhos fiscalizadores da administração colonial portuguesa. Richard Burton, em sua passagem por Congonhas do Campo, chamou a atenção para o complexo emaranhado de caminhos, conhecido apenas por quem tivesse uma experiência cotidiana do território: *“rede de caminhos e trilhos, estradas que vão do nada a coisa nenhuma. Sempre chegando em encruzilhadas onde se encontram quatro ou mais estradas. Os habitantes da região conhecem cada palmo de terreno, e não se extraviam”* (1976:148).

Dos pequenos povoados que se formaram ao longo do Vale, alguns são remanescentes da bandeira de Fernão Dias Paes. É o caso de

Piedade do Paraopeba, que serviu de pouso para a bandeira que depois desceu o Rio Paraopeba. A Igreja dessa localidade possui as inscrições de 1713. Em São Caetano da Moeda Velha, a Igreja traz a data de sete de agosto de 1706. São José do Paraopeba, Brumado do Paraopeba e Aranha tornaram-se pequenos arraiais de mineradores e pontos de abastecimento de caminhantes.

A exemplo de outras regiões periféricas em relação à área mineradora, o Vale do Paraopeba, tido como de pouca importância no cenário da mineração propriamente dita, adquiriu, graças à produção de alimentos, uma relevância e um papel fundamental na viabilização da atividade mineradora e administrativa de Vila Rica, como já assinalamos de passagem. Nesse sentido, tem-se o desenvolvimento de áreas especializadas nas proximidades de Vila Rica e Sabará – tais como São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Piedade do Paraopeba, Moeda e Congonhas –, que se firmaram como produtoras de gêneros alimentícios básicos como milho, feijão, toucinho e farinhas. Essas atividades econômicas foram implementadas através de uma política de concessão de terras, tanto na forma de sesmarias como de datas minerais.

13. A divisão da capitania foi feita pelo governador D. Braz Baltazar da Silveira e uma junta formada pelos procuradores de todas as vilas, o sargento-mor, engenheiro Pedro Gomes Chaves e o capitão-mor, Pedro Frazão de Brito. (VASCONCELOS, 1994, p. 87).

14. Os limites foram assim definidos: a Comarca de Ouro Preto fica situada no centro da Capitania; suas divisas vão do Ribeirão que desce a ponta do morro a fazer barra com o São Francisco, estrada de mato dentro, no Rio Paraopeba. Congonhas, serra de Itaverava e sertões do Pomba e Cuieté até o Rio Doce. A comarca de Sabará compreende todo o terreno ao norte de Itabira – até os rios Cipó e do Peixe e os sertões limítrofes nas capitanias de Goiás e Pernambuco. Nos rios Cipó e do Peixe pega a comarca do Serro e vai terminar nos sertões da Bahia. (VASCONCELOS, 1994:87). A comarca do Rio das Mortes abrange toda a extensão desde o Paraopeba e Congonhas, rumo sul, até a Paraibuna (onde começa a capitania do Rio de Janeiro) e a Serra da Mantiqueira (raia das duas capitanias de Minas e São Paulo) (1994:87).

Da perspectiva historiográfica, a região do Vale do Paraopeba é pouco estudada. Pode-se especular sobre tal “marginalização” devido ao fato de ter sido uma região que contribuiu modestamente para o desenvolvimento econômico e social da província mineradora. Ela não foi, afinal, nenhum celeiro de Minas para o abastecimento de víveres às vilas do ouro; não conheceu o fausto das regiões mineradoras do século XVIII e nem foi tomada pela corrida dos diamantes. Sua peculiaridade, cumpre frisar, está na sua localização e características geográficas, justamente em sua posição de entreposto do caminho. Porém, trata-se de uma via secundária, que possibilitava os caminhos marginais de acesso às (e de saída das) principais áreas de extração do ouro e do diamante.

Suprindo a carência de estudos, o levantamento de fontes primárias foi importante no sentido de possibilitar a percepção da ocupação e da formação histórica da região. Nesse sentido, os pedidos de cartas de sesmarias¹⁵ e de datas minerais¹⁶ nos evidenciam o processo de ocupação desta serra que passou a se chamar da Moeda, em função de um crime muito comentado, ocorrido em 1729, crime sobre o qual voltaremos a discorrer com mais vagar logo adiante. Por esses anos, foi

instalada naquela serra uma casa de moedas falsas, situada no Morro da Fortaleza e comandada por Inácio de Souza Ferreira. Esse parece não ter sido o único caso de moedeiros falsos a agirem na região. O Governador Vaia Monteiro não cansou de escrever alertando ao Governador das Minas, D. Lourenço de Almeida, para que averiguasse da instalação de moedeiros falsos no sertão do “Paraopeba”. Trata-se, em suma, de uma via fluvial utilizada para negócios ilícitos, principalmente o contrabando de ouro e a moedagem falsa, e que dava acesso direto ao sertão do São Francisco.

Recolhemos amostras de documentos que abrangessem a região do curso Superior do Rio Paraopeba, onde está compreendida a Serra da Moeda, e do Médio Paraopeba, que vai do Salto do Paraopeba até o Fecho do Funil, perto das ruínas da chamada Fortaleza de Pedra, conhecida hoje como o “Forte de Brumadinho”. Na análise das fontes primárias, observamos que os pedidos de concessão de sesmarias e de datas minerais passaram a ser mais volumosos justamente a partir de 1729, muito provavelmente em função do escândalo provocado pela descoberta de fábricas de moedas falsas instaladas na região. Em resposta, a Coroa Portuguesa passou a ficar mais atenta ao movimento de pessoas,

mercadorias e riquezas, observado nessa região. Significativamente, em 1740, a região do Paraopeba já tinha como principal ponto de referência a casa da moeda falsa. O suplicante Marcos Francisco Passos,

“(...) morador na Cachoeira, termo de Vila Rica, [relata] que ele tinha notícia que nos matos da Paraopeba, no ribeiro que deságua na fazenda que foi casa da moeda falsa, na de Silvestre Coutinho, abaixo de uma sesmaria que se havia concedido ao capitão José da Costa Pereira, se achavam devolutas algumas terras e matos, que da parte do nascente faziam divisão com o capitão José da Costa Pereira e da parte do poente com o padre Manuel de Sousa Lobato(...).”
(APM, SC 72, fl. 154).¹⁷

Até o ano de 1729, o Paraopeba era, para a administração portuguesa, simplesmente mais uma dentre as inúmeras regiões de difícil acesso, com pouca extração de ouro, onde as lavras recebiam o nome de *Brumado*¹⁸, e que acabaram dando nome a vários topônimos da região. A partir de 1734, começam os pedidos de cartas de sesmarias e datas minerais. Nessa região do Vale, as terras não eram devolutas e muitas das propriedades já constavam de benfeitorias, criações e plantações.

15. O levantamento das sesmarias na primeira metade do século XVIII compreende um total de setenta e oito cartas distribuídas entre os anos de 1737 e 1790. O mesmo procedimento foi feito com Datas Minerais, que somaram cinquenta e duas cartas. As cartas de sesmaria trazem o nome do proprietário, a data de concessão, a localização da terra, a extensão, a quantidade de mão de obra e, algumas vezes, informações sobre as benfeitorias da propriedade e as atividades agrícolas desenvolvidas, além dos prazos máximos de demarcação, cultivo e ocupação Cf. (GUIMARÃES & REIS, 1987).

16. As datas minerais, embora fossem concedidas a cada minerador o direito absoluto de explorar a lavra e de extrair o minério, não implicava na garantia do direito de propriedade sobre a área superficial do terreno, o que era regulado pela Carta de Sesmaria. Portanto, teoricamente, temos que dois proprietários privados poderiam possuir a mesma terra e, para evitar este transtorno, era costume obter carta de data com o direito de extrair ouro da mesma terra concedida pela carta de sesmaria. Contudo, no final da primeira metade do século XVIII, temos uma considerável distribuição de datas e terras minerais na região. Pelos dados topográficos, há indicativos de que a exploração mineral se dava junto ao Rio Paraopeba e em suas proximidades.

17. Data: 3/08/1740.

18. Lavra aurífera sem interesse, por dar mais despesas do que lucro. (HOUAISS, 2001) verb. brumado.

As sesmarias eram distribuídas com a finalidade dos governadores legalizarem o alargamento das fronteiras e aquecerem as atividades voltadas para o abastecimento interno. Outra função importantíssima das concessões era o seu papel normatizador: a partir das cartas, os agentes da Coroa conseguiam melhor conhecer a região, seus rios, acidentes geográficos, serras, os proprietários e as atividades desenvolvidas no local. As concessões permitiam, ainda que precariamente, cartografar, mapear e controlar a região. Com isso, o trabalho de fiscalizar o pagamento dos quintos e o desvio do ouro era relativamente melhor levado a efeito.

Por meio desses mesmos documentos, podemos observar o quanto o Paraopeba era habitado, percorrido, frequentado e com população fixa, que há anos morava naquelas serras. No final da primeira metade do século XVIII, há um número significativo de pedidos de cartas de sesmarias e de datas minerais na região. Pelos dados topográficos, há indicativos de que a exploração mineral se dava junto ao Rio Paraopeba e em suas proximidades. Os pedidos mais frequentes são de confirmação de posse de terra, em que o suplicante desfrutava havia anos da terra ou da lavra, muito tempo antes das datas dos pedidos. Via de regra, os requerentes

só pediam as concessões depois de terem tirado o que havia de mais precioso ou depois de anos de cultivo da terra, “aí vão dar conta dos descobertos ao superintendente ou guarda-mor.”(LEME, 1980:203). Os motivos desses “atrasos”podiam ser variados, mas a sonegação do quinto era o mais provável.

Em 1742, **Antônio de Almeida da Silva**, com receio de ser reconhecido como fraudador do fisco, julgou necessário esclarecer que “tinha uma propriedade há anos na paragem do Paraopeba e que cultivara às custas de sua fazenda, sem que houvesse lucro algum para ressarcir o investimento”. E agora, de repente, via a possibilidade de lucros, pretendendo continuar a cultura das terras e assim poder pagar os quintos reais.¹⁹

Bento da Cunha Aranha, em 1759, declarou que possuía terras e escravos que plantavam roças mistas e desfrutavam das terras sem nenhum impedimento no Paraopeba e na paragem de Ribeirão da Areia desde o ano de 1736.²⁰ Suas terras estavam localizadas na estrada que dava para as Abóboras, no distrito de Piedade da Paraopeba, próximo da Vila Real de Sabará, na Comarca do Rio das Velhas, eram chamadas Paragem da Ponte Grande e Ribeirão Vermelho.²¹

Custódio Pereira Coelho declarou que ele e seus antepassados possuíam terras havia

mais de quarenta anos em Casa Branca, situada nos matos da Paraopeba.²²

Manuel Teixeira Sobreira fez três pedidos de concessão de terras, nos anos de 1735, junto ao Rio Paraopeba, na Fortaleza, Comarca do Rio das Velhas, onde tinha roças plantadas havia muitos anos²³. Em 1738, ele e seu sócio Manuel Machado eram possuidores de uma roça na Paraopeba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, na qual havia muitos moradores, casas e uma capela com a invocação de Santana, tudo feito às suas custas e de seu sócio.²⁴ Em 1744, o mesmo Manuel Teixeira Sobreira fez outro pedido de concessão de terras no Paraopeba, abaixo do Ribeirão das Macaúbas, Comarca do Rio das Velhas, que possuía por título de compra.²⁵ Manuel Teixeira tinha ainda terras no Paraopeba Superior, na comarca do Rio das Mortes; no Médio Paraopeba, em Congonhas do Campo; e no Paraopeba Inferior, no Fecho do Funil. Todos, como dissemos, locais estratégicos para o comércio, posto que abasteciam as três principais comarcas de Minas.

O Sargento-mor João Jorge Portela, morador na freguesia do Curral del-Rei, Comarca de Sabará, era suplicante de uma posse na entrada para a Serra Negra, perto de Contagem.²⁶

Em 1710, Francisco Duarte Meireles requeria uma terra entre o Paraopeba e a cordilhei-

19. APM, SC 80, fl. 51v. Local: Paraopeba. Data: 06/08/1742.

20. APM, SC 127, fl. 29v. 24/12/1759. Local: paragem do Ribeirão da Areia, freguesia do Curral del-Rei, termo de Sabará, comarca do Rio das Velhas.

21. APM. SC 125, fl. 176v. Sesmeiro: Plácido Ferreira. Data: 14/09/1759.

22. APM, SC156, fl.106. Local: Casa Branca, nos matos da Paraopeba, freguesia do Curral del-Rei, termo de Sabará data: 01/06/1768.

23. APM, SC 42, fl. 35. Sesmeiro: Manuel Teixeira Sobreira, Local: junto ao Rio Paraopeba, na Fortaleza para baixo. Data: 11/11/1735.

24. APM, SC 80, fl. 149. Sesmeiro: Manuel Teixeira Sobreira Local: Paraopeba. Data: 13/04/1738.

25. APM, SC 80, fl. 109v. Sesmeiro: Manuel Teixeira Sobreira. Local: Paraopeba, abaixo do Ribeirão das Macaúbas Data: 08/06/1744.

ECONOMIA E SOCIEDADE NO VALE DO PARAOPEBA.

ra da Itatiaia, encruzilhada do caminho das Abóboras que dava em direção a Itabira e Rio das Velhas.²⁷ **Domingos André Couto** requeria uma posse de terras no Paraopeba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congo-nhas, Comarca do Rio das Mortes.²⁸ **Francisco Borges Coutinho de Sousa** era requerente do sítio Santa Eulália, na paragem do Paraopeba, comarca de Vila Rica.²⁹

E assim muitos outros casos documentados.

A legislação a respeito da distribuição de ses-marias e datas minerais na capitania de Mi-nas não seguiu um padrão definido. Antes, variou de acordo com as circunstâncias (BAR-BOSA, 1979, p. 234). As Minas, em decorrência de o ouro ser um equivalente universal, exi-giam um aparato administrativo e fiscal mais complexo, a fim de evitar os descaminhos, os desvios, as revoltas, os motins. Portanto, os alimentos básicos, de consumo generalizado, não poderiam faltar à população mineira, tais como o milho, o feijão, a farinha de mandioca, o fubá, a carne e o toucinho, pois a carência ou a carestia desses alimentos poderia com-prometer a arrecadação de impostos, a ma-nutenção do poder Real e estimular o contra-bando, quando não a desordem, sobre uma população dispersa e afastada, cercada por serras e matas fechadas (SILVA, 2000:97).

Os inventários *post-mortem* nos permitem traçar uma radiografia da população. Esses documentos comportam informações pre-ciosas sobre as principais atividades econô-micas desenvolvidas sobre os bens materiais, os pertences íntimos usados no cotidiano: vestuário, mobília, utensílios de cozinha e ferramentas de trabalho.³⁰ O volume dessa documentação também aumenta expressi-vamente a partir do final da primeira metade do século XVIII. É possível formular algumas hipóteses a respeito. Não era comum a todas as pessoas fazerem inventários. Estes, geral-mente, eram feitos por quem tinha algum ca-bedal a deixar como herança. Ora, grande par-te da população das Minas era formada por fiscoadores, pessoas que não possuíam ne-nhum - ou quase nenhum - bem de valor, e que extraíam dos córregos e dos ribeiros, dois, três, quatro vinténs de ouro por dia (COELHO, 1852:396). Vale dizer, o produto dessa mine-ração mal dava para a subsistência individual ou familiar. Esse contingente de pessoas, a arraia-miúda dos mineradores, fazia parte de uma rede local de relacionamentos: quando terminava o dia de trabalho, passavam pela venda para adquirir o necessário ao consumo cotidiano, geralmente trocado em espécie.

Quer dizer, não chegavam a acumular uma quantia suficiente de ouro para levá-lo à casa de fundição e transformá-lo em moedas ou barras.

O vale do Paraopeba, como já foi visto, era um terreno de trânsito contínuo, habitado por uma população itinerante - nômade ou seminômade - que não se fixava por muito tempo em um único e mesmo local. Muitos deles mineravam ao longo do rio, sempre a procura de ricos veios de ouro e que, via de regra, não possuíam bens de raiz. Em muitos casos, provavelmente tratava-se de rema-nescentes da expedição pioneira de Fernão Dias Paes que, ao passar por ali, deixou al-guns negros e mamelucos para abrir roças, criar e construir *cochicholos* - ou seja, casas muito pequenas, acanhadas, improvisadas, fáceis de serem abandonadas (VASCONCE-LOS, 1944:30).

No exame dos inventários arrolados para a presente pesquisa, o primeiro item analisado foi o que aborda os bens imóveis: a descrição das propriedades, sua localização geográfica, a quantidade de mão de obra empregada, a identificação da produção agrícola e do tipo de gado criado na região. A escolha desse recor-te deve-se ao fato de se constituir o suporte

26. APM, SC 80, fl. 173v.

27. APM, SC 7, fl. 39.

28. APM, SC 72, fl. 186 Data: 16/03/1740.

29. APM, SC 80, fl. 50v. Data: 27/07/1742.

30. Foram coletados sessenta e um inventários do Vale do Paraopeba, trinta e dois são do município de Piedade do Paraopeba, dezoito são datados da segunda metade do século XVIII e treze da primeira metade do século XIX. Os inventários dos moradores da região do Médio Paraopeba, principalmente do município de Piedade do Paraopeba, estão localizados no Museu do Ouro, Casa Borba Gato, em Sabará.

e o indicativo da economia, da sociedade e de seu cotidiano: indícios, de modo geral, da forma de ocupação do território. As mesmas fontes permitem inferir que outras atividades secundárias também eram desenvolvidas no local, tais como o comércio ambulante e a atividade de tropeiros, desde os caixeiros viajantes até os pequenos comércios ambulantes de comestíveis, quitutes e guloseimas.

A pesquisa buscou a especificação do tipo de propriedade por meio de designações pertinentes como: sítio, fazenda, chácara, roças, benfeitorias e localizações geográficas. Além de sua produção agrícola, consideramos uma propriedade rural bem estruturada quando a mesma dispunha de engenhos de pilão, casa de vivenda, paióis - todas essas construções cobertas de telha; e senzala e chiqueiro - cobertos de capim sapê; juntas de bois, rodas de mandioca, prensas, engenhos, canoas, teares, rodas de fiar algodão; moinhos, pilões de água, monjolo, fornos de ferro de torrar farinha, estrebarias e benfeitorias de pedra.

Na análise do *corpus* documental constituído pelos inventários, é possível perceber que os grandes e bem estruturados proprietários rurais não se dedicavam à monocultura, justamente devido à especificidade da demanda do mercado regional. Pelo contrário, as plantações eram bastante variadas, predominando as lavouras de milho, mandioca, mamona, arroz e feijão, bem como os pomares: bana-

neiras, marmeleiros e árvores de espinhos: laranja, limão e mexerica. A pecuária também era variada. As criações variavam entre gados vacuns e muares, predominando o gado suíno. No caso dessas propriedades, o volume da produção de mantimentos indica claramente que não se tratava apenas de uma agricultura (ou de uma pecuária) de subsistência, mas também - ou principalmente - destinada ao abastecimento do mercado interno.

As propriedades melhor estruturadas são encontradas em maior número nos inventários do final do século XVIII. Mas elas - em menor quantidade, por certo - existiram durante todo o setecentos. Com efeito, temos os registros de duas propriedades das décadas de 1720 e 1730: uma é a do proprietário Francisco Borges Carvalho, situada exatamente onde foi a sede da Casa da Moeda Falsa. Em 1732, era uma fazenda que, em termos comparativos, consideramos bem-estruturada: continha cerca de cinquenta escravos, casas de vivenda, capela e plantações diversificadas. Essa propriedade não era isolada no sertão do Paraopeba, como pensava a Coroa Portuguesa: seus moradores tinham vizinhos, os quais interagiam com a fábrica, como veremos mais adiante.

A outra propriedade é a do inventariante **Manuel Dias Borges**, falecido em 1734. Casado, branco, domiciliado no pé da Serra do Paraopeba, suas vestes indicam uma posição

social privilegiada.³¹ Seu inventário, infelizmente, é pouco detalhado e incompleto. Era dono de uma venda e de uma propriedade agrícola de médio porte, com quatro alqueires de milho plantados. Possuía poucos móveis e utensílios domésticos de boa qualidade: um forno, um tacho de cobre, pratos de estanho, uma cama e duas mesas grandes. O que chama a atenção no seu inventário são os pertences pessoais, principalmente as vestimentas, suas e de sua esposa, roupas de tecidos finos e importados, bem como utensílios e adornos: um vestido de seda, uma "*véstia de galacê de prata*", meias de seda, "*um tope de M'acau*"; jóias em ouro: um crucifixo, quatro pares de botões e um anel de filigrana de ouro; e objetos de prata: sete colheres e seis garfos de prata. Manuel Borges possuía uma venda, mas as mercadorias não foram listadas. Possuía cinco cavalos, para o transporte de cargas, e vinte e um escravos, dentre eles treze homens e oito mulheres; possuía também vários tipos de armas: um par de pistolas, duas armas curtas, uma espada e um canhão curto com cano de bronze. Pode-se inferir que essas armas podem ser mercadorias destinadas à venda ou para a segurança própria no exercício de alguma atividade ilícita.

Apesar de uma produção agrícola pequena, em terras sem águas para minerar, foi um dos poucos inventários em que encontramos um número considerável de escravos e objetos mais finos: roupas, utensílios e peças de

31. IPHAN, MO, CBG, CPO (01) 09/09 Inventariado: Manuel Dias Borges Cônjuge: Maria Pereira da Silva. Data de abertura: 08/02/1734. Domicílio: pé da Serra de Paraopeba.

ouro, prata e tantas armas, signos de riqueza econômica e *status* social elevado. Isso salta aos olhos quando comparamos o inventário de Manuel Borges com outros inventários de pessoas mais abastadas, como o de Maria Dias, que detinha terras para minerar em sua propriedade grande quantidade de mantimentos estocados no paiol: 900 alqueires de milho, 50 alqueires de feijão, 100 alqueires de mamona e oito alqueires de milho plantados em sociedade, setenta suínos e nove escravos homens. No entanto, Maria Dias possuía somente dois pares de fivelas de prata de sapato, um cordão de ouro, uma imagem pequena da Nossa Senhora da Conceição de ouro. Possuía muitas roupas, mas todas de tecidos grosseiros como algodão, baeta, camelão, linho, e só um par de meias de seda. Os utensílios domésticos talheres, pratos, tachos e uma chocolateira era todos de latão, estanho ou cobre. As ferramentas eram poucas e velhas *muito usadas*, registra o documento. As armas não passavam de duas clavinhas velhas, duas pistolas velhas, uma catana usada e um boldrié de latão.³²

Em uma sociedade de estratificação hierarquizada, os estados e as condições das pessoas – sem falar nos que não são considerados pessoas, como os escravos – distinguem-se através de várias maneiras, entre as quais as formas de tratamento e o vestuário, implicando em estatutos diferentes perante a justiça (GODINHO, 1977:80). Em Minas Gerais, uma so-

32. IPHAN, MO, CBG, CPO (05)49/51.

cidade de Antigo Regime, prevalecia, por um lado, uma ordem social “natural” que hierarquizava as pessoas de acordo com a qualidade de seu nascimento, a quantidade de seu cabedal e o prestígio do ofício que exercia. E, por outro lado, constituía uma gama variada de pessoas que construía a sua sobrevivência cotidiana e se inseria nessa ordem natural”, participando de sua dinâmica e transformação.

Casos como estes últimos são inúmeros na região do Paraopeba. A maioria dos inventariantes, mesmo aqueles que contavam com uma farta produção agrícola, tinha poucos escravos (no máximo quinze). Os utensílios em geral eram de latão ou estanho; as jóias de prata ou ouro eram poucas e raras; as ferramentas de trabalho surpreendem pela pobreza, eram rudimentares, velhas e poucas, resumindo-se em enxadas, facões, foices e machados.

No que tange à exploração aurífera, constatou-se atividade mineradora em onze dos sessenta e um inventários, com posses de datas minerais, lavras e requerimentos de regos de água. Nesses lugares, observa-se a existência de ferramentas de trabalho utilizadas na mineração, como cavadeiras de ferro, alavancas de ferro, almocafres, bigorna de ferro, balança de pesar ouro, martelos grandes e pequenos de cravejar, enxós, puxavantes e torqueses. Essas informações sugerem que as atividades mineradoras não eram expressivas no Vale do Paraopeba, o que não significa (ressaltemos mais uma vez) que a

economia não girasse toda ela em torno do ouro e dos modos de obtê-lo.

Os perfis dos moradores locais não são apenas os de pessoas de grandes ou médias posses. Encontramos também indícios de uma economia de subsistência. Mas mesmo esses humildes produtores dispunham de um pequeno excedente, que comercializavam na própria região. Grosso modo, as pessoas tinham que produzir de tudo um pouco: plantar milho, feijão, mandioca; criar, especialmente, porcos e galinhas; além de ferrar, fiar e tecer. Possuíam poucos escravos, utensílios e móveis. Normalmente, eram comerciantes de gêneros de primeira necessidade: boticários ou ferreiros (devido à presença de tropas de animais na região). O que não é indicativo de pobreza absoluta, mas evidência de uma rede de pequenos sitiante, negociantes, comerciantes e produtores que se integravam à rede socioeconômica de comércio e abastecimento que caracterizou o Vale do Paraopeba.



Imagem 8- Área de produção agrícola tradicional no Vale do Rio Paraopeba na região de Brumadinho. Ao fundo, Serra do Itatiaiuçu (Pedra Pontuda em Tupi). Foto: Alenice Baeta.

A análise das sesmarias, datas minerais e inventários *post-mortem* nos permite concluir que as fazendas, na Capitania das Minas, combinavam a mineração, a agricultura, a pecuária e ainda o comércio. Muitas fazendas possuíam lavras auríferas, grandes lavouras policultoras e rebanhos, além de engenhos de açúcar e de farinha. Podemos perceber que, por essa época, o vale do Paraopeba não constituía uma região pobre e isolada, em estado de penúria, com plantações destinadas somente à subsistência. Havia pequenos, médios e grandes proprietários de terras e de escravos os principais meios de produção - que plantavam roças e criavam gado, principalmente o suíno, destinado ao abate; além de tropeiros e comerciantes que se fixaram no Paraopeba. O suplicante Manuel Rodrigues Pereira não era o único que possuía uma lavoura em que trabalhavam quarenta negros plantando mantimentos diversos.³³ Identifica-se, assim, uma especialização econômica regional, baseada na produção e comercialização de gêneros alimentícios básicos, e que dependia, quase que exclusivamente, do comércio de gêneros de primeira necessidade e dos tropeiros como meio de transporte.

Esse comércio de víveres entre o vale do Paraopeba³⁴, Vila Rica e Mariana era realizado por tropas de mulas que seguiam por estreitas estradas cortando as serras. Uma delas é a Serra da Calçada, um prolongamento da

Serra da Moeda. A Serra da Calçada recebeu esse nome por ter, ao longo de um caminho seu, vários trechos calçados com grandes blocos de quartzito cortados e arredondados. A obra foi construída por um abastado fazendeiro da região, José de Paula Peixoto, de alcunha "Milhão e Meio"(JARDIM D., & JARDIM M., 1982:41). Este colocou seus escravos para calçar essa via de comunicação, objetivando garantir a continuidade do transporte de cargas, muitas vezes valiosas. Muitas dessas cargas eram perdidas no percurso, dadas as dificuldades do trajeto das serras, principalmente em épocas de chuva (FERREIRA, 1959:184).

Para alguns autores, o rico fazendeiro não concluiu sua faraônica empreitada, apenas calçou alguns trechos do caminho. Seja como for, a simples ambição e grandiosidade da empresa, somadas à própria alcunha de seu idealizador, denota o poderio econômico de Milhão e Meio. Em verdade, provavelmente não era a sua intenção calçar toda a estrada. Além de ser uma extravagância, tratava-se, afinal, de uma estrada secundária que devia ter um fluxo intenso dos moradores da região, a ponto de realizar-se um empreendimento tão dispendioso: calçar os trechos mais difíceis e perigosos, que em épocas de chuva tornavam-se intransponíveis devido ao terreno íngreme da serra. Todavia, isto demonstra também a importância dessa rota para a fluidez dos negócios e a necessidade

de escoar as mercadorias e garantir trânsito contínuo dos negócios na região, diminuindo os frequentes prejuízos com a perda de animais e de cargas ao longo desses trechos. Somente as pessoas que tinham o costume ou o ofício de transitar pela região, os batedores de caminhos, conseguiam tirar proveito dessas arriscadas e labirínticas trilhas sulcadas em meio à serra.

Os caminhos e as estradas oficiais eram incertos, abertos em meio a densos, insalubres e perigosos matagais, e contando com mapeamento e vigilância precários. Nada mais eram do que picadas improvisadas no meio do mato, que dificilmente podiam ser percorridas a cavalo, sendo custosa a sua fiscalização pelas tropas militares. Abrir e conservar as estradas eram, no entanto, uma preocupação constante das autoridades coloniais. Os relatos da época enfatizavam sempre a precariedade e o perigo dos caminhos. No alto das grandes serras ou nos vales pantanosos, os caminhos eram extremamente hostis e selvagens. Existem documentos falando de vários imprevistos que tornavam a viagem morosa, árdua, longa e desagradável, advindo daí a própria necessidade de estabelecer roças, estalagens e arraiais nas estradas. Estas estalagens e arraiais serviriam de abrigo aos viajantes ao longo da jornada, além de prover pastos para os animais.³⁵

33. APM, SC 80, fl. 14v. Local: Paraopeba. Data: 12/06/1740.

34. Entre Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba, Aranha, Moeda, Congonhas e Ouro Preto.

35. APM. Coleção Casa dos Contos 19/04/1760.

Pode ser exemplificado com o caso dos moradores do Paraopeba que, em 19 de abril de 1760, pedem providências às autoridades coloniais no sentido de melhorarem a estrada de Vila Rica para que possam escoar suas mercadorias. Conforme a petição:

“Dizem os viandantes e moradores da Paraopeba que atualmente estão faltando mantimentos para esta vila, que as estradas, donde seguem principalmente do Chiqueiro e do Lamão para dentro, e da encosta da serra para dentro, se acham todos os caminhos incapazes de tropas seguirem por eles por causa dos moradores e roceiros não fazerem a parte que lhes toca nas estradas de suas roças, sem lhes fazer algum benefício desta somente cortar os ramos que caem sobre o mesmo caminho sem atalharem os caldeirões, e barrancos que as águas têm feito, diz que os suplicantes têm recebido grande prejuízo, pelas inumeráveis perdas devido à morte de suas bestas, como deixaram descadeiradas muitas partes de suas tropas, que para evitarem este prejuízo recorrem a Vossa Mercê para que seja servido mandar ao Juiz de Vintena ao Excelentíssimo Senhor da freguesia da Vila Nossa Senhora da Conceição das Congonhas com prazo de trinta dias [?] e suspensão de seus ofícios, peçam notificar logo a todos os moradores das estradas que saem das pontes do Rio Paraopeba do Salto e da Manuel Dias da Costa, e do São Gonçalo e dos mais moradores abaixo, donde toca a dita freguesia e aos demais tão bem até

da Cana, para que no Termo de oito dias cada réu dos ditos façam os caminhos nas partes que lhe tocam fazendo assim [traça] vias donde forem necessários donde houverem, caldeirões, como barrancos e descaminhando nas capoeiras e morros virgens.”

A princípio, o governo português não colocou empecilhos ao livre trânsito de pessoas. Pelo contrário, procurou facilitar por diversos meios o acesso às jazidas. Evidentemente, o interesse da Coroa Portuguesa em facilitar o acesso às Minas e pelas Minas e desenvolver o povoamento não era gratuito: visava aumentar a produção do ouro e, conseqüentemente, obter um aumento na arrecadação dos quintos. Essa era uma política simultaneamente fiscal e social, porque quanto maior fosse o volume populacional diretamente ligado à extração, maior seria o montante de impostos recolhidos sob a forma de quintos que entraria para o real erário.

Os tipos de atividades e ofícios desenvolvidos na região durante o século XVIII são variados. Havia em Piedade do Paraopeba uma botica modesta, pertencente a Matias Lopes de Carvalho. Falecido em 25 de abril de 1772, o boticário possuía três escravos, duas caixas com fechadura (uma ordinária e a outra meio tosca). Todos os seus créditos provinham de curas que havia realizado em pessoas de diferentes camadas sociais, dentre elas um capitão, dois crioulos forros e um morador

do Ribeirão dos Macacos.³⁶ Havia a presença de ferreiros, a exemplo de dois moradores da Vila de Paraopeba, ambos com tendas bem modestas. Os documentos indiciam que havia condutores de tropas, sem propriedades agrícolas.

Há que se falar mais demoradamente dos empreendimentos comerciais. E isso porque, ao longo de todo o século XVIII, o comércio foi uma das principais formas de descaminho do ouro. Através do comércio, os escravos, por exemplo, conseguiam utilizar em proveito próprio o ouro furtado a seus senhores. Antonil observou que “Os negros e índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia. Até os homens de maior cabedal não deixaram de aproveitar, tendo negras, mulatas doceiras, mulatos taberneiros, ocupados dessa rendosíssima lavra”(ANTONIL, 1963:73-74).

Significativamente, podemos perceber que os tropeiros e os comerciantes eram os mais ricos materialmente. É o caso, por exemplo, de Manuel Francisco Moreira, falecido em 14 de fevereiro de 1783. Morador do Rio Grande do Paraopeba, minerador e agricultor possuía um grande número de bestas, “todas arreadas com cangalha e bruaca, e demais apetrechos.³⁷ O ofício de tropeiro era de muito prestígio e importante projeção social, uma vez que a ele estava incumbida a tarefa de

36. IPHAN, MO, CBG, CSO (31)01/(33)04.

37. IPHAN, MO, CBG, CSO (32)03/(54)09.

transportar gêneros comerciais, dinheiro, correspondências, notícias e documentos.³⁸ Comparando com o inventário de Manuel Dias Borges, observamos que Manuel Francisco não tinha peças de ouro e prata, roupas finas e nem, principalmente, armas.

As vendas eram lugares de transação e consumo das mercadorias básicas, os "secos e molhados". Nesses ambientes comercializava-se de um tudo: aguardente, guloseimas, mantimentos, comestíveis, vestimentas, munção, ferramentas. Constituíam também um espaço de sociabilidade, jogos e beberagens. Os frequentadores eram de diversas camadas sociais. Nessas vendas, muito constantemente, mineiros, escravos, forros, oficiais mecânicos e quilombolas arrumavam trabalho e comercializavam ilegalmente o ouro e os diamantes furtados. Os escravos planejavam fugas, e quilombolas buscavam pólvora e chumbo para a resistência. No atacado e no varejo, o comércio possibilitou para muitos o acúmulo de grandes quantias de ouro, poupando-os do trabalho rude de extrair o ouro dos tabuleiros, grupiaras e faisqueiras (ZEMELLA, 1990:162-163).

O comércio ambulante era muito praticado nas Minas por mulheres pobres, negras, mulatas, forras ou escravas que, em sua maioria, ocupavam-se deste filão do mercado: vendiam quitutes, fumo e cachaça em pontos estratégicos, nos morros e margens dos rios,

nos locais onde se extraía o ouro. Chamadas de "negras de tabuleiro", elas eram responsáveis pela distribuição de gêneros de consumo ligeiro, mas também participavam intensamente de atividades ilícitas. *"As vendeiras e negras de tabuleiro seriam constantemente acusadas de responsabilidade direta no desvio de jornais, contrabando de ouro e diamantes, prática de prostituição e ligação com os*

quilombos"(FIGUEREDO, 1993:42). Diante disso, não causa estranheza que, no morro de Congonhas, em 1726, o governador D. Lourenço de Almeida chegou a lançar um bando proibindo o comércio ambulante de comestíveis, tanto nas lavras como no raio de cem metros dos morros de onde fazia a extração.³⁹



Imagem 9 - Quadro do artista luso-italiano Carlos Julião retratando uma negra do tabuleiro. Biblioteca Nacional-BN (Catálogo: Projeto Escravos no Brasil-consorcio.bn.br/scripts)

A maioria das concessões e confirmações de Cartas de Sesmarias e de Datas Minerais foi efetuada entre os anos de 1730 e 1760.⁴⁰ Ou

seja, no momento em que começou a diminuir a produção aurífera de aluvião. Com a deflagração do escândalo da Casa da Moeda falsa,

38. A importância de um tropeiro dava-se em função do valor da carga a ele confiado e do período de tempo em que, através dos caminhos, ela ficava sob sua responsabilidade. Sendo assim, o tropeiro era um agente de abastecimento e comunicação das Gerais. Sabendo que a missão desses homens tinha qualquer coisa de heroica pelos sacrifícios que exigia a jornada que se prolongava por meses, pela aspereza dos caminhos, pelos perigos que era preciso enfrentar nos trajetos infestados de ladrões, negros, fugitivas e feras. (ZEMELLA, 1990:139).

39. RAPM, vol. VI, p.326. Apud (ZEMELLA, 1990:148).

40. APM, SC 80, fl. 14v. Sesmeiro: Manuel Rodrigues Pereira. Local: Paraopeba Data: 12/06/1740. Os pedidos mais frequentes são de terras para logradouros de criação e cultura para o sustento do suplicante, sua família e seus escravos.

EM UM RINCÃO ESCURO DA SERRA”

em 1733, pode ter sido um fator decisivo para os proprietários de terras no Paraopeba. A notícia e a repercussão desse crime chamaram a atenção das autoridades para o local, o acesso e as alternativas de caminhos e as facilidades que esse território oferecia para o escoamento do ouro e mercadorias contrabandeadas pelo Rio São Francisco, atividades que lesavam diretamente o fisco.

Até então, a Coroa Portuguesa desconhecia os que viviam embrenhados em meio às serras, bateando nos ribeiros numa espécie de anonimato, em uma região que proporcionava uma multiplicidade de caminhos, trilhas e atalhos. Esse meio era conhecido apenas por quem estava *acostumado*, quer dizer, natural e culturalmente adaptado a transitar pelo território. Por conseguinte, toda e qualquer fiscalização era difícil e precária, devido às características naturais da região, as serras alcantiladas. Sem grandes veios descobertos de ouro, a maior parte do que se extraía era gasta no comércio local e rendia apenas para o sustento da família. Esse pequeno grande mundo do Paraopeba, portanto, deve ser inserido naquela rede maior de comércios e fronteiras.

Saíram do Rio de Janeiro e, num rincão escuro da serra, organizaram e fizeram funcionar uma rede de falsificação de moedas em plena colônia. O “cabeça” da organização, Inácio de Souza Ferreira, e a sua fábrica, nos ermos do Paraopeba, alcançaram fama para muito além daquelas brenhas. Essa ampla rede de contrabando comandada, como veremos a seguir, a punhos de ferro por Inácio manteve uma verdadeira Casa da Moeda clandestina, com todos os apetrechos necessários para o processo de cunhagem.

A repercussão que causou, na Corte lisboeta, a descoberta e denúncia de uma Casa da Moeda clandestina funcionando ativamente em plena colônia; a ousadia dos integrantes da quadrilha, que exerciam uma função de direito exclusivo do Rei cunhar moedas era considerado um crime de lesa majestade, tudo isso despertou uma reação fiscalizadora mais intensiva por parte dos agentes reinóis. A Coroa passou a fiscalizar e, assim, a marcar uma presença mais constante na região, com o objetivo de controlar essas e outras ilicitudes relacionadas à economia mineradora. Não é difícil imaginar o quanto os moradores da região e circunvizinhanças devem ter ficado apreensivos diante da reação portuguesa. Com efeito, esse temor não era sem fundamento. Os moradores do Paraopeba corriam efetivamente o risco de serem acusados de envolvimento com a fábrica de moedas falsas; seja por conivência - por não terem de-

latado o crime - ; seja por negociarem víveres com a fábrica; seja por venderem ouro em pó com as taxas menores que os 20% cobrado pela Coroa; ou, ainda, simplesmente, por frequentarem a missa aos domingos na capela da fazenda de Francisco Borges Carvalho. As *Ordenações Filipinas* cominavam penas duríssimas e bem claras para tal crime: “morte natural no fogo e confisco total dos bens para quem der favor, ajuda ou conselho, ou for dela sabedor e não a denunciarem.”⁴¹

A partir de então, os Registros e Patrulhas passaram a circundar o Vale do Paraopeba. As instalações desses postos fiscais estavam situadas nos lugares mais frequentados pelos comerciantes e roceiros, e principalmente nos caminhos que levavam às Minas. Na primeira metade do século XVIII, sua principal função era combater o contrabando de ouro. Os fiscais permutavam o ouro em pó por moedas e cobravam os impostos devidos aos viajantes que saíam das Minas para os sertões do São Francisco. Os Registros foram instalados no interior da capitania e ganharam projeção a partir da segunda metade do século XVIII. Eram eles: Zabelê, Ribeirão da Areia, Contagem das Abóboras e Sete lagoas, todos na Comarca de Sabará. Esses Registros estavam instalados entre o Médio e o Baixo Paraopeba, do Sistema do Fecho do Funil ao Rio São Francisco. A maioria das mercadorias que passava por esses registros era produzida no interior da capitania de Minas (CHAVES, 1999:86-87).

41. ORDENAÇÕES Filipinas, Op. Cit., Livro 5, Título 12, §1.



Imagem 10- Comércio 'Secos e Molhados' na região de Bonfim, Vale do Paraopeba, MG. (In: MARTINEZ, 2006:205)

O registro de Ribeirão da Areia está localizado exatamente no Médio Paraopeba, no sistema do Fecho do Funil. Mantinha um contato maior com a Vila de Paracatu e seus arraiais mais próximos, mas "interliga[va]-se também com a Comarca de Ouro Preto - Vila Rica e Vila do Carmo (Mariana) - para onde era conduzido o gado vacum, e com a Comarca do Rio das Mortes, na condução de carne seca"(1999: 104)⁴² Por esse posto passavam: gado, sebo, sal, couro, cavalo, bestas, muitas cargas de molhados, carnes e peixes secos vindos do sertão e do Médio São Francisco. Além dos registros serem guarne- cidos, havia ainda patrulhas e guardas entre o Riacho da Areia e a Guarda dos Macacos.

Após 1725, a situação de isolamento da Província de Minas se modificou. O setor

agropecuário já consegue abastecer as Minas, e o caminho velho e o caminho novo passam a ser mais utilizados e a garantir o abastecimento regular entre Santos, Parati e Rio de Janeiro.

"Além disso, na década de 1730, começam a ser construídas as rotas com Goiás e a atividade fluvial, através do Rio São Francisco, é intensificada"(VENÂNCIO, 2001:186)

Os documentos relacionados à falsificação de moedas nas décadas de 1720 e 1730 não permitem determinar a localização exata das fábricas de moedas falsas. Quanto aos chefes dessa perigosa empreitada, não resta dúvidas: os nomes mais mencionados são os de Inácio de Souza Ferreira, seguido pelo de An-

tonio de Souza Pereira. Havia duas fábricas de moedas falsas instaladas no Paraopeba: a maior e melhor aparelhada, a de Inácio, estava localizada no pé de serra, chamada hoje da Moeda; a de Souza Pereira que, devido à proximidade com a fábrica de Inácio, transferiu-se para o Itaverava, no Vale do Paraopeba, próximo a Vila Rica. Uma das dúvidas é se Antonio Pereira de Souza era um comparsa da empresa de Inácio, ou se era um negócio independente.⁴³ Há evidências da relação entre os vários casos ocorridos de falsificação de moedas na primeira metade do século XVIII, a principal delas é a reincidência de criminosos em outras fábricas apreendidas.

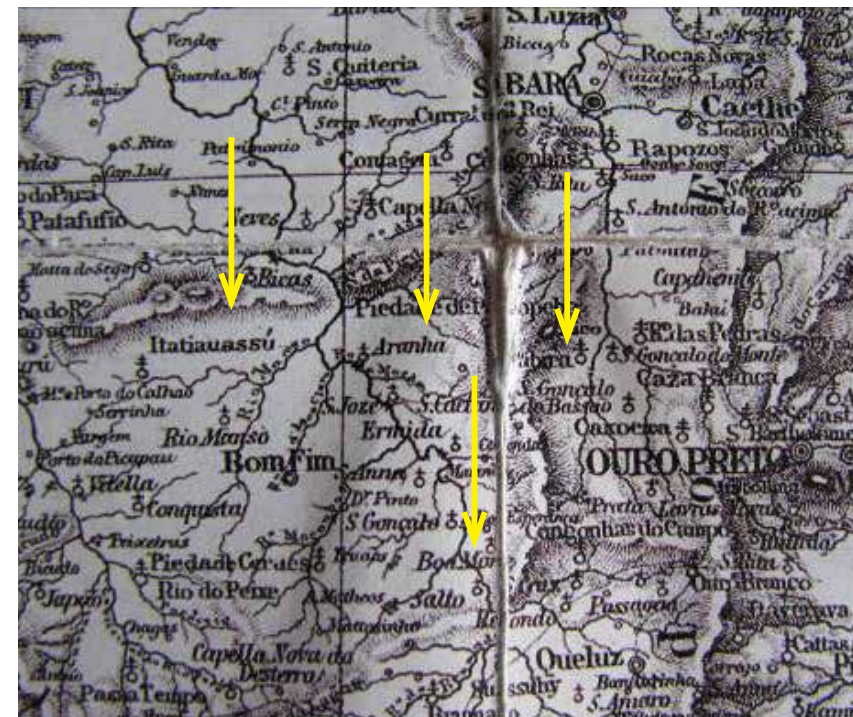
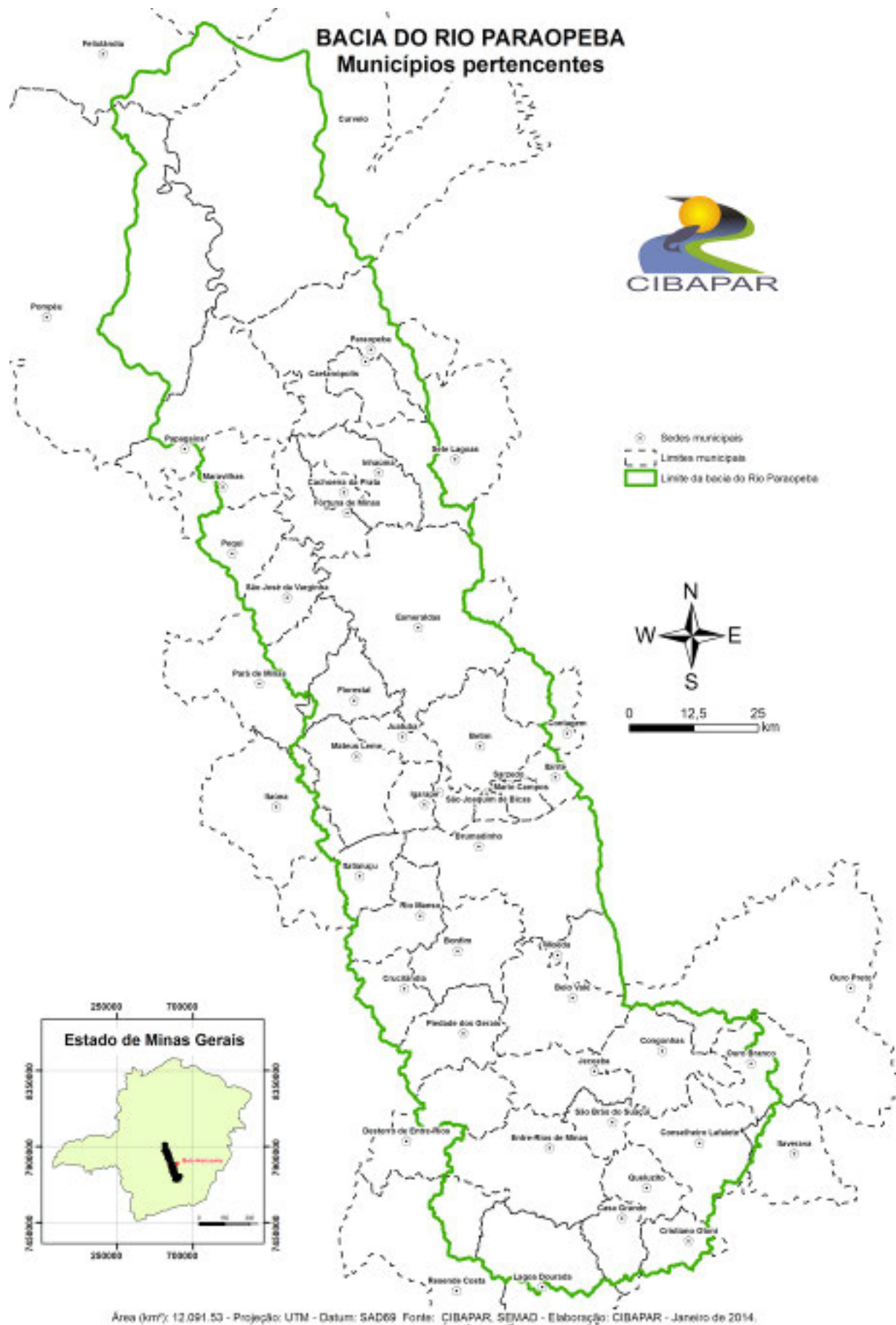


Imagem 11-Karte der Brasilian Provinz Minas Geraes (H. G. F. Halfeld, 1862). Detalhe com indicação de Itatiaiuassu ou Itatiaiuçu, Aranha, Boa Morte e Pico do Itabira.

42. As mercadorias que passavam pelo registro de Sete Lagoas, principalmente pelos comerciantes de gado, provenientes do Curral Del Rei e das proximidades do próprio registro. No registro de Pitangui, que mantinha contato com diversas regiões da capitania, como a região de Paracatu e a Comarca do Rio das Mortes, os principais frequentadores eram os comerciantes que moravam em Pompeu, Curvelo e Curral Del Rei: destas localidades é que provinha a maior parte do gado abatido no matadouro de Pitangui. Este posto se interligava com o povoado de São Romão, às margens do São Francisco, o qual por vezes se conectava também com os registros de Ribeirão da Areia e Inhachica". p. 104

43. RAPM, Ano IV, 1899, p.804/805. Antônio Pereira de Souza conta de todo o projeto a Alexandre da Cunha, e a seu cunhado Carlos de Mattos do quintal abridor da casa da moeda, cujo arbítrio abraçarão ambos e por saberem que a fabrica de Ignácio de Souza Ferreira estava nas vizinhanças da Paraopeba donde a nova fabrica podia ter algum intervalo, ou contra-tempo, depois mudá-la o dito Alexandre da Cunha para o que falara ao Guarda-mor Luiz Teixeira que tem sua roça ocultíssima entre fragosas, e quase inacessíveis serra do Itaverava para cujos matos ajustara com ele passasse a dita fabrica para se armar a casa da moeda.



LISTA DE ABREVIATURAS

APM – Arquivo Público Mineiro

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

RHB – Revista do Instituto Histórico Brasileiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IPHAN – MO – CBG – Museu do Ouro – Casa Borba Gato

MANUSCRITOS:

APM, SC 7, fl. 39. Data: 03/12/1710

APM, SC 7, fl. 39.

APM, SC 42, fl. 35. Data: 11/11/1735.

APM, SC 72, fl. 154, 186 Data: 16/03/1740.

APM, SC 80, fl. 14V, 50v; 55v, 109v, 149, 173v.

APM, SC 125, fl. 176v. Data: 14/09/1759.

APM, SC 127, fl. 29v. 24/12/1759.

APM, SC156, fl.106. 01/06/1768.

IPHAN, Museu do Ouro – Casa Borba Gato – CPO (01) 09/09

IPHAN, Museu do Ouro – Casa Borba Gato – CPO (05) 49/51.

IPHAN, Museu do Ouro – Casa Borba Gato – CSO (31)01/ (33)04.

IPHAN, Museu do Ouro – Casa Borba Gato – CSO (32)03/ (54)09.

ORDENAÇÕES Filipinas, Op. Cit., Livro 5, Título 12, §1.

<http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/12p497.gif>

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Informações sobre as minas do Brasil*, Rio de Janeiro, v.57, 1935, p. 157 et seq. Trata-se de um documento da 2ª metade do Século XVII.

ABREU, Capistrano. Fernão Dias Paes o descobridor das esmeraldas Conselho Ultramarino 1682. *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XX, 1924*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

ANDREONI, Antonil. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Conselho Nacional de Geografia 1963.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CASAL, Manuel A. de, *Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Prefácio de Ma-

rio g Ferri. Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo, *Reconquista do Brasil v.27*, 1976.

CODICE Costa Matoso *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor Geral de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v: (Coleção Mineriana, Obras de Referência).

COELHO, José J. T. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* (1780). *Revista do Instituto Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.255-481, out./dez. 1852 *DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. Estudo crítico de Laura de Mello e Souza.

ESCHWEGE Von W. L. *Pluto Brasiliensis*. Imprensa Oficial. Belo Horizonte 1922.

LEME, Pedro T. de A. P. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*; introdução e notas de Afonso de E. Taunay. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MAIA, José A. S. *Memória da origem, progresso e decadência do ouro na Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro (Typografia Imperial e Nacional) 1827, 35p.

MATOS, Raimundo J. da C. *Corografia, histórica da Província de Minas Gerais (1837)* Volumes I e II. Publicações do Arquivo Público Mineiro. Colaboração do Histórico Geográfico Brasileiro. Belo Horizonte 1981.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro Ano XXXVII, 1988 volumes 1 e 2.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro Ano, XX.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro, Ano IV 1899 P. 803 – 808.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos*. Administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: nova Fronteira. 2ª Ed 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. & PÉCORA Alcir (Org.) *As Exceções do Governador: o Panegírico fúnebre a D Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VASCONCELOS, Diogo P. R. de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos

Históricos e Culturais, 1994. 188p. (Coleção Mineriana, Série Clássicos).

VEIGA, José Pedro X. da. *Ephemérides Mineiras; 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1998.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano. Capítulos de História Colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p.141.

ANASTASIA, Carla M. J. *A geografia do Crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

-----, Carla M. J. *Vassalos e Rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 1998.

BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1971.

-----, Waldemar de A. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, v.1. 1979. Belo Horizonte: Editora Comunicação, v. 1, 1979.

BETHENCOURT, Francisco. "Contrabando: um estudo de caso". In BETHENCOURTF,

CHADHURI, K. (dir). *História da expansão portuguesa: a formação do império (1415-1570)*. S.I. Temas e Debates, 1998. v.1 p.387-392.

BOXER Charles. *Idade do Ouro no Brasil. Dores de um crescimento de uma sociedade Colonial*. 2ª Ed. Revista. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1969.

CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata, (1580-1640)* 2ª Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia Ltda., 1984.

CARRARA, Alves A. "A Economia Rural da Capitania de Minas Gerais (1674-1807)"Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de doutorado), Rio de Janeiro, 1997.

CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos negociantes: mercados das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p.86.

COSTA, Antônio G., RENGER Friedrich E. ; FURTADO, Júnia F. & COELHO, Márcia M.D *Cartografia das Minas Gerais da Capitania à Província*. Belo Horizonte, 2004.

COSTA, Iraci D. N. "Vila Rica: População (1719-1826)". São Paulo: USP, 1979.

ELLIS, Myria. *Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

FIÚZA, Ricardo, A. M. "O Papel dos Tributos Coloniais na

formação dos Municípios Mineiros". Belo Horizonte. Cx. F 15 a 4 - Arquivo Publico Mineiro.

FERREIRA, Jurandyr P. (Planejada e Orientada por). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. IBGE., 1959, p. 108 et seq. e 268 et seq.

FIGUEREDO, Luciano R. A. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FRANÇA, Francisco de A. C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas séculos XVI XVII e XVIII.*, 1953.

FREITAS, Victor F. de. Paraopeba. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais*, v. VIII. Belo Horizonte, 1961, p. 223.

FURTADO, Júnia F. (Organizadora) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

-----, Júnia F. Homens de Negócios. *A interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 174.

GERARDI, L. H. de O.; SANCHES, M.C.; ALVIM, P. R. J.; TUBALDINI, M. A. dos S. & BUENO, M. E. T. Camponeses do Paraopeba - Diagnóstico e alternativas. *Revista Brasileira Geográfica*, 1990, p. 52/2 e 75 et seq.

GODINHO, Vitorino M. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 2ª Edição Correcta e ampliada Arcádia. 1977

GODOY, M. P. Expressão Econômica do Vale do Paraopeba. Editado sob os auspícios do Departamento de Águas e Energia Elétrica. 1957

GOMES, Maria do Carmo A. O batismo dos lugares: a toponímia no Códice Costa Matoso. In: *Varia História, Belo Horizonte*, N.º 21, julho de 1999. p. 1-448.

GUIMARÃES, Carlos M. & REIS Liana M. "Agricultura e Caminhos de Minas 1700/1750" In: *Revista do Departamento de História*, v. 4, junho de 1987.

-----, Carlos M. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. 1983

HOLANDA, Sérgio B. de. "Metais e Pedras Preciosas". *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I A Época Colonial, 2º Vol., Difusão Europeia do livro, São Paulo, 1973, p.278/279.

JARDIM, Décio L. & JARDIM, Márcio C. *Histórias e riquezas do Município de Brumadinho*. Prefeitura Municipal de Brumadinho, 1982, p. 41.

LATIF, Miran de B. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Agir 1978. São Paulo. 1981

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Livraria Editora Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 2ª. Ed., 1943, il. , p.79

-----, Augusto de. *As primeiras Vilas do ouro*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1962, p. 21.

LINS, Wilson. *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3ª ed., Definitiva; São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. (Brasília; v.377)

LUNA Francisco V. *Minas Gerais, Escravos e senhores - Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios*. Instituto de pesquisa Econômica, 1981.

MARTINEZ, Cláudia E. P. M. *Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do rio Paraopeba, MG (1840/1914)* (Tese de Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. Biblioteca Brasileira de Cultura. Nº V, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1944.

MAGALHÃES, Beatriz R. "A Comarca do Rio das Velhas: Rastreamento de fontes". In. *LPH Revista de História*. Vol. 2, n. 1, 1991.

-----, Beatriz R. "Anotações em torno da propriedade territorial na Comarca do Rio das Velhas". In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XIV Reunião*. Salvador, 1994.

MENEZES, José N. C. *Artes Fabris e exercícios banais. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa - 1750 /1808*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ Maio de 2003.

MICELI, Paulo *O ponto onde estamos; viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. São Paulo: Scrita, 1994.

MONTEIRO, Norma de G. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais período Republicano 1889-1991*. Belo Horizonte Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

REZENDE, Maria Efigênia L. de, VILLALTA, Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas. História de Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

ROSA, João G. Traços biográficos de Latino Salãthiel ou A volta do marido pródigo In: *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 71ª Ed.

SILVA, Flávio M. "Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII". In.: *ANAIS do IX Seminário sobre a economia mineira*. Vol. 1. Belo Horizonte, 2000.

SOUZA, Laura de M. e. *Desclassificados do Ouro. A pobreza Mineira no século XVIII*. 3ª ed., Rio de Janeiro Graal, 1990.

-----, Laura de M. e. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TAUNAY, Afonso d'Escragnole. *Historia das Bandeiras Paulistas*. 3ª. Ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília. Instituto Nacional do Livro, Tomo I, 1975.

VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*; prefácio de Francisco Iglesias, introdução de Basílio de Magalhães. 3ª ed. Belo Horizonte, Ed.: Itatiaia; 1999.

-----, Diogo de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

VASCONCELOS, Salomão de. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Oliveira Costa, 1944.

VENÂNCIO, Renato P., *Comércio e fronteira em Minas colonial*. In FURTADO, Júnia Ferreira -organizadora-. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino Português* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

-----, Renato P. & FURTADO, Júnia F. "Comerciantes, Tratantes e Mascates". (Org) Mary Del Priore. In *"Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos"*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1990.



Imagem: Google Images

5.

“Um falsário nas Gerais: Inácio de Souza Ferreira e a Casa da Moeda” do Vale do Paraopeba (1700-1734)

Paula Regina Albertini Tulio

“Dos que fazem moeda falsa, ou as despendem, e dos que cerceiam a verdadeira, ou a desfazem.

Moeda falsa é toda aquela, que não é feita por mandado do Rey, em qualquer maneira que se faça, ainda que seja feita daquela matéria e forma, de que se faz a verdadeira moeda, que o rei manda fazer; porque conforme a Direito ao Rey somente pertence fazê-la, e a outro algum não, de qualquer dignidade que seja.

E por a moeda falsa ser cousa muito prejudicial na Republica, e merecem ser gravemente castigados os que nisso forem culpados, mandamos que todos aqueles, que moeda falsa fizer, ou a isso der favor, ajuda ou conselho, ou for dele sabedor, e não descobrir, morra morte natural de fogo² e todos seus bens confiscados para a Coroa do Reino.

2- e neste crime da moeda falsa, ninguém gozará de privilegio pessoal, que tenha, de fidalgo, cavalheiro, cidadão ou qualquer outro semelhante, porque sem embargo dele, será atormentado e punido, como cada um do povo, que privilegiado não seja” (Ordenações Filipinas, Livro 5, Título XII,

Na madrugada de oito de março de 1731, ao raiar do dia, após uma noite inteira de marcha através de barrancos e trilhas inclinadas, Diogo Cotrim, governador de Sabará, surpreendeu o grupo de Inácio de Souza Ferreira, famoso contrabandista de moedas do vale do Paraopeba.

João José Borges, um associado de Inácio e sobrinho do delator Francisco Borges, conduziu Diogo Cotrim até o local onde o falsário e

moedeiro clandestino, mais conhecido como o régulo de Paraopeba, operava. Com mais de cem homens armados, brancos e pretos, e alegando que ia ver insultos de negros fugidos no Paraopeba, Cotrim organizou uma expedição bem aparelhada, juntou a Ordenança de Sabará, com alguns soldados de Dragão, convocou algumas companhias de Ordenança de Morro Vermelho e Congonhas e recomendou que escolhessem soldados conhecedores dos matos de Itabira.

As fantásticas histórias que giram em torno da Serra da Moeda despertam interesse pelo tema. Essas lendas estão arraigadas na memória coletiva local e são transmitidas de geração em geração pela tradição oral. Afirmam ter funcionado em “Moeda Velha” uma Casa da Moeda falsa, que afinal acabou por dar o nome tanto à cidade quanto à serra. Muitas histórias, com infindáveis variações sobre os mesmos temas, são contadas na região, como a de haver moedas de ouro escondidas, enterradas em algum lugar nas proximidades das ruínas ou entre as pedras das paredes que restaram. O padre fabricante de moedas falsas virou quase que uma “lenda do lugar”. As versões correntes, que misturam nomes e acontecimentos históricos com construções do imaginário social, são ricas, múltiplas e variadas, tanto que não as cabe contar, muito menos analisá-las aqui. O importante foi a percepção, no contato direto com a população local, da dimensão que este caso de moeda-

gem falsa tomou ao longo do tempo. De fato, o falsário Inácio e seu bando marcaram sua presença na região.

Ao pesquisar o caso de Inácio de Souza Ferreira e sua rede de falsificação de moedas na colônia pude perceber que estava diante de um dos maiores falsificadores de moedas e barras de ouro, que liderava uma extensa rede de contrabando. Perseguido na Devassa do Governador do Rio de Janeiro Vaia Monteiro, protegido por D. Lourenço, Governador de Minas, seus comparsas e conluídos eram Oficiais e pessoas ligadas diretamente ao Rei. Seguir as trilhas desse personagem ladino e fugidio foi uma tarefa árdua. Talvez ele nos tenha enganado mais de uma vez. Mas não importa.

O objetivo deste capítulo é abordar mais detidamente o caso de Inácio e suas atividades de moedeiro falso no Paraopeba. A existência de uma “instituição” clandestina de Casa de Fundição e de cunhar moedas, organizada no Vale do Paraopeba na primeira metade do século XVIII e supostamente “chefiada” por Inácio de Souza Ferreira.

Discutiremos também o caminho percorrido por Antônio Pereira de Souza – oficial da Casa da Moeda de Minas e proprietário de uma fábrica de marcar barras falsas nas proximidades do Rio de Janeiro – após ter sido preso no Rio de Janeiro pelo governador Luiz Vaia Monteiro (PEIXOTO, 1910). Sua prisão foi muito comentada, servindo de assunto para muitas histórias circulantes pela Capitania,

1. Este capítulo é parte da Dissertação de Mestrado da autora intitulado: Falsários D’el Rei: Inácio de Souza Ferreira e casa de moeda falsa do Paraopeba (1700-1734), UFF, Rio de Janeiro, 2005.

2. Esta pena era do réu vivo. Mas, por costume e prática antiga, primeiramente se dava o garrote aos Réus, antes de serem lançados às chamas. A pena do fogo somente era aplicada nos crimes de heresia e apostasia, quando dava a pertinácia.

principalmente pelo fato do reduzido tempo durante o qual ficou preso na torre do Palácio do Governador, de onde protagonizou uma fuga espetacular pelos armazéns da alfândega. Consta que Pereira de Souza teve abrigo na casa do juiz de órfãos, cunhado do contratador da Dízima da Alfândega³. Depois, seguindo sua linha de fuga, partiu para um engenho de propriedade do de seu acolhedor, o juiz, recolhendo-se nos domínios governados pelo padre Manoel Carneiro Soares. Por fim, seguiu para as Minas, pela via do caminho novo, sempre em companhia de outro soldado, Cristovam Cordeiro. Mudou-se para uma roça de um comparsa no Paraopeba, onde também montaria uma fábrica de moedas falsas. Antonio Pereira, na verdade, juntou-se ao bando de Inácio de Souza Ferreira, onde foi preso novamente - desta vez por Diogo Cotrim - e levado para a Cadeia de Sabará, onde também conseguiu fuga, esta mais discreta.

Em linhas gerais, a saga de Inácio como moedeiro falso é conhecida pela historiografia sobre a região aurífera quanto ao seu envolvimento com "delinquentes" e "falsários", bem como com o próprio irmão do Rei D. João V, o infante D. Francisco (BOXER, 1969:220). Menciona-se também que a quadrilha sob sua liderança tinha protetores poderosos na Corte e agentes atuantes no Rio de Janeiro, Lisboa, Inglaterra e Holanda.

Menciona-se também que a quadrilha sob sua liderança tinha protetores poderosos na

Corte e agentes atuantes no Rio de Janeiro, Lisboa, Inglaterra e Holanda.

A documentação demonstra indícios desta ligação de Inácio com poderosos em uma correspondência enviada de Lisboa a Manoel de Souza, Provedor da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, em 23 de março de 1721, cujo remetente era Antonio Barbosa de Lima. Este dizia que os contratempos da Corte eram terríveis e ainda pior as negociações palacianas, pois foram tão

"poderosas para um homem que tinha a graça do Príncipe e um irmão congregado

do Oratório, que não só goza dos favores, mas ainda particulares estimações e sólidos conceitos do soberano (...) Isto é uma história comprida que o portador desta, não poderá e nem irá contar por ser modesto, prudente e silencioso" (BOXER, 1965:35).

E ainda que Manoel Souza o aconselhasse, o encaminhasse e o dirigisse pelos passos mais seguros da honra, do respeito da conservação, a José Ferreira da Fonte.

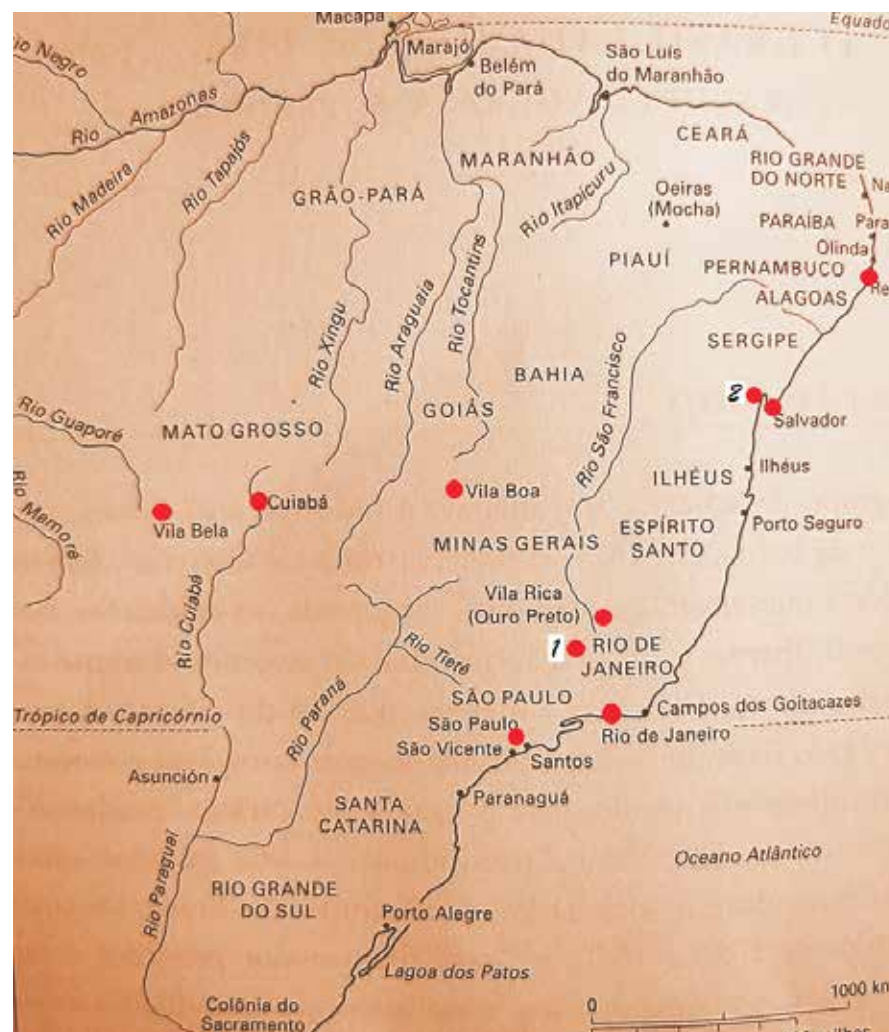


Imagem 1 - Mapa da cunhagem de moeda no Brasil Séc. XVII ao XIX. <http://www.forum-numismatica.com>

3. O juiz de órfãos, Antonio Telles de Menezes, cunhado de Ignácio Almeida Brandão, contratador da Dízima da Alfândega

TODOS OS CAMINHOS LEVAM ÀS MINAS DO OURO: POSSÍVEIS TRAJETÓRIAS DE UM FALSÁRIO INSIGNE.

Inácio deixou poucos rastros, talvez por ter sido um homem culto, inteligente e muito bem integrado na sociedade. Seus negócios tinham agentes espalhados por todos os lados, tanto na colônia quanto nas principais capitais, como as de Portugal, Inglaterra e Holanda. No traslado da delação de Francisco Borges, encontramos mais algumas pistas suas. Embora não precise datas - mas com certeza os fatos são anteriores a 1725, pois nessa data Inácio já se encontrava nas Minas, o texto fornece-nos o seu paradeiro. Francisco Borges contou que havia anos ele e seu sócio Inácio começaram a usar “esse negócio de barras falsas, onde recebiam o ouro e barras no Rio de Janeiro e remetiam as carregações”, e que Inácio tinha estabelecido em Parati uma fundição clandestina que funcionou por muito tempo. Inácio provavelmente já estava usando o Caminho da Serra (Cunha / Parati / Rio de Janeiro), que mais tarde ficou sendo conhecido como Caminho do Ouro.

Em 1703, a Coroa mandou fechar as Casas da Moeda da Bahia e de Pernambuco, e reabrir a do Rio de Janeiro, para assim evitar o

descaminho pela Bahia. Nesse mesmo ano, foram instaladas as Casas de Fundição de Parati e de Santos.⁵ Em 1704 (GURGEL, AMARAL, 1973:42)⁶, por ordem do Rei, extinguiu-se a Casa de Fundição de Taubaté e instalou-se outra em Parati, por ser o caminho obrigatório para as Minas e de lá se seguir para o Rio de Janeiro.

Por esse tempo, as regiões do Rio de Janeiro e Parati já eram pontos estratégicos na perspectiva dos negócios de Inácio, pois os indícios nos levam a crer que a rede de contrabando da qual ele fazia parte estava ligada a funcionários régios, já que muitas vezes, dentro da própria Casa de Fundição, obtinha-se cunhos e fazia-se as falsificações das marcas reais. Além do controle dos caminhos, outro problema grave para a Coroa resolver eram os casos de envolvimento de religiosos, em Minas, com moedas falsas e descaminhos do quinto.⁷

As redes de contrabando eram extensas, e a presença de religiosos era uma constante nos negócios de Inácio. É o que declara Francisco Borges: que estava cheio de dívidas e pediu a

Inácio que as pagasse. Depois de muita insistência sua, Inácio mandou-o a São Paulo para receber trinta e tantos mil cruzados. Francisco Borges recebeu o dinheiro das mãos de um religioso do Carmo, por nome Vitorino de tal. A quantia estava em barras de ouro marcadas. Borges afirma que não sabia quem as cunhou nem as fundiu⁸. Embora incalculável, podemos perceber que era vultoso o fluxo do ouro contrabandeado pela quadrilha da qual Inácio era um dos chefes.

O Rio de Janeiro e a Bahia eram rotas muito utilizadas e até disputadas por contrabandistas: “não se sabe até que ponto o contrabando do ouro pela Bahia era maior que pelo Rio, mas era a melhor rota, já que a Bahia não esbarrava em casa de moedas com cotação de ouro estabelecida pelo mercado e tinha fortes vínculos com a Costa da Mina, uma excelente rota de contrabando, especialmente com os holandeses.⁹ (CAMPOS, 2002:73). Taticamente, Inácio devia alternar sua rota entre o Rio de Janeiro e a Bahia, para escapar da fiscalização e também para não levantar suspeitas quanto ao volume do negócio. Além dis-

4. Traslado da delação que fez Francisco Borges de Carvalho de Inácio de Souza Ferreira de ter casas de Fundição, e de cunhar moedas. BNL Reservado do fundo geral de MSS. Microfilme 6699.

5. Carta Régia, de Maio de 1703. Criou a casa dos quintos em Parati.

6. Carta Régia sete de fevereiro de 1707. Mandou suspender semelhante estabelecimento em Taubaté e fundar Casa de Fundição no distrito desta cidade (Parati), ficando extintas todas as outras, à exceção de Santos.

7. AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almeida, 1359-2360. Informação do governador Artur de Sá e Menezes acerca da devassa a que procedera sobre o fabrico de moeda falsa, de que fora acusado um religioso. Rio de Janeiro, um de maio de 1700; AHU, Cons. Ultramarino Rio de Janeiro, Castro Almeida, 2384 / 2386. Informação do provedor da fazenda acerca das diligências que tinha ordenado para o descobrimento dos autores dos cunhos falsos, a que outros documentos anteriores se referem. Rio de Janeiro, sete de junho de 1700; AHU, Cons. Ultramarino Rio de Janeiro, Castro Almeida, 2689-2690. Consulta Conselho Ultramarino sobre a informação que enviaram o superintendente das Minas do Ouro do Rio de Janeiro acerca da devassa que tirara dos descaminhos e da apreensão que fizera de um cunho falso. Lisboa, 11 set. 1703; AHU, Cons. Ultramarino Rio de Janeiro, Castro Almeida, 2691.

8. Traslado da delação que fez Francisco Borges de Carvalho de Inácio de Souza Ferreira de ter casas de Fundição, e de cunhar moedas. BNL Reservado do fundo geral de MSS. Microfilme 6699

9. CARTA de D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei sobre o sequestro de navios castelhanos, estado da Praça do Rio de Janeiro, extravios de ouro e caminho novo para as Minas. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, São Paulo, v.51, p.283-294, 1930, p. 290.

so, para a maior eficiência da comunicação e do trânsito de mercadorias "entre as Minas e Portugal, era necessário coordenar a saída dos comboios que vinham do interior com a partida das frotas" (FURTADO, 1996:101).

A sincronia entre os comboios e frotas era tão importante que levou os comerciantes a alternarem o envio de mercadorias e correspondências entre os portos do Rio e da Bahia. Seja como for, o nomadismo de Inácio permite perceber que ele e seus agentes mais próximos sempre ocuparam postos estratégicos, seja na fonte de onde se extraía o ouro, seja nos pontos por onde ele era escoado, próximo dos principais portos da América Portuguesa. A quadrilha recebia e enviava os carregamentos de ouro que vinham das Minas e os distribuía para as fábricas de Parati, São Paulo, Bahia. O caminho era mais difícil, longo e mais acidentado, cheio de atalhos, picadas e veredas, burlando a fiscalização, passando por Parati, via Caminho Velho, e através do porto de Salvador, via currais do São Francisco (CAVALCANTE, 2002:48).

Em 1703, Inácio foi visto e identificado como sertanista baiano. Temos notícia de que andou explorando as margens dos rios Pardo e Jequitinhonha. Coincidência ou não, as minas de ouro na região de Jacobina estavam sendo descobertas por volta de 1701/1702. Como narrou Basílio Magalhães, "Por esta mesma

época, Pedro Nunes Siqueira, havia estabelecido currais na Bahia nas vertentes do Rio Verde, enquanto Manuel Afonso Siqueira, o padre Manuel de Araújo Lima, Matias João da Costa e Inácio de Souza Ferreira, atingiam as margens do Jequitinhonha e do Pardo." (1944:334)

Em 1707, no Curral do capitão João Freire Farto - que servia de superintendência das Minas - , o próprio capitão, juntamente com o tenente Manoel da Borba Gato Araújo, administrador no Rio das Velhas, apreenderam e leiloaram os bens dos réus Paschoal de Almeida, Antônio Alvarez e Inácio de Souza. O Auto da tomada registra:

"Que pela estrada proibida que vindo certamente da Bahia a estas Minas vinha um comboio de cavalos carregados de negros o qual se achava dentro das ditas Minas escondidos em um capão que fica retirado da estrada cousa de uma légua para o Paraopeba. Foi o dito general ao local e achou Paschoal de Almeida com dez cavalos, dois barris de sal da terra, dois pacotes de sabão, cinco meias de sola, cinco couros de veado curtido, mais um pacote de sabão, um pacote de sevada em forma de pão, pertencentes a Antonio Alvarez e Inácio de Souza Ferreira ausente".¹⁰

Desta feita, quase nada se pôde conhecer da vida pessoal de Inácio, apenas alguns frag-

mentos de sua vida pregressa: ex-padre da Congregação do Oratório de Lisboa e ex-capitão da Marinha de Nau das Índias Ocidentais. Não se sabe quando iniciou sua trajetória de ilicitudes nas atividades de contrabando de diamantes e falsificação de moedas e barras de ouro. Tampouco se sabe a data e o local de seu nascimento, como foi a sua formação e em que período de sua vida foi religioso e militar¹¹.

Coincidência ou não, Inácio transferiu a fundição clandestina para as Minas no mesmo ano em que se instalara a Casa de Fundição nas Gerais, em Vila Rica. Talvez para ampliar os negócios, ou por ter recebido proposta melhor, associou-se a José de Faria Coimbra, o artífice do engenho de marcar barras semelhantes em todos os detalhes às da Casa Real de Fundição das Minas. Juntos, instalaram as peças necessárias para a fabricação de moedas com os cunhos de 1727, com as marcas do Rio de Janeiro e de Minas. Portanto, pode-se perceber estreito vínculo entre a fundição do Paraopeba e a cunhagem falsa do Rio de Janeiro, Parati e São Paulo. Inácio praticamente transferiu a fábrica de Parati para as Minas, onde passaria a fabricar e cunhar moedas em maior série, "ampliando os negócios". Além de Faria Coimbra, vários sócios e comparsas de Inácio na fundição de Parati o acompanharam na nova, ambiciosa e arriscada empreitada.

10. BNRJ fundo Casa dos Contos Auto da tomada que fez a Paschoal de Almeida, Antônio Alvarez e Inácio de Souza, realizado pela superintendência, nos bens que os réus trouxeram pela estrada proibida da Bahia a Minas 06/07/1707.

11. Os documentos a que se teve acesso e que foram analisados são de cunho administrativo e jurídico, portanto não oferecem mais detalhes a respeito de sua vida pessoal ou pregressa.



Imagem 4 - Dentro dessa série foi introduzida, em 1730, a peça de 400 réis (cruzadinho). Figura: Casa da Moeda de Vila Rica (Minas Gerais). Fonte: Google Images. Link: numismaticabentes.wordpress.com/973 x 479



Imagem 2 - Dobrão, maior moeda portuguesa corrente, cunhada em Minas Gerais entre 1724 e 1727. Fonte: Google Images. Link: www.ufmg.br/1191 x 712



Imagem 3 - Moeda de ouro de 20\$000 réis, com valor legal de 24\$000 réis, denominada Dobrão, cunhada na casa da moeda de Vila Rica em Minas Gerais de 1724 a 1727. Letra monetária MMMM. Com peso de 53,78 gramas de ouro, é a moeda de maior valor intrínseco que já circulou no mundo, tornando-se emblemática nas Minas Gerais do Brasil. Com apenas uma moeda se comprava 12 cabeças de gado, e uma jovem escrava valia quatro dobrões. Fonte: Link: <http://todaoferta.uol.com.br/comprar/dobrao-20000-reis-1725-mmmm-ouro-ouro-6EI5AWQKGB#rml>



Imagem 5 - This type was struck between 1724 and 1727 in Minas Gerais to consume the large quantities of gold coming out of the mines in that region of Brazil."Fonte: Coin Fact Wiki. Link: http://www.coinfactswiki.com/wiki/Brazil_1727-M_20000_reis

A fábrica de fundição de barras de ouro com os cunhos reais falsos fora construída nas terras da fazenda dos Borges Carvalho, situada nas proximidades de um pequeno povoado de Jesus Maria José da Boa Vista, entre uma cadeia de montanhas que constitui a Serra do Paraopeba e segue as curvas desse caudaloso rio. Augusto de Lima Junior identifica esse arraial com o posterior São Caetano da Moeda. A fazenda ficava na vila Jesus Maria José da Boa Vista, o atual povoado Aranha, onde hoje se encontram ruínas, também de pedra, conhecidas como "o Forte de Brumadinho". Daí vem a suposição de que as instalações clandestinas da fábrica chefiada por Inácio ocupavam uma ampla área em torno da Serra da Moeda, formando uma espécie de "território fechado", com uma rede de contrabandistas e falsários atuando em toda a Serra. (LIMA JR., 1953:186)

Com efeito, o lugar era estrategicamente

perfeito para instalar uma fábrica de fundir, cunhar e marcar barras. Escondido em meio às serras, mas não totalmente isolado. Os três caminhos oficiais para se chegar à região das Minas convergiam para o Paraopeba: o caminho de São Paulo, o do Rio de Janeiro e o da Bahia. A fábrica estava próxima de lugares, de pequenos sítios de lavradores e mineradores clandestinos que viviam pelos rios bateando. Todos estes poderiam, em uma emergência, abastecer a fábrica, tanto de ouro em pó quanto de gêneros de primeira necessidade. Lima Junior acrescenta que,

"Aos domingos, na fortaleza do Paraopeba, escondia-se todas as coisas que poderiam dar uma ideia do que se praticava naquela fazenda, tida como mal-assombrada pelos vizinhos mais próximos, que distanciavam dela, no mínimo, uma meia légua de serra brava. Aparecia então o sócio frei Fernando de Jesus Maria, e abria-se uma porteira que facilitava o acesso a alguns dos moradores da beira do Paraopeba quase todos fornecedores de víveres ao bando de Inácio de Souza Ferreira" (LIMA JR., 1953: 200).

O local era um terreno de trânsito contínuo, situado no entroncamento do caminho para as três Comarcas - Vila Rica, Sabará e Rio das Mortes -, próximo ao Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco, caminho para o Serro Frio, o que facilitava as transações com os diamantes e a compra de ouro em pó. Inácio Ferreira de Souza era acima de tudo um es-

trategista bem aparelhado, com objetivos determinados, que certamente tinha uma ótima noção geográfica, espacial e de navegação - afinal ele fora Capitão de Nau das Índias - e conhecia muito bem, talvez melhor que qualquer outro falsário e traficante de seu tempo, os caminhos e as rotas do ouro e do diamante.

Inácio, como vimos, percorrera esses caminhos desde 1703, época em que foi visto na Bahia, nas proximidades de Jacobina, onde se descobrira ouro. Depois, instalou uma fábrica clandestina de cunhar moedas em Parati, Rio de Janeiro. Possuía, até onde se sabe, agentes atuantes em São Paulo.

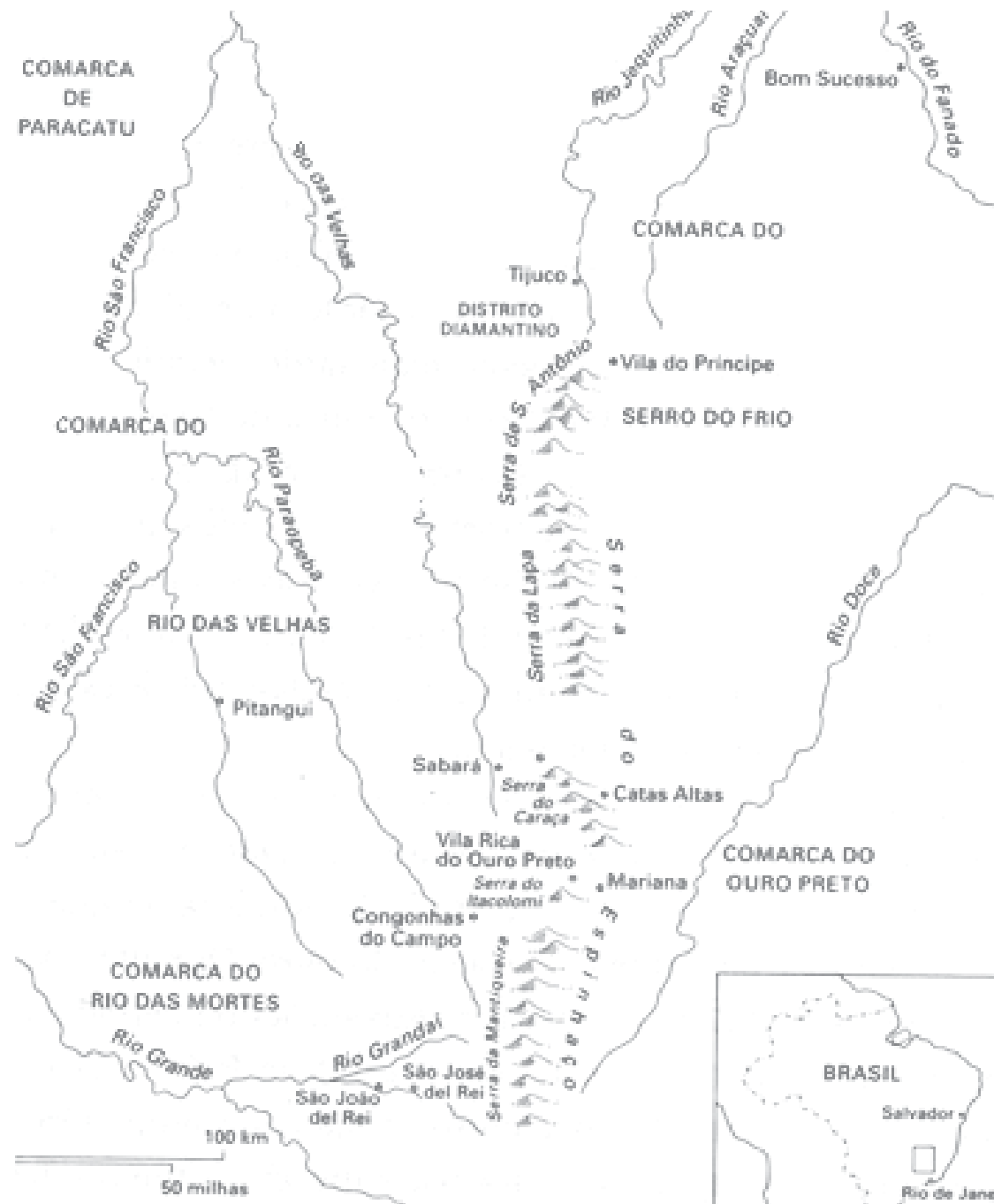


Imagem 6 - Mapa A Região de Minas Gerais no século XVIII. A região de Minas Gerais no século XVIII. Fonte: BETHELL, Leslie (org). História da América latina, vol. 2. São Paulo: Edusp, 1999, p. 474

Em 1725, o insigne falsário instalou-se no Paraopeba e montou a casa de moedas em um sítio muito bem situado, aparelhado e estruturado, chamado São Caetano. Era um sítio de grande porte. Contava com casas de vivenda, igreja, plantação de milho, feijão, criação de porcos e gados, olaria, carvoaria e mais de cinquenta escravos: “só na senzala tinha cerca de cinquenta escravos”, afirma o delator.¹² Contava também com mão de obra especializada na fábrica, como oficiais mecânicos, ferreiros, fundidores, capelães e, inclusive, o “melhor médico e cirurgião da terra” (LIMA JR., 1953:201).

No que tange às características da matéria-prima das moedas - o ouro -, os falsificadores nem precisavam afinar convenientemente o metal para dar-lhe uma coloração homogênea, já que nem as Casas de Moeda oficiais assim o faziam. A maioria delas - exceto em Lisboa - não possuía a aparelhagem necessária nem o pessoal especializado. Assim sendo, fundiam e cunhavam o ouro tal qual era garimpado nas faisqueiras, malemal colocando o ouro aproximadamente dentro do título da lei pela afinação, através do uso do Solimão. Ou seja, esse método rudimentar de fundição não modificava o teor da liga

do ouro, causando uma variação nas tonalidades comumente encontradas nas moedas de ouro, como o amarelo-laranja¹³, o paladiado ou preto¹⁴, o amarelo-claro¹⁵, o amarelo-canário¹⁶, o avermelhado ou acobreado¹⁷ e o enxofre¹⁸ (PROBER, 1946:14). Nesse quesito, outro fator que deve ser levado em consideração é a alteração da cor da moeda por oxidação atmosférica, razão pela qual as cores acima referidas aparecem somente depois das peças devidamente limpas.

ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA E AS “COMPANHIAS DE NEGÓCIOS DESTINADAS SOMENTE PARA ROUBAR OS QUINTOS”

O desvio do ouro, que a cada ano se escasseava nas Minas Gerais, foi a grande preocupação da Coroa Portuguesa durante todo o período da mineração. Os contrabandistas podiam ser de todo tipo, independentemente da classe social e posição ou *status* que ocupavam. Entre eles, não contavam somente bandidos e foras da lei, mas também pessoas ligadas à administração, à fiscalização, ao clero e, principalmente, burocratas ligados à Cor-

te e diretamente ao Rei. Portanto, a categoria “contrabandista” era ampla, indeterminada e incerta o suficiente para que a suspeição fosse generalizada e, de certa forma, todos fossem olhados com desconfiança por todos.

A falsificação dos cunhos para marcar barras e moedas foi o método mais usado durante o século XVIII para lesar o fisco na colônia. Espalhados por várias capitânicas, os falsificado-

res não pagavam, assim, o quinto do ouro. As pessoas envolvidas eram de vários setores e formavam uma ampla rede de extraviadores de ouro. Essa rede envolvia de capitães de fragatas a governadores, de religiosos a oficiais mecânicos (ferreiros, fundidores, ourives), de moedeiros a escravos - sem esquecer, principalmente, das pessoas encarregadas de combatê-los a todos: os agentes venais da própria burocracia fiscal. Os cunhos falsos

12. Traslado da delação que fez Francisco Borges de Carvalho de Inácio de Souza Ferreira de ter casas de Fundição, e de cunhar moedas. BNL Reservado do fundo geral de MSS. Microfilme 6699

13. “Amarelo” é a cor da maior parte do ouro brasileiro.

14. “Paladiado ou Preto”. Trata-se do ouro comum “amarelo” encontrado nos cascalhos virgens dos rios, conhecido por ouro de aluvião, que se forma por erosão ou desagregação das jazidas, como o ouro encontrado em Vila Rica mais tarde passou a se chamar Ouro Preto. Denominava-se “cascalho virgem” os depósitos de ouro que estavam misturados nas areias silicosas, juntamente com argila, mica, hematita parda e ferro manganês. Com os sistemas rudimentares de lavagem, não era possível retirar todas as impurezas, formando sobre o ouro uma fina película de óxido depois de fundido e cunhado em moedas. O ouro apresenta essas características na região de Ouro Preto, Rio das Mortes e das Minas de Gongo Soco.

15. Amarelo Claro é a tonalidade do ouro de Cuiabá e Coxim (Mato Grosso), por apresentar uma porcentagem de platina.

16. Amarelo Canário é a tonalidade que apresenta o ouro das lavras da Comarca de Sabará, contendo até aproximadamente 8% de paládio e às vezes 10% de prata, ou ambos associados.

17. Avermelhado ou Acobreado são características do ouro extraído de Serro Frio, Cuiabá e próximo de Mariana em um povoado chamado Infeccionado. Esse ouro possui uma grande quantidade de cobre e pouca prata ou paládio.

18. Enxofre é a coloração do ouro extraído de Itabira de Mato Dentro, Congonhas e Paracatu, de título baixíssimo (menos de 18 quilates), contendo grande porcentagem de paládio, tornando-o quebradiço.

eram marcados em moedas e barras de ouro que seguiam para o Reino, para a Inglaterra, para a Holanda e para a Costa da Mina.

As barras de ouro – que durante muito tempo na colônia tiveram curso oficial usadas como moedas –, eram muitas delas de cunhos falsificados com tal perfeição que nem a própria Fazenda nem as Casas da Moeda conseguiam identificar as verdadeiras das falsas pelo simples exame a olho nu. Não raro, as falsificações ocorriam dentro da própria Casa da Moeda e das Casas de Fundição. No Rio de Janeiro, o governador Vaia Monteiro havia tempo desconfiava da existência de uma quadrilha de falsificadores de barras de ouro atuante nas Minas, com a conivência do governador local D. Lourenço de Almeida, o qual auferia em benefício próprio grandes somas com a empresa de cunhagem falsa. Vaia Monteiro buscou averiguar os boatos de que na Casa de Fundição das Minas não entrava ouro em pó havia vários meses, fato atribuído única e exclusivamente à deserção dos mineiros para as Minas Novas, em busca dos diamantes recém-descobertos – explicação que não convencia a ninguém.



O moedeiro do século XVI (escultura, em tamanho natural, de autoria de Aldo Cascardo, artista da Casa da Moeda, e em exposição no Museu da CMB)

Imagem 7 - O moedeiro do século XVI (escultura, em tamanho natural, de autoria de Aldo Cascardo, artista da Casa da Moeda, e em exposição no museu da CMB) - Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*. 2ª ed. Ver, Ampliada e Atualizada Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil. 1989.

Em conversa com o ouvidor-geral, Vaia Monteiro soube que na Casa da Moeda do Rio de Janeiro havia muito ouro para lavrar, certificando-se do descaminho da Fazenda de Sua Majestade, ocorrendo dentro da própria Casa da Moeda. O governador do Rio prosseguiu então obstinadamente com as investigações: abriu correspondências, justificando ser esse o único meio de obter algum esclarecimento sobre o caso de ouro e barras falsas. Sua ati-

tude lhe valeu uma censura régia pelo delito de violação de correspondência: "as cartas de pessoas particulares não deveriam ser abertas com o pretexto de averiguarem descaminhos da Real Fazenda" (LIMA JR., 1953:172).¹⁹ Todavia, valendo-se desses métodos, o governador descobriu que, nas Minas e no Rio de Janeiro, havia fundições clandestinas que derretiam o ouro e marcavam as barras com cunhos falsos. Esses lotes depois eram introduzidos na Casa da Moeda e, com o dinheiro auferido das vendas, os falsificadores compravam mais ouro, matéria-prima de tão rendosa indústria e negócio. Informantes e delatores asseguraram ao Governador que, dentro da Casa da Moeda, não tinha quem ignorasse a falsidade das barras, bem como a identidade de seu fabricante: Antonio Pereira de Souza, abridor de cunhos oficial da Casa da Moeda (PEIXOTO, 1910:155).

O Governador abriu devassa assim que findou o prazo do indulto concedido pelo Rei aos transgressores de barras falsamente cunhadas. Para apurar os fatos, nomeou como adjunto da devassa o desembargador Roberto Carvalho Ribeiro, e ordenou que se prendesse Antonio Pereira de Souza. Mas, ao chegar ao local do crime – um sítio localizado entre uns montes, distante da cidade do Rio de Janeiro –, eis que a casa estava vazia, já abandonada pelos falsários. A milícia não conseguiu efetuar nenhuma prisão. A operação, porém, não

19. Carta Régia 16 de fevereiro de 1731.

fora totalmente frustrada, pois tiveram a confirmação do crime. Os falsificadores, na pressa de fugir, esqueceram uma prova do crime: *“uns chumbos embrulhados em papel, que foram reconhecidos como moldes das marcas das barras da Casa de Fundição”* (PEIXOTO, 1910:156). Na mesma noite, o Governador foi examinar a roça acompanhado de índios e pessoas com prática de adentrarem nos matos e seguir trilhas, mas nada encontrou.

No mês de junho de 1730, foi preso no Rio de Janeiro o assistente de Antonio Pereira, Domingues Rodrigues Moreira. Ele havia sido incumbido de buscar na cidade Francisco da Costa Nogueira, certamente para compor o pessoal técnico da nova fábrica. Em sua confissão, o assistente disse que o padre Manoel Carvalho – que também havia morado no Rio de Janeiro e se mudara para as Minas do Goiás – tinha acoitado em sua chácara Antonio Pereira de Souza, abridor de cunhos da Casa da Moeda, e que este se propusera a fabricar uma Casa da Moeda Falsa. O padre Manoel Carvalho, Francisco da Costa Nogueira e Domingues Rodrigues Moreira foram todos à chácara e lá se reuniram com Custódio Cordeiro e Antonio Pereira de Souza – que havia mudado de nome para Francisco José – e ajustaram uma sociedade.

Antonio Pereira de Souza ficaria encarregado de montar, organizar e administrar a fabricação de moedas; Francisco da Costa Nogueira e

Domingues Rodrigues Moreira entrariam com o dinheiro; e Custódio Cordeiro, além de ceder a roça onde morava, também daria toda a assistência necessária ao bom funcionamento da fábrica. Segundo ainda o depoimento do quadrilheiro preso, logo começaram a ordenar os ferros com a ajuda de Manoel Menezes, oficial de serralheiro ou de ferreiro, contando com todos os apetrechos suficientes e necessários à produção de moedas. Mas os envolvidos logo se convenceram de que o sítio não era estrategicamente situado, posto que pouco escondido e muito perto do Rio de Janeiro.²⁰

Antonio da Costa, um “farçola” andante de caminhos, os conduziu para uma roça no Paraopeba. Seguiram para lá por trilhas diferentes, clandestinas, e encontraram nas Minas com Francisco Bravo, ourives muito inteligente e habilidoso, morador no Rio das Mortes. Juntaram-se ainda com o cunhado de Francisco Bravo Carlos de Matos Quental, abridor de cunhos da Casa de Fundição de Minas em 1726, e com Alexandre da Cunha. Estes sabiam da fábrica de Inácio de Souza Ferreira, que já funcionava nas vizinhanças do Paraopeba. Eles sabiam também que poderiam entrar em conflito com Inácio, ou que poderiam ter algum intervalo no fornecimento do ouro para abastecer a fábrica ou outro contratempo. Por esses motivos, os novos membros locais do bando sugeriram então transferir a fábrica para a roça do guarda-mor Luiz

Teixeira. Esta era *“ocultíssima entre fragosas e quase invencíveis serras na Itaverava”*, a cujos matos Antonio Pereira de Souza, com seu operário Manoel Menezes, transferiu a fábrica para montar a Casa da Moeda.²¹

Guiados por Antonio da Costa, o Farçola, a operação de mudança da fábrica ocorreu muito lenta e cuidadosamente. Em negócio tão arriscado, todo cuidado era pouco, ainda mais que, no caminho das Minas, tiveram a notícia da prisão de Custódio Ribeiro. E também porque circulavam rumores da prisão de Inácio de Souza Ferreira que, na verdade, por esse tempo retirou-se para o sertão das Minas e daí para a Bahia. Em vista dos perigos, o bando de moedeiros falsos permaneceu oculto por alguns dias no Rodeio da Itatiaia – na roça de Francisco Braziela, que descobriu o segredo por guardarem em sua casa uma quantidade de Solimão. Braziela, juntamente com Domingues Rodrigues Moreira, ofereceu-se então a penhorar ouro para a fábrica. As adesões espontâneas para o abastecimento da matéria-prima se foram sucedendo, mesmo antes da plena montagem e funcionamento da fábrica.

A devassa do zeloso governador era definitivamente uma batalha perdida. Não resta dúvidas da importância e da lucratividade dessa rede internacional de contrabando, verdadeiras *“Companhias de negócios destinadas somente para roubar os quintos”* (LIMA Jr., 1953:173)²², e às quais o próprio Rei

20. APM. SC 05, f. 154v.

21. APM. SC 05, f. 155.

22. Documentos citados na íntegra pelo autor, dos quais não cita a fonte.

fazia vistas grossas, pois provavelmente deveria auferir lucros com as ilicitudes dessas mesmas companhias. Vaia Monteiro utiliza o termo "milhões" para referir-se à quantidade de ouro que partia ilegalmente na frota de 9 de julho de 1730, alertando a Real Fazenda numa última tentativa para que se desfizessem os navios e abrissem as cargas, com que o fisco lucraria quinhentos por cento a mais.

"NÃO HAVIA DE FICAR PASSEANDO NA VILA COM SEMELHANTE CRIME, SEM O SEU CONSENTIMENTO."
- O CONLUÍO DOS AGENTES DE ESTADO.

Era de domínio público o envolvimento de D. Lourenço com o contrabando e com a Casa da Moeda falsa de Inácio de Souza Ferreira. Em 1732, o capitão-mor Nicolau Carvalho de Azevedo enviou uma carta a D. Lourenço informando-lhe sobre o que andavam dizendo nas Minas a seu respeito, o governador, especialmente no que tange ao seu envolvimento com o contrabando do ouro e com a casa de moeda falsa de Inácio.²³

Aproveitou para lhe por a par de algumas sátiras. Dizia-se, por exemplo, que Inácio circulava por Vila Rica displicentemente, debaixo dos olhos de D. Lourenço, e que ainda se ga-

bava de "que não se fazia cousas nessa Vila de noite, que de manhã não soubesse muito bem". E, no mesmo documento, Carvalho de Azevedo informou que "Inácio era um homem tão astuto que não havia de ficar passeando na Vila com semelhante crime, sem o seu [do governador] consentimento."²⁴ A boca pequena ou escancaradamente, chegou-se a especular nas Minas que a fábrica de moedas falsas rendia por mês a D. Lourenço em torno de doze a dezoito mil cruzados.

A prova mais evidente do seu envolvimento com a dita casa da moeda falsa foi a delação de Francisco Borges Carvalho feita ao ouvidor de Sabará, Diogo Cotrim de Souza - e não, evidentemente, a D. Lourenço em Vila Rica, "pois em Vila Rica seria impossível. A rede de espionagem de Inácio tinha como chefe o secretário do governador D. Lourenço, Manuel de Afonseca e Eugenio Freire de Andrade" (LIMA JR., 1953:183). Na delação constava, ainda, denúncia do envolvimento de D. Lourenço com o contrabando de gados no sertão. Além, é claro, do envolvimento com o comércio de ouro em pó e marcas falsas:

"Manuel Correa foi o primeiro que no arraial de Antonio Dias, nesta vila persuadiu, a um ourives chamado Antonio Pereira a fazer e marcar barras falsas, com a marca real, como se fossem da

Casa da Moeda, e que V. Exa. também era interessado no mesmo negócio, por que desta mandou várias para o Rio de Janeiro, por várias pessoas como com o tempo depois se descobriu".²⁵

Consta ainda que D. Lourenço dava asilo e proteção, nas Minas, a todos os passadores de ouro em pó, marcadores de barras falsas marcadas fora da Casa da Moeda, a vários fraudadores do fisco, desencaminhadores dos quintos - como é o caso de Domingues Rodrigues Moreira, que estava preso na Corte pelos ditos crimes. Tinha livre acesso ao palácio e era amigo de D. Lourenço.

Em geral, corriam histórias terríveis de desmandos do governador nas Minas. Diz-se que tinha o ânimo rasteiro e era extremamente avarento. Diante de tantas evidências, não resta dúvida que D. Lourenço era ambicioso, contava com a colaboração de fortes protetores na Corte e, muito provavelmente, estava envolvido na fábrica de moeda falsa do Paraopeba. Já se afirma que está estabelecido íntimo conluio entre D. Lourenço de Almeida e os fundidores de moeda falsa da Serra do Paraopeba. Uma vez preso e remetido para Lisboa, o próprio Inácio de Souza Ferreira expôs as relações do governador das Minas com o contrabando de ouro e diamante.²⁶

23. Biblioteca Nacional, Lisboa: reservados da coleção Pombalina, código 672. f. 123-147v., 25/09/1732. Carta que o Capitão-Mor Nicolau Carvalho de Azevedo mandou ao Rio de Janeiro a D. Lourenço de Almeida, governador que foi nestas Minas, que por grande seu amigo, lhe dá parte de algumas sátiras, que lhe tem feito, e as remete inclusas fazendo-lhe patentes às más ausências que o povo lhe faz. Composto a instancia do dito Capitão-Mor pelo padre Francisco da Nave, vigário da Freguesia de Ouro Branco.

24. BNL reservados, Coleção Pombalina, código 672. f. 123-147v. 25/09/1732, p. 145

25. Idem p. 146

26. Sobre o contexto histórico do período e as diversas facetas da ilicitude no mundo colonial, ver: (CAVALCANTE, 2005). Cf. também: (TÚLIO, 2005), (CAMPOS, 2002.), (SANTOS, 2009).

Ao voltar para a Corte, como já nos referimos, D. Lourenço de Almeida não teve nenhum tipo de punição, mesmo estando envolvido em tantas denúncias e acusações. O certo é que o governador voltou endinheirado para a capital do Império, o que poderia ter manchado sua imagem como político e administrador. Mas D. Lourenço, como vimos, saiu ileso e com o prestígio intacto (GODINHO, 1977:92; ROMEIRO, 1999:321 - 337). E quando lhe perguntaram, em Lisboa, se havia trazido muito cabedal, ele respondeu afirmativamente, acrescentando “que é para comprar tudo, dar pouco, e emprestar nada”.²⁷

Essa característica da administração vinculava-se à natureza do poder no Antigo Regime: era difícil estabelecer na prática os limites entre o lícito e o ilícito²⁸. A Coroa sempre previu que o ganho privado, dos seus agentes, também fazia parte do contexto de exploração, mas nunca deixou de combater os descaminhos. Muitas resoluções, leis, alvarás e cartas se ocuparam em combater a corrupção²⁹.

O ilícito se dava quando os interesses da Coroa estavam sendo ameaçados seriamente pelas atividades privadas dos funcionários, ou quando estes criavam uma situação de instabilidade política. Assim, a principal expectati-

va da Coroa em relação aos funcionários era garantir a *governabilidade* (a boa ordem). Não se tratava apenas de uma desordem. Para Paulo Cavalcante, a prática do descaminho (no sentido amplo de prática de ilicitudes) não decorre unicamente das características da sociedade de Antigo Regime, mas também da condição colonial. De acordo com o Autor

“Nesse momento se põe a questão central: todos esses modos de furtar existiam e se reproduziam em contexto geral de exploração e não como decorrência de desvios morais, de uma suposta “cultura de evasão”, de uma cristianização imperfeita ou mentalidade bastarda. A própria indistinção entre o público e o privado, específicas daquele momento histórico e parte importante para a compreensão dos descaminhos, agravava-se em função deste mesmo contexto, moldando, integrando e harmonizando essas relações a ponto de, aparentemente, desfazer-se de uma totalidade que todos apreendiam como natural (...) Não se trata simplesmente de roubo, de furto ou corrupção, mas de um tipo determinado de prática social, encobertas pelas formalidades oficiais, porém radicalmente ativa e penetrante, irradiada por todo o corpo social, incluídos os escravos, formando e redefinindo, afirmando e

negando, isto é, afirmando pela negação, enfim caminhando pelo descaminho”
(CAVALCANTE, 2006:29-30).

Os agentes da administração portuguesa, tanto na Metrópole quanto no além-mar, estavam envolvidos com o contrabando e suas formas variadas de fraude do exclusivo comercial, do sistema tributário. A intensificação desses delitos, por sua vez, coincidiu historicamente com a organização da administração e do sistema fiscal na capitania na primeira metade do século XVIII (LIMA JR., 1978). Os principais cargos administrativos coloniais eram ocupados por fidalgos e outorgados pelo Rei como reconhecimento por serviços prestados pelos próprios beneficiados ou por seus familiares. No entanto, as possibilidades de enriquecimento dessas autoridades não advinham, majoritariamente, dos proventos oriundos do exercício do cargo, mas da participação nos negócios coloniais, por meio de aquisição de sesmarias, Datas Minerais e do comércio (SANTOS; TULIO, 2014).

27. Quarto conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes: Diário (1731 a 1733), editado por Eduardo Brazão. BIBLIOS - Revista da Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, v. XVI, t.I a XVII (1940), t.II (1942). No dia 13/04/1733.

28. Para compreender melhor a “natureza do poder no Antigo Regime Cf: (HESPAÑA,1992). (FRAGOSO J.; BICALHO M.F & GOUVÊA, 2000). (GOVEA, 2001).

29. De todo modo, eis o que diz Capistrano de Abreu: Levariam longe os pormenores do regime fiscal, imposto a Minas Gerais e, até onde o permitiam as distâncias e a população esparsa, à Bahia, Goiás e Mato Grosso; a proibição de abrir novas picadas, a proibição de fundar novos engenhos, a proibição de andar com ouro em pó, a proibição de andar com ouro amoadado, a proibição de exercer o ofício de ourives, os impostos múltiplos, os donativos implorados por prazo certo e curto e depois exigidos imperiosamente por prazo muito maior, estranhando-se a ousadia de suspendê-los nos termos do acordo inicial, mostrariam até onde pode chegar uma administração sem melindres e sem inteligência e uma gente sem energia, se não fosse o distrito diamantino. (1988, p. 188). cf: (CAVALCANTE, 2006: 29). (SANTOS; TÚLIO v.3. 2014 p 187-197).

CRIME E CASTIGO - "A REPÚBLICA MONETÁRIA NAS MINAS"

Narremos, até onde as fontes primárias e secundárias nos permitem, a saga de Inácio, o "régulo" dos moedeiros falsos, na região das Gerais. Desde que chegara às Minas, Inácio não perdeu tempo e logo começou a ampliar seu negócio. Instalou as peças necessárias para a fabricação das moedas com as marcas - ou seja, os cunhos de 1727 - do Rio de Janeiro e de Minas. Instalou a fábrica e engenho de cunhagem no sítio chamado São Caetano do Paraopeba, situado em Boa Vista do Paraopeba, de que era proprietário Francisco Borges, em sociedade com seu sobrinho João José Borges.

No começo da instalação da fábrica no Paraopeba, as coisas corriam bem a contento para os sócios. Os encarregados de comprarem o ouro em pó reuniam quantidades consideráveis do metal - que eram fundidas em barras com os sinetes régios - de onde se cunhava moedas do modelo autorizado, com a sobremarca dos modelos do Rio de Janeiro e de Minas. Em 1731, dois dos principais sócios da fábrica do Paraopeba, Inácio de Souza Ferreira e Francisco Borges Carvalho começaram a entrar em desavença. Enquanto isso, como vimos, intensificavam-se no Rio de Janeiro as providências de Luiz Vaia Monteiro para realizar a devassa dos falsificadores.

Nas Minas, por sua vez, corria a notícia da próxima partida do ouro de D. Lourenço de Almeida, cujo secretário Manuel de Afonseca ficou conhecido como protetor oculto da quadrilha (na verdade quem era o protetor "oculto" da quadrilha era o próprio D. Lourenço de Almeida, não passando Manuel Afonseca de um "testa de ferro," sem dúvida muito bem recompensado).

A Casa da Moeda falsa do Paraopeba tinha uma organização perfeita ou quase perfeita. Esta possuía um regimento interno, que continha instruções e regras detalhadas para o bom funcionamento da empresa e para a manutenção da ordem entre os que nela trabalhavam. Entre os papéis apreendidos por Diogo Cotrim³⁰ consta o "Regulamento" - um verdadeiro dispositivo disciplinar - que Inácio de Souza Ferreira concebeu e redigiu para a Casa da Moeda falsa. Pela análise do documento, pode-se ter uma ideia do cotidiano vivido por esses homens. Inácio exigia dos sócios que ficassem inteiramente esclarecidos das responsabilidades e perigos que corriam, e que agissem conscientes na sociedade fraudulenta a que se tinham irmanado por livre e espontânea vontade. Cada sócio possuía uma cópia do Regulamento, que era lido semanalmente em voz alta.

Seja como for, podemos perceber pelo Regimento as influências que Inácio recebeu ao longo de sua vida, indispensáveis em sua notória carreira de falsário. Fica claro o seu conhecimento de Leis e de Direito, sua formação militar e religiosa, bem como sua experiência como Capitão de Nau das Índias. Ademais, a maior parte de seus sócios e comparsas estava ligada a essas profissões.

A sociedade de falsários possuía uma organização quase militar quando se trata da função de cada um, do "papel" e da disciplina dos "oficiais" da Casa da Moeda. Ao tentar normatizar as atitudes, os comportamentos e a moral dos integrantes da fábrica, Inácio vale-se também dos preceitos religiosos e monásticos que lembram o rigor do estatuto da Congregação do Oratório. E, por fim, as regras instituídas lembram também os preceitos de um Capitão de Nau da Índia, estabelecendo obrigações e cominando castigos.

Além de conhecimentos jurídicos, religiosos, militares e náuticos, podemos perceber o conhecimento metódico que Inácio possuía quanto à organização e o funcionamento de uma Casa de Moeda. Tanto é assim que foi ele próprio quem orientou, com notável capacidade, sua defesa e a de seus cúmplices quando do seu processo em Lisboa. O documen-

30. AHU 1496 cx. 18 Doc. 47. f.10 28/ 07/1732.

to apreendido por Diogo Cotrim apresenta a organização excessiva e detalhista de Inácio, como se pode ver em alguns de seus artigos.

Com efeito, o Regimento começa com Inácio esclarecendo seus sócios quanto à gravidade do negócio em que estão metidos. Em seguida, como que para não deixar dúvidas, cita o título XII do Livro quinto das Ordenações Filipinas:

“É este negocio dos mais graves que viu o mundo porque é crime de LESA MAJESTADE e de primeira cabeça e por isso castigado com duras e severas penas, como são perder a vida na fogueira, perder para a Coroa todos os bens, ficar por sentença infame toda a geração e por nenhum princípio se modera a pena da dita Lei” (LIMA JR., 1953:189).

Inácio sabia do que estava a falar. Nessa modalidade de ilícito penal, era indispensável, para conservar a comodidade e a autoridade da Majestade, que a prisão procedesse sem nota de culpa formada, e em oito dias os réus fossem condenados por indícios e conjecturas, por sabido que os casos de difícil prova não seriam castigados se dependessem de testemunhas. Sendo assim, o direito penal filipino preveniu-se de que os delinquentes haveriam de buscar todo o recurso para não serem incluídos fugindo assim das testemunhas.

O regulamento esclarece que “incorre neste crime quem ajudou, aconselhou ou deu favor”

e faz a seguinte observação: que diante da terrível do crime, uns entraram obrigados pela necessidade e outros por não encontrarem outro meio de fazer fortuna, *“porque sabemos que os modos de viver no país se cansaram de sorte e é apontado com o dedo o quem faz fortuna”* (LIMA JR,1953:190). Inácio tinha plena consciência de seus conhecimentos e de sua influência. Ele buscava todos os meios para escapar do raio de abrangência do castigo que a Lei prometia. Além do caráter disciplinar, o objetivo do regulamento e de sua leitura semanal em voz alta era que essa consciência fosse a mais clara e amplamente compartilhada por todos os membros do grupo de infratores.

O ideal, em torno da comunhão do segredo e do regulamento, é que o grupo se transformasse numa espécie de “irmandade” ou “confraria” de criminosos, com um código ético próprio. Nesse sentido, Inácio deixava claro que, ainda que tendo ele vida e saúde, não descansaria para salvar qualquer companheiro, independentemente da despesa e dos esforços. Um ponto interessante é que Inácio fala de sua condição de Fidalgo. Resta saber se essa sua afirmação de nobreza denotaria generosidade para com os comparsas ou se realmente possuía título de nobreza herdado de seus antepassados ou concedido pelo Rei: *“E quem lhe conhece a fidalguia e o ânimo fácil o crerá e mais quem me avaliar com aquela capacidade que Deus foi servido a dar-me”* (LIMA Jr.,1953:190).

Certamente as influências oratorianas devem ter sido decisivas no comportamento e nas atitudes de Inácio, descrito por seu delator como “despótico e severo”. De fato, o Regimento da fábrica do Paraopeba demonstra seu rigor, austeridade e disciplina, lembrando os estatutos da Congregação do Oratório de Lisboa, do qual este incorporou uma série de regras, hábitos e preceitos (MELLO, 1995:100).³¹ Proíbe o vinho e a aguardente, “por que de nada aproveitam e pode desarumar muito”; cita o Rei Salomão, que não proibia a bebida se moderada, mas que, se consumida de forma excessiva, “pode morder como a serpente e matar como o basilisco”; cita ainda um certo “padre Criso [que] chama a bebida de Demônio brando, veneno doce e inimigo convidado” Já o chocolate podia ser consumido, por não haver perigo e ser substancial. Quanto à alimentação, ninguém deveria observar quem comeu mais ou menos: todos deviam comer fartamente almoço, jantar, merenda e ceia, porém sem desperdício. Duas pessoas ficariam encarregadas de vigiar o regime alimentar do bando (LIMA JR.,1953:191).

O regulamento previa também evitar os males decorrentes da jogatina, o que lembra a moral clerical que atribuía aos baralhos e aos dados uma invenção pessoal do Diabo para a desordem do mundo e a perdição das almas. Os jogos eram proibidos entre os comparsas e escravos. Determinava que “não há de ter

31. Como: exame de consciência, o jejum todas as festas e sábados, os exercícios espirituais de nove dias por ano, a proibição de pregar fora da Congregação, de nunca sair à rua sem estar acompanhado de outro Oratoriano e sempre a pé (nunca a cavalo, liteira ou coche), não assistir a festividades profanas, nem de alimentar ou pernoitar fora do recolhimento, sequer na casa paterna. E o requisito de limpeza de sangue, que excluía os descendentes de cristãos novos, mouros e índios.

jogos por que deles se seguem disputas e liberdades e delas desconfianças", como afirma que acontecera havia poucos dias. Inácio já havia observado o "ânimo e talento de cada um" e, para conservar "a alma do negócio" e manter a união e a harmonia, era necessário fechar terminantemente a porta ao jogo (LIMA JR.,1953:192).

A respeito do divertimento, não se proibia que se gastasse algum tempo em cantar e tocar. Esse divertimento, segundo Inácio, "congrega os ânimos dos companheiros". O regulamento tinha como objetivo proibir qualquer forma de tensão e conflito. Nesse sentido, proibia o puxamento de facas e seu uso na algibeira. "Não tem que desconfiar nem brigar com companheiros, considerando que somos levantados, que dependemos de nós para nós mesmos, para nos conservarmos" (LIMA JR.,1953:192).

A rede era extensa e deveria incluir o cuidado de cada membro por todos e de todos por cada membro. Ao falar de assistência médica, Inácio afirma que ele próprio daria providência com o melhor médico e cirurgião da terra. Se for o caso de visita pessoal, seria às suas custas, mesmo que se gastasse muito. Mas, em todo e qualquer caso, não haveria conversa particular com ninguém. Todos tinham de agir como "soldados ou passageiros de Nau de Guerra com obediência ao Capitão dela que castiga com severidade a quem dentro da Nau faz movimentos." Não deveria haver de-

sordem, muito menos motim. Diante da gravidade do crime, não causa estranheza esse ideal ascético e espartano.

Manter o controle da fábrica e o segredo em torno dela não devia ser tarefa fácil. Um pequeno incidente poderia colocar tudo a perder. Inácio proíbe inclusive as pessoas de darem bofetadas umas nas outras, cabendo somente a ele "a razão de castigos". De fato, Inácio comandou a fábrica como a uma fortaleza militar, como era conhecida na região e referendada nos documentos. As estratégias de defesa e fuga elaboradas por ele eram dignas da mais alta patente militar, não lhe escapando nenhum detalhe. A fábrica era comandada como uma verdadeira praça de guerra, onde as regras de seu funcionamento eram claras e rígidas.

Todos os dias, ao pôr do sol, as armas e suas patronas tinham que ser verificadas, pois precisavam estar sempre bem-providas com gêneros de pólvora e balas pederneiras. Caso adoecessem, os mestres de ferreiro João José e Antonio Pereira, e os abridores de cunhos João Ribeiro, João Moreira e Luis Tinoco teriam que pagar pelo seu trabalho do mesmo jeito, para assim evitar suposta enfermidade. Se faltassem em seu trabalho, perderiam o salário daquela semana, além do dito salário ser repartido entre os assistentes da Casa.

Os que trabalhavam à noite deveriam jantar antes de sair e levar o almoço, pois de modo

algun ninguém levaria de comer e beber, e não poderiam mandar pedir nada à Casa. O regulamento atribuía ao senhor João Barbosa Melo a responsabilidade pelas contas de entrada, saída e quebras do ouro. Este deveria ser claro nas contas e matérias, dando todas as explicações necessárias a Manoel da Silva Neves. Qualquer falta que cometesse, perderia para o assistente da Casa a porção de ouro semanal, e sempre que errasse seria punido. Manuel da Silva Neves e o Sr. José Francisco eram os encarregados pela arrecadação do ouro ou dinheiro, guardando cada um os valores num cofre com suas respectivas chaves, registrando e assinando a relação de tudo o que recebessem e entregassem.

Para evitar confusão, ambos teriam que auxiliar no serviço da Casa, no qual também ajudariam os companheiros para o que fosse útil. Depois de feita a arrecadação, a chave seria entregue por José Francisco a José de Faria Coimbra, que a guardaria, podendo ser entregue somente a ele "quando for ao Ministério do Cofre" em diligência. Pois o cofre não seria aberto para ostentar o que colocou ou tirou, a não ser para João Barbosa Melo, a quem, devido a sua função, se deveria abrir o cofre todas as vezes que se fosse requerido (LIMA JR.,1953:198). Vemos, portanto, que a casa de moeda falsa adotava muitas das medidas de vigilância e controle empregadas nas Casas de Moeda oficiais.

“NÃO ERA MOVIDO POR ÓDIO ALGUM, MAS SIM POR LEALDADE DE VASSALO DA SUA MAJESTADE” – A DELAÇÃO.

A delação feita por Francisco Borges Carvalho em 15 de janeiro de 1731 na casa de Diogo Cotrim de Sousa, ouvidor da Comarca do Rio das Velhas na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, foi extremamente reveladora. Ele denunciou com todas as letras o esquema completo da rede de falsários atuantes no vale do Paraopeba, chefiada a punhos de ferro por Inácio de Souza Ferreira. Relatou detalhadamente as atividades ilícitas no sítio de São Caetano do Paraopeba: uma Casa da Moeda clandestina com Casas de Fundição, que utilizava marcas falsas para marcar barras e cunhar moedas de ouro como se fossem da Casa da Moeda. Denunciou também uma empresa de comercialização dos diamantes. Francisco Borges de Carvalho deu o depoimento em seu nome e de seu sobrinho, João José Borges.

Quando foi inquirido por Diogo Cotrim do motivo por não ter denunciado o crime há mais tempo, Francisco respondeu que o principal preceito da fábrica era que ninguém saísse dali sem a licença “expressa” de Inácio de Souza Ferreira, nem enviassem e/ou recebessem cartas sem que passassem pelas suas mãos. Em outras palavras, imperava um código rígido de conduta cujo principal objetivo era manter o segredo, pois que o segredo, por razões óbvias, era simplesmente a alma do negócio. O regime disciplinar era

verdadeiramente rígido, como vimos acima, ao analisarmos o regulamento interno da fábrica elaborado por Inácio. Assim sendo, quem intentasse sair dos domínios da fábrica perdia logo a vida – como acontecera com o outro sobrinho do delator, Caetano Borges de Carvalho, que insistiu em se afastar e foi misteriosamente assassinado por dois escravos da confiança de Inácio Ferreira.³² Ainda na sua delação, chamou Inácio de “*despótico, administrador de tudo como é público nas Minas*” (LIMA JR.,1953:192).

Nesse caso, a dúvida de Francisco Borges de Carvalho era como denunciar o crime sem correr riscos de vida ou, ainda, de ser preso e de ver confiscado todo o seu cabedal. A denúncia não poderia ser feita em Vila Rica onde, além de cúmplices, Inácio tinha espiões cujo chefe era o já citado Manuel Afonseca: pois “no mesmo dia um emissário avisaria Inácio e demais sócios, pois no Governo havia comparsas dessa fábrica clandestina de barras de ouro” (LIMA JR.,1953:196). Francisco pediu que Diogo Cotrim jurasse, pelas “Cinco Chagas de Cristo”, que mantivesse segredo inviolável e agisse em sigilo absoluto no tocante à diligência, para manter a sua vida em segurança e também por conhecer a boa vontade com que o governador D. Lourenço “sempre teve a este Régulo” e às suas atividades, agindo com

o mesmo cuidado e zelo com que se aplicava às atividades d’El Rei.

Segundo o seu depoimento, ele, o denunciante, aproveitara uma rara ocasião que lhe fora dada de sair da “tremenda fortaleza que era a fábrica”. Só saíra do sítio de São Caetano com a autorização expressa de Inácio – e mesmo assim em companhia do caixeiro João da Silva Neves, morador das Minas, além de confidente e sócio de Inácio – para comprarem ouro em pó no Serro Frio e se informarem sobre outros compradores de ouro que andavam pelas redondezas sem darem notícias de seu trabalho. No caminho perto de Sabará, Francisco Borges propositalmente atrasou a viagem, falando para João da Silva Neves seguir em frente. Ao ficar dois dias em Sabará, pôde assim denunciar o crime. Quando voltou ao sítio do Paraopeba, disse que não concluiu a viagem ao Serro Frio “por ter adoecido de umas câimbras nas pernas” (LIMA JR., 1953:187).

Os motivos alegados por Borges a Diogo Cotrim para justificar a demora de sua denúncia e arrependimento certamente não foram os verdadeiros. Algumas considerações devem ser feitas a respeito da delação de Francisco Borges, que era sócio de Inácio nessa empresa do Paraopeba e o acompanhava havia vários anos nesse intento, desde o início da primei-

32. BNL. Reservado do fundo geral de MSS. Microfilme 6699. Traslado da delação que fez Francisco Borges de Carvalho de Inácio de Souza Ferreira de ter casas de Fundição, e de cunhar moedas.

ra fábrica em Parati. Considerando o envolvimento de familiares - dois sobrinhos, sendo um deles o dono do sítio em que a empresa estava instalada - e ainda o tamanho, a organização e a estrutura da fábrica, não resta dúvida que Francisco Borges auferia grandes lucros na sociedade. Na mesma época, corria a notícia de que Francisco Borges andava pelas Minas comprando ouro em pó e pagando com barras falsas. Inácio pediu prestação de contas, as quais se encontravam erradas, e a partir daí passou a ameaçá-lo de morte.

Em um dos documentos redigidos por Inácio e apreendidos por Diogo Cotrim, há uma referência ao sobrinho e cúmplice de Francisco Borges - Caetano Borges de Carvalho, que Inácio mandara matar - onde Inácio alegava que aquele o tinha vendido dentro de sua própria casa, "rompendo sacrilegamente o segredo e pondo-o na boca de muitos e com todas as circunstâncias se fizeram certas, por cartas que conservo mandadas não a mim, mas também a outras que figuram nesta comédia". No mesmo documento, Inácio afirma que não temia o rigor da lei, que era fácil de ser praticada pela gravidade do crime, e por isso continuou na empresa. Acrescenta ainda que, se alguém tinha tramado para vê-lo fora do país, "esquecendo-se que as execuções dos crimes vêm com pé coxo, para apanharem os delinquentes que têm pés ligeiros" (LIMA JR.,1953:191).

Francisco Borges relatou detalhadamente

as atividades ilícitas no sítio de São Caetano do Paraopeba: uma Casa da Moeda clandestina com Casas de Fundição que utilizava marcas falsas para marcar barras e cunhar moedas de ouro "como se fossem da Casa da Moeda". Alegou que, chegando às Minas, quis desfazer a sociedade com Inácio, bem como dissuadi-lo daquela atividade escusa, mas este, por ter uma personalidade despótica e ser o administrador de todos os negócios, não aceitou o rompimento. E, perseverando em seu intento, Inácio ajustou sociedade com José de Faria Coimbra para um engenho de marcar barras, idêntico ao da Casa Real de Fundição das Minas, e, juntos, seguiram para instalar a fábrica no sítio. Francisco tentou de todos os modos se livrar "de tal absurdo". Propôs ao sobrinho que lhe desse a roça e fugisse para um lugar seguro, sem risco de vida, onde pudesse delatar o crime em seu nome ou no nome dele. José de Faria Coimbra, porém, ficou sabendo do plano e "resolveu que a roça ficasse para a sociedade, para que outro não viesse a saber do segredo" (LIMA JR.,1953:191).

Por vingança, por medo ou por disputa de território, Francisco Borges queria se livrar de Inácio. Em seu depoimento, ele reclamou das atitudes, do temperamento de Inácio, do dinheiro que não recebeu. Mencionou também os negócios com as pedras de diamantes, denunciando que Inácio só havia remetido as pedras em seu próprio nome - excluindo a Borges, também interessado no negócio - além de que estava inclusive correndo risco de vida e de perder seu cabedal.

Francisco Borges denunciou também todos os demais membros do grupo do qual fazia parte, acrescentando "que não era movido por ódio algum, mas sim por lealdade de vassalo da Sua Majestade".³³ Delatou os envolvidos, descreveu minuciosamente todo o esquema de segurança e descreveu detalhes da fábrica de cunhar moedas, obtendo em troca o perdão régio e o caminho livre nas Minas.

Especula-se que a liderança de Inácio estava, havia algum tempo, sendo ameaçada no grupo. Inácio deixou claro, no regimento elaborado por ele, que a obediência à sua vontade seria a salvação de todos em tantos riscos e temores, e que estes deviam andar com prudência para prevenir o futuro e não "para chorar como meninos" pela parte que lhes cabe e que, segundo ele, era pouca coisa além da obediência. Inácio responsabilizava-se por quase tudo, "considerações indivisíveis e desembolso perpétuo". E, em matéria de crime tão grave, a "sociedade" não podia ser governada por quem não tinha a altura de todos, a disposição de todos: "só porque perco mais que alguns, em bens e reputação, e mais que muitos que não são conhecidos o que não posso eu ter, pois, em toda a parte me sabem o nome" (LIMA JR.,1953:192).

O perdão régio foi concedido a Francisco Borges, que assim se livrou, num só golpe, da culpa do crime de lesa-majestade e de Inácio, que controlava a rede de compra de ouro em pó, a fundição clandestina e a comercialização de diamantes.

33. BNL. Reservado do fundo geral de MSS. Microfilme 6699. Traslado da delação que fez Francisco Borges de Carvalho de Inácio de Souza Ferreira de ter casas de Fundição, e de cunhar moedas.

“A ALMA DO NEGÓCIO” – AS RELAÇÕES ALÉM-MAR DE INÁCIO DE SOUZA FERREIRA

A vida de um falsário e contrabandista não teria tanta relevância se não fosse pela peculiaridade do seu caráter e particularidade do crime cometido – lesa-majestade –, uma vez que estabeleceu uma “república monetária” (ROMEIRO, 1999:321) nas Minas, como ficou conhecida em Lisboa. O caráter excêntrico de Inácio, bem como sua inteligência, organização e cumplicidade com pessoas poderosas o livraram da pena capital. Inácio não estava sozinho, contava com o apoio de várias redes em nível intercontinental. Era um contrabandista extremamente talentoso e um falsário competente. O “cabeça” de uma rede internacional de contrabando de ouro em pó do Rio de Janeiro e Bahia para a Costa da Mina e de diamantes para as Ilhas do Norte, de onde eram remetidos para Lisboa ou Holanda.³⁴ Inácio, até onde se pode inferir, era uma espécie de falsário “oficial” da governança. Ele fazia parte de um grupo poderoso que tinha negócios em lugares estratégicos espalhados nas comarcas de Minas, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, e além-mar – Portugal, Inglaterra e Holanda.

As suas ligações influentes podem ser rastreadas através da documentação. Numa carta de 14 de novembro de 1730 que enviou

de Vila Rica, passou as instruções de como o padre João da Costa Silva enviaria, com todo o segredo, um carregamento de diamantes – 6.490, pesando 203 oitavas e três quilates e três quartos, em doze embrulhos numerados.³⁵ Os diamantes seriam levados do Rio de Janeiro às Ilhas pelo padre, que os entregaria ao capitão da dita embarcação. Se chegasse a salvo nas Ilhas, deveria levar os diamantes pessoalmente aos Reverendos procuradores da Companhia de Jesus para estes, por fim, os remeterem a Lisboa.³⁶ Das Ilhas, deveria embarcar no primeiro navio estrangeiro de saída para a Holanda, Inglaterra ou Lisboa, para se obter brevidade na entrega do carregamento, a ser feito em dez ou, no máximo, vinte dias.

Tudo estava previsto e planejado por Inácio nas minuciosas instruções, o que revela extremo conhecimento das atividades mercantes das principais praças de comércio e das complexidades mais profundas de uma rede internacional. Caso não encontrasse os atravessadores, o padre deveria ir para Anvers, na Flandres, onde com certeza os atravessadores estariam a aguardá-lo. Inácio advertiu ainda que, na viagem para o Norte, o segredo das pedras deveria ser inviolável. E acrescenta que “a alma do negó-

cio” era voltar logo para receber e retornar com uma nova partida de pedras preciosas. Religiosos pareciam desempenhar um papel essencial na rede.

Mesmo cifradas, as cartas enviadas por Inácio a sócios ou a intermediários deixam-nos entrever algumas de suas relações. Ele estava em conexão com uma ampla rede internacional. Consta que Inácio tinha 56.415 cruzados em Londres, provavelmente guardado em algum Banco ou nas mãos de algum “ourives” de confiança. Dessa rede faziam parte potentes, ricos fazendeiros e comerciantes, banqueiros, negociantes e muitas vezes prepostos, protegidos do Rei.

Em Lisboa foram presos dois homens de negócio por suspeita de ser um deles correspondente de Inácio de Souza. A prisão desses homens estava relacionada à Casa da Moeda falsa do Paraopeba. Acharam em sua residência 80 mil cruzados e muitos penhores. Ao examinarem seus livros e papéis, porém, um deles provou sua inocência, foi solto e “deixou” – ou foi obrigado a deixar – ao carcereiro “um candeeiro de prata e muitas esmolas a todos os presos”.³⁷

34. ANTT, Conselho de Guerra, maço 251 BIS, pasta 9.

35. AHU- Avulso cx.17 / doc. 43 FJP 1351 14/11/1730. Carregação, que Deus leve em paz, feita por nos Ignácio de Souza Ferreira por conta e risco de VM. Vai, e dos mais interessados as Ilhas e delas para o Norte ou Lisboa e do mesmo modo que melhor se diz na ordem junto a que serve de governo para tudo.

36. AHU- Avulso cx.17 / doc.43 FJP 1351 14/11/1730.f.5

37. DIÁRIO de 1731 a 1733 do Quarto conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes: editado por Eduardo Brazão in: BIBLIOS, Revista da faculdade de Letras Universidade de Coimbra v. XVI, t.I a XVII (1940), t.II (1942). 25/12/1731

INÁCIO E SEU MAL-FADADO ESQUEMA DE FUGA

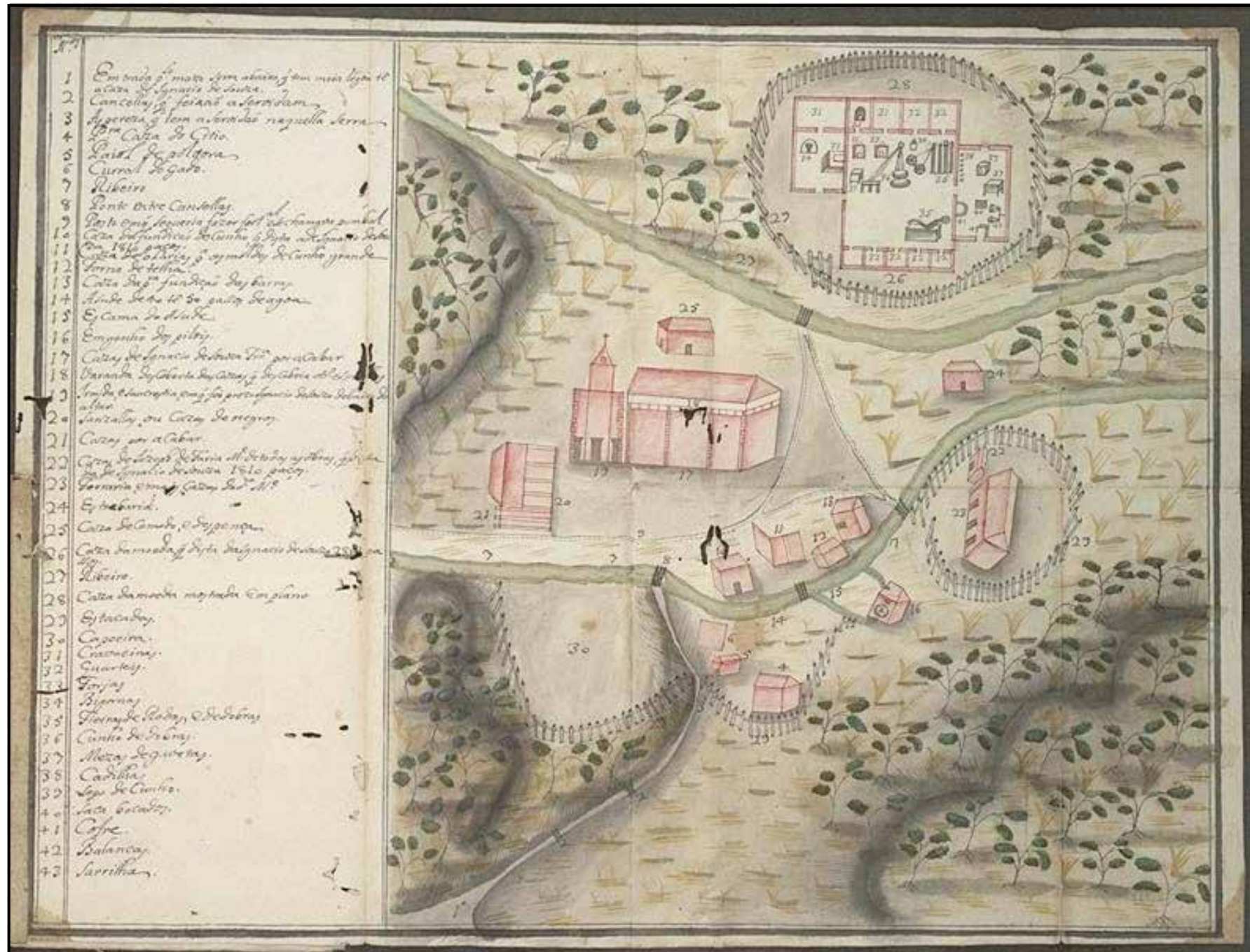


Imagem 8- Planta das cazas de fundição do Sítio da Boavista de Paraipeva. Parte do Trelado da delação que fez Fr.co Borgez dCarv.lho de seu sócio Inácio de Souza Ferreira, deter cazas de fundição, e cunhar moedaz.. {c. 1731}Biblioteca Nacional de Lisboa. Imagem gentilmente cedida pelo Professor Paulo Cavalcante.

Legenda : 1 - Entrada pelo mato Serra abaixo, que tem meia légua até a casa de Inácio de Souza Ferreira; 2 - Cancelas que fecham a servidão; 3 - Aspreza que tem servidão naquela serra; 4 -Primeira casa do sítio; 5 - Paiol de pólvora; 6 - Curral de gado; 7 - Ribeiro; 8 - Ponte entre cancelas; 9 - Posto que se queria fazer fortaleza e se chamava pom-bal; 10 - Casa de fundição do cunho, que são 1810 passos da casa de Inácio; 11 - Casa de olarias para os moldes de cunho grande; 12 - Forno de telha; 13 - Casa da Primeira fundição de barras; 14 - Açude de 40 a 50 palmos de água; 15 - Escama do açude; 16 - Engenho dos pilões; 17 - Casas de Inácio de Souza Ferreira por acabar; 18 - Varanda descoberta das casas que serviam de sentinelas; 19 - Ermida e sacristia, em que foi preso Inácio de Souza Ferreira debaixo do altar; 20 - Senzalas ou casas de negros; 21 - Casas por acabar; 22 - Casa de Manuel de Farias mestre de todas as obras, a distância desta com a casa de Inácio é de 1810 passos; 23 - Ferraria e a casa do dito mestre de ferreiro; 24 - Estrebaria; 25 - Casas de comida e despensa; 26 - Casa de moeda, que da casa de Inácio de Souza são 2861 passos; 27 - Ribeiro; 28 - Casa da moeda mostrada em plano; 29 - Estacadas; 30 - Capoeiras; 31 - Carvoaria; 32 - Quartéis; 33 - Forjas; 34 - Bigornas; 35 - Fieira de rodas e de dobras (moedas de 12\$800rs); 36 - Cunho de dobras; 37 - Mesas de gavetas; 38 - Cadinhos; 39 - Cepo de cunho; 40 - Saca bocados; 41 - Cofre; 42 - Balanças; 43 - Serrilhas.

Voltemos ao Paraopeba para analisarmos mais de perto a organização dos moedeiros falsos. A rede do crime de moedas falsas de 1729 a 1730 era integrada por donos de terras da região, entre os quais se destacavam: Caetano e Francisco Borges de Carvalho, exportadores de açúcar em Parati, Rio de Janeiro. Caetano era o dono do sítio no Paraopeba e Francisco era sócio e o delator do crime; Antonio Pereira de Souza, cirurgião, sobrinho de Inácio de Souza,³⁸ frei Fernando de Jesus Maria, dominicano, capelão da fábrica e sócio; João José Borges e José Borges de Carvalho (sobrinhos de Francisco Borges e retificadores da delação do tio); José Gomes da Silva e Manoel da Silva Neves, homens de confiança de Inácio e caixeiros; Manoel Mourão Teixeira, que trabalhou também na fábrica de Parati como encarregado de transportar o ouro do Rio de Janeiro a Parati; e Miguel Torres, Juiz da balança na casa de Fundição e Moeda das Minas Gerais em 1724.

Além dos proprietários e associados, pode-se citar ainda: Os fundidores, tais como José de Souza Salgado, (que também era sócio e possuía uma fundição clandestina em Parati, onde beneficiava o ouro para Inácio), João Lourenço ou André Grandeu, José Francisco ou João Pacheco; e os ferreiros João Gonçalves, Antonio Pereira e João Barbosa Maia.

No ato da delação, foram entregues a Diogo

Cotrim o mapa do sítio e o mapa das instalações da fábrica, acompanhados de uma longa e detalhada carta escrita por Francisco Borges de Carvalho, onde revelou a estrutura interna da fábrica, bem como sua organização e o esquema de segurança e de fuga arquitetado minuciosamente por Inácio. Através desse documento, podemos constatar que era um sítio de médio porte bem-equipado, com um paiol de pólvoras, um curral de gado, uma casa de fundição de cunho, uma casa de olaria para moldes de cunho grande, um engenho de pilões, uma ermida com capela, senzalas, uma ferraria completa com todas as ferramentas, casas em que se fabricavam moedas, uma estrebaria, uma casa de comida e uma despensa.

A casa da Moeda Falsa era também aparelhada com armas, ferramentas, engenhos e máquinas, craveiras, forjas, bigornas, fieiras de Rodas e de dobras, cunhos de dobra, cadinhos, cepo de cunhos, saca-bocados, cofres, balanças e serrilhas. A casa de Inácio era igualmente bem-aparelhada e sortida, com mantimentos suficientes para sustentar o bando por dois meses.

Graças a essa carta, foi possível ter uma ideia do lugar. Entre as casas de vivenda e as senzalas havia uma distância de vinte palmos da Capela, com as portas viradas para o terreiro, como um claustro. E, ao lado esquerdo da-

quela, estava uma casa feita para a tribuna, onde dormia Inácio de Souza Ferreira e às vezes um frade que ia à roça para rezar missa. Atrás dessa casa havia outra casa com uma janela que dava para o lado direito da Capela. Junto à Capela-Mor havia outra casa que servia de sacristia e se comunicava com a casa de Inácio. Nela dormia Miguel de Torres.

Francisco Borges alertou Diogo Cotrim para cercar a área da Capela, pois ao lado direito dela ficava a casa de vivenda, guardada por cães fila. Explicou que só havia duas casas acabadas: a primeira da entrada à esquerda era de Francisco Tinoco e Antônio de Souza. Por trás daquelas casas estava a cozinha, onde dormiam o cozinheiro e mais alguns escravos. Aquela era a parte mais perigosa, pois todos possuíam armas de fogo e por toda parte se abria fogo a peito aberto. À direita da casa de vivenda havia um terreiro grande e à esquerda ficavam as senzalas dos negros, com cerca de cinquenta escravos e três portas dando para o terreiro.

Segundo a descrição de Francisco Borges, por trás da senzala havia outro caminho que ia para a olaria e, atrás desta, havia uma passagem secreta que atravessava um córrego. Ao lado da ponte, havia uma picada na mata virgem que, depois de trezentos metros, se dividia em dois caminhos: o do lado direito, que ia dar em uma ferraria onde ficavam José de

38. Antonio Pereira de Souza, cirurgião, sobrinho de Inácio de Souza que visitava a fábrica com frequência era o mesmo da outra casa de moeda falsa, constituiu a sociedade da outra fábrica em junho/julho de 1730. Em São João Del Rei. RAPM XXXI, 1980: 181.

Faria Coimbra, José de Souza Salgado e três ou seis escravos, todos armados, e ainda em uma casa cercada de pau a pique e protegida com cães de guarda Fila, ligada à ferraria por uma ponte; e o do lado esquerdo, que ia direto à casa de fundição de moeda. Nela sempre havia gente de dia e de noite (sete ou oito brancos com armas de fogo e bem-prevenidos).

As táticas de defesa e o plano de fuga de Inácio eram muito bem arquitetados. Não lhe escapou um só detalhe: a configuração das casas que eram interligadas por janela ou porta com a Igreja e a sacristia - o fundo falso do altar, a construção de caminhos clandestinos para o Rio Paraopeba e o comportamento dos integrantes da fábrica. Além disso, Inácio teve o cuidado de fazer um caminho que principiava no pé da Serra e ia dar no Rio Paraopeba:

"Da porteira fez um rasgão de matos virgens, da largura mais ou menos de quarenta braças e faz tenção de continuar até o rio chamado de Paraopeba e, do lado esquerdo do rio dista da casa de vivenda três légua e meia e da parte direita faz tenção de principiar outro rasgão pelo pé da mesma Serra, adiante do sítio Velho, e esta fortificação é de tal sorte, que nenhum poder a romperá sem muito trabalho, principalmente passados uns anos, em os quais principiará a crescer os matos novos por entre os derrubados. Além de tudo isto, quem não sabe o caminho das casas e viven-

*das até o Rio Paraopeba, é capaz de andar a cavalo, todo entre matos virgens e beiras do dito rio e se perderá".*³⁹

O precavido Inácio mandou preparar roças ao longo do Rio Paraopeba, plantar mantimentos, fazer casas e colocar canoas no rio. Assim, se não conseguisse resistir, ele fugiria pelo rio e iria "rodar até o Rio São Francisco, sem ser impedido"⁴⁰. A fazenda possuía mantimentos para sustentar toda a gente por muito mais de um ano, milho, gado e porcos. Francisco Borges recomendou a Diogo Cotrim cautela para fazer a diligência desse caminho, pois, segundo ele, era muito mais difícil do que o exposto: só quem já havia passado por ele poderia conhecê-lo.

As provas do crime estavam escondidas dentro da casa de José de Faria Coimbra, onde foram encontradas debaixo do assoalho cinco barras de ouro sem polimento.⁴¹ Na casa de José de Souza Salgado não se encontrou nada, mas, após uma busca rigorosa no entorno desta, acharam um rastro recente na terra em direção a um monte de lixo, onde se encontrou um embrulho de moedas recentemente fundidas, bem como os ferros que tinham sido usados para tirar as barras.

Inácio de Souza Ferreira foi retirado do local pelo próprio Diogo Cotrim, que já sabia do seu esconderijo - atrás do altar-mor da Capela,

no já mencionado fundo falso. Ele se entregou sem fazer uso de armas nem manifestar resistência. Os presos foram conduzidos para Sabará, em marcha de dois dias, debaixo de chuva. Ironia do destino ou não, depois de tantos planos requintados de defesa, segurança e fuga, Inácio foi preso atrás do fundo falso do altar-mor. A ordem de Diogo Cotrim foi destruir tudo o que fosse encontrado (LIMA Jr., 1953:186).

Antonio Pereira de Souza, outro associado e um dos mentores neste famoso crime, tentou avisar aos demais, mas já era tarde, pois rapidamente a capela do sítio foi cercada. Segundo o relato de Diogo Cotrim, muitos conseguiram fugir e deram aviso aos demais, facilitando a fuga. Outros ainda tentaram esconder as provas do crime, arrancando as peças de fabrico de moedas e enterrando-as no mato ou atirando-as no açude. Chegaram mesmo a enterrar três arroubas de ouro no mato atrás da casa de fundição e o "fizeram com admirável rapidez, fugindo depois pelos lados do mato virgem, de onde ganharam a beira do rio, descendo em canoas até o sertão". (LIMA Jr., 1953:216).

39. BNL Reservado do fundo geral de MSS. Microfilme 6699. f. 9

40. BNL Reservado do fundo geral de MSS. Microfilme 6699. f. 10

41. AHU 1496 cx 18 Doc 47.28/ 07/ 1732. f.11, AHU 1496 cx 18 Doc 47.



Imagem 9 - Tradução - “Esta gravura publicada na Leslie’s Illustrated em 1879, um jornal semanal, mostra um flagrante levado a cabo por agentes do serviço secreto dos EUA.. À esquerda, dois homens trabalham em um balancê (prensa de cunhar moedas dos séculos XVII - XVIII) enquanto que um terceiro homem guarda as moedas recém-cunhadas em sacos. No fundo, dois homens aparentam estar preparando o metal a ser cunhado. Com seus característicos chapéus-coco //, os agentes do serviço secreto adentram no covil dos falsificadores vindos de cima”. Fonte: Raiding a Counterfeiter’s Coin Den (Leslie’s Illustrated, 1879) (Courtesy of the US Secret Service). Link: <http://numismatics.org/Exhibits/FunnyMoney1a>

Durante dois anos e meio - de 1729 a 1731 -, a fábrica da Serra do Paraopeba funcionara pacificamente. Como vimos, a fábrica era muito bem-estruturada, altamente organizada, dotada de normas disciplinares rígidas ditadas por Inácio Ferreira de Souza, o líder do bando

e mentor intelectual de toda a operação. Uma vez preso, Inácio foi enviado para a Corte, para a casa do desembargador Joaquim Rodrigues Santa Marta, corregedor do crime do bairro alto de Lisboa. Este interrogou dia e noite, por mais de dois meses, os réus que vieram

presos do Rio de Janeiro. Fez vários autos de exames com ensaiadores sobre muitas dobras que foram achadas com os réus, umas cunhadas e outras por cunhar, acerca da alteração da liga e diminuição do peso.⁴²

42. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; cód. 595, fl. 158- 160. Sentença proferida contra Inácio de Souza Ferreira e outros que tentaram cunhar moeda falsa no lugar da Boa Vista do Paraopeba, Comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais 13/05/1732.

DEGREDOS, CONFISCOS E PERDÕES: A SENTENÇA DOS ENVOLVIDOS.

Inácio respondeu às perguntas judiciais que lhe fizeram e confessou ser o mentor e investidor da fábrica. Falou também da sociedade que tinha com Francisco Borges de Carvalho e outros acusados. O delito de fabricação de moeda nessa oficina não chegou a ser comprovado. Embora os materiais e os instrumentos apreendidos fossem suficientes para se fundir e cunhar moedas e barras, ele alegou que não chegaram a fazê-lo pela falta de engenho de cunho grande e de ensaiador que pusesse o ouro no seu toque. Portanto, a pena do réu Inácio de Souza Ferreira foi o degredo perpétuo nas galés e o confisco de seus bens.⁴³ Os outros réus que transgrediram a lei de 11 de fevereiro de 1719 tiveram a pena de degredo e de confiscação dos bens. Foram eles:

Damião Gomes do Vale e Miguel Torres (Juiz da Balança na Casa de Fundição e Moeda das Minas), que deram ajuda e prestaram favores a esse gravíssimo delito, foram condenados a dez anos de degredo nas galés e a pagar 300 Réis para a Fazenda Real e 100 para as despesas reais;

José de Sousa Salgado, sócio, fundidor, que detinha uma fundição clandestina em Parati, provou ter cooperado muito bem para o delito e, por sua grande amizade com o Inácio, ter ajudado ainda a fabricar alguns instrumentos para a oficina: "condenam que com barço e

pregão pelas ruas públicas, e costumado vá degredado por dez anos para o Reino de Angola" e que pagasse 200 Réis para a Fazenda Real e 50 Réis para as despesas da Fazenda Real;

Francisco Tinoco e Antonio Pereira de Sousa,

(cirurgião, sobrinho de Inácio de Sousa que constituiu a sociedade da outra fábrica em junho/julho de 1730), por serem sabedores do crime e não o denunciarem foram condena-

dos a cinco anos de degredo para a Praça de Mazargão e a pagar 150 Réis para a Fazenda Real e 50 para as despesas Reais; José Gomes da Silva, que foi solto por não haver prova suficiente contra ele;

Francisco Borges e seu sobrinho ganharam como prêmio pela denúncia o perdão régio e suas propriedades livres de sequestro (LIMA Jr., 1953:217)

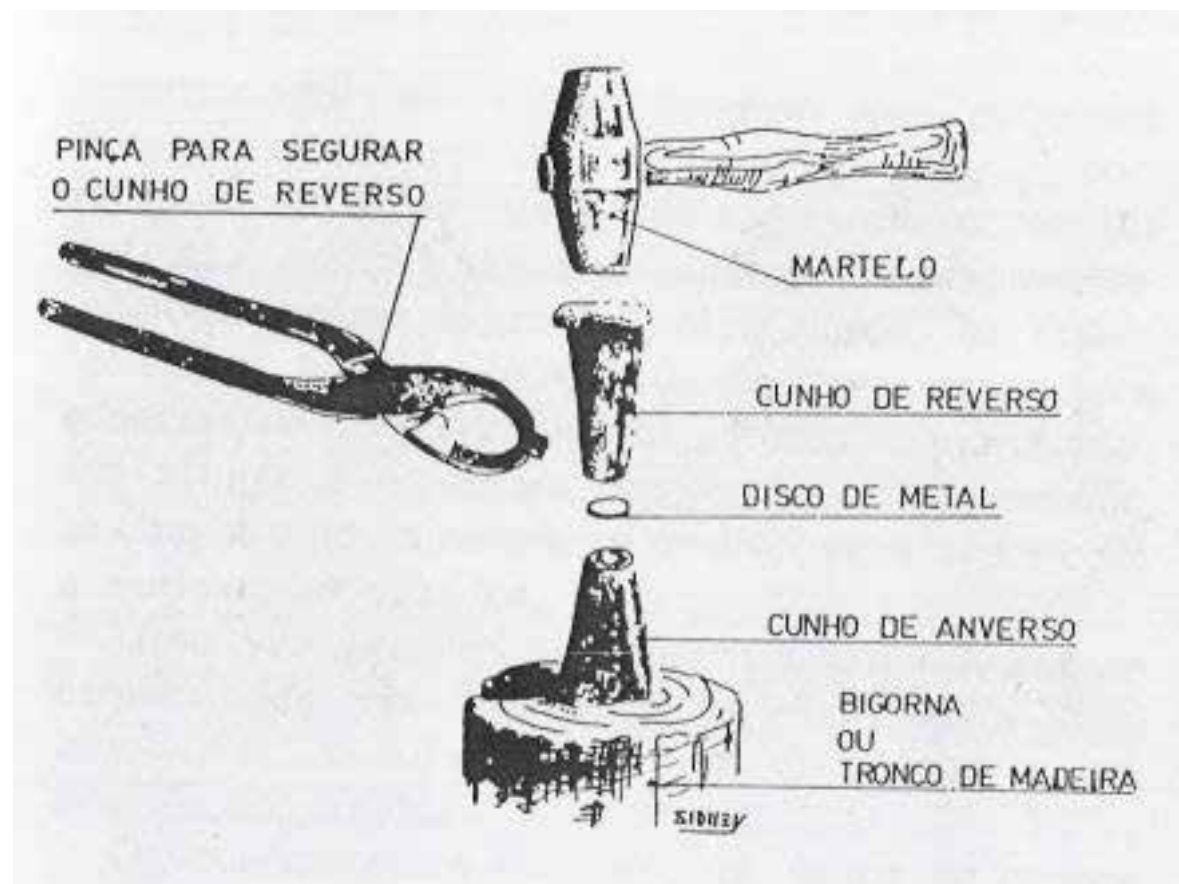


Imagem 10-“Uma bigorna ou um tronco de árvore cortado transversalmente e sobre o qual era embutido ou fixado o cunho de anverso; Um par de pinças para segurar o cunho de reverso por cima do disco de metal aquecido e outro para pegar o disco do fogo e colocá-lo sobre o cunho de anverso. Um martelo pesado para bater em cima do cunho de reverso e forçar os cunhos a imprimirem seus desenhos no disco de metal aquecido.” Fonte: NUMISMÁTICA: A ARTE DE COLECIONAR DINHEIRO OTAVIO ROTH VALENTINI. Link: http://www.cfnt.org.br/textos/colecionar_dinheiro.php



Imagem 11- Cena de cunhagem de moedas por meio de balancim no século XVI e XVII. Fonte: The Art of Coins and Their Photography, Spink & Son Limited, Londres, 1981. Link: http://www.cfnt.org.br/textos/feitas_moedas.php



Imagem 12- O Moedeiro. Figura. Link: <http://www.arlloufill.com/index.php?id1=15&id2=1&id3=7>

“DO SEGREDO SEM SEGREDO”: AS ÚLTIMAS PISTAS DEIXADAS POR INÁCIO DE SOUZA

Não consta que Inácio tenha ido para o degredo e muito menos para as galés. Joaquim Rodrigues Santa Marta, o corregedor do bairro alto de Lisboa, sustentou Inácio de Souza Ferreira por sete a oito anos na torre de São Lourenço da Barra.

Após a prisão de Inácio, primeiro em Sabará e depois em Lisboa, na casa de Santa Marta, foi também preso, por ordem de Sua Majestade, o padre João Borges da Fonseca, sócio de Inácio no negócio de contrabando de diamantes. O padre vinha de Londres. Os soldados entraram a bordo do navio na Baía de Cascaes. O padre pediu licença para se vestir e entregou alguns papéis ao capitão do navio, para que este os guardasse - o que de nada adiantou, pois os comprometedores papéis de Inácio foram entregues ao Corregedor Santa Marta.

Esse maço de papéis continha cartas e instruções de Inácio, recebimento de dívidas, manuscritos criptográficos difíceis de serem esclarecidos, passagens cifradas, expressões com duplo sentido, muitas tentando forjar uma versão. Segundo Santa Marta, não se conseguia entender a linguagem cifrada de Inácio, cheia de “anfibologia”. Então, o padre João Borges dispôs-se a elucidar as instruções e averiguar as contas de Inácio, em troca do perdão régio.⁴⁴

44. ANTT - Conselho de Guerra. Maço 251 bis, pasta 9. Carta avulsa que integra os papéis do Desembargador Santa Marta”

Após a prisão de Inácio, os amigos não se revelaram tão amigos. Ou talvez fosse essa mais uma de suas estratégias: fazer com que todos pensassem que, antes de ser sentenciado pelo crime da Casa da Moeda falsa, estava sem nada, ou seja, que seus sócios lhe haviam roubado. E assim, pode ter preservado seu cabedal.

Numa carta escrita da prisão e endereçada a Manoel Lopes Ribeiro, Inácio conta que estava preso e, quando ainda em Sabará, comunicara-se com um amigo seu, o reverendo frei Fernando de Jesus, para lhe dar um pouco de dinheiro. Escreve que, "para minha necessidade e aflição me sacou com inexplicável falsidade papéis em branco que servem para Letras e Ordens."⁴⁵ Ainda na carta a Lopes Ribeiro, Inácio diz que não tinha visto um só vintém, e que o seu desamparo foi tanto que nem camisa para vestir teve na "longa jornada do mar". Acrescenta que, "pelo sangue de Jesus Cristo não dê cumprimento de papel algum, porque qualquer papel que lhe for apresentado é falsíssimo". Conclui a carta dizendo "do segredo sem segredo". Inácio escreveu muitas cartas, dentre elas muitos papéis com o nome falso João Francisco Barem. De forma cifrada, ele tentou de todos os jeitos se livrar da prisão. Nas instruções que Inácio enviou a Londres, pediu água-forte e lima para cerrar as grades da cadeia, e assim poder fugir. Pela sua vida e pelo perdão, ofereceu ao Rei 300.000 cruzados, dos quais disse ter só uma parte.

Na verdade, muita gente estava interessada em ficar com o rico cabedal de Inácio. Seu sócio Manoel Lopes Ribeiro foi interpelado por "um

ministro de Portugal, por ordem de um secretário de Estado", sobre a quantia do cabedal de Inácio, e que o "Rei lhe prometeu o perdão se o entregasse". Inácio pensava que o Rei não estava a par disso, e que essa tentativa era coisa do Secretário de Estado, um desafeto seu.

De outra feita, um homem rebuçado foi ao colégio de Santa Catarina, onde morava Francisco Borges da Fonseca e José de Souza Ferreira, um sobrinho de Inácio, propondo a liberdade de Inácio desde que lhe dessem dinheiro. Ele também queria conversar com Inácio das "janelas do corredor dos segredos que caem para o largo do Limoeiro"⁴⁶ através de um canudo. Inácio recusou-se a falar com o rebuçado se este não revelasse o seu nome e como pretendia tirá-lo da prisão. Inácio desconfiou que pudesse ser coisa armada de inimigos para matá-lo (motivos não faltavam), quando ele estivesse falando na janela. O rebuçado falou de um plano mirabolante para libertá-lo: envolvia cerca de setenta homens! Era preciso, porém, pagar-lhe muito dinheiro, e negou-se a dizer quem era. Obviamente, os cuidados e temores de Inácio não eram infundados. Era muito provável que o tal "plano" objetivasse arrancar-lhe o dinheiro ou simplesmente armar uma queima de arquivo. Ou ambas as coisas.

Ao pesquisar este caso, podemos deduzir algumas dessas ligações através da documentação que foi analisada. Essas fontes nos dão pistas valiosas, mas muitas vezes também incompletas, ambíguas e dúbias, até porque se trata de um dos casos mais graves de fal-

sidade do cunho real - crime de lesa-majestade - em que muitas pessoas importantes estavam envolvidas. Por conseguinte, não era interessante desvendá-lo e investigá-lo até as últimas consequências - que seria a punição por pena de morte de todos os envolvidos -, mas apenas combatê-lo suavemente, por assim dizer, já que causava prejuízos financeiros à Coroa e maus exemplos à "ética" que, supostamente, deveria prevalecer na burocracia administrativa.

A documentação, é necessário assinalar, deixa a desejar no que toca à clareza dos fatos. Mas podemos perceber em suas entrelinhas o "corpo mole" dos encarregados em solucionar o caso. Mesmo assim, podemos tirar algumas conclusões quanto à competência e à importância desses falsários. Todavia, apesar de termos um volume de cartas e documentos diversos a respeito do caso de Inácio e da falsificação de cunhos reais em barras e moedas, esses vestígios deixam muitas dúvidas pairando no ar e, muitas vezes, pouco nos esclarece. Por vezes as devassas não são concluídas, ou não se consegue saber do real paradeiro dos falsificadores.

A rede de que Inácio fazia parte se esfacelou. As correspondências de Vaia Monteiro e de D. Lourenço expressam a tensão e o desconforto em relação às práticas ilícitas que aparecem como tema central da maior parte das cartas, referindo-se às delações, às devassas empreendidas, às pessoas envolvidas (religiosos, oficiais da Câmara, militares, oficiais das Casas de Fundação e da

45. ANTT- Conselho de Guerra. Maço 251 bis, pasta 9. f.8.

46. ANTT- Conselho de Guerra. Maço 251 bis, pasta 9. f.10v. \

Moeda), às providências que foram tomadas ou não e às dificuldades em realmente prender e punir os culpados.

Vaia Monteiro não se abatia diante dos obstáculos no cumprimento de sua missão. Por conta de seu estilo de agir e dos confrontos dele decorrentes, e posto que a rede de falsificadores e desviantes dos quintos era extensa e poderosa, Vaia Monteiro previra que logo seria substituído. Um mal súbito tirou-lhe a saú-

de e afastou-o do cargo, morrendo logo depois, para o alívio de todos os envolvidos na devassa que levava a efeito. As correspondências trocadas com a Corte falam inclusive sobre "*um possível envenenamento, mas nada ficou comprovado*" (CAVALCANTE, 2002:21).

Os boatos produzidos no Reino pelas ações de Vaia Monteiro contra falsificadores de moedas e barras, e as denúncias contra D. Lourenço e a "república monetária" de Iná-

cio provocaram alardes. D. João V enviou um novo governador, desta vez com o perfil mais afável: Gomes Freire de Andrada, que desembarcou no Rio de Janeiro a 23 de julho de 1733, ficando no governo até 1763. Passados os primeiros meses do governo Freire de Andrada, os problemas decorrentes do extravio do ouro e da falsificação de cunhos seriam amenizados com a Capitação, acabando com as instituições clandestinas.



Imagem 13 - À esquerda, Igreja São Caetano, à direita a fábrica de moeda falsa. Foto: Henrique Piló



Imagem 14 - Igreja São Caetano. Foto: Robson Ignácio



Imagem 15 - Ruínas da Fábrica de Moeda Falsa. Foto: Robson Ignácio



Imagem 16 - Detalhe da entrada da Fábrica de Moeda Falsa. Foto: Henrique Piló

LISTA DE ABREVIATURAS

ANTT - Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo
 AHU - Arquivo Histórico Ultramarino
 ANHJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
 APM - Arquivo Público Mineiro
 BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa
 BGUC - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; cód. 595, fl. 158- 160.
 BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
 RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro
 RHB - Revista do Instituto Histórico Brasileiro
 RIHGB - Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino
 AHU 000; 27/07/1730 (cx. 19, doc. 27, cd. 00).
 AHU 112; 22/03/1719 (cx. 02, doc. 13, cd. 01).
 AHU 1303 (cx. 16, doc. 01, cd. 05), 00/00/1730.
 AHU 1303; (cx. 16, doc. 01, cd. 05) 00/00/1730
 AHU 1452; (cx. 18, doc. 24, cd. 06) 21/03/1731.
 AHU 1496 (cx. 18, doc. 47, cd. 06), Paraopeba, 16/06/1731.
 AHU 1496 cx 18 Doc 47 AHU 1679, (cx 21, doc. 94, cd. 07), Serro Frio, 20/02/1732.
 AHU 1693 (cx. 20, doc.60, cd. 07), Lisboa, 12/02/1732.
 AHU 1884 (cx. 24, doc. 42, cd. 08) 29/07/A733.
 AHU 2059 (cx. 28, doc. 51, cd. 9) 11/12/A734.
 AHU 280; 29/10/1722 (cx. 03, doc. 82, cd. 01).
 AHU 377; 22/09/1723 (cx. 04, doc. 72, cd. 02).
 AHU 490; 06/08/1724 (cx. 05, doc. 40, cd. 02).
 AHU 780; 20/05/1726 (cx. 08, doc. 50, cd. 03).
 AHU- Avulso cx.17 / doc. 43 FJP 1351 14/11/1730.
 AHU- Avulso cx.17 / doc.43 FJP 1351 14/11/1730.
 AHU, 1351 (cx. 17, doc. 04, cd. 05) Vila Rica 14/11/1730.
 AHU, 1496 (cx. 18, doc. 47, cd. 06), Paraopeba, 16/06/1731.
 AHU, 1694 (cx. 21, doc.77, cd. 07), Villa Rica, 03/10/1732.
 AHU, 2334 (cx. 29, doc.61, cd. 10), Villa Rica, 15/05/1735.
 AHU, 2354, (cx. 29, doc. 47, cd. 10), Vila Rica, 03/05/1735.
 AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almeida, 1359-2360.
 AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almeida, 2384 / 2386.
 AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almeida, 2689-2690.

AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almeida, 2691.

ANTT Conselho Nacional de Guerra Maço 251 bis, Pasta - 9.

APM - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO CARTAS E ORDENS RÉGIAS

APM, SC 05, fl. 157 a 171v.
 APM, SC 18, fl. 52, 53, 54, 55, 55v, 56, 57, 57v, 58, 59, 59v
 APM, SC 29, fl. 47, 98. 20/03/1727.
 APM, SC 29, fl. 101, 102, 103, 104, 105, 127.
 APM, SC 32, fl. 67, 67v, 68, 69, 69v. 05/07/1730
 APM, SC 32, fl. 75v, 76. 06/06/1730.
 APM, SC 32, fl. 85. 06/06/ 1731.
 APM, SC 32, fl. 89, 90, 90v, 91v, 92, 92v, 93, 97, 97v, 98, 98v, 99 99v.
 APM, SC 32, fl. 101v, 102, 102v, 103, 103v, 104, 104V.
 APM, SC 32, fl. 106v a 109, 109v, 110, 110v
 APM, SC 47, fl. 3,
 APM, Câmara Municipal de Ouro Preto 32, fl. 192.
 APM, Casa dos Contos 2019, fl. 19v, 02/07/1738.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

BNL Reservado do fundo geral de MSS. Traslado da de lação que fez Francisco Borges de Carvalho de Inácio de Souza Ferreira de ter casas de Fundição, e de cunhar moedas. Microfilme 6699.

BNL Reservados, coleção Pombalina, código 672. f. 123-147v. 25/09/1732

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

BNRJ Anais da Biblioteca Nacional vol 102. Rio de Janeiro. 1983 p.1-258. Catálogo de Manuscritos sobre o Rio de Janeiro Séculos XVI e XVIII.

BNRJ Autor anônimo Informações sobre as Minas do Brasil Anais da Biblioteca Nacional, vol. LVII, Rio de Janeiro 1930.

BNRJ - Ofício de Diogo de Mendonça Corte Real a Luiz Vaia Monteiro, transmitindo ordem régia para que se abstinhasse de abrir cartas particulares de homens de negócios, mesmo sob o fundamento de se averiguarem descaminhos do ouro. Lisboa 26/02/1731.

BNRJ - Carta a D. Álvaro da Silveira e Albuquerque ordenando que não passasse às Minas oficiais mecâni-

cos, especialmente ourives e os oficiais de Engenho, a fim de se evitarem os descaminhos dos Quintos. Lisboa 07/05/1703.

BNRJ - Consulta do Conselho Ultramarino sobre os inconvenientes em se conservar os privilégios dos moedeiros e oficiais da Casa da Moeda Rio de Janeiro. Lisboa 28/07/1699.

BNRJ - Consulta do Conselho Ultramarino sobre a devassa que se tirara da cunhagem de Moeda falsa na cidade do Rio de Janeiro, Lisboa 6/11/1730.

BNRJ - Consulta do Conselho Ultramarino sobre a convocação no Rio de Janeiro de uma junta de Ministros para sentenciar os culpados, nos crimes de moeda falsa. 16/04/1744.

BNRJ - Consulta do Conselho Ultramarino sobre o Regimento enviado à Casa da Moeda do Rio de Janeiro ordenando-se que se evitassem imperfeições da moeda. Lisboa 19/06/1706

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; cód. 595, fl. 158- 160.

OBRA DE REFERÊNCIA, MEMÓRIAS, DIÁRIOS, NOTÍCIA, RELATOS DE VIAGEM.

C.5. p. 117

ANDREONI, Antonil. Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. Conselho Nacional de Geografia 1963.

CANABRAVA. Alice P. O comercio português no Rio da Prata, (1580-1640) 2ª Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia. Ltda, 1984.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica, ou relação histórico- geográfica do Reino do Brasil. Prefácio de Mario g Ferri. Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo. 1976. Reconquista do Brasil v.27.

CODICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor geral da do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papeis, -Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v: (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência). Coordenação geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos, estudo crítico Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Inclui Índices.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais (1780). Revista do Instituto Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.255-481, out./dez.. 1852

DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fun-

dação João Pinheiro, 1994. Estudo crítico de Laura de Mello e Souza.

ESCHWEGE Von W. L. Pluto Brasiliensis. Imprensa Oficial. Belo Horizonte 1922. Tradução de Rodolfo Jacob

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania; introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MAIA, José Antonio Silva. Memória da origem, progresso e decadência do ouro na Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro (Typografia Imperial e Nacional) 1827, 35p.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia, histórica da Província de Minas Gerais (1837) Volumes I e II. Publicações do Arquivo Público Mineiro. Colaboração com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Belo Horizonte 1981.

ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Rezende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e meirinhos. Administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: nova Fronteira. 2ª Ed 1985.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastásia; Transcrição e pesquisa Histórica Carla Maria Junho Anastásia e Marcelo Cândido da Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 188p. Coleção Mineiriana Série Clássicos.

VEIGA, José Pedro, Xavier da. Ephemérides Mineiras; 1664-1897. B. H. Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro. 1998. 12/08/1732.

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

ABREU, Capistrano. Fernão Dias Paes o descobridor das esmeraldas Conselho Ultramarino 1682. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XX 1924 Belo Horizonte Imprensa Oficial 1926. p. 166 Certidão 10 de outubro de 1681 São Paulo

ANRJ, Publicação do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, 1915, v. 15, p. 143.

APM - Revista do Arquivo Público Mineiro Ano XXXVII, 1988 volumes 1 e 2.

APM - Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano IV 1899 P. 803 808.

BOXER, Charles. R. Catálogo das Cartas dirigidas á Manuel de Souza, oficial das Casas da Moeda do Brasil, 1695-1721. Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Rio de Janeiro v.266 janeiro/março 1965. Departamento de

Imprensa Nacional

DIÁRIO de 1731 a 1733 do Quarto conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes: editado por Eduardo Brazão in: BIBLIOS, Revista da faculdade de Letras Universidade de Coimbra v. XVI, t.I a XVII (1940), t.II (1942).

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro II. Título LXII § 1. <http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/12p497.gif>

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro II. Título LXII § 3

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro II. Título XXIXV. "Das Minas e Metais" <http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/12p453.gif>

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro II, Título XXVI, § 3º.

PEIXOTO, Eduardo Marques A devassa do governador Luiz Vaia Monteiro por. Descaminho do Ouro Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Tomo LXXII Rio de Janeiro. Imprensa Nacional 1910.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína, & FERREIRA Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassallos e Rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 1998.

_____, Carla Maria Junho. A geografia do Crime: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARAGÃO, A. C. Teixeira. Descrição Geral e histórica das Moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal. V. I-II. .2ª ed. Livraria Fernando Machado. Porto. 1964.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte Arquivo Público Mineiro 1971.

_____, Waldemar de Almeida. História de Minas. Belo Horizonte: Editora Comunicação, v.1. p.234, 1979.

BETHENCOURT, Francisco. "Contrabando: um estudo de caso". In BETHENCOURTF, CHADHURI, K. (dir). História da expansão portuguesa: a formação do império (1415-1570). S.I. Temas e Debates, 1998. v.1 p.387-392.

BOXER Charles. Idade do Ouro no Brasil. Dores de um crescimento de uma sociedade Colonial. 2ª Ed. Revista. São Paulo. Companhia editora Nacional. 1969

CAMPOS, Maria Verônica. Governo de mineiros "de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693 a 1737. São Paulo. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História 2002. (Tese de Doutorado).

CARRARA, Alves Ângelo. "A Economia Rural da Capitania de Minas Gerais.(1674-1807)". Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de doutorado).

CAVALCANTE Negócios de Trapaça. Caminhos e Des-

caminhos na América Portuguesa, 1700-1750. Hucitec, São Paulo, 2005

CAVALCANTE, Paulo. Negócio de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750). São Paulo Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História fevereiro de 2002. (Tese de Doutorado)

COSTA, Antonio G., Renger Friedrich Ewaldo, FURTADO, Júnia F. & COELHO, Márcia M.D Cartografia das Minas Gerais da Capitania à Província. Belo Horizonte. 2004

COSTA, Ney Chrysostomo da. História Monetária do Brasil. Instituto Nacional do Livro. Porto Alegre. 1973.

FIGUEREDO, Luciano R. A. "Protestos, Revoltas e Fiscalidade no Brasil". LPH: Revista de História N ° 5, 1995.

_____, Luciano R. A. Tributação, sociedade e a administração fazendária em Minas no século XVIII. Anuário do Museu da Inconfidência. 96-110

FOLGOSA, J.M Dicionário de Numismática (Bibliografia, Biografia, História, Mitologia, Gíria, Gravadores e Legendas) Livraria Fernando Machado Porto.

FURTADO, Júnia Ferreira organizadora-. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996.

_____, Júnia Ferreira. Homens de Negócios. A interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Gerais. Hucitec. São Paulo, 1999

GERARDI, L.H de Oliveira; SANCHES, MC; ALVIM, P.R.J; TUBALDINI, M. A dos Santos & BUENO, M.E.T. "Camponezes do Paraopeba Diagnóstico e alternativas" Revista Brasileira Geográfica. 1990.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Estrutura da antiga sociedade portuguesa. 2ª Edição Correcta e ampliada Arcádia. 1977.

GONÇALVES, Cleber Baptista. Casa da Moeda do Brasil. 2ª ed. Ver, Ampliada e Atualizada Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil. 1989.

GOUVÊA, Maria de Fátima. "Redes de poder na América Portuguesa O caso dos Homens Bons no Rio de Janeiro". Revista Brasileira de História v.18, n.º 36.

GOUVÊA, Maria de Fátima. "Poder político e administração na formação do complexo Atlântico português (1645-1808)". In. Antigo Regime nos trópicos: Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVII) org. João Fragoço, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, André Rezende. Inácio de Souza e os falsários do Paraopeba: Minas Gerais nas redes mundializadas do século XVIII. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Hu-

manas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. 1983

HESAPANHA Antônio Manuel. História de Portugal moderno: Político e institucional. Lisboa: Universidade Lisboa: Aberta 1995.

_____, Antônio Manuel & XAVIER, Ângela. "As redes clientelares". In: Mattoso, José (Org). História de Portugal; o Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993. 1998 P.113.

HOLANDA, Sérgio Buarque, de. "Metais e Pedras Preciosas". História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I A Época Colonial, 2º Vol., Difusão Europeia do livro, São Paulo, 1973, p.278/279.

JARDIM, Décio Lima & JARDIM, Marcio Cunha. Histórias e riquezas do Município de Brumadinho. Prefeitura Municipal de Brumadinho. 1982

LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania de Minas Gerais. Livraria Editora Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 2ª. Ed., 1943, il., p.79

_____, Augusto de. As primeiras Vilas do ouro. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, S. A. 1962. p.

_____, Notícias Históricas de Norte a Sul do país. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1953. P.185,186.

MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. Biblioteca Brasileira de Cultura. Nº V, 3ª ed., Rio de Janeiro. 1944.

MAGALHÃES, Beatriz R. "A Comarca do Rio das Velhas: Rastreamento de fontes". In. LPH Revista de História. Vol. 2, n. 1, 1991.

MARSON, Izabel. Moedas e História do Brasil 1500-1889. Publicado pela Ensec Engenharia- Empresa de Artes.

MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos Mazombos nobres contra mascates: Pernambuco 1666-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENEZES, José Newton Coelho. Artes Fabris e exercícios banais. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa 1750 /1808. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ Maio de 2003.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808). 2ªed. ed: HUCITEC, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Álvaro Salles de. Moedas do Brasil - Moedas e Barras de ouro Elementos para o seu Estudo. Jaraguá. São Paulo -1944.

PADUA Saturnino. Moedas brasileiras. Numismática (guia do colecionador). 2ª ed, Anotada. Rio de Janeiro 1941.

PEIXOTO, Eduardo Marques A devassa do governador

Luiz Vaia Monteiro por Descaminho do Ouro Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Tomo LXXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p.155.

PINJNING Ernest. "Contrabando, Ilegalidade e Medidas Políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII". Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21. N.º 42, p.397-414. 2001.

_____, "Fontes para a História do Contrabando no Brasil: um balanço". LPH, Revista de História de Mariana, nº. 7, 1997.

_____, Controlling contraband: mentality, economy and society in eighteenth century. Rio de Janeiro. Maryland: Johns Hopkins University, 1997.

PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. 2ª ed. São Paulo: Ed Nacional. 1979. (Brasília: v.371).

PROBER, Kurt. O ouro em pó e em barras meio circulante no Brasil 1754-1833. Catalogo - Paquetá Rio de Janeiro. 1990.

_____, Moedas Falsas e Falsificadas do Brasil. Impreso em fevereiro de 1946. Rio de Janeiro. C Mendes Junior.

_____, "Obsidinais" As primeiras moedas do Brasil. Paquetá. Rio de Janeiro 1987.

RENGER, Friedrich E. Direito Mineral e Mineração. In Varia História Belo Horizonte N.º 21 1999 P. 157.

REZENDE, Maria Efigênia Lage de. "Negociações sobre formas de executar com mais suavidade a "Novíssima" Lei da Casa de Fundição". In Varia História Belo Horizonte N.º 21 julho de 1999 p. 261. p. 1-448

REZENDE, Maria Efigênia Lage de, VILLALTA, Carlos (org.). As Minas Setecentistas. História de Minas Gerais. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RODRIGUES, José Honório, 1913. História da história do Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Brasília Grande Formato; v.21).

ROMEIRO, Adriana. Um Visionário na Corte de D. João V. Revolta Milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte UFMG, 2001. São Paulo: Anablume, 1999.

_____, "Confissões de um falsário: As relações perigosas de um governador nas Minas. XX Simpósio Nacional da ANPUH, 1999, v.1, p.321-337.

SANTOS, Lincoln Marques dos e TÚLIO, Paula Regina Albertini. 'O regimento da mineração dos diamantes (1730): apresentação crítica'. Revista 7 mares. Niterói, v.3. 2014 p 187-197. Revista dos pós-graduandos em história moderna da Universidade Federal Fluminense. P.187

_____, Lincoln Marques dos. O saber mandar com modo na América: a experiência administrativa de D. Lourenço de Almeida em Pernambuco (1715-1718) e Minas Gerais (1721-1727). Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História Moderna da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juizes (1609-1751). São Paulo: Perspectiva, 1979.

SOMBRA, Apontamentos para História do Brasil colonial. Jornal do Comercio 28/07/1935.

_____, Os Ensaiaadores de ouro e prata em Portugal e no Brasil colônia. Jornal do Comercio 20/09/1936.

_____, Pequeno esboço de história Monetária do Brasil Colonial. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1940.

_____, Severino. História Monetária do Brasil colonial. Repertório cronológico com Introdução, notas e carta monetária. Rio de Janeiro: sn., 1938.

SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. V.3.

SOUZA, Laura de Melo. Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no Século. XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro. A pobreza Mineira no século XVIII. 3ª ed., Rio de Janeiro Graal, 1990.

SOUZA, Maria Elisa de Campos. Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos. A Comarca de Vila Rica do ouro Preto; 1711-1752. Niterói: UFF, 2000. Dissertação de Mestrado.

TULIO, Paula Regina Albertini. Falsários D'el Rei: Inácio de Souza Ferreira e a casa da moeda falsa do Paraopeba. Minas Gerais, 1700-1734. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História Moderna da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

VASCONCELOS, Diogo de. História média de Minas Gerais; prefácio de Francisco Iglesias, introdução de Basílio de Magalhães. 3ª ed. Belo Horizonte, Ed.: Itatiaia; 1999.

VASCONCELOS, Salomão de. Bandeirismo. Belo Horizonte: Oliveira Costa. 1944

VAZ. J Ferraro. Catálogos das Moedas Portuguesas. Portugal Continental 1640-1948. Lisboa 1948.

VENÂNCIO, Renato Pinto, Comércio e fronteira em Minas colonial. In FURTADO, Júnia Ferreira organizadora-. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino Português Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

WOOD Russel, "Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". Revista Brasileira de História v.18, n.º 36.

_____, "Governantes e Agentes". In: História da Expansão Portuguesa p.184. V.III O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Círculo de leitores. 1998.

_____, "O Governo Português na América Portuguesa: um estudo de divergência Cultura". I. Revista de História. 55 (1977).

ZEMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1990.



Foto: Henrique Piló

6.

Ocupações humanas nas cafurnas
ferruginosas na Serra da Moeda -
Um enfoque na Várzea do Lopes

Alenice Baeta
Henrique Piló

1. INTRODUÇÃO:

Pesquisas arqueológicas¹ foram realizadas em cavidades ferruginosas na Serra da Moeda, antiga Serra da Fortaleza, especificamente no Morro Várzea do Lopes, na mina homônima, situadas no município de Itabirito.

Este capítulo focaliza a caverna Várzea do Lopes constituída por um salão de 16 metros de comprimento por sete de profundidade, sendo que sua porção central possui somente dois metros de altura.



Imagem 01 - Vista geral do Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes na paisagem ferruginosa. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Alenice Baeta.



Imagem 02 - Entrada da Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Sua morfologia é típica das cavidades da região com desenvolvimento predominantemente na horizontal, interceptando o contato da cobertura de canga laterítica e os variados tipos de formações ferríferas (Cf. PILÓ e AULER, 2005).

O piso é composto por solo argilo-arenoso vermelho típico com seixos imaturos monolíticos de minério, sendo que a vegetação local é composta por cerrado favorecido pela umidade gerada pelo sistema de drenagens local e campos rupestres. No salão de entrada há uma claraboia de 50 centímetros de abertura, que propicia iluminação parcial no interior da gruta em toda a sua porção central, além

de uma boa ventilação. A vista a partir de sua entrada permite a visão do Pico do Itabirito (importante marco geográfico na região) e todo o vale que o permeia, onde se encontram os córregos Lopes e Silva. Essas características, possivelmente, foram fundamentais na escolha dessa caverna como estadia pelos homens que transitaram na Serra da Moeda e adjacências.

Notou-se que havia pelo menos quatro compartimentos na caverna, por isso a descrição das sondagens foi organizada levando-se em consideração as zonas componentes principais: central, sul, norte e noroeste.

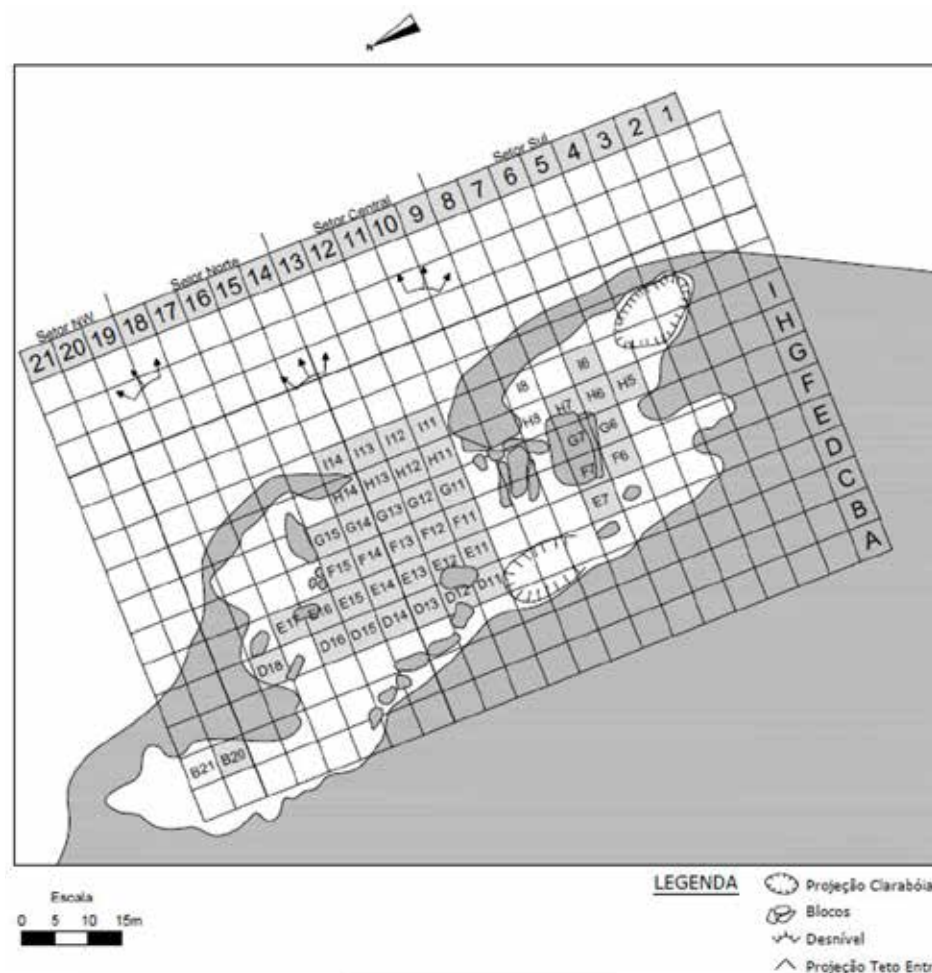


Imagem 03 - Planta geral com a indicação das áreas e quadras da gruta Sítio Arqueológico Várzea do Lopes.

Elaboração: Henrique Piló e Alenice Baeta.
Digitalização: Emile Scharlé Jr.

1. Pesquisa arqueológica autorizada pela Portaria IPHAN nº006 - Seção I - Anexo I - Projeto 13, de 12 de março de 2009 - Processo Administrativo nº 01514.000.108/2009-11. (Cf. BAETA & PILÓ, 2005b e 2010).



Imagem 04- Visão do Pico do Itabirito a partir da entrada da Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 05 - Detalhe vegetação arbustiva rupestre do entorno da entrada da Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

2 - VÁRZEA DO LOPES E SUAS PAISAGENS INTERNAS

No que se refere à dispersão da cultura material a partir das sondagens arqueológicas, em sua porção central havia uma zona composta por fragmentos cerâmicos de pequenas dimensões (E-F-G/12-13-14). Abaixo da claraboia, existia um bloco maior que serviu possivelmente como assento (E12). Nesse local, encontrava-se um 'murundu' antrópico

confeccionado quando foi aplainado e rebaixado o piso lateral situado na porção norte em localidade mais escura e seca e que pode ter servido como área de convivência ou descanso. Apresenta um ambiente mais 'limpo' entre os blocos maiores, onde também existia uma concentração de fragmentos cerâmicos (E-D/16-17-18). A porção norte (F-G/14-15-16) parece ter servido também como zona de combustão, tendo em vista a composição dos blocos de menor dimensão e dispostos de forma circular, além da ocorrência de pequenas bolsas de carvão ou braseiros.



Imagem 06- Detalhe porção norte da Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Na porção sul do salão, que é mais escura, há blocos maiores. Rente a esses blocos há um conjunto de lascas, configurando uma área de lascamento (H-G/6). Ao fundo desse local há um buraco raso natural, ou pequeno conduto vertical, que sugere ter sido uma zona de descarte por seus usuários. Há ainda um corredor na porção noroeste, onde foram encontrados ossos de animais, vestígios de objeto metálico, além de um fragmento de cachimbo cerâmico, configurando uma ocupação humana histórica (A-B 20/21).



Imagem 07-Detalhe quadras G13/G12. Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 08-Detalhe quadra E13. Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 09- Detalhe de foco de carvão - Quadra F16-17. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 10- Detalhe da sondagem E16. Coleta de carvão - Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Alenice Baeta.



Imagem 11- Foco de carvão de estrutura de combustão- Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 12- Lente de cinzas- Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 13 - Material histórico em superfície - Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 14 - Vistoria das quadras I4/J3 - Zona Sul da Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 15 - Escavação da quadra H6 no sítio arqueológico - Zona Sul da Gruta Várzea do Lopes. Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Alenice Baeta.

3 - CULTURA MATERIAL, VESTÍGIOS E INTERPRETAÇÕES

Realizou-se no laboratório a organização, análise e inventário de todo o material coletado. A coleção se restringiu a material pétreo lascado e bruto associado a material cerâmico histórico, ósseo, metálico, vidros e louças. Havia também amostras de carvão.

As datações indicaram tratar-se de uma ocupação histórica, segundo análises da Beta Analytic. 170 + ou - 30 e 250 + ou - 60, o que equivale a ocupações com as datas aproximadas: ano 1.700 (mais ou menos 30) e ano 1.780 (mais ou menos 60 anos), atribuídas assim ao século XVIII, período colonial mineiro.

Quadro 01 - Datação Radiocarbônica

Amostra	Idade	Laboratório
Várzea Lopes 001-2009	250+/- 60 BP	BETA
Várzea Lopes 002-2009	180+/- 30 BP	BETA

3.1- Instrumentos Pétreos

Os materiais pétreos identificados nos trabalhos de Resgate Arqueológico do Sítio Várzea do Lopes foram basicamente fragmentos de lascas unipolares em quartzo hialino e leitoso, em sua maioria, além de núcleos já completamente exauridos. Observou-se também, a utilização de lascas extraídas da hematita como instrumento de corte, uma vez que é um material abundante no local e, apesar da aparente fragilidade, na prática possui bom corte, sendo bastante pertinente a sua utilização (PILÓ & BAETA, 2007). Tendo em vista

alguns fatores, pode-se determinar que os artefatos utilizados como batedores foram seixos de hematita. Os poucos pontos de impacto observados nas peças apresentavam esmagamento, o que sugere a utilização de um batedor extremamente pesado, no caso, a hematita.



Imagem 16 - Lasca unipolar de quartzo com esmagamento no ponto de impacto. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 17 - Lasca unipolar de quartzo com esmagamento no ponto de impacto. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 18 - Lasca unipolar de quartzo. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 19 - Lasca unipolar de quartzo. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Como observado, a tecnologia de debitação da maioria das lascas, inclusive as de hematita, foi a unipolar. Foram raros os casos em que se observou claramente a utilização da tecnologia bipolar, com esmagamento de talão.

A técnica clássica de lascamento unipolar pode ser substituída por outra, bem frequente no Brasil, particularmente quando a matéria-prima é de má qualidade, ou os núcleos pequenos (quartzo, por exemplo). É a técnica bipolar, onde o bloco a ser debitado é colocado sobre uma bigorna e em seguida golpeado violentamente pelo batedor (...) Os resíduos desse tipo de lascamento são bastante peculiares (talão esmagado, faces interna e externa não distinguíveis, perfil longitudinal reto, etc.) (PROUS, 1992:67-68).



Imagens 20 e 21 - Exemplos de lascas bipolares de quartzo. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Fotos: Henrique Piló.

Foi também observado um número significativo de detritos, certamente em virtude da péssima qualidade do quartzo utilizado e disponível nos arredores da caverna.

A matéria-prima dominante foi o quartzo, apresentando-se sob duas de suas principais variedades: leitoso e hialino, todos utilizados na fabricação de peças lascadas. Foram também identificadas algumas lascas em hematita. É um material que fornece lascas bastante cortantes, apesar de sua fragilidade, perdendo sua eficiência após pouco tempo de utilização (Cf. PROUS et al., 2009).



Imagem 22 - Exemplo de lasca em hematita. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Especialmente no sítio Várzea do Lopes, a quase totalidade do material lítico encontrado estava na porção interna da cavidade e próximo à sua entrada. Na área externa, em

virtude da vegetação bastante espessa não foram realizadas escavações em superfícies amplas e sim pequenas sondagens que não indicaram vestígios significativos que justificassem a supressão da vegetação.

Os núcleos, que já se apresentavam exauridos eram, sobretudo, de quartzo hialino ou translúcido, que apresentavam melhor possibilidade de lascamento e são, de certa forma, mais difíceis de serem encontrados na região. Os núcleos maiores, ainda com possibilidade de lascamento, eram principalmente de quartzo leitoso, de pior qualidade e predominantemente bipolares.



Imagens 23 e 24 - Exemplos de núcleos em quartzo. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Fotos: Henrique Piló.

Foi identificado ainda um bloco de quartzito com marcas de afiamento de material metálico.



Imagem 25 - Peça de quartzito com marcas de afiamento metálico. Sítio Arqueológico Várzea do Lopes - Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

3.2 - Artefatos Cerâmicos

A totalidade do material identificado foi relacionada a vasilhames ou recipientes, possivelmente poucas unidades e sem nenhum tipo de decoração plástica. Foi identificada como sendo histórica, principalmente em função de ter sido confeccionada por meio de torno.

Os fragmentos cerâmicos possuem em sua maioria, antiplástico fino, com pasta esbranquiçada composta por quartzo moído, predominantemente leitoso e areia. As dimensões dos fragmentos foram variadas, mas grande parte não ultrapassou 4,0 cm de comprimento, sendo componente da face lateral dos utensílios. Os fragmentos maiores indicaram tratar-se de utensílio pequeno, alisado, com textura porosa, cuja morfologia do lábio seria extrovertida.

Alguns fragmentos apresentam sinais de futiligem na face externa e interna, além de indicativos pós-deposicionais, tais como erosão e impregnação de raízes.



Imagem 26-Detalhe de fragmento cerâmico impregnado por fuligem e raízes. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagens 32 e 33 - Detalhe de fragmento cerâmico com marcas de confecção por torno. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Fotos: Henrique Piló.

C.6. p. 127



Imagens 27 e 28 - Detalhe de fragmentos cerâmicos parcialmente erodidos. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Fotos: Henrique Piló.

Imagens 29 e 30 -Detalhe de fragmentos cerâmicos impregnados por fuligem. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Fotos: Henrique Piló.



Imagem 31 - Detalhe de fragmento cerâmico com borda, impregnado por fuligem. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagens 34 e 35 - Detalhe de fragmento cerâmico com marcas de raízes. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Fotos: Henrique Piló.

Foi coletado na superfície da quadra B20, no corredor NW, um fragmento de cachimbo. Este foi elaborado com a técnica de modelagem, tendo sido decorado por meio de incisões com motivos geométricos, ainda com a pasta mole.



Imagens 36 e 37 - Detalhe de cachimbo histórico, típico de escravo. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Fotos: Henrique Piló.

3.3 - Louças, Vidro e Metal

Apesar da pequena quantidade de amostras, a ocorrência de exemplares de fragmentos de louça, vidro, metálico e plástico colaborou na interpretação do processo de ocupação humana na caverna Várzea do Lopes.

Foram encontrados exemplares de louças brancas, sem selo ou identificação, e uma amostra com decoração pintada. Estas se encontram parcialmente erodidas, o que di-

ficulta a sua identificação e análise, mas provavelmente seriam oriundas do século XVIII. Há um pequeno exemplar de porcelana. Destaca-se um fragmento de louça branca, com gume cortante, aparentemente preparado de forma improvisada para corte e raspagem.



Imagem 38- Louça com gume cortante. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 39 - Fragmento de louça decorada. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Fragmentos de vidros recentes foram encontrados nas quadras H12, G15, G6, B21 e B22, sítio Gruta Várzea do Lopes, desde a superfície até - 3 cm de profundidade. Há a possibilidade de um dos fragmentos, encontrado na quadra B21, ter sido também utilizado como instrumento cortante.



Imagem 40 - Exemplo dos fragmentos de vidros recentes identificados. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Foi identificado em quadra situada no corredor NW um pedaço de punhal ou espada. Também foi encontrada uma peça que, apesar de parcialmente comprometida por processo de oxidação, se assemelha a um antigo peso. A terceira, foi um pedaço de anel já com azinhavre.

4 - ABRIGO VÁRZEA DO LOPES - UM LUGAR NA SERRA... ES- CONDERIJO, VIGÍLIA, ROTA DE FUGA E MAIS O QUE?

Baseando-se na cultura material e suas características tecnológicas, conjecturava-se que o Sítio Várzea do Lopes fosse *a priori* multicomponencial, caracterizado por pelo menos duas importantes ocupações humanas, ainda que rápidas, uma pré-colonial tardia e uma histórica inicial.

No entanto, as datações conforme já exposto, e as análises dos conjuntos de vestígios e cultura material em laboratório indicaram ocupações que coincidem com a primeira metade do século XVIII, atribuída ao período colonial mineiro.

Na segunda década do século XVIII, o Estado procurava tomar as rédeas do processo urbanizatório que os colonos turbulentos haviam iniciado em Minas, e tratava de lhes cortar as asas, esmagando levantes (...) o espaço interno da capitania de Minas Gerais se encontrava ainda em processo incipiente de configuração. Eram fluidas e indefinidas as fronteiras com as capitanias vizinhas e o sertão, vasto e temido, era uma terra de ninguém, ou melhor, terra de índio bravo e de negro revoltoso” (SOUZA, 1999: 86-87).

Em função da conjuntura social e histórica dessa região, presume-se que os ocupantes dessa ‘cafuná’ (termo utilizado pela população local) ou pequena caverna, fossem ‘fugitivos’, tendo em vista as condições de implantação da gruta na paisagem, situada em encosta íngreme e em local isolado das antigas vilas e paragens da época. Não é possível avistar essa cavidade no morro laterítico a partir da parte baixa e mais aplainada, pois sua entrada situa-se de forma encaixada na canga, encoberta por vegetação rupestre. De sua entrada, contudo, pode-se observar, ‘espiar’ ou ‘vigiar’ todo o vale, na direção leste e arredores, a partir de sua entrada em fresta.

O uso desse local reflete elementos relacionados a violência, repressão, cotidiano e os descaminhos nas minas colonial, onde está embutida a resistência de muitos e muitos à ordem escravista vigente, tema abordado em vasta bibliografia sobre esse período (Cf. SOUZA, 1982; ANASTASIA, 1998; VENÂNCIO, 2007). Escravos, quilombolas, indígenas, bandleiros, contrabandistas, andarilhos, vadios, forasteiros, salteadores, atravessavam continuamente a Serra da Moeda e seus vales.

Os incidentes da Serra da Moeda, a queixa dos moradores de Mariana e a dos de São João del-Rei não foram ocorrências isoladas na capitania das Minas Gerais no século XVIII. Caminhos, serras e matas em gerais dos sertões eram palco de constantes violências cometidas por escravos fugidos, forros e pardos (...)

(ANASTASIA, 2005:19).



Imagem 41 - Detalhe de punhal. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagens 42 e 43 - Detalhe de pedaço de anel e um possível peso. Sítio Arqueológico Gruta Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Estruturas de combustão podem indicar que o local foi utilizado como parada improvisada (ou talvez prevista) para preparação de algum alimento ou para aquecimento da caverna em período noturno ou ainda para afugentar onças e outros animais perigosos. A fumaça poderia sair pela claraboia natural, situada na porção central da gruta, por onde entraria também ventilação e iluminação natural para seus ocupantes. O material pétreo foi ali lascado para auxiliar alguma atividade de corte ou raspagem, por isto foram encontrados alguns núcleos exauridos e cassons. A quebra de rochas cortantes como o quartzo, o minério de ferro, pedaços de vidro e louça são indicativos de que os moradores improvisaram instrumentos, possivelmente evitando se expor no alto da Serra da Moeda.

A Gruta Várzea do Lopes parece também ter sido utilizada como apoio no que se refere ao abastecimento de água. Em época chuvosa, observou-se em seu monitoramento vários pontos de percolação, mesmo horas após o término das chuvas.

Possivelmente, o material mais perecível representado por restos alimentares, instrumentos de ossos e utensílios de origem orgânica, como cabaças, não se preservaram devido à umidade da caverna.

A profundidade do nível arqueológico atingiu -10 cm a -12 cm, sobretudo na parte central e norte da caverna; pontos mais iluminados

e ventilados da mesma. Todavia, do ponto de vista estratigráfico, não foi possível detectar de forma clara interrupções ou camadas arqueológicas distintas, somente um nível amarronzado com 10 cm de espessura com carvões concentrados em alguns locais da gruta, além do material pétreo, que foi identificado desde o ponto mais profundo do nível arqueológico até o atual piso.

Em algumas quadras como H15 e H14 o material lítico e cerâmico foi encontrado no mesmo nível e próximos, entre -2 cm e -6 cm de profundidade e superfície. Em um primeiro momento, levantou-se a possibilidade de se tratar de dois tipos de cerâmica, uma mais antiga e outra mais recente. Em laboratório, depois da limpeza e análise, constatou-se que se tratava de cerâmica histórica, inclusive com indicativos de ter sido confeccionada por torno. Foi encontrado, também associado a este conjunto pétreo e cerâmico, um fragmento de cachimbo de 'escravo', no caso, confeccionado por modelagem e decoração plástica incisa.

Ainda foram detectados testemunhos de uma ocupação mais recente, representada possivelmente por uma incursão rápida nessa mesma caverna da Serra da Moeda, já no século XX, quando ali foram deixadas cápsulas de projétil de arma de fogo e uma seringa plástica farmacêutica, além de vidros recentes, sugerindo um uso similar da cavidade, se relacionado aos antecessores setecentistas, como esconderijo e rota de fuga, pelo menos.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANASTASIA, C. M. Vassallos Rebeldes Violência Coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.
- ANASTASIA, C. M. A Geografia do Crime - Violências nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BAETA, A & PILÓ, H. Arqueologia do Quadrilátero Ferrífero Aspectos Preliminares sobre sua ocupação Estudo de Caso do Capão Xavier In: O Carste, vol.17, n.3, Belo Horizonte, 2005a.
- BAETA, A & PILÓ, H. Diagnóstico Arqueológico nas áreas de Abrangência da Mina Varzea do Lopes. Municípios: Itabirito e Moeda, MG (Relatório). Brandt Meio Ambiente/Artefactto Consultoria, Nova Lima, 2005b.
- BAETA, A & PILÓ, H. As Ocupações Pré-Coloniais nos Campos Ferruginosos de Minas Gerais In: Anais do I Simpósio de Arqueologia e Patrimônio- SAP (Caderno de Resumos)- UFJF, Juiz de Fora, Novembro de 2006.
- BAETA, A. M. & PILÓ, H. Capitão do Mato: um abrigo arqueológico no minério de ferro.. In: XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2007, Florianópolis. Anais do XIV Congresso da SAB. Florianópolis: SAB, 2007. v. 1
- BAETA, A & PILÓ, H. Prospecção e Resgate Arqueológico na Mina Várzea do Lopes. Município: Itabirito, MG (Relatório). Sete Soluções Tecnologia Ambiental/Artefactto Consultoria, Belo Horizonte, 2010.
- PILÓ, H., BAETA, A. As Ocupações Pré-Coloniais nos Campos Ferruginosos de Minas Gerais: um panorama preliminar. In: Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais. OLIVEIRA, A. Juiz de Fora, Editar, 2007.
- PILÓ, L. B. & AULER, A. Cavernas em minério de ferro e canga de Capão Xavier, Quadrilátero Ferrífero, MG. O Carste, v. 17, n. 3, p. 92-105, 2005.
- PROUS, A Arqueologia Brasileira, Ed. UNB, Brasília, 1992.
- PROUS, A.; ISNARDIS, A. ; LIMA, A. P. ; ALONSO, M. ; PILÓ, H. & MIGLIACIO, M. C. Matières premières alternatives dans le Brésil central: quartz, quartzite, agate et hématite. Londres: Archaeopress, 2009.
- SOUZA, L. de M. e Desclassificados do Ouro. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- SOUZA, L. de M. e Norma e Conflito. Aspectos da História de Minas no Século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.
- VENÂNCIO, R. P. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas In: História de Minas Gerais As Minas Setecentistas Resende, M. C L. & VILLALTA, L. C. (ORG.) Belo Horizonte, Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

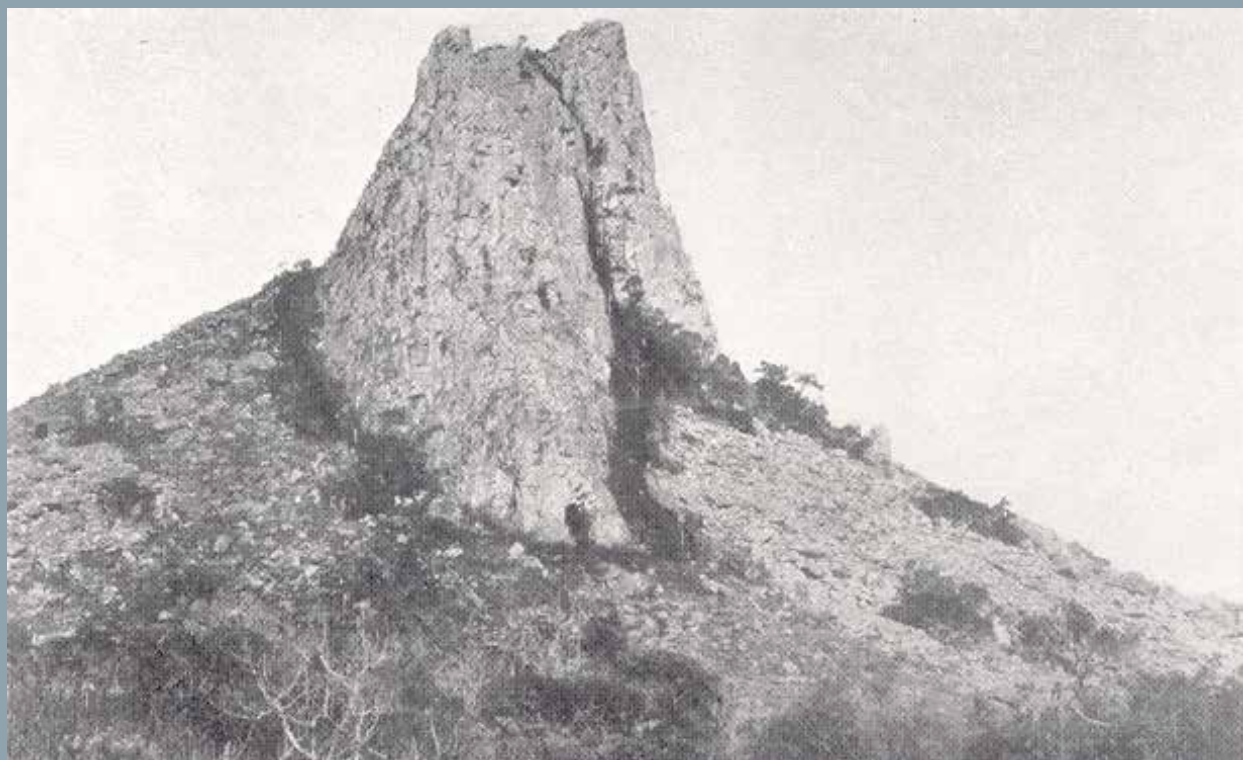


Imagem: Coleção Itabirito Digital



Mineração na Serra da Moeda:
principais frentes nos períodos
Colonial e Imperial



Marcus Neves

1-INTRODUÇÃO

A história do centro de Minas pode ser naturalmente associada à mineração, escravidão, urbanização e barroco. Essas quatro palavras, no entanto, seriam ainda muito pouco para indicar a teia de significados e relações que foi a sociedade colonial mineira, mas a Serra da Moeda certamente é parte integrante desse sistema minerador e de suas múltiplas traduções.

A delimitação espacial da Serra da Moeda inclui mais do que as áreas de altitudes que se orientam na direção sul-norte no extremo-oeste do Quadrilátero Ferrífero. Ela inclui os campos de altitude que se unem a outras cristas batizadas com diferentes topônimos, e diversas vertentes e áreas baixas vinculadas às serranias do entorno. Esse conjunto parece menor hoje, pela rapidez dos transportes e retidão da estrada principal que por ali passa - a BR-040, que permite percorrer uma distância de aproximadamente 100 km do seu início ao seu final em cerca de uma hora de percurso - mas é uma área muito extensa. Antigamente, no início do período colonial, transpô-la de sul para norte significaria muitos dias de caminhada, em um trajeto tortuoso, ou, a partir do final do período colonial e no século XIX, um dia e meio ou dois de viagem, em ritmo constante, de tropeiros e seus muares, ou a cavalo.

Nesse espaço apresentam-se à vista inúmeras paisagens, na forma de vislumbres fuga-

zes, ou ainda linearmente à observação de quem pela estrada trafega. Mesmo que se reconheçam as silhuetas, marcos e seus nomes, a percepção da maior parte dos passantes é apenas de uma parte ínfima do que se constitui esse complexo espaço. Mesmo para quem a vivencia constante e intimamente, a Serra da Moeda se apresenta como paisagem e espaço enorme, cheio de recortes e dobras topográficas, inúmeras marcas antrópicas nem sempre de fácil leitura, assim como diversos lugares não acessíveis à percepção direta dos pontos usualmente visitados pelos que por ela transitam.

Ainda assim, dependendo do grau de percepção de que se está dotado e da atenção do momento, podemos perceber uma parte considerável dessas marcas, onde se sobressaem as que são devidas à prospecção e extração do ouro, do ferro e do manganês. Algumas das construções e obras relacionadas às antigas explorações dos dois primeiros minerais já foram parcialmente apagadas. Mas ainda ficaram vestígios e sítios arqueológicos significativos, que ora se apresentam portentosos, ora delicadamente escondidos entre a vegetação e a poeira ferruginosa.

Como exposto, nem tudo está à mostra. As informações do passado nem sempre estão facilmente disponíveis, mesmo que exista um grande número de pesquisadores e trabalhos, que tendem a aumentar. E é entre seus muitos aspectos humanos, físicos e biológicos

que a Serra se faz um patrimônio de todos. Hoje, tal curiosidade persiste em um constante fruir e, para os que a estudam, com inúmeras possibilidades para pesquisas.

Em primeiro lugar, este texto não pretende esgotar as possibilidades de pesquisa arqueológica ou histórica sobre as antigas minerações na Serra da Moeda. É uma tentativa de síntese para que os leitores tenham uma visão geral. A região é enorme. Cada curso d'água e cada recanto da Serra podem ter sido alvo da procura pelo ouro, mas nem todas as cicatrizes existentes ainda podem ser remetidas a alguma exploração específica. Outros sítios parecem ter sido destruídos no século XX com a exploração de manganês e ferro, além de outras atividades. Da mesma forma, para inúmeros locais claramente minerados não foram ainda encontrados documentos para situá-los historicamente. Em segundo lugar, mineração não significa apenas listar as cavas, galerias ou trechos de leitões dos ribeirões onde se encontram vestígios de mineração. Há também estruturas de habitação, canais, caminhos e outros vestígios que estão associados a locais onde a atividade principal foi a mineração. Por outro lado, alguns muros isolados de escoramento das margens de córregos, algumas trilhas calçadas, buracos de prospecção e outros vestígios esparsos, que podem ser encontrados por toda essa vasta região e em grande número, não foram marcados aqui, pois iriam contra o 'espírito' sintético e didático a que o texto se propõe. Pelo

mesmo motivo não tratamos aqui da história das técnicas de mineração, assunto que pode ser encontrado em inúmeras outras obras. As sucessões que aparecem nos documentos nem sempre representam os períodos exatos da mudança dos titulares, por vezes sendo apenas o reconhecimento legal de uma situação de fato mais antiga. Soma-se ainda às mudanças dos nomes de propriedades e de topônimos. Tais pesquisas ainda terão que ser realizadas, em grande medida, posteriormente, por gerações seguintes de pesquisadores.

2 - PRIMEIROS DESCOBERTOS E A MINERAÇÃO COLONIAL

Os descobertos iniciais do ouro foram oficialmente feitos pela comunicação de Antônio Rodrigues de Arzão em 1693, de um descoberto em Itaverava, na borda sul do Quadrilátero Ferrífero e a alguns quilômetros ao sudeste do início da Serra da Moeda, nas proximidades de Congonhas. Porém, é sempre bom lembrar que as bandeiras já erravam pelas Minas Gerais pelo menos desde meados do século XVI. Essa região já havia sido palco de outras expedições bandeirantes e que os primeiros exploradores podem ter notado muito antes o ouro nas barrancas e remansos arenosos dos rios. Alguns autores procuraram em documentos as motivações dos descobertos terem sido comunicados apenas a partir da última década do século XVI à Coroa Portuguesa, e se chegou a teorizações e conclusões que apontam para as incertezas

do final da União Ibérica, assim como interesses próprios aos líderes bandeirantes.

Pesava sobre a nova Dinastia de Bragança a insegurança e o medo da Espanha. Por mais de vinte anos após 1640, ano do fim oficial da União entre Portugal e Espanha sobre a Coroa Filipina, em uma guerra de independência, Portugal lutou por ver-se 'Restaurado' e para fazê-lo precisava de recursos, pessoas e aliados. Pelas colônias havia grupos que eram essenciais para sustentar esses esforços.

O final do período Ibérico produz diversas expedições nas colônias, inclusive a busca de metais preciosos na América Portuguesa. A expedição de Fernão Dias Paes Leme, entre 1673-1674, é uma das consequências da confiança que se apodera dos portugueses nos anos posteriores ao fim da Guerra com a Espanha, em 1661, que agora querem ver retomada a grandeza do Portugal Restaurado.

Essa bandeira é a que mais certamente achara ouro, ainda que não comunicado oficialmente. Os indícios do ouro pelo Rio das Velhas, com certeza, estavam por toda parte. O assassinato do fidalgo castelhano Dom Rodrigo de Castelo Branco, por gente ligada ao genro de Fernão Dias, Manoel de Borba Gato, na região do Sumidouro, em 1674, é relacionado a tensões ainda presentes entre os portugueses e castelhanos na América, lembrando que muitos castelhanos fundaram vilas em São Paulo durante a União Ibérica e por lá permaneceram após seu fim.

Do trajeto errático de tal bandeira persistiram memórias incertas. Após passar pela região do Rio das Mortes, dirigiu-se ao norte e cruzou o Rio Paraopeba, próximo ao futuro povoado colonial de São Gonçalo da Ponte, atual Belo Vale, seguindo para Leste e galgando a Serra da Moeda na região da Boa Morte, ou pouco mais ao norte, achando a cabeceira de algum afluente do atual Ribeirão Mata Porcos. Acompanhando o curso deste Ribeirão, afastando um pouco de algumas gargantas estreitas que este Ribeirão forma, chegou ao curso principal do Rio das Velhas, da mesma forma seguindo seu curso geral, entre os atuais municípios de Nova Lima e Rio Acima, buscando seu trecho navegável, passando pela área onde hoje está Raposos e chegando na Roça Grande e no Sabará.

São até hoje duvidosos os detalhes posteriores do povoamento confuso e nômade dos aventureiros. No *rush* minerador que se seguiu diversos lugares de descobertos auríferos floresceram para serem em seguida abandonados. Alguns resistiram e se tornaram arraiais dotados de capelas e casas melhores. Por volta de 1720, sendo Fernão Paes Leme - neto de Fernão Dias - guarda-mor geral do Rio das Velhas, Santo Antônio, Paraopeba, Raposos e Congonhas, já era enorme a população que se apinhava nos vales estreitos dos diversos riberões (LIMA, 1901: 322).

Não havendo ainda livros de guardamoria "*as datas e provisões de água eram concedidas*

em títulos avulsos”. O primeiro livro destes teria surgido no ano de 1726, e o primeiro auto de posse de datas minerais foi lavrado em 23 de maio desse mesmo ano (LIMA, 1901: 322).

Entre os registros do livro de guardamoria de 1726 para a região, alguns podem estar na Serra da Moeda: Paschoal da Silva Guimarães, Joaquim Carvalho Silva, Júlio Mosqueira, Balthazar do Valle, Padre Manoel Caetano da Motta e Moura, Thomé Leitão da Costa, Bento

Rodrigues, Francisco da Costa Soares, Manoel de Freitas Velho, Manoel Fernandes Lima (Macacos) (LIMA, 1901: 322).

Também foram exploradores na região Joaquim da Costa de Mesquita, Nicolau de Faria, Antonio Dias e José Dias, Manoel da Silva Lopes, Lourenço Duarte, Agnaldo Ribeiro da Silva, Domingos Gonçalves Lima, Joaquim Rodrigues Alves, Gaspar de Souza Dias, Domingos Gomes Albernaz, Thomé Dias da Silva, Manoel Pires Sardinha. A

maioria desses sem local certo, pois o livro original não é claro (LIMA, 1901: 325).

A primeira grande experiência bandeirante na Serra da Moeda se relaciona às primeiras prospecções de ouro nos ribeirões e nas vertentes, tanto oeste quanto leste dessa serra e rendeu as bases para a ocupação definitiva. Dessas crônicas bandeirantes, coletadas a partir de relatos orais décadas depois, e restritas aos limites dessa oralidade e da retórica de época, temos apenas vislumbres fugazes.

Na região do Rio Paraopeba que correspondia à parte da área sob influência da Serra da Moeda, a primeira sesmaria - na verdade meia sesmaria - teria sido dada em 1735, a Manuel Teixeira Sobreira, comprada a André Leme da Silva, correspondendo à paragem chamada de Laje da Fortaleza, e teria como sesmeiros próximos José da Silva Branco, Antônio de Souza e Manuel Moreira, todos no Ribeirão Grande da Várzea (CARRARA, 1999).

Outras sesmarias na região foram: a de Antonio Rodrigues de Souza, que a recebeu e ocupou juntamente com 61 escravos o sítio do Ribeirão, que deságua no Ribeirão da Itabira, em 1714; Antonio Gonçalves Sardinha, na Itabira, estrada para a Bahia, Rodeadouro, em 1719; Domingos Rodrigues Cobra, João de Moraes, Pedro Teixeira receberam sobras na Itabira, junto com o Capitão João Gonçalves Fernandes, em 1719; José da Silva Andrade, na 'estrada para a Bahia' comprada de Manuel



Imagem 1 - Locais onde se desenrolaram os episódios principais da Guerra dos Emboabas, entre os anos de 1708 e 1709. A Serra da Moeda está exatamente no centro, e o conflito teve como um dos motivos principais a supremacia pelo controle das áreas de mineração. 'Croquis das regiões das Minas nos seus primórdios'. Retirado de BARREIROS, 1980: 57. Correspondem as letras: A - Sertão das Minas Gerais; B - Sertão do Rio das Velhas; C - Sertão do Rio das Mortes.

Fernandes, em 1719. Em 1720, Tomé de Andrade Freire recebeu terras devolutas em Bação, e em 1738, Antonio de Amorim viu confirmada sua sesmaria na Bocaina. Já na década de 1730, temos o recebimento, em 1733, de $\frac{1}{2}$ sesmaria na roça da Paraopeba, Freguesia de Congonhas do Campo, por Miguel Ferreira Pedrosa. No mesmo ano foi concedida a José Rodrigues de Oliveira a confirmação de uma posse que comprar em ambas as margens do Paraopeba. Em 1734, Francisco Villas Boas Truão ocupou $\frac{1}{2}$ sesmaria com seus escravos, nos 'matos do Paraopeba', na Freguesia de Congonhas do Campo. Em 1738, Manuel Silva Gomes e Manoel Gonçalves da Rocha receberam cada qual uma sesmaria nos campos gerais do Paraopeba (CARRARA, 1999).

Apesar desses nomes de mineradores e sesmeiros, os detalhes da história da mineração na região da Serra da Moeda colonial ainda possuem muitas informações a serem levantadas, inclusive sobre suas localizações, apesar de que para alguns lugares já ser tarde, pela destruição posterior dos vestígios.

Porém, a riqueza sempre foi de poucos, e mesmo esses poucos mineradores, como mostrou Wilson Cano, usavam pouco maquinário e intensa mão de obra escrava, o que imobilizava muito capital, fato que tornou a economia embaraçada por uma produção de alimentos deficiente e importadora de muitos dos produtos de que necessitava, que encareciam muito no transporte e retiravam grande parte dos ren-

dimentos, impedindo uma expansão da riqueza pela região (CANO, 1977: 91-110).

Intensa e relativamente pobre é a avaliação que se pode fazer para boa parte da mineração colonial, e isso também foi uma realidade para a região da Serra da Moeda, em que poucos enriqueceram realmente, independente da grande intensidade a que chegaram os trabalhos. Avaliando o estado da paisagem, já no início do século XIX, o Barão de Eschwege dá testemunho do que foi a intensidade da corrida do ouro colonial: *"Nenhum córrego ou rio aurífero escapou um só dia, como atesta o revolvimento de seu leito, à faina desses homens"* (ESCHWEGE, 1979: 50).

Entre as diversas histórias de minerações durante o século XVIII pela região próxima da Serra da Moeda se sobressaem:

As inúmeras explorações que foram incorporadas pelo português Manuel Monteiro de Barros, em Congonhas e Boa Morte, pela sua ação como guarda-mor, a partir da segunda metade do século XVIII, se considerarmos as grandes extensões de suas propriedades, devem ter correspondido nas primeiras décadas do XVIII a muitas dezenas de explorações menores (BROTERO, 1951).



Imagem 2 - Recorte da região de Congonhas como aparece no *'Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil'*, extraído do original do Pe. Jacobo Cocleo, cerca de 1700. Nessa região os descobertos auríferos estão nos ribeiros menores, nas cabeceiras. Em um desses descobertos há referência a *"Aqui há muito ouro, mas houve muita peste"*. Apesar de parecer se tratar das cabeceiras do Guarapiranga, alguns relatos dão conta que o Paraopeba era, por vezes, assolado por mortandades relacionadas a doenças tropicais.

As explorações da área hoje conhecida por Forte das Casas Velhas, que teria sido um quartel e uma alfândega, mas que, com certeza, teve explorações auríferas ao redor, parte delas desaparecidas no século XX, e que ainda se discute se não fora originalmente uma fazenda de perfil principalmente minerador.

A exploração da fazenda pertencente ao português José de Paulo Peixoto - apelidado 'Meio Milhão' - que se dedicou às explorações pelas margens e proximidades do Paraopeba ameaçando considerável fortuna que lhe rendeu esse apelido. Ele teria se amasiado com uma escrava a quem legou toda sua fortuna por testamento, e esta teria dado liberdade aos escravos e a terra da fazenda, que originou, assim, a Chacrinha dos Pretos, uma das comunidades quilombolas mais tradicionais da região. Outro conjunto importantíssimo foi o Forte de Brumadinho, tratado mais adiante.

As explorações próximas ao Córrego do Feijão, Samambaia e Casa Branca, também sugerem trabalhos intensivos durante o século XVIII. Houve ainda explorações nas cabeceiras de Macacos, que motivaram muitos aventureiros, que para lá convergiram.

A região de Feixos, onde hoje há uma reserva da Copasa, e nas suas proximidades incluindo a Fazenda de Santana e a do Morro do Gama também foram muito exploradas. Aliás, o registro mais antigo de mineração no Rio do Peixe pode datar de 1727, conforme pesquisou Vilella, que opina poder ser este o Ribeirão tratado com o nome de Ribeirão do Campo de Paraopeba, com nascentes na Serra do Rodeador, que corresponde à área ao noroeste da atual Lagoa dos Ingleses, próxima a Pau Branco (VILELLA, 1998: 5-6).

Outras duas grandes explorações do século XVIII, quando ainda não tinham tomado as proporções subterrâneas ou de grandes cavas a que chegaram ao século XIX, foram a exploração de Aredes e a Mina de Cata Branca, em uma região próxima que tomou muitos nomes, entre a Moeda e o braço de serra que teve os nomes de Serra do Cavalo de Pedra ou Serra da Itabira, mas cujos documentos mais conhecidos já remetem ao século seguinte, também foram muito importantes.

Não é possível fazer mais do que uma estimativa grosseira do número de pessoas envolvidas na mineração na região da Serra da Moeda no período dos séculos XVII, XVIII e anos iniciais do século XIX. O tamanho e intensidade dos trabalhos, assim como os testemunhos de alguns documentos sugerem muitos milhares de pessoas, incluindo escravos índios e negros, em um período de quase um século e meio.



Imagem 3 - Recorte pontual do 'Mapa da Capitania de Minas Gerais com suas divisas. José Joaquim da Rocha', 1778, onde fica evidenciado o desconhecimento detalhado da área do vale do médio Paraopeba, com a curva do Ribeirão Mata Porcos 'abraçando' a Serra da Itabira, que é a única serra entre o Rio das Velhas e o Rio Paraopeba. Toda a área entre o Ribeirão Mata Porcos e o Rio Paraopeba apresenta-se sem serranias.

3 - A MINERAÇÃO NA SERRA DA MOEDA NO PERÍODO JOANINO

A fonte mais fidedigna, mas não completa, para identificar a mineração aurífera na região no período Joanino é a lista compilada pelo Barão de Eschwege, nomeado superintendente para as minas de ouro de Minas Gerais no ano de 1814, e que produziu uma listagem publicada em sua obra *Pluto Brasiliensis*.

A afirmação de que esta lista não é completa se baseia na forma intermitente de se explorar lavras em algumas propriedades, assim como a limitação encontrada por Eschwege na vontade e presteza de diversos de seus subordina-

dos em apresentar-lhe informações completas. De qualquer forma, as lavras ativas registradas foram muitas, pelas proximidades da Serra da Moeda. Pelo seu território se estendiam áreas pertencentes aos Termos da Cidade de Ouro Preto e de Sabará.

No Termo da Cidade de Ouro Preto existiam explorações auríferas na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem da Itabira do Campo e na Freguesia de Congonhas do Campo (ESCHWEGE, 1979: 22).

No Termo da Cidade de Sabará existiam explorações auríferas na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei e da Freguesia de Congonhas (de Sabará - atual Nova Lima) (ESCHWEGE, 1979: 42).

Iniciando pelas Freguesias da Cidade de Ouro Preto, a Freguesia de Itabira do Campo, composta apenas do Distrito Sede, existiam oito mineradores ativos, sendo que um deles minerava em duas lavras diferentes. Todas essas lavras e mineradores obravam em áreas da Serra da Moeda. Eram eles:

Gregório Alves Chaves, que minerava duas lavras 'de formação', ou seja, fora do leito dos ribeirões, uma era chamada de 'Lavra de Oliveira' e outra de 'Serviço de Mina' (o que denota possível uso de galeria). Os serviços eram vagarosos, já que o proprietário possuía apenas oito escravos para laborar intermitentemente em uma lavra e outra. A primeira produzia 122 ½ oitavas anuais e a segunda 217 ¼ oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 22).

Francisco de Medeiros, que minerava nas Minas de Cata Branca, exploração antiga e que já se desenvolvera em galerias, tratada no plural. Ali era empregada a força de trabalho de 22 escravos, rendendo 389 ½ oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 22).

Alferes Máximo Rodrigues de Abreu, que minerava em Aredes, empregando ali 16 escravos e com produção de 50 oitavas, não era muito produtiva, mas os dados podem estar incompletos (ESCHWEGE, 1979: 22).

Joaquim Dias Leite, também com lavra em Aredes, que empregava apenas cinco escravos, mas não declarou produção. Como Aredes era outra lavra muito antiga, possivelmente declarou que era a produção muito inconstante, ou que obtivera as datas ali há menos de um ano (ESCHWEGE, 1979: 22).

Antonio Marinho da Cruz, com lavra em Campo Alegre, próximo a Aredes, que empregava oito escravos e obtinha cerca de 58 oitavas anuais. Não por acaso, a região ali tomou esse nome, chamando-se, até hoje, Marinhos da Serra (ESCHWEGE, 1979: 22).

Antonio Martins Diniz, em local não identificado com certeza, mas não muito longe da lavra Campo Alegre dos Marinhos, explorava uma lavra 'de formação' com o emprego de quatro escravos e obtinha razoáveis 53 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 22).

Manoel Vaz da Cruz, que dirigia uma faisqueira no leito de um córrego, obtinha com quatro escravos um rendimento um pouco maior: 55 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 22).

O **Alferes Joaquim José de Santana** se apresentava com a maior mineração da região, explorando leito de um ribeirão não identificado, talvez o Mata Porcos, pelo tamanho de sua exploração. Ele empregava ali nada menos que 56 faiscadores livres, que provavelmente lhe pagavam com parte do que achavam em proporção pré-determinada, e 37 escravos seus. As informações foram registradas de forma truncada pelo auxiliar de Eschwege. O Alferes proprietário declarou que produzia pouco, cerca de $9 \frac{1}{2}$ oitavas anuais, valor ínfimo, nas lavras (talvez se referindo ao tabuleiro contíguo ao ribeirão), mas talvez empregasse seus escravos para manter a mineração em ordem, mais do que no leito, no serviço de bateia. Seu lucro advinha do rateio com os faiscadores livres, esses sim, muito produtivos, retirando $3.711 \frac{1}{2}$ oitavas anuais. Porém a produção total foi registrada muito além da soma desses dois resultados: $4.683 \frac{3}{4}$ oitavas anuais. A diferença pode ter sido declarada como exploração, no leito, dos 37 faiscadores escravos, o que corresponderia a pouco mais de 860 oitavas anuais, que somada a $9 \frac{1}{2}$ declaradas iriam totalizar próximo a 870 oitavas anuais, um valor mais proporcional em relação à retirada anual dos faiscadores livres (ESCHWEGE, 1979: 22).

Na Freguesia de Congonhas do Campo do Termo da Cidade de Ouro Preto, existiam quatro distritos, sendo dois deles inteiramente na paisagem da Serra da Moeda, um deles, o Distrito Sede, parcialmente incorporado

nessa paisagem, e o último deles já na região interna ao anfiteatro natural limitado pelas Serras do Capão D'Água ou de Miguel Burnier e a Serra da Itatiaia ou Ouro Branco.

Nos dois distritos inteiramente sob a influência da paisagem da Serra da Moeda – São José do Paraopeba e Boa Morte – permaneciam insistentes na busca do ouro apenas um mineador em cada distrito (ESCHWEGE, 1979: 22).

Em São José do Paraopeba minerava o **Capitão José Antônio da Silva**, em uma lavra de grupiara, no meio da encosta, mas que ainda se apresentava como formação em cascalho, demonstrando ser uma mineração, talvez, recente. Ali empregava oito escravos e obtinha um rendimento anual de $133 \frac{1}{2}$ oitavas na exploração direta e 401 oitavas anuais por via da atividade de faiscação, realizada logo abaixo da lavra, o que a situava como das mais produtivas da região por aquela época (ESCHWEGE, 1979: 22).

Em Boa Morte minerava o **Dr. Gregório Pereira dos Santos Albergaria**, vizinho dos Monteiro de Barros, pelo norte do Morro de Santo Antônio, e cujas terras eram quase envolvidas pelas desta poderosa família de Congonhas. Ali labutavam oito escravos do proprietário e 17 faiscadores livres. Os primeiros retiravam anualmente $25 \frac{3}{4}$ oitavas, em contraste com as $415 \frac{3}{4}$ oitavas anuais dos faiscadores (ESCHWEGE, 1979: 22).

No Distrito Sede de Congonhas do Campo atuavam então sete mineradores, mas apenas três atuavam na paisagem diretamente relacionada à Serra da Moeda, em uma ramificação conhecida e que envolvia a área ur-

bana da sede pelo norte, chamado Morro de Santo Antônio. Os outros quatro mineradores atuavam mais ao sul, bem para leste da área urbana de Congonhas, em cabeceiras distantes, na região chamada das Goiabeiras, mas

inserida em outro conjunto paisagístico.

No Morro de Santo Antônio, mais próximo a Congonhas e ao tronco principal da Serra da Moeda mineravam:

O **Coronel Romualdo Monteiro de Barros**, sócio de Eschwege e possuidor, junto com seus irmãos, de uma enormidade de terras na região e de um plantel de escravos que teria se mantido a mais de 400 por longas décadas. Ali ele empregava 40 escravos e conseguia extrair 540 oitavas anuais, proporcionais aos seus esforços (ESCHWEGE, 1979: 22).

O **Capitão Domiciano Ferreira de Sá**, em outra vertente do mesmo Morro de Santo Antônio empregava 12 escravos e obtinha 30 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 22).

O **Alferes Joaquim José de Faria**, em outra parte das vertentes, empregava 30 escravos para obter 165 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 22).

A Cidade de Sabará também possuía freguesias (duas entre as sete) que tinham porções territoriais de distritos ao norte da região da Serra da Moeda - Freguesia de

Curral Del Rei, Freguesia da Nossa Senhora da Piedade (do Paraopeba) e Freguesia de Congonhas (do Sabará, atual Nova Lima) (ESCHWEGE, 1979: 22).

Na Freguesia de Curral Del Rei, na região alta que faz ligação entre as Serras da Moeda, dos Três Irmãos e das Congonhas (Curral), nas cabeceiras do Mutuca, na área conhecida hoje por Rola Moça, atuavam dois pequenos mineradores, que empregavam em tempos parciais seus escravos para minerar:

Dona Ana F. da Conceição, viúva, com apenas dois escravos que lavravam o fundo de um córrego nas partes mais altas do Ribeirão da Mutuca e que retirava anualmente 18 oitavas (ESCHWEGE, 1979: 42).

Vicente Rodrigues Pereira, seu vizinho, que em outro córrego, com um único escravo retirava nove oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (do Paraopeba) havia 21 pequenos e médios mineradores, a maior parte trabalhando no cascalho do Rio Paraopeba ou em lugares não muito distantes deste. Alguns destes mineradores eram de famílias proprietárias de terras para a 'Serra Acima' e os dois mais abastados usavam águas canalizadas nos tributários do Paraopeba para fazer movimentar maquinários que esgotavam as águas dos cercados e/ou 'caldeirões' que escavavam no rio, nos ribeirões ou nos tabuleiros próximos. Eram eles:



Imagem 4 - Trecho da *Teil der neuen Karte der Capitania von Minas Gerais. Aufgenommen von W. von Eschwege, (1821)* que corresponde à Serra da Moeda, com uma interpretação 'sui generis' da posição do Pico da Itabira (Itabirito) em posição central na crista, o que não corresponde à realidade, assim como outras marcações e distâncias, como de Piedade de Paraopeba, que não fica à beira do Rio Paraopeba, muito menos na sua margem oeste. Atentar para o sítio do Rodeadouro, próximo à atual Lagoa dos Ingleses.

Padre João Batista Soares de Miranda, que utilizava na sua lavra 10 escravos e obtinha 99 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Padre José Pereira Narciso, que obtinha 12 $\frac{3}{4}$ oitavas com o uso de três escravos (ESCHWEGE, 1979: 42).

A viúva **D. Rosa Angélica** que usava o trabalho de quatro escravos e três homens livres, retirando de seus serviços 50 $\frac{1}{2}$ oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Francisco Batista Ferreira, um dos ricos proprietários que possuíam roda no seu serviço usava do trabalho de 19 escravos, retirando 97 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Francisco Antonio de Miranda, em algum ponto mais afastado do Rio Paraopeba não forneceu informações, mas sua lavra foi registrada como em atividade (ESCHWEGE, 1979: 42).

Felipe G. Rodrigues utilizava três escravos e quatro homens livres para retirar 42 oitavas anuais. Seu segundo nome pode ser Gomes ou Gonçalves, duas famílias da região (ESCHWEGE, 1979: 42).

Casemiro Fernandes de Paiva, com quatro escravos, explorava o tabuleiro e o leito do Paraopeba obtendo 13 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

José Gomes Rodrigues, com cinco escravos, conseguia 15 oitavas (ESCHWEGE, 1979: 42).

O **Alferes Joaquim de Araújo Ferreira** obtinha 40 oitavas anuais, mas não declarou o número de trabalhadores que empregava em seu serviço às margens do Rio Paraopeba (ESCHWEGE, 1979: 42).

Também não declararam o número de trabalhadores e suas condições: **Custódio de Almeida**, que retirava 15 oitavas; **Félix José de Souza**, que retirava 17 oitavas anuais; **Antonio Pereira Barros**, que conseguia o resultado de 14 oitavas anuais; **Domingos Araújo**, que obtinha 10 oitavas anuais; **Pedro Araújo**, com oito oitavas; **Manuel Rodrigues de Oliveira**, que obtinha 63 $\frac{1}{4}$ oitavas, e **Antonio G. Maia**, que obtinha 9 $\frac{1}{2}$ oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Francisco Marcondes, obtinha 25 $\frac{3}{4}$ oitavas com o emprego de dois escravos. Já **Antônio Araújo** obtinha 26 $\frac{1}{2}$ oitavas com o trabalho de um único escravo, em lavras próximas uma da outra (ESCHWEGE, 1979: 42).

Manoel Pereira da Silva Cruz, outro grande minerador da área, possuindo também serviço de roda, usava o trabalho de 10 escravos e deixando trabalhar ali 10 fiscadores livres, porém, obtendo para si apenas 12 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Francisco Dias França, com dois escravos e dois trabalhadores livres obtinha 9 $\frac{1}{2}$ oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

A maior de todas as lavras do Distrito de Nossa Senhora da Piedade era longe do Rio Paraopeba. Ela pertencia a **D. Ana Luisa de Almeida** e seus filhos. Eles empregavam sete escravos no trabalho de morro, obtendo 41 oitavas anuais. Porém, as lavras eram muito afamadas, e ali havia um grande número de fiscadores: 42 fiscadores livres e 50 escravos. Esses fiscadores retiravam a representativa quantia de 1.380 oitavas de ouro anualmente (ESCHWEGE, 1979: 42).

No Distrito de Congonhas do Sabará, que correspondia ao outro lado da Serra da Moeda nesse trecho, na vertente cujas águas correm para o Rio das Velhas, havia sete mineradores ativos, sendo que pelo menos cinco deles em atividades na paisagem do trecho da Serra da Moeda

correspondente ao terreno ao redor da Serra dos Macacos (ESCHWEGE, 1979: 42).

Os dois outros mineradores, um estava em Morro Velho - D. Ana C. da Silva, com sete pilões, 122 escravos e 24 livres e grande produção - e o outro não declarou o local exato de sua exploração,

que usava quatro escravos, mas que atraía uma quantidade enorme de fiscadores - 42 livre e 24 escravos - obtendo grande produção total, e cujo proprietário era o Capitão Antonio Rodrigues de Oliveira (ESCHWEGE, 1979: 42). Os cinco mineradores de Macacos eram:

Capitão Manuel Joaquim Leitão, no morro dos Macacos ou das Gerais, com dois pilões, usando o trabalho de 15 escravos e nove trabalhadores livres, com produção anual de 227 ½ oitavas (ESCHWEGE, 1979: 42).

Capitão Francisco José dos Santos Brochado, no Morro de Santo Antonio em Macacos, com 11 escravos e produção de 121 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Dona Inês Maria da Encarnação, que usava de dois escravos e quatro trabalhadores livres, obtendo como resultado a expressiva quantidade de 200 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

José Faria de Lima, com nove escravos e produção de 90 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

Salvador Ferreira da Luz, no Morro de Macacos, com quatro escravos e produção de 60 oitavas anuais (ESCHWEGE, 1979: 42).

A partir da listagem de Eschwege pode-se calcular que eram aproximadamente 42 minerações ativas na paisagem da Serra da Moeda no ano de 1814, com cerca de metade delas nas regiões altas e a outra metade no Rio Paraopeba ou muito próximas dele. Dessas 42 minerações na região da Serra da Moeda, temos o emprego direto de 514 escravos e um número de 238 homens livres, a maior parte como faiscaadores, sem contar os que faiscavam esporadicamente nos períodos de dificuldade (ESCHWEGE, 1979: 22- 42).

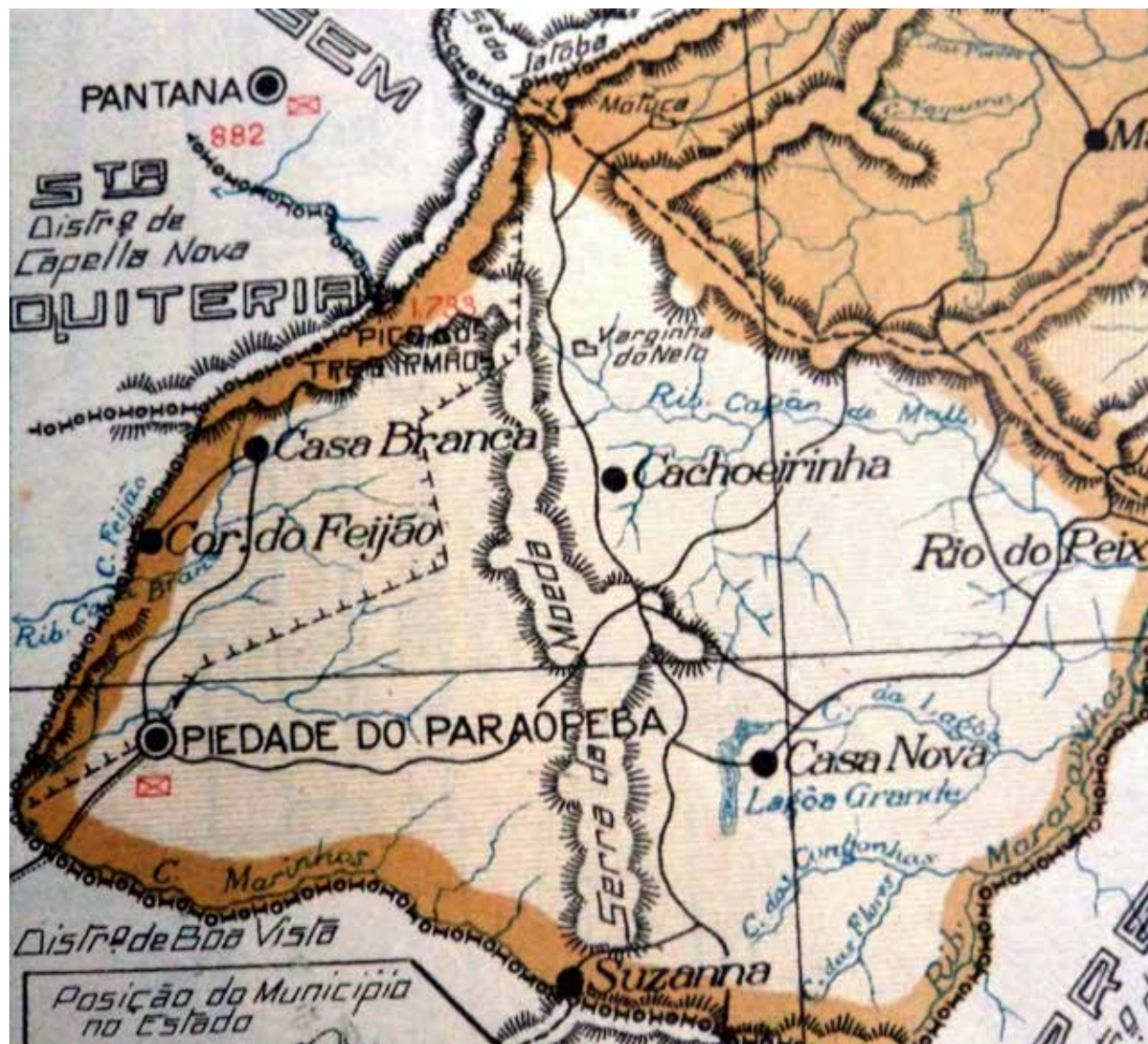


Imagem 5 - Fragmento do Mapa de Nova Lima contido no Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais, de 1927. O detalhe mostra o Distrito de Piedade do Paraopeba como se apresentava no início do século XX, quando estava incorporado à municipalidade de Nova Lima. Ali aparece a Varginha do Netto e Casa Nova, que na verdade é referência à casa construída pela Mina de Morro Velho, onde George Chalmers morou após aposentar-se. Não é uma povoação e não havia um caminho sobre a Lagoa dos Ingleses, como aparece na representação.

O número de minerações auríferas na área correspondente à paisagem da Serra da Moeda em tempos coloniais era muito maior que as 42 citadas. Eschwege foi testemunha que centenas de áreas trabalhadas jaziam abandonadas pela área de sua Superintendência, que incluía o Rio das Mortes, o Rio Paraopeba e o Rio das Velhas. O tamanho das lavras e trabalhos - adverte Eschwege - não corresponde ao número de trabalhadores que foram encontrados nelas. Ele atesta que elas estavam subproveitadas, a maior parte com metade ou menos dos trabalhadores que po-

deriam laborar ali com facilidade (ESCHWEGE, 1979: 50).

O período Joanino e seus viajantes foi testemunho dos resultados da mineração colonial por todo o território das Minas Gerais. A 'deca-dência' tinha algo de relativo, pois a deca-dência já existia no período colonial, por uma sociedade já nascida desigual, como todas as fronteiras de mineração ao longo da his-tória. Contudo, era a paisagem desolada, os campos queimados e abertos, assim como os desbarrancados das catas abandonadas e

os tabuleiros remexidos dos rios que aumen-tam a sensação de abandono, assim como os 'desclassificados', agora multiplicados nas áreas urbanas e caminhos tradicionais por que passam os viajantes das décadas iniciais do século XIX, por várias gerações violência, doença, aleijões e envelhecimento. Saint-Hilaire, Burmeister, Mawe, Luccock, Spix, Martius e o próprio Eschwege são testemunhas das consequências para a percepção desses processos sociais.

4 - A PERSISTÊNCIA DA MINERAÇÃO DURANTE O SÉCULO XIX MONÁRQUICO

Como vemos nos testemunhos de Eschwege, a mineração sofre uma crise de capitais e de mão de obra no início do século XIX, que ele buscará solucionar, no centro de Minas Gerais, tentando ensinar técnicas mais racionais de exploração, principalmente com a intensificação de aparelhos hidráulicos como rosários, pilões e moinhos (ESCHWEGE, 1979).

Eschwege deixa as Minas Gerais e o Brasil em 1821, quando a situação na Europa já está estabilizada e a do Brasil se dirige para a independência e possível guerra. Como ele, vão embora também muitos estrangeiros de perfil técnico, que se por um lado deixam um Brasil muito mais rico do que quando chegaram, por outro, possuem substitutos imediatos à altura entre os que ficam. A crise seguinte, que se vislumbram alguns anos depois, é a

da falta de escravos africanos, que supriam em grande medida os trabalhos técnicos intermediários. Para a mineração aurífera do centro da Província de Minas Gerais isso poderia ser o fim definitivo. Só restariam alguns poucos empreendimentos, estrangeiros provavelmente, tocados pelo capital de risco externo, principalmente o abundante capital inglês (ESCHWEGE, 1979).

Mas a história não foi bem esta. A mineração aurífera persistiu durante o resto do século XIX, sendo a região da Serra da Moeda escavada intermitentemente, na medida das possibilidades ambientais, de disponibilidade do escravo e dos recursos dos proprietários.

Um acordo em 1819, entre o então príncipe regente Pedro e os proprietários de terras em

Minas Gerais deu vantagens a estes últimos em troca de apoio político para a Independência. Entre essas vantagens, dispensou os segundos de autorização para minerar em suas próprias terras. Posteriormente, um Decreto de 1829 formalizou que os trabalhos de mineração eram isentos de autorização prévia dada aos proprietários pelas autoridades imperiais. Junto à autonomia ganha pelos trabalhos de mineração, há burlas às disposições que visam extinguir gradualmente o tráfico negreiro. Os escravos africanos continuaram a entrar muito depois da proibição do tráfico, de forma ilegal, e muitos deles eram dirigidos às lavouras e minerações de Minas Gerais. As histórias repetidas sobre negros lúcidos e mais que centenários - que haviam sido escravos e eram de origem africana - ainda vivos nas duas primeiras décadas iniciais do século

XX na região da Serra da Moeda, e recolhida por diversos memorialistas como Álvaro da Silveira, atestam apenas que na verdade esses tinham seus documentos burlados para parecer que tinham nascido antes da proibição do tráfico, em 1831 (SILVEIRA, 1922; BARRETO, 1999; CHALOUB, 2012).

No século XIX, a persistência da mineração também se relaciona à persistência da escravidão. Essa constatação se reflete nas dificuldades de análise de alguns registros históricos, que precisam ser olhados por um viés ainda mais crítico, ainda apresentando diversas indagações à historiografia. Vamos ver alguns problemas mais à frente. Por agora, vamos constatar apenas que entre 1814 e 1831, com todos os processos sociais, econômicos e políticos o Brasil independente e a Província de Minas Gerais eram outros. Voltamos então a Serra da Moeda.

4.1 - VISÃO DA MINERAÇÃO NA REGIÃO DA SERRA DA MOEDA PELOS MAPAS DE POPULAÇÃO DE 1831

No início da década de 1830, o governador da Província de Minas Gerais, Manoel Ignácio de Mello e Souza, fez um pedido de informações às câmaras municipais e aos juizes de paz para que coletassem informações sobre a população de seus distritos, com detalhes de cor, idade, condição ocupação, e se havia fábricas de algum tipo nesses distritos (APM/MP; LIBBY, 1988: 28-31).

Estes são os mais completos registros para a época, mas contém o que Douglas Cole Libby chamou os resultados de serem *“os juizes dedicados (...) uma franca minoria de classe”* (LIBBY, 1988: 30).

Os mapas de população que correspondem à região são os de São Caetano da Moeda, São José do Paraopeba (que incluía então o território da futura paróquia de Piedade de Paraopeba, que seria criada no ano seguinte, 1832), Boa Morte, Congonhas do Campo, São

Gonçalo do Bação, Itabira do Campo e Macacos (APM/MP).

É interessante fazer a comparação com o levantamento de Eschwege, realizado em 1814 e pensar o que mudou na mineração e na sociedade de então, aos 17 longos e turbulentos anos da história provincial.

Iniciando pelo sul, por Congonhas do Campo, outrora um polo incontestado e rico das frentes auríferas. Temos oito propriedades onde era exercida a mineração:

No 1º quartirão, que parece corresponder a áreas próximas às margens do Ribeirão das Congonhas. A primeira pertencia a **Antonio Mendes**, que possuía sobre seu poder seis escravos registrados como mineiros. Cinco pardos e um negro de 60 anos. Na segunda propriedade, a exploração era mínima, já que a proprietária, **Maria Teixeira**, de 84 anos, tinha dois cativos mais idosos, um com 80 anos e outro de 50 anos, o que significava, provavelmente, que o mais novo bateava com ajuda muito relativa do primeiro. Nas outras propriedades, trata-se da presença de um ou dois mineiros livres por fogo e apenas um deles é cativo, totalizando oito mineiros, dois deles na propecta idade de 70 anos. Isso parece remeter à faiscação, inclusive como meio único de subsistência de escravos velhos que tinham recebido a alforria, atuando esporadicamente (APM/MP Cx.01/Doc.07).

No segundo quartirão foram registrados mineradores em apenas dois fogos, ambos com um único minerador. Ambos tinham a idade de 60 anos, um ainda cativo, outro livre. Também pode ser faiscação, pois, se os mais escravos mais novos podiam ser alugados às companhias de mineração, não parece ser esse o caso (APM/MP Cx.01/Doc.07).

No terceiro quartirão, um único fogo registra um minerador de 70 anos, constituindo o mesmo caso (APM/MP Cx.01/Doc.07).

No quarto quartirão apenas um único minerador, pardo, livre, com 46 anos (APM/MP Cx.01/Doc.07).

No quinto quartirão foram registrados sete mineiros distribuídos por sete fogos, quatro jovens ou de meia idade e três com mais de 50 anos. Nesse quartirão, no entanto, aparece um

grande empreendimento de mineração, no fogo chefiado por Joaquim José de Faria Lannes, branco de 66 anos e viúvo. Ele possuía 37 escravos, entre os quais havia apenas dois de origem africana, de proveniência do Congo, um de 18 e outro de 28 anos. Pouco se sabe sobre essa exploração e seu proprietário. Não sabemos a localização dos serviços, mas Lannes se incluía no rol de sobrenomes importantes que tinham parentes na região do vale do Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo e descendentes seus iriam tomar parte em meados do século XIX na abertura de novas terras no norte da Zona da Mata mineira, assim como integrantes das famílias Pereira e Monteiro de Barros (APM/MP Cx.01/Doc.07; BROTERO, 1951).

No sexto quarteirão temos nove escravos e livres listados como mineradores, distribuídos por cinco fogos. Quatro jovens e cinco na faixa etária entre 50 e 60 anos de idade (APM/MP Cx.01/Doc.07).

Assim, temos o total para Congonhas de apenas 36 mineiros, muitos idosos, o que é um número muito baixo se considerarmos o vulto que a exploração teve ali. Além desses, potencialmente usados na mineração se, como afirmam alguns, a Fábrica Patriótica estivesse sem com problemas para operar, estavam seus 55 escravos ali alocados, todos 'nacionais' e jovens (APM/MP Cx.01/Doc.07). No mapa de população de São Caetano da Moeda quase todos os escravos não tiveram preenchidos os campos sobre onde eram empregados. Assim, fica difícil dimensionar ali, os que exerciam, mesmo que secundariamente, a faiscação ou mesmo como mineradores de explorações de seus patrões.

Na Fazenda das Contendas, de **Antonio Ribeiro de Carvalho**, dos 36 cativos, havia um alfaiate, dois ferreiros e duas crianças. O restante dos cativos adultos do sexo masculino se dividia entre sete crioulos e 24 africanos. Porém, sem referência se algum deles era empregado em mineração (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda da Serra, de **D. Anna Roza da Cunha** e de seu filho mais velho José Marinho de Azevedo, havia seis escravos 'nacionais' e 23 africanos, todos do sexo masculino e adultos, além de 17 mulheres cativas, sendo oito delas africanas (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Outra fazenda com grande número de escravos era a Fazenda das Pedras Negras, de **João Gomes Carneiro e João Vieira Braga**, havia 43 escravos do sexo masculino, adultos. Entre eles havia 20 'nacionais', entre cabras, crioulos e pardos, e os outros 23 eram de origem africana. Também havia 16 mulheres cativas, nove delas africanas (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Já na fazenda da Moeda, de **D. Thereza Constança dos Santos**, viúva de 50 anos, havia 24 escravos adultos do sexo masculino divididos entre 13 'nacionais' e 11 africanos. Um dos 'nacionais' e um dos africanos eram ferreiros. Além destes havia 19 mulheres e cinco crianças pequenas (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda da Samambaia, de **Antônio José Bastos**, havia um total de 15 escravos homens adultos e seis escravas mulheres. Todos eram de origem africana (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda Cachoeira, de **José Justiniano Rodrigues**, de 34 anos, havia um plantel equilibrado, com 12 escravos homens e 12 escravas mulheres. Somente quatro dos homens eram de origem africana, e havia ainda uma criança (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda da Boa Vista, de **Domingos e Francisco Muniz da Silva**, havia 32 escravos homens adultos, entre eles 14 de origem africana. Também havia 13 mulheres, entre elas seis africanas. Também havia um total de 10 crianças cativas (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda do Taquarassú, de **José Vieira Braga**, viúvo de 50 anos, havia um plantel de 23 escravos homens adultos, com 16 africanos dentre eles. Entre as sete escravas apenas uma era africana (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda da Barra da Contenda, de **D. Rosina Maria de Jesus**, de 58 anos, havia poucos escravos, apenas cinco, todos africanos. Um homem e quatro mulheres. Entre os libertos havia um africano mais velho (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda da Fortaleza, de **Quitéria de Souza**, viúva de 60 anos, havia 20 cativos, entre nove homens e 11 mulheres. Entre eles apenas um casal de africanos (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda do Porto Alegre, das irmãs **D. Thereza, D. Felicíssima, Ana Joaquina e Luiza Correia**, todas com o sobrenome Nogueira Rodrigues, havia 20 cativos homens adultos, sendo nove africanos. Não havia mulheres ou crianças no plantel. Mas havia duas africanas libertas, assim como dois africanos libertos (APM/MP Cx.01/Doc.02).

Na Fazenda de Caetano José, de **Manoel Pedro de Souza**, de 78 anos, o plantel chegava a 18 cativos: oito homens e 10 mulheres. Destes, três homens eram africanos. Entre os livres e libertos que moravam ali, estavam um africano, de 79 anos, e uma africana, de 59 anos (APM/MP Cx.01/Doc.02).

O número de mineradores potenciais em São Caetano da Moeda, portanto, é maior do que os listados em Congonhas, porém, não é possível fazer uma estimativa pelo não preenchimento dos campos apropriados (APM/MP Cx.01/Doc.02 e Doc.07).

Caso similar e mais complexo está no Distrito de Paz de Boa Morte. Ali o juiz de paz era um grande proprietário: Romualdo José Monteiro de Barros, o ex-sócio de Eschwege. O registro é cheio de problemas. Ele omitiu parte significativa dos sobrenomes dos brancos e pardos proprietários. Não identificou origem de nenhum escravo, assim, não é possível saber a porcentagem dos africanos. Em seu registro sobre sua fazenda e sobre seu próprio plantel, registro esse feito entre os últimos (n. 106 entre 108 registros) há uma grande quantidade de números redondos nas idades dos

escravos, idades em geral com números terminados em zero ou cinco. Sua propriedade é uma das raras onde era possível existir ainda, mineração em larga escala, pela sua extensão e pelo número de escravos, que remontava ao total de 208 escravos, quase 40% dos 510 escravos do distrito. Uma suspeita recai, assim, sobre o registro: Uma possível 'ladinização' de escravos 'boçais' (APM/MP Cx.01/Doc.05).

A leste de Congonhas e Boa Morte havia o distrito de paz de São Gonçalo do Bação, onde foi registrado um único minerador, **Manoel Gomes de Moura**, que possuía apenas um cativo para lhe auxiliar, assim como o livre Paulo Prudêncio, de 18 anos. Os outros envolvidos com mineração eram 16 faiscadores independentes que atuavam pelas áreas de antigas minerações coloniais (APM/MP Cx.01/Doc.03).

O mapa de população de Itabira do Campo, por outro lado, é muito mais rico em detalhes, realizado pelo juiz de paz Joaquim José de Oliveira Mafra (APM/MP Cx.01/Doc.04).

O número de registros de pardos, cabras e negros livres e pobres que viviam da faiscação é enorme: 75, com um ou dois por fogo, o que coloca quase 60 fogos sustentados total ou parcialmente pela faiscação (APM/MP Cx.01/Doc.04).

Entre os declarados propriamente mineiros estão:

Honório de Albergaria, branco, de 47 anos, que minerava com um contingente de oito escravos, sendo um pardo, quatro crioulos e três africanos de procedência Angola (APM/MP Cx.01/Doc.04).

Francisco de Medeiros, pardo, de 70 anos, minerava com seus filhos, João de Medeiros e Francisco de Medeiros, de 19 e 24 anos, respectivamente, e com cinco negros angola cativos, dois crioulos e dois cabras também cativos, no total de nove cativos empregados em mineração, auxiliados por mais um cativo, cabra, ferreiro, que cuidava do ferramental. No plantel havia várias mulheres e crianças escravas (APM/MP Cx.01/Doc.04).

Joaquim Pedro Leite, mineiro pardo de 60 anos, minerava com o auxílio de cinco escravos, sendo apenas um de origem africana, Caetano Angola (APM/MP Cx.01/Doc.04).

Manuel Antunes Moreira, pardo, de 54 anos, também minerava com um pequeno plantel. Tinha sob seu poder um escravo crioulo e dois africanos, angolas. Ainda contava com o auxílio de um livre, Silvério Moreira, crioulo (APM/MP Cx.01/Doc.04).

No mapa de Itabira do Campo também estava a mineração em Cata Branca. Foram registrados lá, o norte-americano Joseph S. Cliff (nome aportuguesado para José Estevão Cliff), médico de 26 anos; os ingleses John O. e Thomaz J., e o pardo livre Francisco Gonçalves. Entre o grande número de cativos havia uma predominância enorme dos africanos de procedência Angola, composta de 29 negros. Além deles, havia um único negro de origem Moçambique, além de outro negro crioulo. Havia ali mulheres empregadas em trabalhos de mineração, algumas muito jovens. Eram 28 as que ali mineravam, sendo 10 delas entre os 14 e 16 anos de idade. Ainda havia cinco outras mulheres como cozinheiras e costureiras. Todas as mulheres, mineradoras ou não, eram de procedência Angola (APM/MP Cx.01/Doc.04).

O último distrito de paz a ter um mapa de população em 1831 foi o de Macacos, pertencente

ao Termo de Sabará. O Juiz que registrou era Antonio Jorge Gomes da Costa, proprietário de terras local. Além dos mineradores havia dois capitães-mores 'aposentados' que ali residiam. O minerador de mais posses, possivelmente com uma exploração significativa, talvez na área da Fazenda de Santana, era o Alferes Domingos Gonçalves d'Alves (sic), de 38 anos. Ele minerava com um plantel de 16 escravos 'pretos', mas não foi registrada a procedência desses. Além disso, um feitor pardo cuidava de exploração (APM/MP Cx.11/Doc.06).

Entre os pequenos exploradores estava o guarda-mor Francisco Antonio de Alvarenga, de 54 anos, que minerava com apenas três cativos, sem procedência declarada. Jorge João Pereira e Paulo Rodrigues eram pretos libertos, ambos de 68 anos, que continuavam na lida da busca do ouro em locais próximos. João Brás, cabra de 40 anos também minera-

va de forma independente. Como eles, havia mais 17 registros de mineradores, mas que eram, na verdade, faiscadores em antigas minerações coloniais. Assim, além da exploração com 16 escravos, e outra com três escravos, havia cerca de 20 faiscadores (APM/MP Cx.11/Doc.06).

É possível também que o Capitão-mor e Guarda-mor José Maria da Cunha Jardim, que possuía ali sete escravos, utilizasse-os para minerar esporadicamente, dependendo das condições meteorológicas e do período do ano, quando o trabalho não estorvasse os cuidados com suas plantações (APM/MP Cx.11/Doc.06).

É possível ter visões parciais para outros anos, já que outros mapas de população foram realizados anos depois. Entretanto, em 1831 foi o último ano de um levantamento que abarcasse todas as áreas. Por esse motivo, consideramos desnecessário fazer con-

siderações sobre os outros anos, já que mais importante é ver o curso da região da Serra da Moeda como um todo.

Esse percurso histórico das minerações foi na direção da diminuição das operações, pela incapacidade de manter o fluxo de mão de obra, ainda que houvesse esporádicos investimentos de um ou outro proprietário. Entretanto, é perceptível que o empobrecimento das explorações realizadas por fazendeiros significasse, muitas vezes, o aumento da fiação por libertos, em geral, de avançada idade, acompanhados ou não de seus descendentes já nascidos livres.

Algumas concessões dadas a partir de 1824 para nacionais, no curto período em que foram necessárias, até o Decreto de 1829, demonstram o interesse em minerações na Serra da Moeda. Porém, alguns brasileiros formaram sociedades ou tinham parentes portugueses envolvidos e precisaram entrar com pedidos de concessão mesmo após 1829, fato que salvou o registro de algumas dessas concessões para a história da mineração ali.

As primeiras concessões para exploração aurífera na região da Serra da Moeda, após a Independência do Brasil, foram em três locais diferentes, mas em forma genérica, e publicadas em 1830, a primeira em 27 de abril e as outras duas em 27 de setembro. Elas foram concedidas a Francisco Gomes da Silva, Joaquim José de Siqueira e José Maria Velho da Silva (RAPM XX, 1924, 146-155).

Os dois últimos tinham concessões na área entre Pau Branco, Casa Branca e a região de Macacos, passando por onde hoje se encontra a Reserva Ecológica de Fechos, o que sugere que possam ter reexplorado a mina de 'Feixos' ou algumas das explorações próximas, na Fazenda de Santana ou no Morro do Gama.

A terceira década do século XIX marcou por tornar comum, após toda uma reestruturação dos poderes internos que vieram do processo de Independência do Brasil e autonomização das províncias, uma alta taxa de absenteísmo entre proprietários de lavras e minas. Isso ainda irá gerar muita discussão historiográfica, mas se for feito um profundo estudo sobre as funções públicas e privadas dos maiores proprietários, muitos dos quais, com fazendas de agricultura e criação nos vales do Paraíba e em abertura - e grilagem - de terras nas periferias da província, principalmente após o advento da cultura do café, fica claro que seus múltiplos interesses produziram a administração por meio de parentes e agregados, assim como práticas de transferência de mão de obra e de escondê-la, por conta das leis que visavam coibir a escravidão ilegal.

Assim, ainda que seja região de uma riqueza intermitente, por vezes difícil, a Serra da Moeda foi lugar disputado durante o período monárquico pelas diversas municipalidades, tendo ocorrido transferências diversas de distritos entre elas. Entre os motivos havia esperanças no sucesso de minerações futuras.

Algumas minerações, em ambas as vertentes, chegaram a ser muito significativas em tamanho, entre o fim do período Joanino e pouco depois da Independência, apesar dos poucos dados sobre suas produções. Entre os indícios importantes do tamanho das explorações, por exemplo, podemos analisar o estrago que chegaram a causar e transtornar outras atividades. No Rio Paraopeba a navegação ficou prejudicada após muitas décadas de exploração constante, como se percebe lendo o *Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*, onde se reproduziu a sessão de 25 de agosto de 1825 do Conselho:

"Sendo bem tristes as consequências do livre-arbítrio, com que até o presente se tem feito obras, e serviços minerais nos rios navegáveis de que é um exemplo o Rio Paraopeba, o Conselho do Governo resolve o seguinte:"

"§ único. Nos rios navegáveis não se farão obras, nem serviços alguns ainda (que) minerais sem autoridade do Governo da Província" (DIÁRIO DO CONSELHO DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, 1825: 89).

O detalhe é que essa obrigação de autorização foi aprovada exatamente em sessão em que estava ausente o Conselheiro Romualdo José Monteiro de Barros, o antigo sócio de Eschwege e representante dos interesses dos mineradores na região, com os quais tinha laços de aliança política e parentesco. Um requerimento denunciava os problemas que os mineradores estavam causando na região, que atingiam as pontes e passagens, destruindo as margens do Paraopeba:

“Requerimento... dos povos da aplicação do Bom Fim, Conquistas, Rio do Peixe, Itatiaiuussú e freguesias de Congonhas do Campo e Curral Del Rei, no qual se queixavam do estado em que se achava a testada pertencente ao Capitão-mor Antonio de Souza Moreira, e ponte contígua, que estavam dadas as providências gerais” (DIÁRIO DO CONSELHO DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, 1825: 87).

É tema muito pouco estudado a exploração aurífera dos grandes rios que se seguiu ao período da Independência. As técnicas novas não entraram apenas com Eschwege no que toca a exploração subterrânea. Alguns rios foram explorados no século XIX, talvez com auxílio de maquinário mais desenvolvido, em meados do século XIX, entretanto, há poucas informações sobre isso.

4.2 – MINERAÇÕES NA REGIÃO DA SERRA DA MOEDA PELOS MEADOS DO SÉCULO XIX

Após a maioria de D. Pedro II, em 1840, e da Revolta Liberal, de 1842, a economia provincial começou novamente a se aquecer, seguindo uma tendência mundial que fez os investimentos estrangeiros no Brasil crescerem. O café foi introduzido de vez como produto de exportação. Entretanto, a mineração não ficou esquecida.

Na vertente do Rio das Velhas esperava-se um grande aumento dos resultados em minerações, por conta da presença próxima de minas como Cata Branca e Morro Velho. Ares, especificamente, era uma aposta constante, assim como a região da Serra de Macacos. As explorações ao norte de Congonhas também se mostraram ricas, cobiçadas por empresas estrangeiras, mas quase todas nas mãos das famílias Monteiro de Barros, Pereira da Cunha e de seus aliados. Cata Branca, a maior mina aurífera da região, foi explorada nas décadas iniciais do século XIX por Francisco de Paula Santos, depois repassada a uma empresa de capitais ingleses, que foi obrigada a fechá-la após um grande desmoronamento. Ela foi durante muitos anos a maior mina na região da Serra da Moeda, porém, com trabalhos intermitentes, e ao final do século, alvo de disputas legais diversas entre sucessores de Francisco de Paula Santos, a companhia de Morro Velho, que a arrendou por algum

tempo, e entre a empresa de capitais ingleses *Cata Branca Gold Mining* e o engenheiro J. J. Queiroz Júnior, terceiro proprietário da Usina Esperança, que comprou o Pico da Itabira e sua área de entorno, sendo, no entanto, espoliado de suas propriedades após longo processo que só findou na segunda década do século XIX (LIBBY, 1988: 58 e segs.; BROTEIRO, 1951; ATHAYDE, 2010: 65-66).

A *Saint John Del Rey Mining Company* já levava seu interesse à região na década de 1830, através de seu superintendente, o inglês Charles Herring, que comprou em dezembro de 1832, a Mina de Feixos, próximo às cabeceiras de mesmo nome. Porém, em agosto de 1833, já a vendia para um grupo de investidores brasileiros, dos quais não encontramos registros. A empresa iria se estabelecer definitivamente em Morro Velho, mina que se tornaria sinônimo da própria empresa, mas aumentaria sua influência pela região de toda a Serra da Moeda e além, nas décadas seguintes (LIBBY, 1988: 59).

Já na vertente do Paraopeba, as minerações mais importantes se faziam nas proximidades desse mesmo rio. Mas ali as produções agrícolas e as criações eram muito mais produtivas, dando ensejo a um tropeirismo intermitente, que sofria com más estradas e pontes, mas cujos impostos provocaram choques de interesse entre as municipalidades, que refletiram até mesmo nas disputas eleitorais ali (O COMPILADOR, 2, 1844: 3-4 e CORREIO

OFICIAL DE MINAS, n. XII, 1857: 2, n. 140, de 17 de maio de 1858 e outros números).

Porém, ali não houve grandes empresas atuando e o vale permaneceu com uma mineração cada vez mais decadente, apesar de uma agricultura e criações cada vez mais importantes. A tendência dos mapas de população de 1831 continuou: as explorações se mantiveram no eixo Moeda-Marinheiros e decaíram definitivamente ao sul e ao norte deste.

4.2.1 - TRABALHADORES EM MEADOS DO XIX NA SERRA DA MOEDA: 'ESCONDENDO ESCRAVOS'

Não há como entender os relatos e documentos contraditórios sobre a região da Serra da Moeda a partir da década de 1830, sem fazer consideração aos problemas decorrentes da transição da mão de obra e as formas que a elite agrária utilizava para burlar tais dificuldades.

Os escravos ameaçavam escassear, com a repressão ao tráfico. Ainda que os fazendeiros buscassem um rendimento máximo sobre seus escravos utilizando-os em diversas funções, aproveitando-se da sazonalidade dos trabalhos da lavoura e da mineração, havia agora a necessidade de esconder dos olhos dos estrangeiros, principalmente ingleses, majoritariamente abolicionistas, os escravos africanos contrabandeados após 1831, quando foi proibido o tráfico 'pela primeira vez'.

Como nos mostra Sidney Chaloub: *'sisa, matrícula e escritura de venda poderiam ser obtidos mediante declaração simples do proprietário, sem documento que certificasse a legalidade da importação original'* (CHALOUB, 2012: 197).

Porém, alguns anunciantes de escravos desavisados publicavam nos jornais sobre escravos com idades incompatíveis com a proibição do tráfico. Alguns se defendiam quando pegos que teriam diminuído a idade por 'motivações comerciais', na verdade buscando enganar os compradores. Entretanto, na verdade essa prática tinha limites e ia em caminho oposto ao de buscar aumentar a idade dos escravos como comprovação que estavam os proprietários dentro da lei. Assim, os abismos entre uma prática e outra - diminuir idade para aumentar o preço e aumentar a idade para esconder o escravo traficado após a proibição - provocaram a prática de esconder os escravos de quem pudesse denunciar a possível ilegalidade (CHALOUB, 2012: 198 e segs.).

A história dos escravos contrabandeados para as lavouras do Rio de Janeiro, São Paulo e Sul de Minas Gerais está contada em muitas obras, continuando a render novas histórias e problemas historiográficos. A elite proprietária do centro de Minas, porém, era diretamente aparentada com os fazendeiros envolvidos no tráfico e nas compras ilegais. Das que tiveram terras no entorno da Serra da Moeda,

muitas tinham fazendas em Vassouras-RJ, Atibaia-SP e outros locais de intensa escravização ilegal. Entretanto, ainda está por ser escrita a história de escravos contrabandeados ilegalmente para o centro de Minas Gerais, muitos dos quais estavam, com certeza, minerando e cultivando nas vertentes e vales em torno da Serra da Moeda.

Como apontamos antes, um mesmo escravo podia ser empregado, dependendo da época do ano, em diversos trabalhos. Porém, na situação que a exploração aurífera se encontrava, com trabalhos difíceis e problemas políticos no emprego do negro africano contrabandeado, a preferência recaía por não registrá-lo ou registrá-lo como sendo um agricultor, carreiro, peão, carvoeiro, ferreiro ou com outra habilidade.

É preciso lembrar que o legado político do tráfico ilegal de escravos era fruto do sistema de parentesco e sociabilidade entre grandes famílias. Entre as grandes famílias do Império estavam os Monteiros de Barros, os Pereira da Cunha, os Amorins; os Barbozas e muitas outras que tinham propriedades na região da Serra da Moeda. Através dessa rede, que traduzia objetivos comuns, era possível manter a discrição necessária que, como citou Chaloub, correspondia à "produção de silêncios, a arte da dissimulação, a hipocrisia paciente e sistemática, o argumento do cativo da necessidade e o da necessidade do cativo, o sonho de abolir a lei (da proibição do tráfico) e

as regras sociais” (que agora iam em direção à liberdade) (CHALOUB, 2012: 291).

“Era preciso conciliar o cativoiro... e a conveniência das regras sociais, a força da escravidão e a aparência de domínio da lei, o contrabando de africanos e a vigência formal da lei de abolição do tráfico de 7 de novembro de 1831”
(CHALOUB, 2012: 291).



Imagem 6 - Charge sobre a atitude de remoçar os escravos mais velhos para vendê-los a melhores preços. Com a repressão ao tráfico, e a lei de 1831, que tornou ilegal manter escravizados os africanos que entraram no país após esse ano, essa tendência foi contrabalançada para tornar escravos jovens, mais velhos, para esconder o fato de terem chegado antes.

A mineração de ouro teve altos e baixos durante o século XIX na região da Serra da Moeda, se caracterizando pelo abandono gradual dos grandes trabalhos, retomadas momentâneas em diversos locais com alternância de atividades difícil de acompanhar com toda

precisão, já que são muitas as lacunas documentais.

Se em Congonhas a mineração foi diminuindo gradualmente nas fazendas da família Monteiro de Barros, essa mesma família alternou sua atenção durante toda a primeira metade do século XIX entre diversas explorações, e na segunda metade desse século se desfez gradualmente de algumas de suas terras e lavras. Nesse período da década de 1850, porém, há uma retomada de explorações no Paraopeba e em áreas como Aredes e Cata Branca, assim como algumas explorações na serra dos Macacos e nas cabeceiras do Mutuca. A disponibilidade de melhores técnicas fez com que se sondasse e reabrisse temporariamente algumas galerias no período da década de 1870, por toda a região, talvez com alguma intervenção de engenheiros formados no Rio de Janeiro e dos primeiros professores da Escola de Minas de Ouro Preto.

4.2.2 - LUTAS OITOCENTISTAS POR DIVISAS E DISTRITOS NA SERRA DA MOEDA

Já em 1844, as lutas políticas pelos distritos da região do médio Paraopeba e da Serra da Moeda acima ainda mantinham-se acirradas. Em *O Compilador* foi publicado um parecer, da Assembleia Legislativa Provincial, lido na sessão 21 de fevereiro daquele ano.

“Parecer n.9 - A Câmara da Vila do Bom Fim, por ocasião de felicitar a Assembleia Legislativa no ano de 1842,

representou em seu ofício que a prosperidade daquele município dependia de que os distritos da Boa Morte, Moeda e São José se incluam no seu território, ficando a divisa natural pela Serra do Paraopeba (Moeda). A Assembleia Legislativa resolveu que fosse a semelhante respeito ouvida a Câmara Municipal desta cidade (Ouro Preto); esta expõe motivos ponderosos que objetam àquela pretensão, quais a limitação do termo, e conseqüente, falência de renda que corresponde às despesas a seu cargo, e que embora os referidos distritos fiquem mais ao alcance da vila do Bom Fim, todo o comércio converge para esta cidade, e nenhum incomodo sofrem os povos antes vantagem uma vez que até conciliam as ocasiões do serviço público com as diligências de interesse particular. Em vista do alegado, e de que os dois municípios e paróquias se acham divididos pela mui antiga divisa do Rio Paraopeba, a Comissão de Estatística é de parecer que não tem lugar a incorporação de distritos que pretende a Vila do Bom Fim” (O COMPILADOR, 2, 1844: 3-4).

No jornal editado por Silvério Ribeiro de Carvalho em Ouro Preto e intitulado *O Povo*, na página 4, da edição n. 19, publicada no domingo, 9 de setembro de 1849, na seção chamada *Belliscões*, uma crítica política é bastante elucidadora de como era vista a região da Serra da Moeda quanto a exploração aurífera naqueles meados do século XIX:

“Pretende-se tirar carta de excomunhão contra todos, e quaesquer que tiverem em si por qualquer modo lavradinhos saídos da Califórnia-Paraopeba”. “Dizem os espertalhões, que agora é mau tempo de se morrer, porque os herdeiros não são só os legítimos!” (O POVO, 19, 1849: 4).

O tema da Califórnia foi recorrente nesse período para indicar a exploração aurífera por comparação à corrida do ouro no *Far West* norte-americano, noticiado então pelos jornais de todo o mundo.

Essa crítica tinha mão-dupla: o conhecimento geral de que havia explorações auríferas na vertente do Paraopeba oriental e que eram ricas, mas não declaradas, assim como o fato de que apenas os grandes proprietários podiam safar-se, mas não os pequenos.

No registro paroquial de terras que foi realizado entre 1855 e 1856 na região da Serra da Moeda, conforme as disposições da Lei de Terras, de 1850, havia poucas propriedades em que se declarou existirem minerações. Por exemplo, João Baptista Gonçalves Sampaio declarou que possuía um terreno no Carrapato, em Piedade da Paraopeba, em que havia mineração. Esse terreno divisava com os herdeiros do Capitão Miguel Félix Caldeira. Outras propriedades historicamente de mineração aurífera não as declararam como a Fazenda da Tutameia, de Valeriano Antonio

Mascarenhas; a Fazenda Vila Nova, de Catharina Rosa da Fonseca e herdeiros do Capitão Miguel Félix Caldeira; a Fazenda da Vargem da Lavra, de Silviano Mendes Cunha; a Fazenda da Lavra, de Amaro Alves Vianna, etc.

O Córrego Tutameia hoje tem o nome de Córrego Fundo e pode ter relação com a retirada de água para as lavagens de minério junto ao Forte de Brumadinho, apesar de possuir em sua extensão vestígios próprios dessas atividades.

Na Sessão Ordinária de 12 de maio de 1857, o Vigário da Itabira do Campo, Domingos Pinto Xavier representou à Assembleia para que fossem anexadas à sua Paróquia as capelas de São José do Paraopeba, São Caetano da Moeda e São Gonçalo, que lhe pertenciam e que lhe foram tiradas em 1850. Porém, a Câmara decidiu ouvir primeiramente a Câmara de Itabirito (CORREIO OFICIAL DE MINAS, 1857: 2).

No Correio Oficial de Minas, edição n. 88, de 25 de maio de 1857, publicou-se um projeto de lei do seguinte teor:

“N.7 - Art. - fica revogado o § 4º do art. 2º da lei n. 729, sendo de agora em diante a divisa entre a Freguesia do Betim e a da Piedade do Paraopeba o alto da Serra da Moeda até o seu Fecho do Funil.”

“Art. - Os habitantes aquém da Serra da Moeda, denominados - os paulistas - e do Rio do Peixe, que

presentemente pertencem à referida Freguesia da Piedade, pertencem de agora em diante à Freguesia da Itabira do Campo” (CORREIO OFICIAL DE MINAS, n.88, 1857: 8).

A denominação usual, portanto, dos habitantes entre o Rio Paraopeba e a Serra da Moeda, pelo menos na porção mais a norte, era de ‘Paulistas’, o que pode remeter a alguma referência à Guerra dos Emboabas, ocorrida entre 1707 e 1709.

No Correio Oficial de Minas, edição n. 140, de 17 de maio de 1858, publicou-se um projeto de lei do seguinte teor:

“Projeto n. 86 - A Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais decreta: Art. 1º - os moradores da Varginha e Rio do Peixe ficarão pertencentes à Freguesia da Piedade do Paraopeba, desincorporados da Itabira do Campo.”

A Varginha ficava nas cabeceiras do Ribeirão Capitão do Mato, nas proximidades da atual parte norte da Lagoa do Miguelão, portanto, cabeceira também do sistema do Rio do Peixe. Isso mostra a dança de divisas e a luta por essa região, sempre citada pelas más e perigosas estradas, mas sempre desejada por motivos de arrecadação, o que indica que sua população não era desprezível, nem as atividades econômicas com que se ocupavam.

4.4.3 - VENDAS, DEMARCAÇÕES E CONCESSÕES

Outra forma de buscar informações de explorações, já que alguns registros foram deturpados propositalmente, é através de documentos de compra e venda, das ações de demarcação de divisas e das concessões de exploração.

As compras e vendas e as ações de demarcação são tantas para a área que não vamos abordá-las, mas apenas advertir sobre a possibilidade de seu uso, apesar da maior parte ser documentação do final do século XIX e do século XX. Porém, ali estão nomes de antigos proprietários e históricos das transferências ou referências a inventários ou litígios. Vamos, assim, às concessões que demonstram um renovado interesse, a partir do endurecimento do governo Imperial sobre o registro de atividades minerais, que ocorreu a partir de 1866 e tomou novo alento com a inauguração da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876.

A concessão de exploração aurífera próxima a Aredes foi recebida por José Máximo Nogueira Penido (Jr.) pelo Decreto n. 6.516 de 13 de março de 1877, e cita o Rio Santo Antônio, no município de Itabira. (do campo) (FERREIRA, 1924: 146-155).

Outra concessão muito genérica, mas que provavelmente remete a explorações na área do extremo sul da Serra da Moeda foi a re-

cebida por Paulo Tavares. Essa concessão citava uma grande área que incluía a Serra do Ouro Branco, Itaverava, Queluz e Congonhas do Campo, tendo sido publicada em 18 de junho de 1881, no Decreto n. 8.136 (FERREIRA, 1924: 146-155).

Também no ano de 1881 receberam outra concessão os Bacharéis Jerônimo Máximo Nogueira Penido Júnior e Agostinho Máximo Nogueira Penido, pelo Decreto de n.8.248 de 3 de setembro daquele ano. Também genericamente, citava a exploração de ouro em Congonhas do Campo e era ao norte que essa família possuía muitas terras (FERREIRA, 1924: 146-155).

Uma das concessões também próximas a Pau Branco foi a concedida a Valeriano Manso da Costa Reis (Filho?), pelo Decreto n. 8.448 de 11 de fevereiro de 1882, para explorar ouro em Congonhas do Campo (FERREIRA, 1924: 146-155).

A família Castro também recebeu uma concessão em 1882, porém não é possível saber se estava nas proximidades da Serra da Moeda por citar apenas de forma genérica o município de Ouro Preto. O concessionário João Baptista de Castro a recebeu pelo Decreto n. 8.517 de 6 de maio daquele ano (FERREIRA, 1924: 146-155).

Algumas concessões citam ainda Rio Acima, mas parecem estar todas relacionadas às margens do Rio das Velhas, em áreas que

iam dali para Raposos e Congonhas do Sabará (Nova Lima) (FERREIRA, 1924: 146-155).

No século XIX, se atentarmos para os parentes e as sociabilidades no sudeste oitocentista, observaremos que a propriedade da terra e essas concessões mostram um espelho das mesmas famílias poderosas distribuídas também em fazendas vizinhas em outras regiões, como no Vale do Paraíba, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (BROTERO, 1951).

Essas são as principais concessões para a região e se não mostram opulência, mostram ao menos o interesse sempre renovado na mineração.

4.4.4 - IMPRESSÕES DE UM VIAJANTE

Por essa época temos um relato de viajante que percebeu negativamente a vida econômica no Vale do Paraopeba. O inglês James W. Wells esteve em Minas Gerais em 1875 para fazer um levantamento para uma futura ferrovia que correria pelo Vale do Paraopeba. Esteve em Congonhas, atravessou a Serra da Boa Morte (parte da Serra da Moeda), foi até São Gonçalo da Ponte (atual Belo Vale) onde começaria o levantamento e seguiu rio abaixo, deixando diversas impressões sobre o Vale do Paraopeba.

Sobre a mineração ele relata duas ocorrências: um negro no Rio Maranhão, em Congonhas, usando da bateia no cascalho do fundo; e diversas marcas de mineração ao longo do Rio Paraopeba, e por todo o distrito, sem especificar os lugares (WELLS, 1995: 103-105).



Imagens 7 e 8 - Duas visadas do Rio Paraopeba nas proximidades de Porto Alegre. A primeira mostra o tabuleiro do rio em primeiro plano, local de explorações, além da Serra da Moeda do fundo, dominando a paisagem em várias visadas, mesmo da margem do Rio Paraopeba. A segunda mostra a margem oposta, com a deposição aluvional da areia uma parte do atual distrito de Porto Alegre. Fotos: Marcus Neves

*"... algumas das sedes de fazendas
são construções velhas mas sólidas;
nada é novo nesse vale, tudo é velho,
gasto e decrépito" (WELLS, 1995: 106)*

Wells avaliou que a produção era mínima, apenas para a subsistência, mas ficou intri-

gado que se trazia muitos bens de fora, que vinham em grande parte de Barbacena. Porém, não sabia como os habitantes pagavam por eles, já que sua aparência era de imensa pobreza. Porém, pode ser que Wells tenha avaliado mal alguns indícios, pois tratara com

poucos sitiantes. Os grandes fazendeiros da região, na verdade, eram ausentes, morando em Ouro Preto e outras áreas urbanas. O absenteísmo e o fato de que provavelmente havia atividades econômicas longe das proximidades do Rio Paraopeba, que ele não percorreu, provocaram uma impressão errada.

C.7. p. 155

5 - AS MARCAS DE MINERAÇÕES PRETÉRITAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO SOBRE A SERRA DA MOEDA

Muitas áreas mineradas no passado colonial e monárquico escapam à pesquisa histórica mais profunda. Muitos motivos históricos se apresentam na produção de registros incompletos ou, ainda, na perda da memória coletiva ou documental.

Nomes truncados, rebatismo de lugares, sucessões incompletas e cujos documentos de-

sapareceram são apenas alguns dos motivos a obstar o conhecimento dos detalhes sobre diversas explorações minerais dos períodos colonial e monárquico.

Em 1922, o geógrafo Álvaro A. da Silveira listou a sucessão de nomes que a Serra da Moeda tomava, desde a sua união com a Serra do Curral, ao norte: "Serra do Moysés, Calçada,

Tutameia, Pau Branco, Serrinha, Varanda de Pilatos, Jorge, Moeda, Marinho, Almas e Boa Esperança" (SILVEIRA, 1922: 349)

Também registrou para a posteridade o estado das marcas de mineração. Porém, suas afirmações devem ser vistas pelo viés de sua época, onde ainda não havia grandes explorações mecanizadas. Entretanto, ele reafirma

a existência de grandes cavas e galerias antigas:

“A mineração do ouro foi, nos tempos coloniais, muito importante nessa região, como indicam as catas gigantescas do Aredes e outras. Explorou-se aí o ouro de aluvião. Houve, entretanto, também algumas explorações de galeria, sendo, porém, de pouca importância”
(SILVEIRA, 1922: 350).

Também importante é a relação de atividades que provavelmente têm relação íntima com a existência da mineração. Na região chamada ‘Capitão do Mato’, foi localizada por Álvaro da Silveira as ruínas de uma fábrica de ferro onde havia alguns fornos do sistema catalão. Segundo o geógrafo, ‘empregavam a jacutinga como minério como em todas as forjas deste sistema existentes em Minas’, mas não foram registradas muitas informações. Não se sabe se as ruínas dessa fábrica ainda existem, pois a área foi alvo de muitas ações antrópicas, da construção de barragens, pilhas de rejeito de minérios e minerações de escala industrial (SILVEIRA, 1922: 349-350).

Essa visão necessita ser completada pela percepção da rede hídrica, essencial para entendermos a distribuição das minerações e faiscações, todas dependentes de água. Apenas as explorações de galeria se faziam com poucos recursos hídricos e, como salientou Álvaro da

Silveira, não ganharam as grandes dimensões das grandes minas de capital estrangeiro. Se listarmos apenas as principais desde a região de Congonhas, indo por faixas, seguindo mais ou menos as bacias hidrográficas, indo do sul em direção ao norte, a partir da área de Congonhas, pela vertente leste (Rio das Velhas) e depois fazendo o mesmo trajeto pela vertente oeste (Rio Paraopeba), teremos:

A área ao redor de Congonhas até seus limites com o distrito de Miguel Burnier, pertencente a Ouro Preto, e até a margem sul do Ribeirão Mata Porcos a Itabirito; subsistema do Ribeirão das Almas e dos formadores do Ribeirão Mata Porcos, com o trecho superior deste, enquanto se direciona para o sul-sudeste, e que é um sistema limitado pela Moeda e a Serra das Serrinhas; área ao redor do Pico do Itabirito e sua vertente para o centro urbano do município de mesmo nome e para o Rio das Velhas; subsistemas de cabeceiras ao sudoeste do Rio do Peixe, que inclui a área delimitada pelo Pico do Itabirito e a Serra da Moeda, incluindo aí Aredes, as lagoas artificiais do sistema hidrelétrico do Rio do Peixe, e para oeste até a divisa com a área de Marinho da Serra; subsistemas dos dois vales paralelos, ribeirões da Fazenda Velha e dos Andaimes, sistemas independentes que correm para o Rio das Velhas. Essa é a única faixa de drenagens significativas cujas nascentes estão a uma distância considerável da linha de crista; subsistema das cabeceiras do oes-

te dos tributários do Rio do Peixe, que vertem das encostas voltadas para nordeste do Morro do Chapéu e Morro do Gama, subsistema dos ribeirões dos Fechos, Macacos e o Rola Moça (parte de cima), e cabeceiras do Ribeirão da Mutuca.

Voltando para oeste, podemos separar os sistemas hídricos na vertente do Paraopeba em: Ribeirões e córregos ao sul da sede do distrito de Boa Morte, que está logo ao sul de um braço do espigão principal da Serra da Moeda; sistema do Ribeirão da Boa Esperança; sistema do Ribeirão da Barra ou Ribeirão Porto Alegre; sistema do Ribeirão Contendas; sistema do Engenho/Sapé; sistema do Ribeirão dos Marinhos; sistema do Ribeirão Aranha e Estiva; sistema do Ribeirão Piedade/Vieiras; Sistema Casa Branca e o sistema Córrego do Feijão/Samambaia.

Os sistemas hídricos que correm pela vertente oeste da Serra da Moeda são muito diversos dos que correm do lado contrário, refletindo na ocupação e na história da mineração ali. Se para o leste da crista temos um planalto que mantém altitudes significativas, com uma predominância rochosa evidente nos picos, cristas secundárias e ribeiros encaixados em verdadeiros cânions, no oeste predomina um declive mais abrupto, que faz os ribeirões encachoeirar-se nas proximidades da crista, fazendo dali os locais ideais para as explorações de grupiarias, restando para grande parcela do vale possibilidades de catas de aluvião.

Vejamos agora as principais ocorrências de interesse para uma história da mineração aurífera pela região da Serra da Moeda.

5.1 - ÁREA NORTE DA SERRA DA MOEDA

No período Joanino uma grande fazenda denominada "Villa Nova e Bom Sucesso" se estendia por todas as vertentes da Serra do Rola Moça e dos Vieiras. Ocupava boa parte do atual parque do Rola Moça e algumas terras nas proximidades do atual bairro Jardim Canadá, que pertenciam nesse período ao Alferes André Nogueira Villa Nova e sua esposa D. Antônia Gertrudes da Fonseca.

Dona Antônia Gertrudes, beata devota de Nossa Senhora da Piedade e com parentes em Caeté, resolveu em fevereiro de 1830, através de testamento, doar parte de suas terras à Capela da Piedade da Freguesia da Villa de Caeté, e por isso há a citação dessa Capela no Registro de Terras relacionado a essa fazenda, em 1854 (APM/MP Cx.11/Doc.06).

O Alferes também deixou testamento onde confirmava as disposições de sua esposa e instituía como seu único sucessor Silvério Ferreira Passos, que passou a ser, então, proprietário da metade do imóvel. O sobrinho do Alferes Silvério Ferreira Passos, vendeu, alguns anos após a morte de seus benfeitores, sua parte das terras para Joaquim Gomes da Rocha, proprietário de outras terras na região, no final do ano de 1843.

Além das marcas pelas cabeceiras da Mutuca, na área de Capão Xavier e do Parque do Rola Moça, e correspondem em parte, no território da antiga fazenda acima citada, há a outras mais. A Fazenda Pedro Paulo, logo ao sul da primeira, também foi alvo de mineração, um pouco mais a sudeste, as marcas de mineração que podem ser vistas também na área que hoje é conhecida como Estação Ecológica dos Fechos, já são de considerável tamanho. O antigo nome da área era Vargem dos Óculos. Em suas cabeceiras uma clara referência à mineração setecentista: Ouro Podre, próximo ao atual bairro Jardim Canadá. Em geral essa era referência, ora ao ouro de baixo quilate, ora ao ouro encontrado em meio a rochas muito friáveis, e de perigosa exploração, pois o desmonte podia provocar desmoronamentos. Pelo tamanho do desmonte hidráulico realizado ali, foi uma grande exploração, relacionada, possivelmente à Fazenda Santana, que possui referências documentais diversas para o final do século XVIII e durante todo o século XIX na área (APM RTP, 1856).

A Fazenda Paulo Preto havia sido dividida já em 1856. Entre os proprietários estavam José Januário de Araújo, Joaquim Pereira de Araújo, Mariana de Araújo, João Bernardo do Santos, João Chrisóstomo da Silva Lima, Vigário Domingos Ferreira de Meneses, órfãos de Luiz de Almeida Mattos e outros (APM RTP, 1856).

Próxima a minerações históricas estava também a Fazenda da Varginha, de Antonio Fer-

reira Netto, chamada por isso de "Varginha do Netto". No distrito do Bação, bem ao sul, na divisa entre os distritos de Itabira do Campo (Itabirito) e Congonhas do Campo, existia à mesma época uma Fazenda de nome "Lagoa do Netto", mas não sabemos se o proprietário era o mesmo (APM RTP, 1856).

Ainda existiam as fazendas da Samambaia, dos Freire e de Rita Maria de Jesus, Fazenda Córrego do Feijão, de José Ferreira, Manoel Tolentino de Jesus e Firmino Fernandes de Araújo (APM RTP, 1856).

A Fazenda Casa Branca, também com áreas com vestígios de grandes minerações coloniais, tinha se desmembrado em várias que mantiveram o mesmo nome. Os proprietários dessas terras eram, em 1856, José Anacleto de Miranda Meirelles, Francisco Gonçalves Prudente, João Custódio da Silva e Jerônimo Nicolau Dias (APM RTP, 1856).

A Fazenda da Vargem da Lavra, de Silviano Mendes da Cunha e Mathias Fernandes de Araújo divisava com terras dos Las Casas e dos Lagares, ali perto também existiu exploração aurífera no período colonial, e o nome da fazenda era uma referência a isso. Muitas outras fazendas existiam no distrito de Piedade do Paraopeba, mas algumas são difíceis de situar hoje, pela mudança de nomes e vendas sucessivas (APM RTP, 1856).

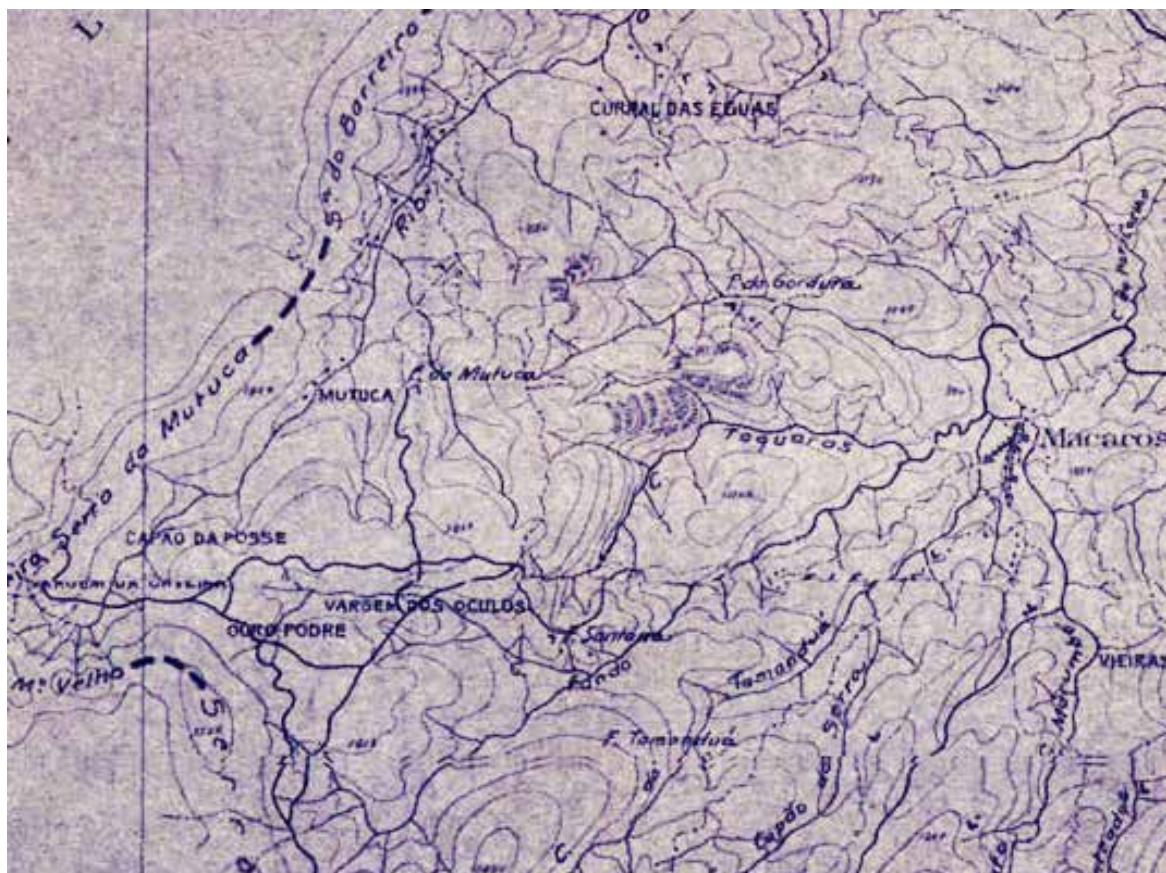


Imagem 9 - Detalhe da Carta Topográfica do Município de Nova Lima, produzida pelo Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais, de 1939. Quase apagado no mapa, vemos a referência à Vargem da Caveira, hoje o extremo-sul do Parque Estadual do Rola Moça. O Capão da Posse é hoje parte da mineração de Capão Xavier. Mais acima, ao norte, vemos a Fazenda da Mutuca.

Das áreas ao norte as duas concentrações de explorações ricas parecem ser relacionadas a áreas do entorno de Macacos e nas encostas que vão da Tutameia e Forte de Brumadinho pela longa curva que é interrompida apenas no Fecho do Funil, já no final da Serra dos Três Irmãos. O topo da Serra do Rola Moça pode ter ficado relativamente mal explorado pela dificuldade de se manter o fluxo de águas ali.

A área da Serra da Moeda alterna os jazimentos de vários tipos de minerais, e as explorações auríferas históricas se apresentam em muitas dessas formações, dos quartzitos às

de minerais metálicos. Contudo, a mineração de uma parte considerável dos jazimentos de minerais metálicos foi explorada durante o século XX, o que determinou a destruição de muitos vestígios ali, com a sobrevivência maior nas áreas onde predominam os quartzitos e gneiss. No Diário Oficial da União, podem-se acompanhar, pelo menos desde a década de 1940, as autorizações para exploração das cangas e permissões para explodir os itabiritos e outras formas mais duras em que o minério de ferro se apresenta, lugares esses que tinham, em sua maioria, relação com explorações antigas.



Imagem 10 - Detalhe de fotocópia de mapa 1:30.000 da região de Macacos, Mutuca, Fazenda dos Gorduras, Fazenda do Morro de Santana (ou Xavier, a qual pertence o Capão Xavier) e Fazenda do Engenho, entre as décadas de 1930 e 1940 em Nova Lima.

Dentro desse arco, voltemos a atenção para a área logo a oeste do Condomínio Retiro das Pedras, área de diversos vestígios. Desse vestígios o conhecido é o chamado Forte de Brumadinho. Ele se constitui em uma construção de dimensões significativas em uma protuberância com topo arredondado na meia encosta da vertente oeste do trecho da serra chamada de Tutameia, ao sul da Serra da Calçada.

O conjunto centrado no Forte de Brumadinho é considerado uma unidade típica de mineração colonial, que possui um dos conjuntos mais preservados de vestígios, que inclui as calçadas e canais de adução na parte mais alta da encosta; as estruturas de exploração e proteção, como o forte, os reservatórios d'água, tanques e a lavra no ponto intermediário e mais abaixo os mundéus que coletavam o produto dos desmontes e as lavagens de minério (GUIMARÃES *et al.*, 2002).

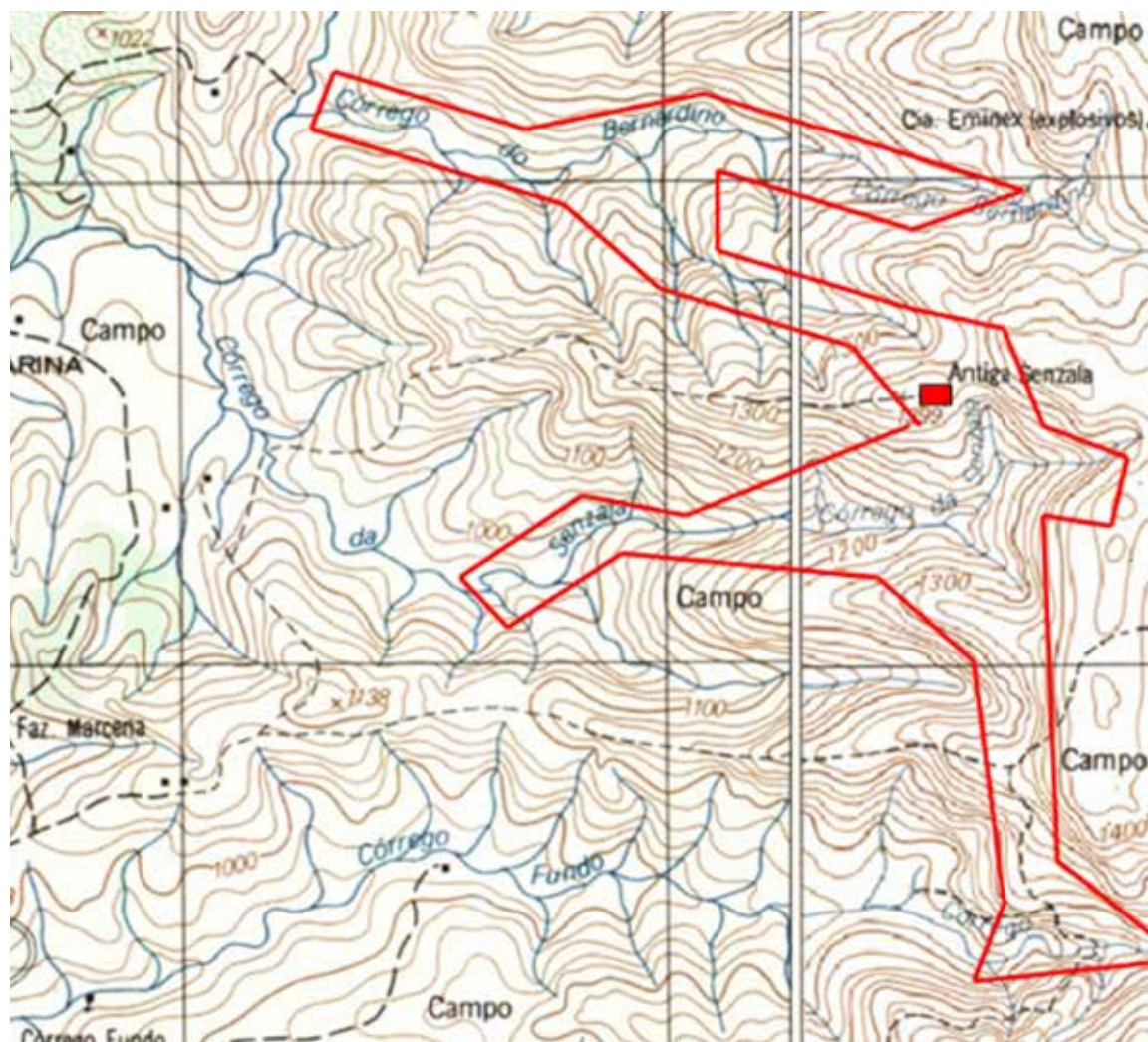


Imagem 11 - Sítio de mineração colonial do Forte de Brumadinho: Um pouco ao sul dos outros sistemas, é imponente pela sua grande construção, sem janelas e com uma grande porta de entrada. A sua visada para o vale faz possível ver parte significativa dos sistemas anteriores. Pode ser que ali se concentrasse a administração e guarda do produto de todas essas minerações, e não só a que lhe corresponde proximamente. A parte sul corresponde à possível captação d'água no Córrego Fundo e cavas na encosta.

Esse conjunto, porém, não está sozinho na paisagem. Nas proximidades outros conjuntos, não tão portentosos, mas também significativos podem se relacionar a uma história comum.

Muitas considerações já foram feitas em relação ao Forte de Brumadinho, inclusive confundindo-o com a Casa da Moeda Falsa, que na verdade, se encontra em São Caetano da

Moeda, bem ao sul. Contudo, é possível que no século XVIII algum grande proprietário de lavras, muitos deles os primeiros guardas-mores, tenha a construído para atender fins exclusivos de segurança própria, dos seus equipamentos e dos resultados das minerações da região.

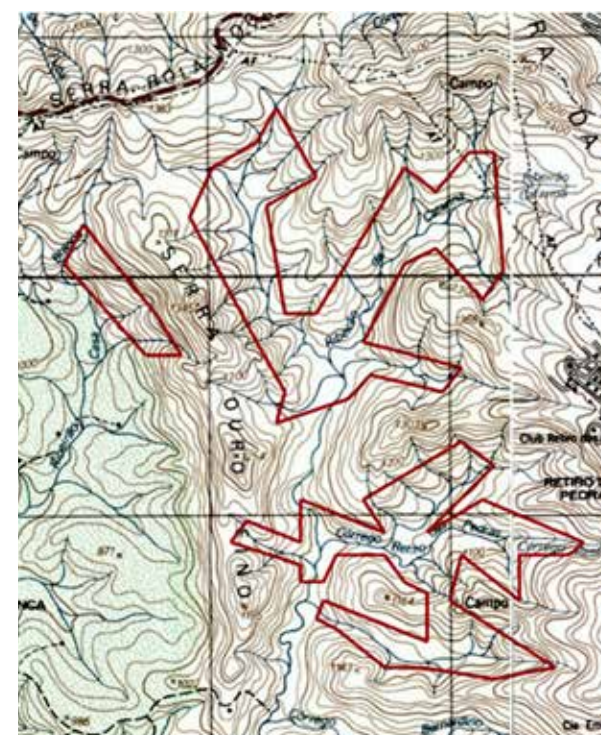


Imagem 12 - Três áreas com vestígios de mineração colonial entre a Serra da Calçada e a Serra do Ouro Fino: A menor, conhecida como Sítio de Mineração Casa Branca, é a mais impressionante, estando em uma encosta íngreme, contendo todo o aparato de canais, mundéus, galerias e estruturas de mineração. As outras duas, apesar de maiores, possuem restos esparsos de mineração menos intensa, em alguns locais do leito dos córregos, com barramentos e 'caldeirões', pequenos escoramentos eventuais e alguns resquícios de sondagens nos morros (marcas de ferramentas), tomados por vegetação e pouco perceptíveis. Também há algumas galerias pouco profundas nas encostas próximas.

A parte central ao fundo possuía um telhado, de uma casa interna. O resto era um pátio. A motivação de sua construção é claramente relacionada à exploração aurífera e ao controle de possíveis furtos do metal. Sua natureza não é puramente militar, não possui seteiras ao longo de seu muro, nem tampouco há indícios de plataforma elevada contínua junto à sua amurada, o que possivelmente remete à existência apenas de postos de vigilância isolados entre si, provavelmente por sobre os cantos internos do muro principal. Sua posi-

ção logo abaixo da crista poderia torná-lo vulnerável ao arremesso de flechas incendiárias ou de projéteis de armas de fogo. Seu muro maciço sem nenhuma brecha tinha o fim de evitar contato dos de dentro com os de fora, com total controle pela única entrada, portanto, algo mais parecido com uma 'caixa-forte'.



Imagem 13 - Portal de entrada do Sítio Arqueológico "Forte de Brumadinho". Município: Brumadinho, MG
Fotos: Henrique Piló



Imagem 14 - Vista geral do forte e sua inserção na paisagem. Foto: Henrique Piló



Imagem 15 - Vista de janela lateral na casa interna.
Foto: Henrique Piló

A porta voltada para a crista da Serra da Moeda sugere que os ataques poderiam vir do vale, ou seja, talvez o medo tenha se relacionado a uma possível revolta dos escravos que mineravam em vários pontos, que deveriam ser alojados, em grandes números, em senzalas e acampamentos vale abaixo. Da mesma forma a posição da entrada sugere o controle do acesso para o caminho que levava às povoações existentes, pela serra acima. Se tal rebelião ocorresse, o socorro viria pela serra, das povoações existentes para o centro das Minas Gerais. E tal socorro só poderia ser buscado e chegar por tal caminho, devendo passar pelo alto da serra, também dando po-

sição vantajosa aos que estivessem chegando para salvar a situação.

Tal percepção das possibilidades dos escravos submetidos e dos quilombolas (que poderiam incluir entre eles, índios), baseada provavelmente na sua capacidade de sobre-

vivência nos vales, próximo às matas, e das dificuldades em que esses incorreriam se buscassem transitar na parte alta da serra demonstra um fino raciocínio por parte do planejador do local para se erguer a estrutura. Raciocínio esse que cabe perfeitamente na compreensão que hoje se esboça sobre a

vida dos 'desclassificados do ouro' da sociedade colonial, o fundamento material de suas vidas e as heranças culturais que permeavam suas formas de pensar e agir.



Imagem 16 - Perfil lateral do Forte de Brumadinho: ele é a construção à esquerda. A mata na frente é um conjunto de reservatórios e alicerces. O espaço à direita é a drenagem profunda, onde haveria uma ponte que não mais existe e que exige um desvio para o fundo dessa foto (para o Norte), descendo e subindo a drenagem oposta, para acessar o forte. Para a direita da foto há a trilha em aclave, calçada em pedras, que dá acesso à linha de crista. Foto: Marcus Neves

Também em termos de serranias, há apenas duas serras dignas de nota, relacionadas ao sistema Moeda, mas em grande medida independentes, no lado oeste: a Serra dos Três Irmãos, que se dirige para oeste-sudoeste a partir da Serra do Rola Moça e encerra à margem leste do médio-Paraopeba em um compartimento que se inicia nas proximidades de Congonhas, quando ele ultrapassa a Serra do

Esmeril, a nordeste de Jeceaba; e um pequeno, mas portentoso espigão que sai da mesma área em direção ao sul e toma o nome de Serra das Bandeirinhas, dividindo a área de cabeceiras de Casa Branca do Córrego da Catarina. Aí estão alguns dos mais interessantes vestígios de mineração fora da encosta da cadeia principal da Serra da Moeda, sugerindo trabalhos intensos. No córrego Catarina, en-

tre Piedade do Paraopeba e Casa Branca há ainda inúmeras estruturas de mineração remanescentes, algumas delas já pesquisadas como o sítio arqueológico Casa Branca (BAETA & PILÓ, 2008). Lamentavelmente, parte dos sítios coloniais já foi atingida por trabalhos posteriores de exploração.

C.7. p. 161



Imagem 17 - Captação de água e sistema de escoamento de pedras de um canal situado no alto de cachoeira na bacia do Córrego Catarina - Casa Branca. Município: Brumadinho, MG. Fotos: Alenice Baeta.



Imagem 18 - Parte baixa do mesmo sistema de canais na bacia do Córrego Catarina componentes do Sítio Arqueológico de Mineração Casa Branca. Município: Brumadinho, MG. Fotos: Alenice Baeta.

As fazendas que se apresentavam ali, nas vertentes voltadas para o sul, no século XIX, eram várias. Havia a Fazenda Casa Branca, que se chamava Fazenda Morro Velho (homônima da famosa mina em torno da qual se edificou a área urbana de Congonhas do Sabará, atual Nova Lima). Essa fazenda era vizinha das fazendas Vila Nova e Serrinha e correspondia à área voltada para o Sul a partir do ponto onde hoje se encontra uma captação d'água para o condomínio Retiro das Pedras, se estendendo para leste e oeste. Nesta área há importantes vestígios de minerações setecentistas. Fazia divisa com a Fazenda

Pedro Paulo, que talvez seja a antiga Fazenda Paulo Preto, que aparece em documentos do século XIX. Essa fazenda correspondia a uma extensa área entre Macacos e o atual Bairro

Jardim Canadá, divisando também com a região dos Feixos, onde havia as fazendas dos Xavier e Santana (CARTÓRIO DE SABARÁ, Livros 3, 3A, 3B).



Imagem 19 - Detalhe da região de Casa Branca da Carta Geográfica de Belo Horizonte. Escala 1:100.000 (1932) do Departamento do Serviço Geográfico e Geológico do Estado de Minas Gerais.

Para elucidar os responsáveis pela exploração da propriedade da Tutameia no século XVIII, ainda será preciso pesquisar muito mais. Em 1856 ela aparece sobre a propriedade de Valeriano Antônio Mascarenhas, mas pode já ter sido dividida (APM RTP, 1856).

Também analisamos outra propriedade próxima, o Retiro da Caveira, de Manoel Domingos de Benevides, que possuía 14 alqueires e $\frac{1}{4}$, além de seis capões. Ela confrontava pelo norte com Antonio Netto; pelo oeste com Joaquim Valeriano da Silveira; pelo sul com D. Domingas Ferreira da Cunha Menezes e pelo leste com Emerencianda Rodrigues da Silva. (APM RTP, 1856).

Isso indica que Joaquim Valeriano da Silveira tinha terras muito próximas ou que englobavam o terreno do atual Condomínio Retiro das Pedras. Isso quer dizer que sua propriedade também deve ser pesquisada mais a fundo, já que a adução de águas para as explorações poderia ser feita ali, devendo haver registros documentais sobre esses acordos ou direitos (APM RTP, 1856).

A Fazenda Villa Nova, de Catharina Rosa da Fonseca e herdeiros de Miguel Félix pode ser a origem do nome do Córrego da Catarina, cujo nome, entretanto, possui outras versões de origem. Villa Nova é o sobrenome de um

proprietário local, mas não há comprovação de parentesco entre Catarina e este. Essa fazenda confrontava pelo Norte com Valeriano Mascarenhas da Silveira; pelo leste com a Serra do Pau Branco e Joaquim Valério e pelo sul com herdeiros de Hélio José de Souza (APM RTP, 1856)

Esses registros sugerem que a propriedade onde se encontrava o Forte de Brumadinho, a propriedade de nome Tutameia - nome que significa mixaria, bagatela, ninharia -, em meados do século XIX pertencia ou a Valeriano Antonio Mascarenhas ou a Joaquim Valério (APM RTP, 1856).



Imagem 20 - Vista geral da área correspondente, no século XIX, à fazenda do Morro Velho, homônima à famosa mina que originou a área urbana de Nova Lima. Aquela fazenda, porém, se apresenta ao sul-sudeste do Rola Moça, ao noroeste do Condomínio Jardim Retiro das Pedras, nas cabeceiras do Córrego da Catarina. A última linha no horizonte é a Serra dos Três Irmãos, e a visada da foto é de leste para oeste. Nas matas desse Vale estão diversos resquícios de minerações. Município: Brumadinho, MG. Foto: Marcus Neves

As propriedades deles ainda aparecem como confrontantes de outra fazenda bem comprida, com inúmeros confrontantes: a Fazenda do Córrego do Ferreiro, de Gabriel de Souza

Machado. Essa Fazenda confrontava pelo norte com herdeiros do Maia (Manoel Gonçalves Maia) e com a Fazenda da Villa Nova (onde situava o Campo da Catharina). Pelo oeste, confrontava com o Capitão Clementino Barbosa; com os herdeiros de Marina Dias; com o Sítio dos Nunes; com a Praia do Arraial (de Piedade do Paraopeba); com herdeiros de Antonio Ferreira; com Quintiliano Braga e com os Amorrins. Pelo sul, a Fazenda confrontava com Eva Maria e os Carneiros. E, finalmente, pelo leste, confrontava com a Serra do Paraopeba e com, o dito, Joaquim Valério (APM RTP, 1856).

Outra referência importante nos vem por meio da lista de nomes que foi legada pelo geógrafo Álvaro da Silveira. Ele registrou que o trecho da Serra da Moeda que fica entre os trechos chamados Calçada e Pau Branco recebia o nome de Tutameia. Esse é o trecho onde está o Forte de Brumadinho e o nome antigo do atual Córrego Senzala, que pode ter abastecido de água a exploração aurífera ali (APM RTP, 1856).



Imagem 21 - Muros de pedras em junta seca na divisa da antiga Fazenda do Morro Velho, nas cabeceiras do Córrego Catarina. Envolta à mata, a algumas dezenas de metros desse trecho de muro estão ruínas de uma casa de fazenda ou senzala e, mais abaixo, escoramentos de córregos que indicam as minerações pretéritas ali. Município: Brumadinho, MG. Foto: Marcus Neves



Imagem 22- Foto de antiga galeria de exploração mineral na região de Congonhas. Foto: Henrique Piló.

Tudo indica, portanto, que futuras pesquisas devem buscar os antecessores de Joaquim Valério para encontrarem referências aos antigos mineradores do Forte de Brumadinho, já que muitos trechos da Serra da Moeda parecem ser devolutos nos registros do século XIX, e essa ser a única propriedade que parece possuir terrenos por sobre ela, ao norte de Pau Branco. Ademais, no Córrego Tutameia, hoje Córrego Fundo, há lavagens da mineração. Elas estão muito próximas às do Forte de Brumadinho. Como em alguns dos guardas-mores de meados do século XVIII, concentraram sob seu poder várias minerações abandonadas ou que compraram, como ocorreu com os precursores das famílias Lobo Pereira (ou da Cunha), Rodrigues Pereira e Monteiro de Barros, nas regiões ao sul da Serra da Moeda ou em torno de Ouro Branco e Lafaiete, não é impossível que algumas dessas explorações ao norte da Serra da Moeda tenham ficado em mãos de um único explorador pelos anos finais do século XVIII (APM RTP, 1856).

Do lado leste da Serra da Moeda, há a Fazenda da Varginha. Ela aparece no Mapa de 1962 de Macacos, realizada pelo DNPM. No registro de terras de 1856, essa Fazenda pertencia a Antonio Ferreira Netto. Talvez essa seja a origem do nome de uma lagoa natural ali próxima, a Lagoa do Netto (APM RTP, 1856).

Temos ainda o registro, em 1856, de que uma fazenda denominada 'Alto da Serra da Calçada' pertencia a Francisco Manoel do Nascimento.

Para o fundo do Vale várias fazendas se situavam em posições próximas a antigas explorações: Casa Branca (de Jerônimo Nicolau Dias), Machados (já dividida entre proprietários com esse sobrenome e com o sobrenome Las Casas), Rio Grande, a Almorreiras, onde existiu uma ponte, essas duas últimas às margens do Rio Paraopeba.

5.2 - O RIO DO PEIXE

Como citamos anteriormente, um dos registros cartoriais mais antigos de mineração da região pode ser do ano de 1727, conforme pesquisou Bráulio Carsalade Vilella. Esse registro cita o Ribeirão do Campo de Paraopeba, com nascentes na Serra do Rodeador, ou seja, possivelmente nas proximidades de onde existe hoje a Lagoa dos Ingleses. (VILELLA, 1996:5-6).

O historiador Raimundo da Cunha Matos descreveu o Rio do Peixe, em 1837, como um ribeirão que dava muitas voltas e recebia águas

do Córrego Seco e das Areias (talvez o atual Córrego do Amianto). O nome mais antigo do Rio do Peixe era Ribeirão da Mata, nome que se conservou apenas em um de seus tributários (MATOS, 1981, 248).

A Fazenda da Mata, nas cabeceiras do Rio do Peixe, foi adquirida por José Maria Affonso Baeta em abril de 1901, que comprou partes dos herdeiros do antigo proprietário, o Comendador Manoel Pereira de Mello Vianna. É nas terras dessa fazenda que se encontra o Morro do Gama, local onde hoje está a cava da Mina de Capitão do Mato e área de mineração (Cart. Reg. de Imóveis de Sabará, Livro 3).

No final do século XIX e primeiros anos do século XX, a *Saint John Del Rey Mining Company* comprou muitas propriedades na área das cabeceiras do Rio do Peixe, pela necessidade de geração de energia hidrelétrica a ser usada para o aprofundamento da Mina de Morro Velho, em Nova Lima. O engenheiro escocês George Chalmers, então superintendente de Morro Velho, adquiriu alguns canais relacionados à mineração pretérita, melhorando-os e construindo outros de maior capacidade. Criou uma grande rede interligando microbacias, para alimentar um sistema de usinas hidrelétricas que aproveitariam um mesmo 'fio d'água'. Existem nos registros de compra algumas referências a direitos sobre a aguada e sobre a aquisição de regos já existentes em propriedades de outros (MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A., 1996: 59-80).



Imagem 23 - Típicos muros de escoramento em ribeirões auríferos. Eles foram construídos virtualmente por todos os córregos e ribeirões da Serra da Moeda, em diversas configurações e tamanhos, alguns passando despercebidos, pois tomados pela vegetação ou parcialmente danificados. Por vezes eles têm função apenas de impedir que desmoronamentos atrapalhem o fluxo do rio, prejudicando os trabalhos, mas podem estar contendo material de rejeito da mineração do próprio Córrego. Estes estão no Rio do Peixe, pouco abaixo de Capitão do Mato Município: Rio Acima, MG. Fotos: Marcus Neves

As duas primeiras usinas se situavam no Retiro do Hermenegildo e a terceira delas pouco abaixo do Retiro das Mostardas. No primeiro local, já bem próximo à barra do Rio do Peixe com o Rio das Velhas, não temos notícias de minerações auríferas antigas, que não as já relacionadas às margens e leito do Rio das Velhas. Já nas Mostardas haveria vestígios de canais e desvios que podem indicar minerações do período colonial (MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A., 1996: 59-80).

Essas compras de propriedades na região visavam evitar litígios futuros referentes aos direitos sobre as águas. Foram adquiridas, primeiramente, ainda nos últimos anos do século XIX, aguadas e propriedades na Serra dos Macacos e interligadas com o Ribeirão dos Cristais. No século XX, foram adquiridos o Retiro do Gabriel, permutado com partes do Retiro do Hermenegildo, partes das fazendas Potreiro, Rodeador e Capão Redondo, todas elas fazendas que apresentam marcas de minerações antigas, principalmente de barramentos de pequenas dimensões em seus córregos, das quais não foi possível obter mais informações (Cart. Reg. Imóveis de Sabará, Livros 3, 3A).

Mesmo com George Chalmers abandonando a superintendência da *Saint John Del Rey Mining Company* em 1924, o aproveitamento hidrelétrico do Rio do Peixe continuou. Com o aumento da demanda por energia elétrica foram aumentadas ou criadas novas represas, todas para administrar maiores reservas de água a fim de dar continuidade aos trabalhos na Morro Velho, principalmente durante os períodos secos. A Represa da Codorna, de pequenas dimensões, foi aumentada em 1936; a do Miguelão construída em 1937 e a Lagoa Grande, em 1938. Um ano após a expansão da Represa da Codorna, em 1937, suas águas foram usadas para mover mais uma das hidrelétricas do sistema Rio do Peixe. Esta usina foi batizada com o mesmo nome da repre-

sa. Com isso, diversos vestígios de minerações antigas podem ter sido submersos, nas três primeiras décadas do século XX, com a inundação das áreas ocupadas pelas barragens de Miguelão, Codornas e Lagoa Grande (conhecida também como Lagoa dos Ingleses) (MINERAÇÃO MORRO VELHO S.A, 1940: 2-14).

5.3 - REGIÃO CENTRAL - ITABIRITO - CATA BRANCA

A centralidade geográfica dessa área da Serra da Moeda foi intensificada pela presença da extensão mais importante e de maiores altitudes: a Serra do Cavalo de Pedra ou da Itabira. Ela termina em um pico de silhueta muito característica que foi um dos conhecidos marcos de navegação bandeirante.

Não por acaso a área de entorno desse braço da Serra da Moeda chamou logo a atenção dos aventureiros e ali se estabeleceram diversas explorações. Porém, foi uma área das primeiras a sofrerem destruição dos antigos vestígios, por explorações sucessivas. Alguns córregos da área sofreram erosão intensa, caso da vertente do vale que vai de Cata Branca em direção leste, para a área às margens do Rio das Velhas, no ponto onde hoje está a Usina Esperança.

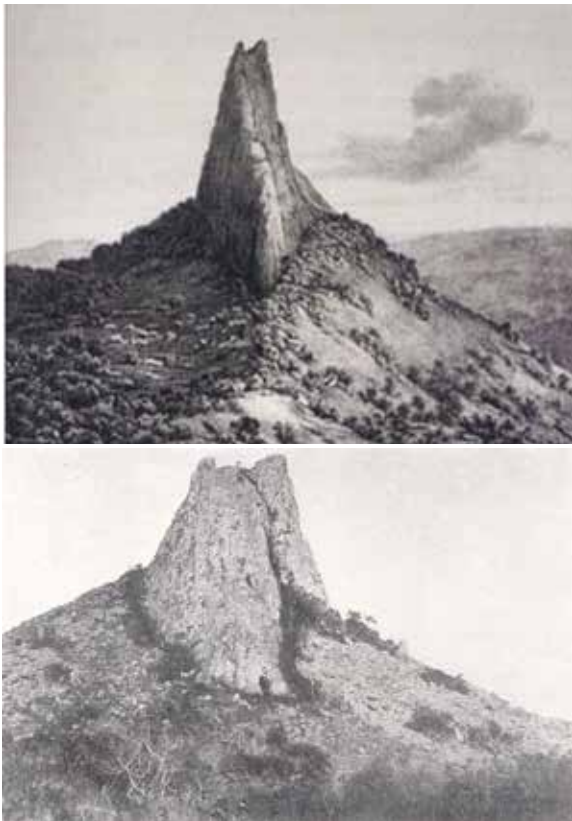
A profundidade do vale ali é impressionante até hoje. Porém, há capítulos específicos e já fizemos considerações anteriores à faiscação e explorações nos seus arredores.

Mas não só por ali houve minerações. Na área de morros arredondados e vales mais suaves

que se apresentava entre o Pico da Itabira e a Serra da Moeda em direção sudoeste, e ao sul do Rodeador (Lagoa dos Ingleses), houve intensa mineração colonial. Ali estava estabelecida no século XIX a Fazenda Água Limpa, mas não sabemos ao certo se essa denominação já existia no século XVIII. Por diversos córregos ali, ainda hoje é possível ver escoramentos, montes de cascalho e algumas aduções realizadas para se lavar o minério e retirar o ouro.

Parece que existiram pelo menos duas fazendas com a denominação Água Limpa. No Registro de terras, uma delas pertencia, em 1856, a Luís Gonçalves Maia, que também possuía ali perto outra fazenda chamada Barral. Há referências a outra fazenda de localização incerta. Na região da primeira havia as fazendas de Francisco Manoel do Nascimento e, já no final do século XIX, outra que pertencia aos Alves de Brito, aparentados com uma linha colateral dos Pereira, da família do Conselheiro Lafaiete (APM RTP, 1856).

Ali perto, havia outro lugar de minerações antigas, chamado Lagoa Seca, nas cabeceiras do Córrego das Codornas. Esse nome se relacionava a uma 'bacia' rasa que existe até hoje entre Água Limpa e a região do Pico da Itabira. Ali era um lugar próprio para plantio, mas a água espreiada também deixava à mostra as 'faíscas'. Talvez o nome Fazenda do Barral, se relacione à aparência desse lugar logo quando a água desaparece e mostra o sedimento acumulado em forma de barro. Geralmente, dura pouco o efeito, em alguns dias ou semanas sendo tomado por gramíneas.



Imagens 24 e 25 - Duas vistas do Pico da Itabira ou Itabirito. O primeiro é do Pico da Itabira visto do Norte. Desenho de F. J. Stephan (ca. 1840). Litografia de A. Brandmeyer (in Martius, C. Ph. F. von, 1906. Apud PIUZANA et al, 2011); o segundo é uma foto de meados da década de 1940, tirada pelo Nordeste (Itabirito Digital).

Já a história de Cata Branca é complexa e sintomática das relações que se estabele-

ciam entre sociedades de mineração, capitais ingleses e aliados brasileiros que intermediavam acordos políticos e econômicos. As empresas estrangeiras não teriam como funcionar sem o apoio de pessoas importantes dos grupos da elite regional e nacional. Eram relações multivetoriais, com apoio mútuo, compras, empréstimos (inclusive de brasileiros aos ingleses), aluguéis de mão de obra escrava e apoio advocatício.

Um dos primeiros proprietários de Cata Branca, Francisco de Paulo Santos, foi um típico intermediador e aliado de capitais ingleses, atuando não só em Cata Branca, mas em outras minas como a Morro Velho (*Saint John del Rey Mining Company*) e a controversa Companhia de Macaúbas, Coaes e Cuiabá.

A estrada entre Queluz (Conselheiro Lafaiete) e Morro Velho (Nova Lima) possuía um traçado que passava por Itabirito e seguia pelas margens do Rio das Velhas e Rio Acima, reforçando as relações econômicas dessa região

e o destino de seus produtos. Uma de suas variantes passava exatamente pela Mina de Cata Branca e era muito usada no período em que essa mina funcionou, descendo após para a Fazenda Marzagão e ganhando novamente as margens do Rio das Velhas.

Mesmo nos longos anos em que Cata Branca ficou paralisada, a *Saint John Del Rey Mining Company*, a empresa proprietária de Morro Velho, era grande compradora de outros gêneros, já que possuía grande número de trabalhadores, em geral escravos alugados e trabalhadores livres. Inclusive muitos escravos de Cata Branca foram transferidos para lá depois. Para empreendimentos de tal vulto não serem paralisados, em épocas de escassez, ou disputarem com o abastecimento das cidades, os gestores ingleses aumentavam o alcance das relações comerciais de suas empresas de mineração, buscando-os a grandes distâncias, se esforçavam para não terem suas atividades paralisadas por escassez de víveres (LIBBY, 1988).



Imagem 26 - Detalhe da região de Piedade do Paraopeba da Carta Geográfica de Belo Horizonte. Escala 1:100.000 (1932) do Departamento do Serviço Geographico e Geológico do Estado de Minas Gerais.

5.4 - VÁRZEA DO LOPES, ALMAS E CORDEIROS

Um compartimento importante da área oeste e sudoeste de Itabirito é a área que se limita pelo Ribeirão Mata Porcos e o Ribeirão da Prata pelo norte e pelo sul, respectivamente, e pela Serra da Moeda pelo oeste.

Essa região tem também uma história de exploração mineral com algumas características próprias. No canto noroeste, a Fazenda dos Lopes foi lugar de exploração mineral intensa no período colonial, pela potência das águas que corriam e estavam disponíveis na cachoeira de mesmo nome. Até hoje podem ser percebidos os sulcos profundos e as áreas

próximas para onde a água foi dirigida por bicas e canais. Parte de seu patrimônio arqueológico foi objeto de pesquisa por Baeta e Piló (2010) tratados em capítulo específico nesta obra. Porém, tudo indica que as explorações não foram lucrativas naquela ocasião, sendo abandonadas.

Álvaro da Silveira apontou tal força da água ali como propícia ao uso hidrelétrico na segunda década do século XX (SILVEIRA, 1922).

Entre as sesmarias originalmente concedidas, ali estava a que foi ocupada pela família Carneiro. Em 1856, parte significativa da propriedade original ainda se mantinha com dois irmãos, Francisco Carneiro da Silva e Antonio

José Carneiro. Vizinhos dos Amorins, também há obras de escoramento em córregos que cortam essa área, o que sugere que houve algum investimento em mineração ali (APM RTP, 1856).

Seguindo mais ao sul, no Retiro das Almas, o terreno já convidava a outras atividades econômicas, e ali foi criado gado e também algumas plantações. Porém, nunca pareceu ter chegado a ser um local de exploração de vulto, mas parece ter abastecido minerações próximas, talvez a exploração da família Albergaria, um pouco ao sul do Retiro das Almas, enquanto essa exploração manteve algum sucesso.



Imagem 27 - Trecho do Retiro das Almas da Carta Topográfica realizada por encomenda da Usina Wigg na década de 1940 (ACERVO USINA WIGG/GERDAU).

O Retiro das Almas corresponde a outro ponto onde a exploração ocorreu, apesar das poucas informações. O ouro foi explorado ali no século XIX, ainda apresentando o terreno marcas e galerias sobreviventes. Ali perto se encontram as ruínas das Casas Velhas, que poderiam ser uma alfândega, mas cuja relação direta com a exploração aurífera não foi confirmada. Parte da área pertenceu ao distrito de Boa Morte e também esteve relacionada aos Monteiros de Barros. A origem das propriedades ali é uma sesmaria concedida à família Amorim, ainda nas primeiras décadas do século XVIII e relacionada em tópico anterior (APM RTP, 1856).

No final do século XIX, ainda nos anos finais da monarquia, Trajano de Medeiros e Carlos Wigg compraram terras ali, mas com o fim de explorar minérios industriais, principalmente o manganês e, futuramente, o ferro. Eles chegaram a sondar diversos lugares ainda na década de 1880. Mais ao norte ainda havia as fazendas da família Antunes, com partes posteriormente compradas por Trajano de Medeiros.

O registro do nome 'Almas' é confuso em alguns documentos. Existiu um Retiro das Almas na vertente do Rio das Velhas, que é mais conhecido, mas também aparece um Ribeirão das Almas na vertente do Paraopeba, que por vezes empresta o nome para designar locais próximos, podendo causar certa confusão. Existia o Retiro das Almas, o Córrego das Almas e o Rego das Almas. O primeiro tinha muitos proprietários e estava no lado orien-

tal, vertente do Rio das Velhas. O segundo, na vertente da Paraopeba, pertencia a Joaquim Dias de Aguiar. Já a terceira propriedade, de localização incerta, pertencia a Sabrina Máxima (APM RTP, 1856).

Nessa área que tinha acessos relativamente bons, sendo que um caminho alternativo que ligava a região de Aredes e Cata Branca à Congonhas, o número de faiscadores parece ter sido intenso, talvez pela incapacidade de uma exploração muito efetiva de alguns descendentes da família Amorim, e de um acentuado absenteísmo dos proprietários.



Imagem 28- Trecho de Carta Topográfica realizada por encomenda de Trajano de Medeiros e Carlos da Costa Wigg, Retiro do Cordeiro, entre Marinhos, Aredes e Vargem dos Lopes. A propriedade de Antonio Marinho e a marcação da Serra do Saboeiro também são áreas de ocorrência de inúmeros vestígios de mineração colonial. (ACERVO USINA WIGG/GERDAU).

Talvez o conhecimento dessa área por esses faiscadores se relacione com o fato de serem descendentes de escravos que ali trabalharam no século XVIII, no entorno da Serra do Saboeiro, onde muitos pontos apresentam restos de minerações coloniais.

Ali perto, terras de diversos proprietários, inclusive parte das terras dos Monteiro de Barros, foram compradas na segunda metade do século XIX e formaram a Fazenda do Eixo, que começava em antigas terras dos Amorins e se estendiam até os trechos mais ao sul da Serra da Moeda, das Serras dos Paulistas, dos Mascates e do Esmeril, locais que já apresentam, inclusive, galerias abandonadas de mineração.

Também muito vinculada a esta área está a região onde foi implantada a Fábrica Patriótica, que foi um empreendimento ímpar do período Joanino, que teve entre os sócios Romualdo Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, e o militar e técnico de origem germânica, o Barão von Eschwege, também nomeado Superintendente das Minas do Rio das Velhas.



Imagem 29-A linha azul é a continuidade do divisor de águas do Morro do Pires ou de Santo Antônio, terras do Dr. Gregório Pereira Soares de Albergaria (contorno aproximado) se estendiam para a direita dessa linha, englobando algumas cabeceiras dos córregos que contornavam o Morro do Pires ou de Santo Antonio pelo norte e faziam parte do sistema de tributários do Rio Preto/Ribeirão da Mata. Essas terras eram cercadas por todos os lados por propriedades dos Monteiros de Barros. O círculo vermelho marca a localização da Fábrica Patriótica, de Eschwege e sócios (1812).

5.5 - PIEDADE DO PARAOPEBA, ARANHA E SÃO JOSÉ DO PARAOPEBA

Algumas fazendas entre esses povoados deixam claras suas origens na mineração, como a Fazenda Grota da Cava, Grota Grande ou a Fazenda das Lavras. Entretanto, poucos são os detalhes sobre essas minerações. Nas proximidades de São José do Paraopeba temos vestígios de mineração nas margens do Rio Paraopeba, que subsistem ali até os tempos atuais (APM RTP, 1856).

A mineração foi uma realidade que está relacionada à fundação de um acampamento de mineradores ainda no início dos contatos das grandes bandeiras com a região e com os indígenas que ali viviam. A fundação de Piedade do Paraopeba, um povoado entre os primeiros das minas, não aconteceu por outro moti-

vo senão a presença de ouro nos córregos de seu entorno.

Próximo de Aranha, mais para o oeste, temos Fazendas em que também podem ter ocorrido explorações, como a Fazenda da Capella Velha, logo ao norte do povoado. Ela pertencia, em 1856, a Maria Antonia da Paixão (APM RTP, 1856).

Também nas imediações do Rio Paraopeba, próximo a São José do Paraopeba são encontradas algumas áreas às margens que podem ter sido mineradas; mas enchentes ocorridas há alguns anos parecem ter erodido ou escondido parte desses vestígios e em alguns pontos a margem foi reconquistada pela vegetação.

Digno de nota nessa área é o Quilombo do Sapé originário de escravos libertados nos anos finais da monarquia. Ali se estabele-

ceram com o consentimento dos proprietários de fazendas que teriam doado as terras para a comunidade. Apesar da maior parte das famílias ali terem se originado dos plantéis da Fazenda do Carmo, que era então do Major Jacinto Gomes do Carmo, muitos outros libertos vieram a se juntar ali, provenientes de outras fazendas. Porém, a área em que se estabeleceram não parece ter relação nenhuma com a exploração aurífera. Entretanto, não é descabido citá-la, uma vez que provavelmente os negros ali passaram necessidades diversas após a abolição e não é descabido pensar que eles tenham permanecido, entre outras atividades, na faiscação, atividade que muitos tinham aprendido e passado seus conhecimentos de geração em geração e, provavelmente, foram os mantenedores dessa atividade pelo século XX afora.

O nome Aranha é o sobrenome de um antigo fazendeiro da região. Em meados do século XIX ainda existiam duas fazendas com referência a esse fazendeiro. Uma pertencia a Joaquim Marcelino Ribeiro e outra a D. Dorotheia da Silva Guimarães, que incluía terras pelo oeste e sul do povoado. No entorno estavam proprietários das famílias Marques, Medeiros, Barbosa, Motta e Aguiar, algumas delas envolvidas em minerações em locais incertos, provavelmente nas barrancas do Paraopeba (APM RTP, 1856).

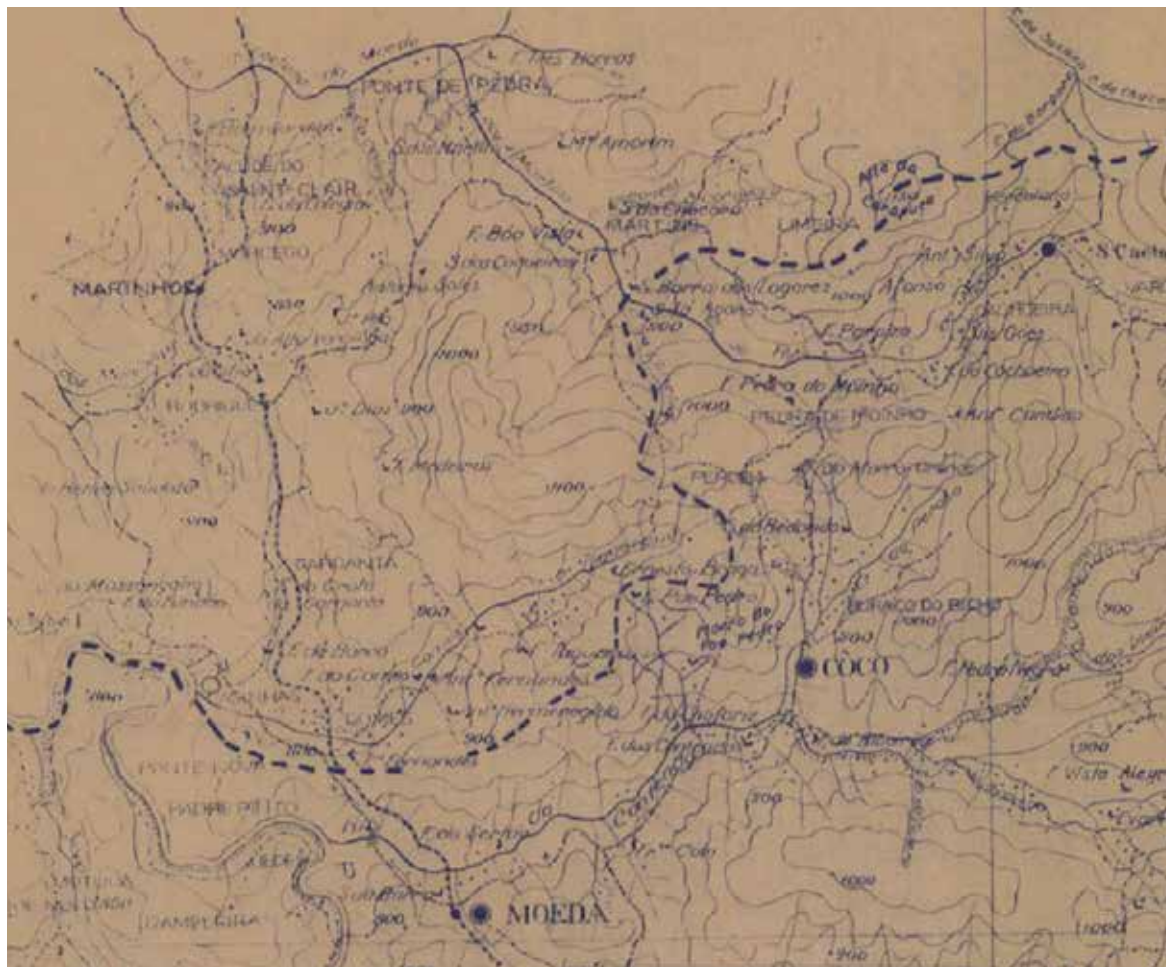


Imagem 30 - Recorte da Carta Topográfica do Município de Belo Vale, da Secretaria do Estado de Minas Gerais (1939) enfocando a região ao Norte de Moeda, na vertente do Paraopeba.

Existiam muitos proprietários no Vale do Paraopeba, entre a margem leste e a vertente da Serra da Moeda, quando do Registro de Terras, realizado em 1856. Isso mostra um dinamismo muito grande na área, ainda que houvesse, nas margens dos rios, certo receio com as antigas doenças do vale. Percebe-se, por exemplo, que diversos proprietários residiam nos vilarejos e não nas suas fazendas. Estas já tinham sofrido um processo de divisão sucessória acentuada para a época, similar ou maior do que muitos locais do centro mineiro. Poucas propriedades eram muito grandes e essas, geralmente, assim se man-

tiveram por casamento entre famílias poderosas da região.

Muitos registros trazem os fazendeiros declarando morar em Piedade do Paraopeba, Aranha, Bonfim ou Congonhas. O mais baixo e perigoso lugar, principalmente no verão, era o povoado de Jesus Maria José do Aranha. Ele se situava em altitude menor e muito próximo ao Rio Paraopeba. Assim, muitos fazendeiros residiam ali parte do ano e se mudavam para fazendas ou povoados nas regiões mais frescas e altas das serranias do Quadrilátero Ferrífero nos meses mais quentes. A

mudança era fácil, pois tinham casas próprias ou de parentes a visitar, pois quase todos os fazendeiros da região eram aparentados em maior ou menor grau.

5.6 - REGIÃO CENTRAL - MOEDA, SÃO CAETANO DA MOEDA, MARINHOS

Na região de Moeda temos poucas referências de minerações, mas elas existiram. A mais definitiva é sobre as Lavras do Coronel José Marinho, que ficavam em algum lugar próximo às cristas da Serra da Moeda, na Fazenda dos Vieiras, ou nas divisas desta, que era então explorada como diversas fazendas separadas pelos membros dessa família (APM RTP, 1856).

Outras fazendas podem conter resquícios, já que o Córrego dos Vieiras também foi alvo de exploração colonial. As fazendas mais próximas dali, como a da Pedra Negra, possuem cachoeiras e itaipavas, que contêm indícios de desvios e barramentos. A Fazenda Pedra Negra já havia sido dividida entre herdeiros do Capitão Luis Gomes e de sua irmã Josefa Carolina. O primeiro era o antigo dono da Fazenda das Contendas.

Essa última fazenda tinha diversos proprietários e tinha como divisas: *“pelo nascente com José Marinho de Azevedo, e os Vieiras, pelo norte com herdeiros de Caetano José e os de José Braga, pelo poente com Francisco Gomes e Carolina Maria, pelo sul com Manoel dos Santos, Fortaleza e herdeiros de Porto Alegre”* (APM RTP, 1856).

Outra área extremamente marcada por vestígios de mineração é a região do entorno da Serra das Almas. Sua história é interessante, pois está, em parte, nas terras que pertenceram aos primeiros Monteiros de Barros. Ali perto, em um pronunciado colo da Serra, que divide a seção chamada de Serra das Almas, da seção chamada de Serra dos Mascates, era o caminho antigo que os Monteiros de Barros se utilizavam para se deslocar da Fazenda Boa Esperança para suas posses agrícolas e minerais ao redor de Congonhas, além da Serra, no planalto cujas águas, em parte, já se dirigiam para a bacia do Rio das Velhas.

A posição de Marinho da Serra frente às explorações antigas, assim como as características que permaneceram ali, com itaipavas e ribeirões com gargantas profundas, alguns com muros e arrimo antigos, sugere explorações de aluvião e trabalhos relativamente intensos por ali, ainda que de forma muito indefinida. A história local não contempla detalhes do período colonial, mas muitos libertos se deslocaram de fazendas próximas para residir ali no século XIX, e parecem ter exercido a faiscação como modo de sobrevivência.



Imagem 31 - Vista geral do antigo cemitério de Marinho da Serra. Fotos: Marcus Neves

5.7 - ÁREA SUL, PROXIMIDADES DE CONGONHAS DO CAMPO

Minerações também existiram na região próxima à comunidade de Boa Morte, constituída ainda no século XVIII por descendentes de escravos que trabalhavam nas fazendas locais. A Igreja de Nossa Senhora de Boa Morte teria sido construída por volta de 1760, por exploradores provenientes da bandeira de Gonçalo Álvares e Paiva Lopes. O motivo foi o ouro nos córregos próximos, que se tornou escasso antes da virada para o século XIX. Entretanto, as fazendas ao redor se especializaram em produzir alimentos para as áreas urbanizadas de Ouro Preto, Queluz, Itabira e Congonhas, além de fornecerem para empreendimentos minerários.



Imagem 32 - Vista do Morro do Engenho, braço da Serra da Moeda, cuja crista está na última linha do horizonte. A tomada é a partir do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos No canto esquerdo, a parte minerada do Batateiro, se apresenta reta e com tons mais claros. Município: Congonhas. Foto: Marcus Neves

Na vertente oeste da região havia inicialmente poucas fazendas, com destaque no final do século XVIII para a Fazenda Boa Esperança, que foi uma das moradas do Barão de Paraopeba e parte significativa do seu plantel. Os escravos que ali viveram foram os prová-

veis antepassados de parte dos atuais moradores da Boa Morte.

Ela se constituiu em consonância com outras propriedades, abastecendo diversas minerações adquiridas pelo Guarda-mor Manuel Monteiro de Barros, que chegou à região entre 1745 e 1750.

As serras do Esmeril, Bandeirinhas e Mascates, que são nomes dados aos braços mais ao sul da Serra da Moeda, foram - todas - alvos da exploração aurífera colonial. No século XIX, porém, parte das lavras foi abandonada gradualmente, concentrando-se os proprietários - na maior parte essas lavras pertenciam aos Monteiro de Barros - em poucas e mais promissoras explorações.

A parte mais explorada parece ter sido o braço chamado de 'Batateiro', que, entretanto, foi destruída para exploração de minério de ferro durante o século XX, impossibilitando o resgate de informações ali, que se perderam para sempre.

6 - CONCLUSÃO

Essa compilação é apenas um vislumbre de uma vasta história que ainda tem muito a ser contada, recortada em um espaço geográfico muito específico.

Podemos perceber em linhas gerais, entretanto, que a mineração foi uma constante na região da Serra da Moeda. A mineração aurífera está na origem dos primeiros povoamentos e está na base da intrincada, excludente e violenta sociedade colonial que se produziu nas Minas Gerais.

Do rush minerador inicial, passando pela diminuição dos resultados, até a percepção definitiva da 'decadência' e abandono da maior parte das lavras - pois, como vimos, a decadência era do produto das lavras e não da riqueza, que basicamente nunca houve de fato se considerarmos a sociedade mineira como um todo - tivemos uma transição nos 'donos' das lavras, propugnadores da busca pelo ouro, que passou de aventureiro para o fazendeiro, inserido na estrutura de poder colonial por vários fios de uma trama de relações de sociabilidade. E no século XIX, passou deste para sociedades com capitais estrangeiros ou nacionais em que esses fazendeiros agora tinham que se inserir se ainda quisessem tirar algum partido de seus resultados incertos. No entanto, o panorama é de um gradual envelhecimento e diminuição dos planteis, força motriz da exploração. O aumento da faiscação como meio tradicional,

não rentável, mas insubstituível para a subsistência de uma população livre e mestiça extremamente pobre, em meio a pouquíssimos empreendimentos de sucesso temporário, enfrentando altos e baixos para distribuir seus resultados entre poucos.

Isso é a constatação geral, que serve para todas as regiões mineradoras de Minas Gerais no século XVIII e XIX, com algumas nuances que devem ser percebidas caso a caso. Aqui, esperamos ter contribuído para aumentar o nível da percepção sobre essa história e suas nuances únicas, no tocante à região da Serra da Moeda.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHAYDE, Roberto. O Bandeirante do Ferro. São Paulo: Global, 2010.
- BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique. *Prospecção e Resgate Arqueológico dos Sítios Arqueológicos Antena e Várzea do Lopes- Itabirito, MG* (Relatório Final). Sete Soluções/ Artefacto Consultoria - Gerdau Açominas, Belo Horizonte, Setembro de 2010.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp, 1984.
- BROTERO, Frederico de B. *A Família Monteiro de Barros*. São Paulo: s/ed. 1951.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CANO, Wilson. *Economia do ouro em Minas Gerais: Século XVIII*. São Paulo: Contexto, n.3, 1977.
- CARRARA, Ângelo A. Antes das Minas Gerais: conquista dos sertões mineiros. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, n.38: 574-598, jul/dez 2007.
- . Contribuições para a História Agrária de Minas Gerais - Séculos XVIII e XIX. In: *Série Estudos*, vol.1. Núcleo de História Econômica e Demográfica - UFOP, Mariana, 1999.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*; ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução: Friedrich E. Renger, Tascísia Lobo Ribeiro e Gunter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.
- . *Pluto Brasiliensis*. V. II. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1979.
- FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais. Trad. de Júlio C. Guimarães. Notas de João Henrique Grossi, Friedrich E. Renger. Coleção Mineiriana. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1998.*
- FERREIRA, Francisco I. *Opulência de Minas Gerais*. In: RAPM, vol. XX, 11-155, 1924.
- FERREIRA, Evaldo O. jazimentos de Minerais Metálicos no Brasil. *Boletim n.130*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/DNPM, 1949.
- GODOY, M. P. de & COELHO, I. Soares. *Recursos Minerais do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1947.
- GUIMARÃES, Carlos Magno *et alii*. *Prospecção e topografia do Forte de Brumadinho*. (Relatório Final) Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2002.
- JÚNIOR, Augusto de Lima. *A capitania de Minas Gerais*. Itatiaia, 1978.

JÚNIOR, Augusto de Lima. As Minas do Ouro. 23 a 25. *Revista de História e Arte*, n. 1, 1967.

LIBBY, Douglas Cole. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil - O caso de Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

..... *Transformação e trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATOS, Raimundo da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Vol. I. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1981.

MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. *Morro Velho: História, fatos e feitos*. Nova Lima, 1995.

PIUZANA, D.; MENESES, J. N. C.; MORAIS, M. S.; Fagundes, M.. Espaços de minerar e caminhos do abastecer: as paisagens, os lugares e o território do Quadrilátero Ferrífero. *Revista Tarairiú*, v. 1, p. 127-141, 2011.

RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos. (org.). *As Minas Setecentistas*. v. I. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. p. 103-126.

SILVEIRA, Astolfo da. *Memórias Chorographicas*. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1922.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1948.

VILLELA, Bráulio C. *Nova Lima: formação histórica*. Belo Horizonte: Cultura, 1998.

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro do Maranhão*. Tradução de Myriam Ávila e introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

FONTES PRIMÁRIAS:

IMPRESSAS:

Arquivo Público Mineiro:

CARTAS DE SESMARIAS. RAPM, V. 4, ano IV. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1899.

CARTAS DE SESMARIAS. RAPM, V. 6, Ano VI. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1901.

Jornais:

O COMPILADOR, n.2, Ouro Preto, Quarta feira, 21 de fevereiro de 1844: 3-4

CORREIO OFICIAL DE MINAS, n. 140, anno. XII. Ouro Preto, Segunda feira, 17 de maio de 1858: 2

DIÁRIO DO CONSELHO DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, Ouro Preto, 1825: 87 e 89.

O POVO, n.19. Ouro Preto, Domingo, 9 de setembro, 1849: 4.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, Anno 9, n. 383, 1884.

CORREIO OFICIAL DE MINAS, Ouro Preto, n.88, 17 de dezembro de 1857: 8.

MANUSCRITAS:

Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Sabará:

LIVROS Ns. 3, 3-A, 3-BC.

MAPAS DE POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS (1831-1839) APM: In: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?action=results&query=MAPAS+DE+POPULAÇÃO>

FUNDO REPARTIÇÃO ESPECIAL DE TERRAS PÚBLICAS - APM: Congonhas do Campo - TP-1-58 - TP - Rolo 05; N. S. da Boa Viagem de Itabira do Campo - TP-1-93 - TP - Rolo 08 e Piedade do Paraopeba - TP-1-158 - TP - Rolo 13 -In: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=26

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS:

CARTA TOPOGRÁFICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS - Escala 1:50.000 - Serviço Geográfico do Estado, 1939.

CARTA TOPOGRÁFICA DE BELO HORIZONTE - Escala 1:100.000 - Departamento do Serviço Geográfico e Geológico do Estado de Minas Gerais, 1932.

CARTA TOPOGRÁFICA DE MARINHO DA SERRA - Escala 1:50.000 - DNPM, 1962.

CARTA TOPOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE BELO VALE - Escala 1:50.000 - da Secretaria do Estado de Minas Gerais, 1939.

CARTA TOPOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO - Escala 1:50.000 - IBGE, 1977.

CARTA TOPOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO - Escala 1:50.000 - IBGE, 1985.

CARTA TOPOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - Escala 1:50.000 - Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais, 1939.

CARTA TOPOGRÁFICA REALIZADA POR ENCOMENDA DE TRAJANO DE MEDEIROS E CARLOS DA COSTA WIGG. Acervo Usina Wigg/Gerdau, cerca de 1940.

CARTA TOPOGRÁFICA REALIZADA POR ENCOMENDA DA USINA WIGG, - Acervo Usina Wigg/Gerdau, cerca de 1940.

MAPA DA MAIOR PARTE DA COSTA E SERTÃO DO BRASIL, extraído do original do Pe. Jacobo Cocleo - 1699. AHEx. COSTA, Antonio Gilberto da. Et. Ali. (org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MAPA DA REGIÃO DO ALTO RIO DOCE (RIBEIRÃO DO CARMO), RIO DAS VELHAS E RIO PARAPEBA DE DIOGO

SOARES, CERCA DE 1734/1735. (AHU). In: COSTA, Antonio Gilberto da. et. alli. (org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 172.

MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS COM SUAS DIVISAS. JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA, 1778 (AHEx) In: COSTA, Antonio Gilberto da. et. alli. (org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 147.

MAPA DA REGIÃO DE MACACOS EM ESCALA 1:30.000 - AUTOR DESCONHECIDO - CERCA DE 1934. (fotocópia) In: Pasta de recortes sobre Nova Lima/São Sebastião das Águas Claras. IEPHA/MG.

MAPA DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais, de 1927.

PLANTA DA FAZENDA SÃO JULIÃO DOS CALDEIRÕES OU ANTONIO DIAS - 1900. In: NEVES, Marcus Duque; PILÓ; Henrique & BAETA; Alenice. *Serra do Ouro Branco, Rodeio e São Julião: Percursos e Divisas*. In: BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique. *Miguel Burnier - Ouro Preto: Marcas Históricas*. Belo Horizonte: Gerdau, 2012. p. 88.

PLANTA GERAL DA FAZENDA DO CHIQUEIRO DO ALLEMÃO - circa 1900. In: NEVES, Marcus Duque; PILÓ; Henrique & BAETA; Alenice. *Serra do Ouro Branco, Rodeio e São Julião: Percursos e Divisas*. In: BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique. *Miguel Burnier - Ouro Preto: Marcas Históricas*. Belo Horizonte: Gerdau, 2012. p. 91.

REGIÕES ONDE SE DESENVOLVERAM OS EPISÓDIOS PRINCIPAIS DA GUERRA DOS EMBOABAS, ENTRE OS ANOS DE 1708 E 1709. 'Croquis das regiões das Minas nos seus primórdios'. In: BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp, 1984. p. 58.

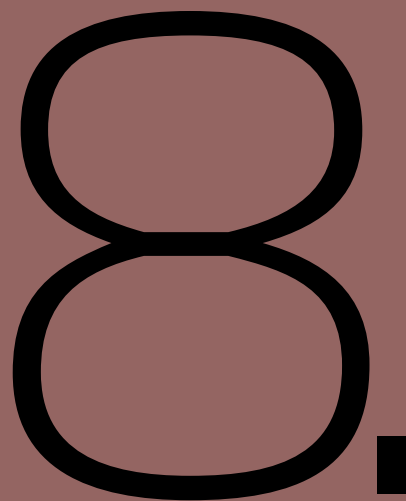
TEIL DER NEUEN KARTE DER CAPITANIA VON MINAS GERAES. AUFGENOMMEN VON W. VON ESCHWEGE, 1812 - BN. In: COSTA, Antonio Gilberto da. et. alli. (org.) *Cartografia de Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 191.

RELATÓRIOS PATRIMONIAIS:

IEPHA - IPAC da Capela de São Sebastião - Nova Lima - Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos) - 1984.



Montes Auriferi Ad Cata Branca- In Prov, Minarium' (A. Brandmeyer) 1840



História, Paisagem e Arqueologia de Cata
Branca - região do Pico do Itabirito

Henrique Piló

Alenice Baeta

1 - INTRODUÇÃO

O Pico do Itabirito ou de “Itaubyra” foi um importante marco na orientação de caravanas, tropas e expedições na região das Minas colonial no Alto Rio das Velhas, atraídas pelos primeiros descobertos de ouro na mesma.

Os exploradores portugueses Luiz de Figueiredo Monterroyo, piloto da Nau Nossa Senhora da Boa Viagem, e o capitão-mor Francisco Homem Del Rey fundaram, em 1706, o “Arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira”, hoje Itabirito. Em 1752, com a denominação de “Itabira do Campo”, torna-se distrito de Vila Rica, sendo um importante ponto de parada de viajantes e polo de fixação de exploradores cujos primeiros núcleos foram Acuruí, antigo Rio das Pedras, São Gonçalo do Bação e São Gonçalo do Monte (BARBOSA, 1995:156).



Imagem 1- Ruínas compostas por muros em alvenaria de pedras em Acuruí-Itabirito, MG. Foto: Alenice Baeta.

Estes, se fixaram ao redor das minas dessa região, dentre elas, em localidades denominadas Cata Branca, Córrego Seco, Arêdes, Morro de São Vicente e Pé do Morro, ocupando-se na cata do ouro em terra e no leito dos rios. Junto à Mina do Arêdes, desenvolveu um povoado que adotou o mesmo nome, onde os moradores construíram uma capela para homenagear São Sebastião (IBGE, 1959; COSTA, 2007).

Onde está situada a atual matriz de Itabirito, cuja construção teve início em 1740, encontrava-se a mina de ouro que teria enriquecido Monterroyo e seus companheiros. Tempos depois, com o esgotamento das reservas auríferas, as minas foram parcialmente abandonadas (BARBOSA, 1995:156).

Em toda a região conhecida atualmente como “Quadrilátero Ferrífero”, veem-se vestígios dos antigos trabalhos de mineração nos campos ferruginosos que o compõe, sejam montanhas revolvidas, com suas encostas talhadas, indicando a exploração humana, reservatórios de grandes proporções, com grossas paredes em alvenaria de pedras para depósito de água e lama que continham ouro, bem como, trechos de muros, ruínas de antigas habitações, que servem como testemunhos de épocas passadas, em que a facilidade na extração mineral era latente.

Apenas quando da vinda da família real para o Brasil e da abertura dos portos ‘às nações amigas’ é que foram elaboradas diretrizes para o reincremento da produção aurífera da região. Em 1811, o mineralogista W.L Von Eschwege foi enviado às ‘Minas Geraes’ no intuito de estudar novas formas de minerar e introduzir técnicas mais eficientes e produtivas.

Em 1803, através do Alvará de 3 de maio, proibiu-se a circulação do ouro em pó, substituído da moeda em transações comerciais e reduziu-se o quinto à metade, em uma tentativa de diminuir a sonegação e incentivar a produção mineral. A abertura dos portos em 1808 permitiu aos comerciantes ingleses introduzir produtos manufaturados no mercado da colônia. Após a independência do Brasil, em 1822, com a liberação da exploração mineral para empresas estrangeiras, tomou-se um novo rumo na extração do metal aurífero nas minas (FÉLIX, 1988:57-59). Essa nova fase teria início, na verdade, pouco antes, com a criação por Eschwege em 1819, da primeira sociedade mineradora do Brasil, denominada ‘Sociedade Mineralógica da Passagem de Mariana’.

Em 1824, aproveitando a febre especulativa da Bolsa de Londres, o negociante Edward Oxenford¹ obteve, por meio de decreto imperial, autorização para realizar trabalhos em minas brasileiras, o que permitiu que ele

1. Segundo Silva (2004), E. Oxenford se instalou em Ouro Preto por um período onde comercializou pedras preciosas, tendo um rápido enriquecimento, em seguida responde por processos judiciais e denúncias, onde foi acusado de fraudes, além de suspeitas de contrabando e sonegação.

organizasse na Grã-Bretanha uma companhia com capital de 350.000 libras esterlinas, com o nome de *Imperial Brazilian Mining Association*; a primeira companhia de capital estrangeiro, que era proprietária das minas de Gongo Soco², Cata Preta³, Antônio Pereira⁴, além das terras auríferas da Serra do Socorro⁵. Em Congo Soco, se explotava uma jazida de 'jacutinga aurífera', considerada de grande valor econômico na ocasião (FERRAND, 1998:164).

Frente à abertura da mineração ao capital estrangeiro surgem ainda outras companhias com capital estrangeiro, como a *Saint John D'el-Rey Mining Company Limited*, em 1830, detentora da Mina de Morro Velho, a *Brazilian Company* em 1832, detentora da Mina de Cata Branca (aqui focalizada) e das jazidas de itabiritos auríferos do Morro das Almas, a *National Brazilian Mining Association*, em 1833, na Mina de Jacutinga aurífera de Cocais, além de outras em Cuiabá e Brucutu, a *East Del Rey Mining Company Limited*, em 1861, nas Minas de Capão e Papa Farinha, perto de Sabará, a *Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company Limited*, em 1862, no Morro de Santana e Maquiné, nos arredores da cidade de Mariana, a *Santa Bárbara Gold Mining Company Limited*, para a exploração de um filão situado nas proximidades da Vila de São Francisco, próximo a Santa Bárbara, a *Anglo Gold Mining*

Company Limited, que retomou as jazidas da Mina de Passagem, a Roça Grande *Brazilian Gold Mining Company Limited*, para explotar a jazida de Roça Grande, nas proximidades de Caeté, a *Brazilian Consols Gold Mining Company Limited*, nas jazidas de Taquara Queimada, caminho entre Antônio Pereira e Mariana, *Pitangui Gold Mining Company Limited*, em 1876, a *Brazilian Gold Mines Limited*, em 1890, *Ouro Preto Gold Mines of Brasil Limited*, em 1884, e a *Société des Mines d'Or de Faria*⁶, em 1887, de uma companhia francesa (FERRAND, 1998: 164-216).

A partir da década de setenta do século XIX, algumas companhias nacionais ou com capitais brasileiros se estabeleceram, mesmo que precariamente, nas atividades mineradoras. Seria a Associação Brasileira de Mineração, em 1874, a Empresa de Mineração do Município de Tiradentes, em 1878, a Companhia de Mineração do Furquim, em 1890, a Companhia das Minas de Ouro-Falla, em 1891, a Companhia Metalúrgica Brasileira⁷, em 1891, a Empresa de Mineração do Caethé, em 1892, a Companhia Aurífera de Minas Gerais, em 1892, a Companhia Brasileira de Salitres, Terras e Construções, em 1893, além das associações particulares de minas, que são pequenas associações que explotam jazidas a fim de gerar divisas para, posteriormente, formar uma companhia (FERRAND, 1998: 210-215).

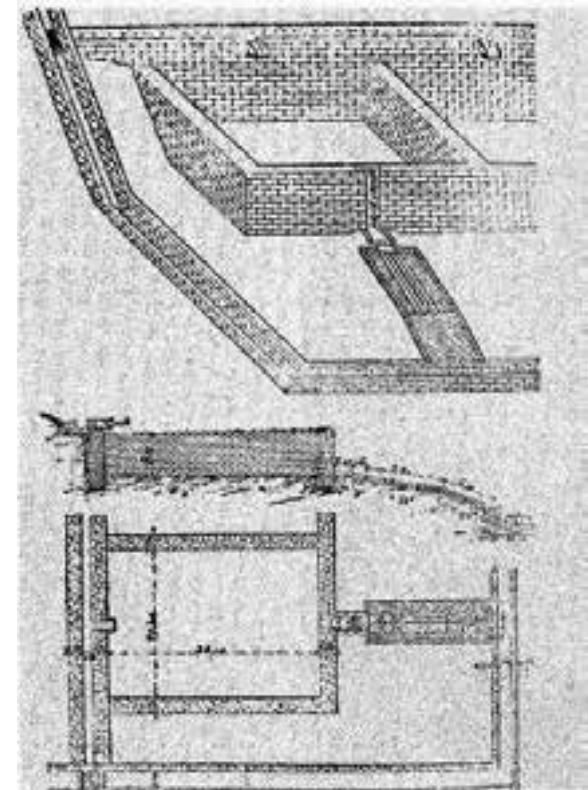


Imagem 2- Modelo de Mundéu (In: FERRAND, 1998: 102).



Imagem 3 - Vista de vestígio de Mundéu. Sítio Cata Branca. Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

2. Próximo a Caeté.

3. Perto do Pico do Inficionado, divisa de Mariana com Ouro Preto.

4. Em Ouro Preto.

5. Próximo à Mina de Congo Soco, região de Caeté.

6. A jazida situa-se no contraforte que se destaca do Morro do Pires, na Serra do Curral.

7. Era composta por três jazidas auríferas situadas no sul de Ouro Preto: Falcão, Venda do Campo e Mina Gualacho (FERRAND, 1998:211).

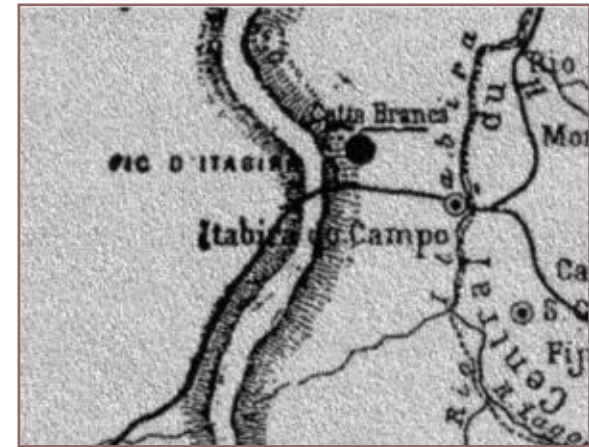


Imagem 4 - Mapa das principais jazidas auríferas existentes nas proximidades de Ouro Preto (In: FERRAND, 1998: 163). Em detalhe, Mina de Cata Branca e Pico d'Itabira - Itabira do Campo.

2 - MINA CATA BRANCA

Em Cata Branca foi instalada a *The Brazilian Company*, como exposto, que operou entre 1833 e 1844 para exploração de ouro. A mina teria sido comprada pelo Sr. Aristides Franklin Mornay em 1832, superintendente da Companhia. Pertencera anteriormente ao Conde de Linhares (D. Vitório Maria Coutinho - o segundo Conde de Linhares), que havia comprado dois anos antes por 22.000 francos.

O início da exploração em Cata Branca teria seu início com a denominação '*Buraco da Mônica*', segundo algumas notas tomadas por d'Osey, integrante da comitiva do Conde Francis de Laporte de Castelnau (1949) que visitou dentre várias localidades de Minas Gerais a Mina de Cata Branca em 1843. Tal expedição foi recebida pelo Sr. Champion, diretor da empresa na ocasião (Coleção Digital de Itabirito)⁸.

Após ter trabalhado pouco tempo, o Conde de Linhares a vendeu para a *Brazilian Company* por cerca de 195.000 francos, o que indica a alta valorização do terreno e o enorme 'lucro' de seu vendedor. Antes de pertencer ao Conde de Linhares, a mina teria sido propriedade do Sr. Francisco de Medeiros, que possuía 22 escravos e produzia 398 ½ oitavas de ouro, conforme quadro na próxima página:

8. Trata-se de site com textos temáticos sobre a história, fotografias antigas e demais documentos sobre Itabirito e arredores (Coleção Digital de Itabirito - <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/>).

Termo	Freguesia	Distrito	Nome dos mineiros	Lavras	Lavras		Trabalhadores empregados nas lavras		Faiscadores		Produção das Lavras	Produção dos faiscadores
					Formação	Casca-lho	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Oitavas	Oitavas
Cidade de ouro Preto	N.S. da Boa Viagem da Itabira do Campo	Itabira		Denominação	Formação	Casca-lho	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Oitavas	Oitavas
			Gregório Alves Chaves	Lavra de Oliveira	F.		-	8	-	-	122 ½	-
			Idem	Serv. De Mina	F.		-	-	-	-	217 ½	-
			Francisco de Medeiros	Cata-Branca - Minas	F.		-	22	-	-	398 ½	-
			Alf. Máximo Rodrigues de Abreu	Arêdes	F.		-	16	-	-	50	-
			Joaquim Dias Leite	Idem	F.		-	5	-	-	-	-
			Ant. Marinho da Cruz	Campo Alegre	F.		-	8	-	-	58	-
			Ant. Martins Diniz	-	F.		-	4	-	-	53	-
			Ml. Vaz da Cruz	Com Faisqueira	-	C.	-	-	-	4	55	-
Alf. Joaquim José de Sant'Ana	Idem	-	C.	-	-	56	37	9 ½	3.711 ½			

Quadro 01 - Retirado de "Relação de todas as lavras de ouro de cada distrito da Província de Minas Gerais", incluindo o nome dos proprietários, situação e natureza das lavras, número de trabalhadores e produção total do ouro em 1814. (ESCHWEGE, 1979: V.2: 20-21)

A retirada do minério aurífero era constantemente prejudicada pela abundância de água na região. Como se tratava de uma jazida composta por um filão de quartzo quase vertical, o aprofundamento da mina era feito por meio de grandes escavações, sem preenchimento lateral e com pouco escoramento. A partir de relato que consta no diário de Weddell, contida na publicação de F. Castelnau, os engenheiros ingleses haviam atingido aproximadamente 230 metros de profundidade em 1843.

Em um determinado momento, em meados de 1844, a mina sofreu uma forte pressão da água e desabou, soterrando operários que ali trabalhavam. Essa tragédia marcou profundamente os moradores da região.

"Em 1832, o Sr. Mornay comprou em nome de uma companhia inglesa (a Brazilian Company, com capital de 60.000 libras esterlinas) a mina de Cata Branca, situada no flanco do Pico de Itabira do Campo. Essa mina pertencia ao Conde de Linhares, que a havia comprado dois anos antes pela soma de 22.000 cruzados (cerca de 22.000 francos); este depois de nela ter feito alguns trabalhos, cedeu-a à companhia inglesa, pelo preço de 78 contos de réis (cerca de 195.000 francos). A jazida é composta por um filão de quartzo quase vertical, que atravessa os xistos micáceos, com direção N 15° E. Sua espessura, muito peque-

na na superfície, atinge 2 a 5 metros em profundidade. A exploração durou uns poucos anos: a lavra era prejudicada por entrada abundante de água. Como o aprofundamento era sempre feito por meio de grandes escavações, sem preenchimento e com madeira restrito aos pontos perigosos, chegou um momento em que uma das paredes, minada pelas águas, produziu uma pressão enorme sobre o escoramento e desabou em 1844, enterrando cerca de trinta mineradores sob seus escombros. Essa queda foi devida a duas causas: a economia nos trabalhos e um mau método de exploração" (FERRAND, 1998: 185).



Imagem 5 - Área da entrada da mina, tomada pela água.
Foto: Alenice Baeta.

A quantidade de 'mineiros' mortos é um tanto contraditória, dependendo da fonte consultada. O inglês Richard Burton, em 1868 revela o número de 14 óbitos, sendo 13 escravos e 1 inglês. Paul Ferrand, conforme a citação acima, em 1894, Calógeras em 1904 e Óthon Leonardos em 1970, baseiam-se em 30 os óbitos de Cata Branca. Olyntho em 1889, expressa a casa de 100 mortos e Miguel Fiorillo em mais de 120 pessoas (HIRASHIMA, 2003: 39). A enciclopédia dos municípios editada pelo IBGE (1959) apresenta o número de "cerca de cem operários". Essa tragédia causou profunda consternação aos habitantes locais que passaram a evitar o local e muitos dos quais se voltaram para atividades agrícolas como meio de subsistência. Até hoje a histó-

ria de Cata Branca é imediatamente associada a esse desabamento e suas vítimas, em grande maioria composta por escravos. Vale a pena assistir o curta metragem 'A Maldição

da Cata Branca' encenado no sítio arqueológico homônimo e entender aspectos referentes ao imaginário e memória da população local sobre este tema.



Imagem 6 - Vista da área onde ocorreu parte do desabamento. Sítio Cata Branca-Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

Com um acidente de larga proporção, a *Brazilian Company* que também teria arrendado as fazendas Arêdes e Marzagão, foi obrigada a encerrar seus trabalhos na mina, vendendo o maquinário para a *St. John d'el Rey Mining Company* e alugando seu plantel de escravos por longo período, o que teria feito com que a empresa conseguisse uma rentabilidade após o ocorrido.

Muitos bens móveis que faziam parte do cotidiano da mina se encontram sob guar-

da de colecionadores particulares, ou foram vendidos. Seria assim necessário o esforço de identificar e inventariar estas estruturas componentes que não mais se encontram no Sítio Arqueológico Cata Branca.

Segundo a tradição oral, em virtude da impossibilidade de se transpassar as rochas desprendidas com o desabamento, não se chegaria mais à área onde trabalhavam os escravos. Após alguns dias, ainda se ouviam suas vozes. Argumentando que não se teria

mais nada a se fazer para retirá-los, decidiram desviar um curso de água e inundar a mina, matando por afogamento os trabalhadores sobreviventes.

Essa mesma companhia inglesa teria ainda explotado em jazidas de itabiritos no Morro das Almas, porção oeste da Serra do Caraca, mas há poucos registros catalogados a respeito desse empreendimento (FERRAND, 1988:186).

Somente após algumas décadas, os interesses minerais se voltaram à região de ferro do Pico de Itabira do Campo, atualmente Pico do Itabirito. A partir do último quartel do século XVIII, a mineração de ferro passou a constituir-se uma atividade importante em Minas Gerais. Ainda que de rendimento inferior ao do ouro, a exploração do ferro era necessária para suprir a região de instrumentos e ferramentas necessárias não só para a exploração do ouro e outros minerais, como também para uso agrícola, doméstico e outros.

Em 1886, a Estrada de Ferro veio tornar Itabirito importante centro de abastecimento da região, o que propiciou o fortalecimento do comércio e, mais tarde, sua industrialização, pela facilidade de escoamento da produção.

“O arraial se divide em duas partes: a parte alta ou primitiva, edificada sobre uma montanha, se nos apresenta formada por casarões de

construção antiga, diversas ruas e praças calçadas, uma igreja matriz em optima posição, de onde se descortina um bello panorama da localidade várias capellas e duas escolas publicas: a parte baixa se estende pelas duas margens do Rio Itabira, affluente da margem esquerda do Rio das Velhas.

As suas edificações foram iniciadas por ocasião da chegada dos trilhos da Central, há cerca de 20 annos e, apesar deste curto espaço de tempo, acha-se hoje bastante desenvolvida, tendo boas casas de morada e formando a praça commercial da localidade, constituída por estabelecimentos de primeira ordem, que progridem em todos os ramos de negócio fazendo grande commercio com a circunvizinhança e, mormente, com a vasta zona do Paraopeba” (SUCKOW, J. Correspondente da Gazeta de Notícias em fins de 1907 In: SENNA, 1913: 572).

Os pioneiros na fabricação do ferro na região de Vila Rica foram os escravos africanos em Antônio Pereira, como afirma W.L.Eschwege em sua obra *Pluto Brasiliensis*:

“O ferro foi fabricado pela primeira vez em Antônio Pereira por um escravo do capitão-mor Antônio

Alves, e também em Inficionado, por um escravo do Capitão Durães (o mesmo senhor que achara cobre nativo arenoso). Ambos disputavam a honra da prioridade” (ESCHWEGE, 1979 :203).

As tentativas de se estabelecer forjas de ferro em escala industrial foram, em fins dos oitocentos e início dos novecentos, bastante frustradas, tendo sido a de Morro do Pilar, de produção muito breve e de construção demoradíssima e frustrante; a de São João de Ipanema, por sua vez, também apresentou construção bastante onerosa para tão pouca produção e resultados; e, finalmente, a Fábrica do Prata ou Patriótica, em Congonhas do Campo, hoje em Ouro Preto, que obteve maior sucesso, em virtude de seu menor porte e maestria tecnológica (ESCHWEGE, 1979:203).

Alguns fatores como mão de obra despreparada, meios de transporte deficientes e, principalmente, a falta de apoio e investimento da coroa, foram decisivos para a tardia exploração do ferro em maior escala nas minas. Em 1860, a 'Tarifa Ferraz' foi mais um golpe na produção de ferro no Brasil. Através dessa medida, ficava livre a importação de artefatos de ferro com isenção das taxas de alfândega.

“As mais significativas experiências de implantação da indústria metalúrgica no Brasil, no decorrer do século XIX, foram a Real Fábrica de

Ferro de São João de Ipanema, em São Paulo, a Real Usina de Ferro do Morro do Pilar, a Usina Patriótica, a Usina de São Miguel de Piracicaba e a Usina Esperança, em Minas Gerais. Além dessas, inclui-se a Fábrica de Ponta d'Areia, no Rio de Janeiro, que representa a primeira tentativa de estabelecimento de uma indústria mecânica e de bens de capital de grande porte, especialmente se considerarmos a época em que se efetivou (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS, 1989: 25).

Segundo Costa (2007:13), a primeira forjaria da cidade de Itabira do Campo teria sido de propriedade do francês Capitão Manoel da França, instalada em uma fazenda nas proximidades da Usina Esperança e Marzagão. Fabricava-se nesse local peças de utilidades variadas, dentre elas, foices, pregos, ferraduras e demais instrumentos de trabalho.

Em meados de 1888, teve início a implantação de uma grande usina siderúrgica. Joseph Gerspacher, filho do metalurgista suíço Albert Gerspacher, juntamente com Amaro da Silveira e do comendador Carlos da Costa Wigg, constroem em Itabira do Campo um alto forno com grande capacidade. Era criada a Usina Esperança, pioneira também na indústria de tijolos refratários para o revestimento de seu alto-forno. Em decorrência da falta de capitais para investimento, a empresa foi adquirida em

1900 pela Sociedade Queiroz Júnior (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS, 1989: 25).

“Não foram poucas as tentativas de estabelecer um grande empreendimento siderúrgico. Pequenas usinas funcionaram, com diferentes graus de sucesso, desde 1888, quando foi fundada a Usina Esperança, no atual município de Itabirito, a pouca distância da jazida (...), com abundantes matos na proximidade, com energia hidráulica mais do que suficiente para sua operação e ampliação, a 500 da estação Esperança da atual Estrada de Ferro Central do Brasil. Assim, além do capital e da tecnologia, os ingredientes básicos estavam reunidos: matéria-prima (minério de ferro), carvão vegetal (reductor e combustível), energia elétrica e infraestrutura de transporte” (SANCHEZ, 2003: 137).

O comendador Carlos da Costa Wigg, juntamente com Joseph Gerspacher, construíram ainda a Usina Wigg, em Miguel Burnier, antigo São Julião. Foram então a Usina Wigg e Esperança os dois únicos empreendimentos de porte a atingirem o século XX.

A Usina Esperança era alimentada com o minério explotado da região do Pico do Itabirito. Em fins do século XIX, é introduzida ainda em pequena escala e retirada manual, a extra-

ção de minério de ferro na região. Em 1892, quando da construção de seu alto-forno, a Usina Esperança incorpora toda a região do Pico do Itabirito ao seu patrimônio. Valiosa a lembrança do memorialista Jarbas Nazareth de Souza sobre a Usina Esperança narrada originalmente em 1997 para o 'Jornal Gazeta de Itabirito':

“Como se fosse em um sonho, ouvi o barulho das máquinas e dos aparelhos pneumáticos das fundições. Ouvi o ronco dos altos-fornos, transformando o minério em ferro-gusa. Vi os bondinhos transportando para a Estação a produção que gerava riquezas e proporcionava aos operários condições de sustentarem suas famílias com dignidade. Nos bondinhos (...) transportavam da Cata Branca o minério e da Estação o carvão e o calcário alimentando garganta abaixo o funil do forno que pela boca soltava o ferro líquido que corria a areia úmida, transformando-se em linguotes” (SOUZA, 2007:223-224).

No início do século XX, a empresa St. John D'el Rey Mining Company passa a adquirir propriedades com jazidas de minério de ferro na região. Como a Usina Esperança era proprietária da jazida e não do terreno, travou-se uma longa batalha judicial, relacionada ao direito de se minerar na região do Pico do

Itabirito, que acabou em favor da *St. John D'el Rey Mining Company*, uma vez que a constituição de 1896 dava ao superficiário o direito ao subsolo.

A extração em larga escala na região do Pico do Itabirito teve início em 1938, através da Mineração Novalimense, uma subsidiária da *St. John D'el Rey Mining Company*. Segundos dados fornecidos pela MBR (CERN/TLM, 2005), em 1941 as minas foram arrendadas para a Sociedade Usina Queiroz Júnior e no período compreendido entre 1943 e 1961 arrendadas à Sociedade Indústria e Comércio de Minério Ltda. (SICOM). Em 1946, o primeiro carregamento de minério de ferro é levado à Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, inaugurada em 1946. Em 1948, foi criada a Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI), a partir da SICOM. Em 1950 é criada a *holding* Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI). Também na década de 50, a Mineração Novalimense havia sido adquirida pela empresa americana *Hanna Mining Corporation*, HANNACO. A empresa Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR é criada em 1965 a partir da associação estabelecida entre a CAEMI e a HANNACO, juntamente com empresas japonesas. Nesse período, a empresa operava as lavras da Mina do Pico, em Itabirito, Jangada, em Brumadinho e Mutuca, em Nova Lima, além do projeto de desenvolvimento da Mina de Águas Claras, no município de Nova Lima. Em 1986, a CAEMI adquiriu a participação da

HANNACO tornando-se, assim, sócia majoritária da MBR. Em 2006, a CAEMI foi adquirida pela Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, que atualmente possui o controle acionário da MBR. Em 2009, a razão social CVRD é alterada em definitivo para Vale S.A. O sítio arqueológico Mina de Cata Branca situa-se em área contígua a Mina do Pico, explorada atualmente pela Vale S. A.

2.1 - ESPACIALIDADE E DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE CATA BRANCA

Foram inicialmente identificadas algumas estruturas principais e ou conjuntos relacionados às funções de vigília, habitação, capela, abastecimento, cemitério, caminhos, além de redes de escoamento de água, galerias e áreas de trabalho. Ressaltamos que essas correlações entre estruturas e seus possíveis usos decorrem de interpretações preliminares sobre a implantação das mesmas, características arquitetônicas, tecnológicas, partido das ruínas remanescentes, estruturas associadas, documentos etnográficos, iconografias e vestígios aparentes. Certamente essas proposições deverão ser aprofundadas a partir de estudos arqueológicos interventivos e pesquisas históricas complementares.

Registra-se um relato etnográfico de época feito pelo Conde de Suzannet, que esteve em Cata Branca em 1842, onde foi feita breve descrição de sua paisagem, moradores e construções e maquinários:

"(.).vi as bonitas edificações da companhia inglesa construídas sobre uma montanha coberta de flôres e de verdura. ... A fonte que bota em movimento as máquinas só volta ao seu curso natural depois de ter lavado o minério. E as suas águas são utilizadas pelos negros escravos na irrigação das hortas que ficam aos seus cuidados. Nessas hortas êles cultivam quase todos os legumes da Europa e do país (SUZANNET, 1957: 110).

F. Castelnuau, por sua vez, se referiu a Cata Branca como uma "povoação" lhe atribuindo o caráter de um pequeno arraial:

"Fomos visitar a povoação, que nos impressionou pelo seu aspecto nitidamente inglês, sua extrema limpeza e seus jardins floridos em frente às habitações" (CASTELNAU, 1949: 160).

Em seguida ainda descreve o processo de beneficiamento do minério:

"Três imensas máquinas hidráulicas, cujas rodas motrizes têm cerca de quarenta pés (12m) de diâmetro, põem em movimento uma infinidade de pilões de ferro, que incessantemente trituram o minério, reduzidos a pequenos fragmentos pelos negros, que o trazem da entrada dos poços. À medida que a pedra

vai sendo pulverizada pela queda dos pilões uma corrente de água atravessa toda a massa, arrastando as parcelas mais leves, enquanto o metal e algumas outras substâncias de peso específico mais considerável se depositam, acumulando-se em quase sua totalidade no fundo dos pilões. As parcelas de ouro que porventura escapem, são retiradas na sua passagem por um plano inclinado, em pedaços de pano colocados expressamente para este fim. Nova lavagem manual concentra ainda o produto, fazendo aparecer a poeira de ouro, que até então é, na maioria das vezes, invisível. Esse pó é tratado em seguida pelo mercúrio, cujo excesso se separa mediante pressão, através de uma pele de camurça” (CASTELNAU, 1949: 161).

Foram assim preliminarmente realizados croquis topográficos e mapeamento das principais estruturas remanescentes com a intenção de orientar a sua dispersão na paisagem da Serra de Cata Branca. Do ponto de vista iconográfico merece destaque a litografia de A. Brendmeyer de 1840 que mostra uma das encostas da Mina de Cata Branca onde possam ser notados conjunto de rodas de água, maquinários, caminhos e regos. Ao fundo, há matas, serras e, em último plano, o Pico do Itabirito.

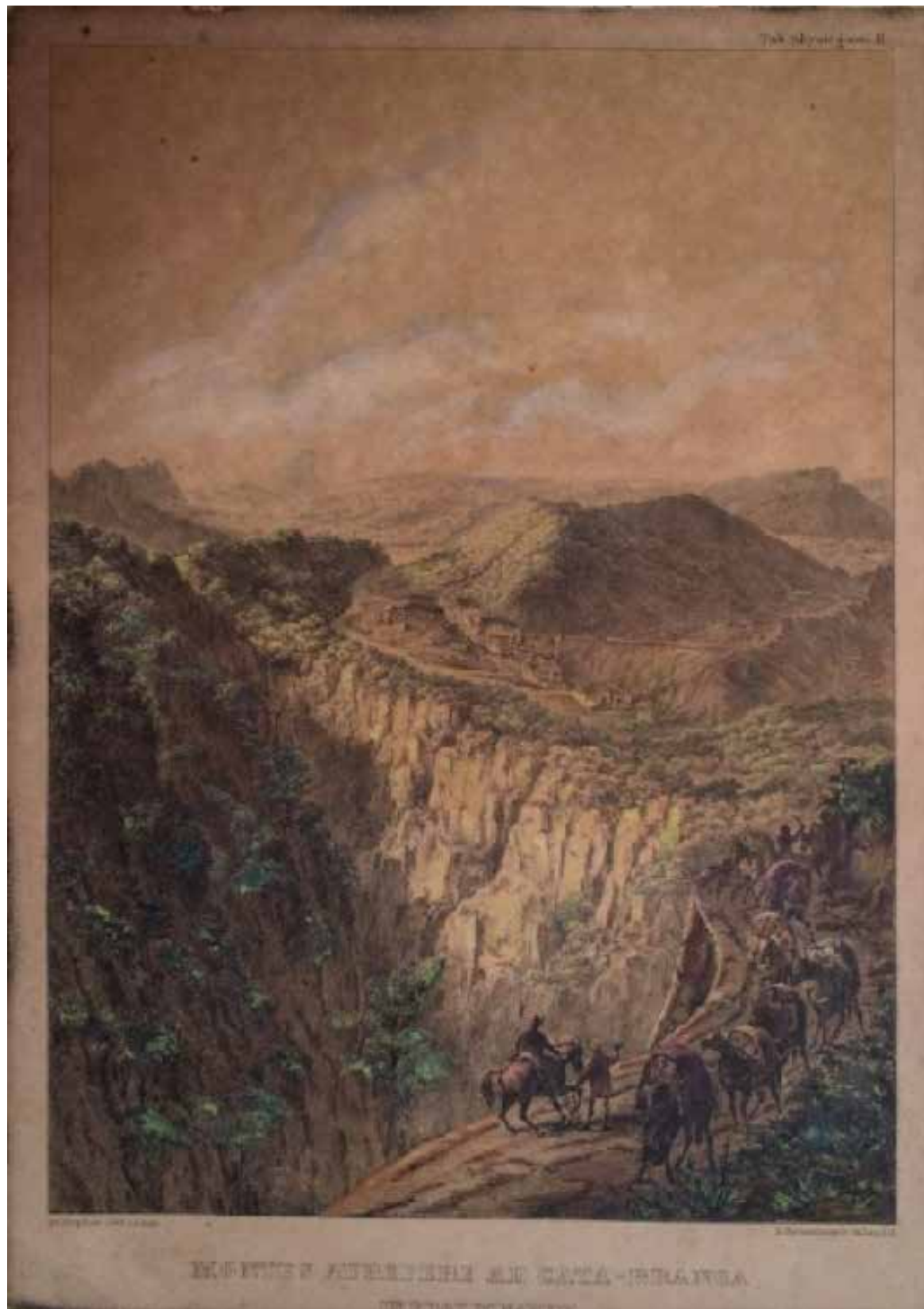


Imagem 7: 'Montes Auriferi Ad Cata Branca- In Prov, Minarium' (A. Brandmeyer) 1840. Fonte: Fundação da Biblioteca Nacional-FNB http://consorcio.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=visual_pr&db=visual&ss=new&disp=card&use=pn&arg=stephan

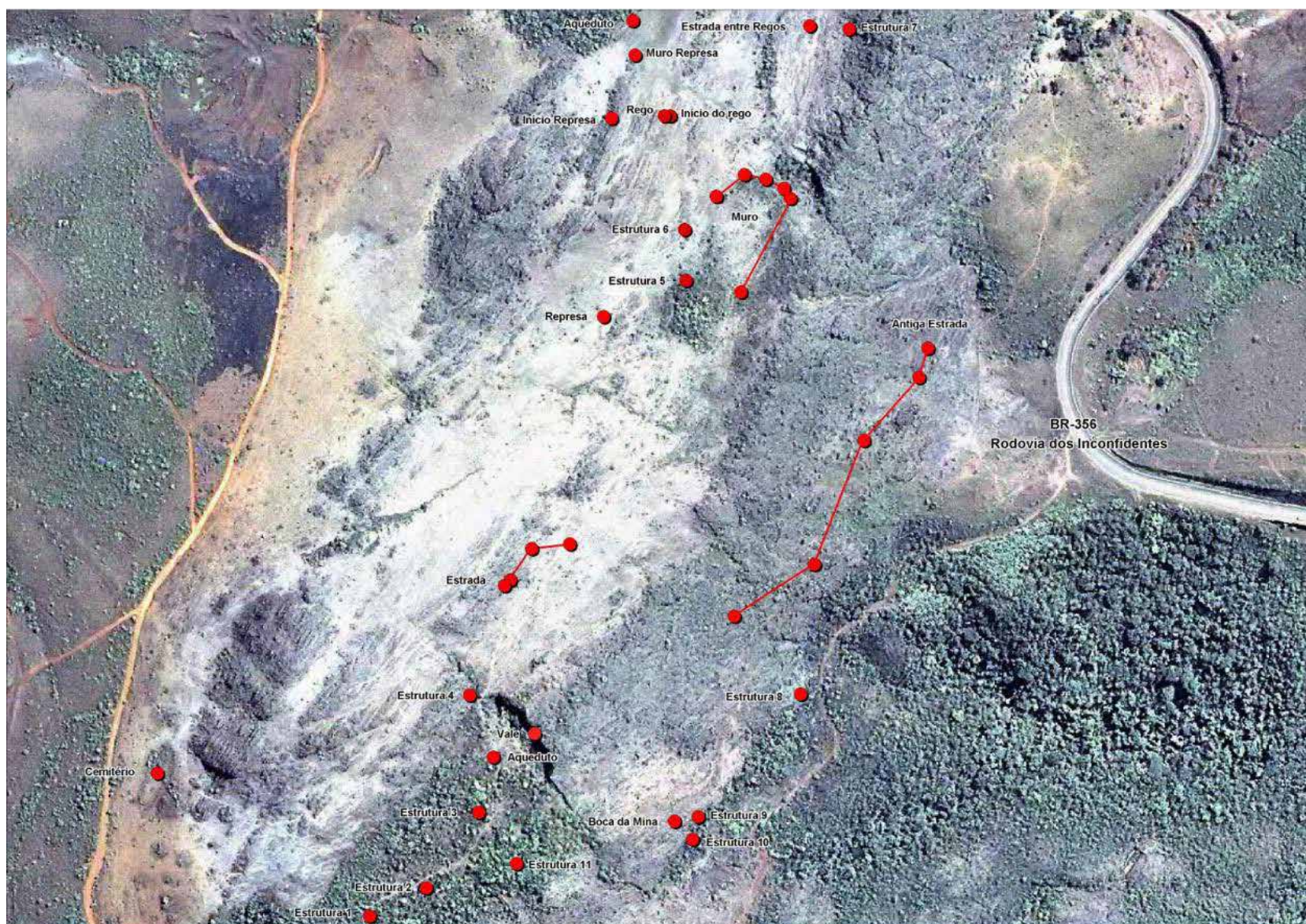


Imagem 8- Principais Estruturas Arqueológicas do Sítio Cata Branca - Itabirito, MG. (BAETA & PILÓ, 2008).

2.1.1- Unidade de Vigilância

Estrutura que aparenta ser um ponto de controle e vigília de uma das entradas de Cata Branca. Possui o teto muito baixo, em apenas uma água, com relação à estrada e dois pilares chanfrados na frente, o que revelaria a preocupação com a segurança.



Imagem 9 - Vista de teto em apenas uma água. Foto: Henrique Piló.

Possui janelas em forma de seteiras, sendo que existem portas apenas na parte posterior e lateral da casa. Em seu fundo existe uma estrada calçada que faz a ligação com a ruína vizinha. Possui pátios aplainados em suas laterais com escoros em alvenaria de pedras. Em seu piso foi possível identificar vestígios de lajes compostos por blocos de quartzito.

Estrutura 1



Imagem 10 - Vestígio de lajes em quartzito formando o piso da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 11 - Principal acesso à estrutura. Foto: Henrique Piló.

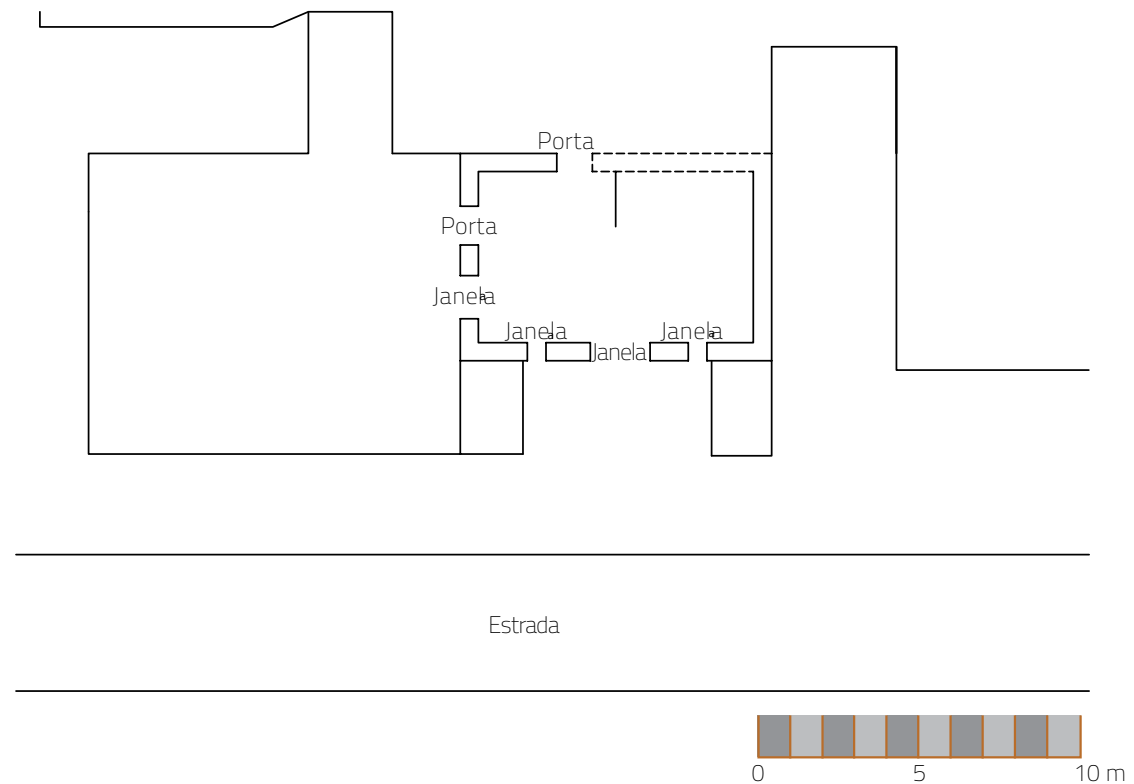


Imagem 12 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.

2.1.2 - Depósito



Imagem 13 - Vista geral da parede lateral da estrutura. Foto: Henrique Piló.

Estrutura de possível depósito de material utilizado nas atividades da mina. O cômodo maior também apresenta calçamento de pedras. Não possui janelas em sua parte posterior. Em um cômodo menor, com grande vão de entrada e acesso direto ao cômodo maior, foram identificados pequenos orifícios simétricos na parte superior, evidenciando assim um possível forro nesse cômodo. Em virtude de estar com grande parte de sua fachada desmoronada, tornou-se difícil supor as possibilidades de uso, bem como a configuração original exata da estrutura ou eventuais acréscimos.

Estrutura 2

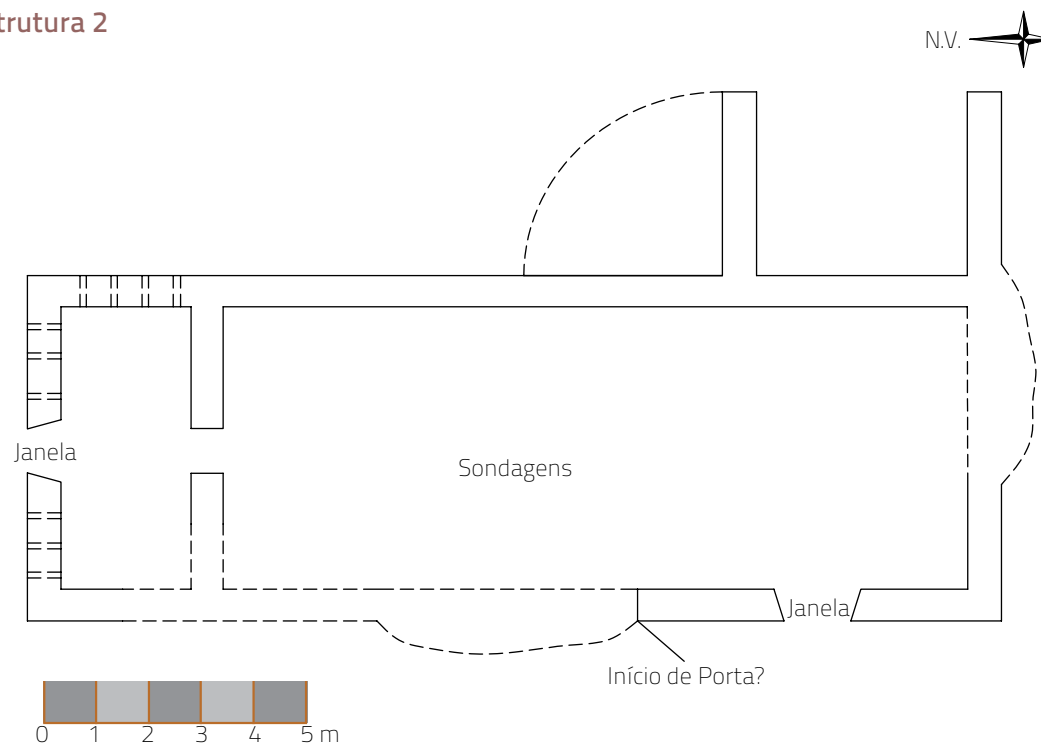


Imagem 14 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 15 - Evidenciação de piso em pedras. Foto: Henrique Piló.



Imagem 16 - Detalhe de orifícios nas paredes evidenciando possível forro. Foto: Henrique Piló.



Imagem 17 - Vista geral de fachada com parte desmoronada. Foto: Henrique Piló.



Imagem 18 - Vista geral da entrada da estrutura. Foto: Henrique Piló.

2.1.3 - Capela:

Aparentemente uma unidade religiosa, em virtude das características básicas da edificação remanescente. Possui uma porta principal frontal bastante larga, aparentemente de duas bandeiras em um cômodo fechado e pequeno. Escada de acesso arredondada, aparentando ser um adro. No fundo da edificação foram identificadas rochas brutas com negativos de retiradas possivelmente de partes das escadas, revelando suas técnicas de confecção e matriz rochosa, além de um grande canal de abastecimento de água. Na lateral da construção foi identificado um cocho de água esculpido em pedra. Na lateral esquerda, um cômodo independente, aparentemente para guarda de objetos mais preciosos. A construção possui caminhos na parte da frente e em sua parte posterior.

Estrutura 3 - Igreja

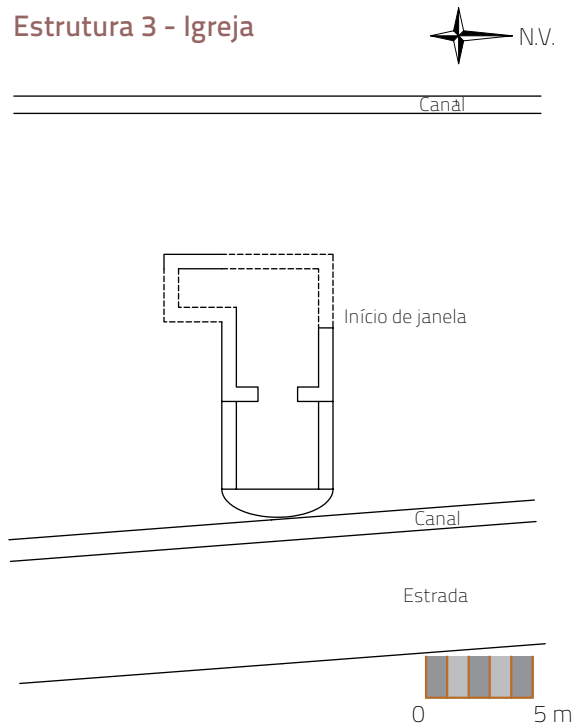


Imagem 19 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 20 - Entrada principal da estrutura. Foto Henrique Piló.



Imagem 21 - Vista lateral da estrutura. Foto Henrique Piló.

2.1.4 - Armazém

Aparentemente um armazém ou centro de acondicionamento e distribuição de víveres para a população que habitava o local. Possui muitas portas largas e janelas, o que caracteriza este tipo de habitação. A fachada frontal está voltada para a zona aplainada da serra, com uma escadaria feita em pedras. Nessa

face há uma entrada principal onde existe um largo para possível trânsito e virada de carro de boi. Não foi possível identificar nenhum piso de pedras em seu interior, o que poderá ser comprovado ou não em estudos posteriores, mas, possivelmente o chão deveria ser de terra batida e composto por tabuados.

Estrutura 4 - Armazém

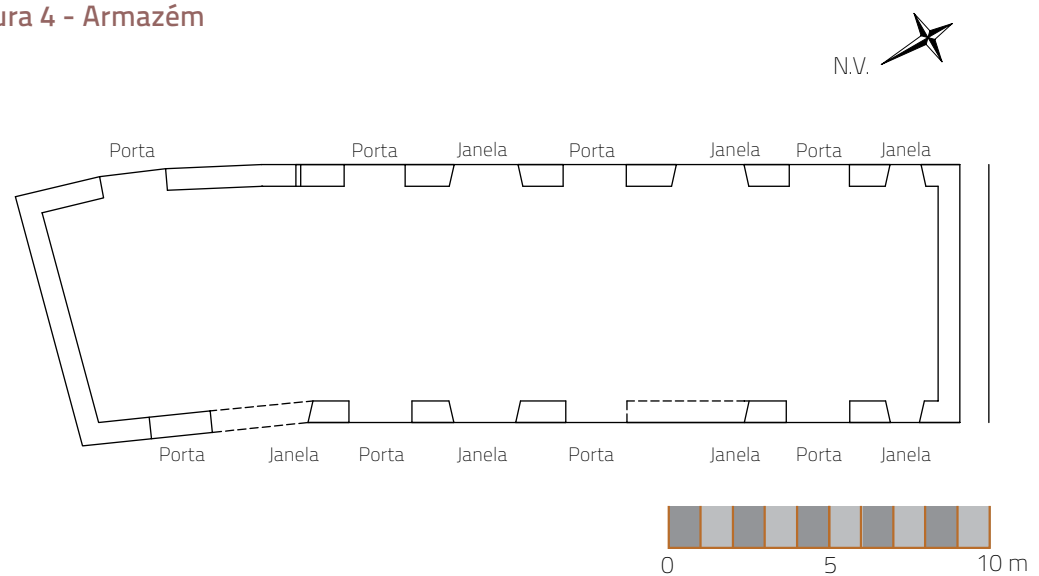


Imagem 22 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 23 - Vista de Porta lateral da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 24 - Detalhe de parede com marcas de ponteiro para regularizar suas bordas. Foto: Henrique Piló.



Imagem 26 - Vista de escadaria lateral que dá acesso ao interior da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 25 - Vista geral da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 27 - Detalhe de marcas de ponteiro regularizando os blocos. Foto: Henrique Piló.

2.1.5 - Habitação 1

Estrutura contendo uma base grande formada por duas pedras muito bem encaixadas na entrada, formando uma soleira. Sua frente possui uma espécie de praça calçada com uma sarjeta de pedra composta por pequenos blocos alinhados e escoros. Em sua parte lateral, apresenta uma pequena janela muito bem-conservada, apresentando na rocha seus pontos de fixação, assim como entalhes nas lajes onde se assentava a madeira da porta e um possível local de tranca. Possui divisão de cômodos, caracterizando uma unidade doméstica residencial. No lado leste da edificação foi identificada uma grande cerca aparentando se tratar de um curral ou tratamento de pequenos animais. Possui três cômodos internos, facilmente identificados, e dois cômodos aparentemente independentes nos fundos, possivelmente uma dispensa.

C.8. p. 189



Imagem 28 - Vista da parede lateral e suas janelas. Foto: Henrique Piló.

Estrutura 5

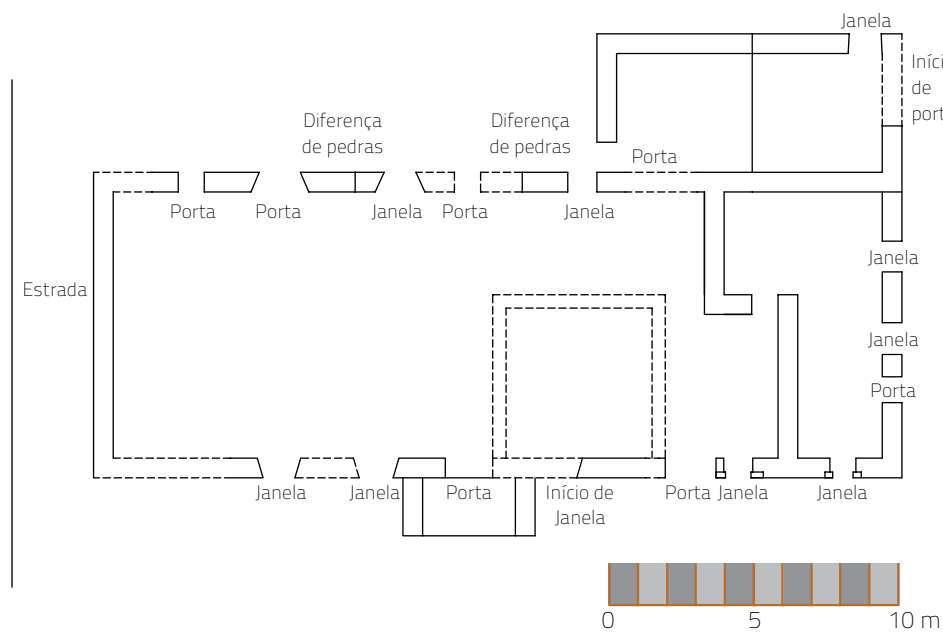


Imagem 29 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 32 - Parede em processo de arruinamento. Foto: Henrique Piló.



Imagem30 - Detalhe da porta lateral. Foto: Henrique Piló.



Imagem 31 - Detalhe onde se pode perceber a diferença de material compondo uma mesma parede. Foto: Henrique Piló.



Imagem 33 - Detalhe de vão interno que dá acesso a outros cômodos. Foto: Henrique Piló.

2.1.6 - Olaria:

Nessa estrutura foram identificados dois fornos para a produção de material de barro. Há fragmentos de telhas no local em um piso parcialmente calçado.

Sua parede lateral também foi reforçada parecendo uma estrutura para armazenamento de água.

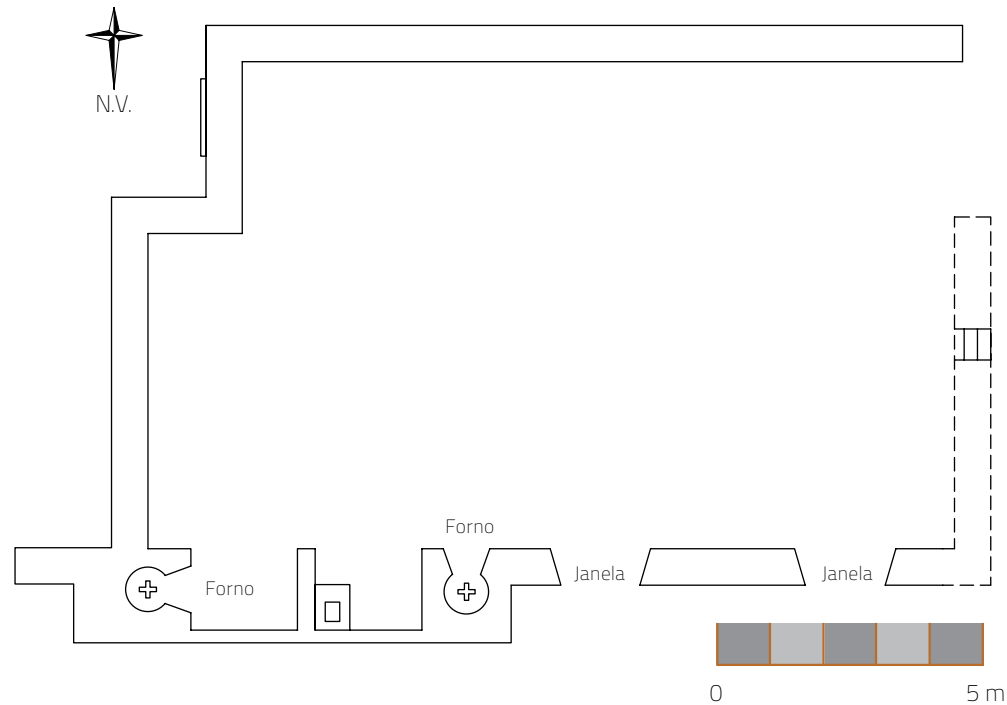


Imagem 34 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 35 - Detalhe de forno. Foto: Henrique Piló.



Imagem 36 - Detalhe da parede acima do forno. Foto: Henrique Piló.



Imagem 37 - Detalhe de bloco com marcas de ponteiro. Foto: Henrique Piló.



Imagem 38 - Detalhe de janela. Foto: Henrique Piló.

2.1.7 - Estrutura com Mundéu:

Pequena edificação semidestruída. Possui pedras empilhadas onde teria sido uma parede. Na parte interna da edificação foi identificado um mundéu esculpido na pedra. No fundo dessa edificação está situada uma grande galeria de exploração mineral. Atrás da edificação, esculpido no piso rochoso, existe um pequeno pilão e uma base pétrea que poderia ter sido uma canoa para apuração final do ouro.



Imagem 39 - Local de apuração de ouro semelhante à encontrada em Cata Branca. In: ESCHWEUGE: 1979: 189

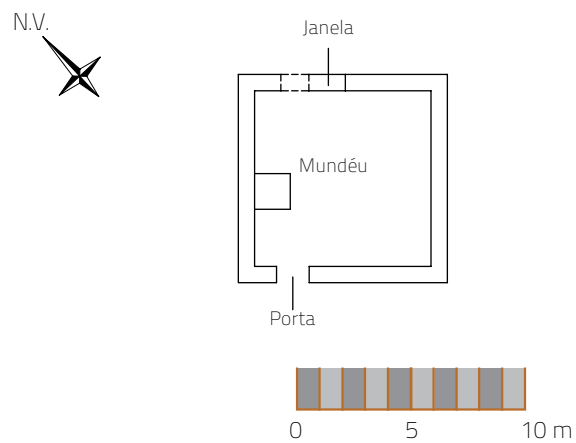


Imagem 40 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 41 - Vista geral da estrutura inserida na paisagem. Foto: Henrique Piló.



Imagem 42 - Parede lateral da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 43 - Detalhe de pequeno pilão esculpido. Foto: Henrique Piló.



Imagem 44 - Parede lateral em pedras empilhadas. Foto: Henrique Piló



Imagem 45 - Detalhe de parede lateral. Foto: Henrique Piló



Imagem 46: - Mundêu no interior da estrutura.

2.1.8 - Estrutura com pilares e sistema hidráulico

Estrutura apresentando abertura alongada para instalação de roda de água, moinho, engenho, estrutura hidráulica contendo canais, além dos pilares de um telhado.

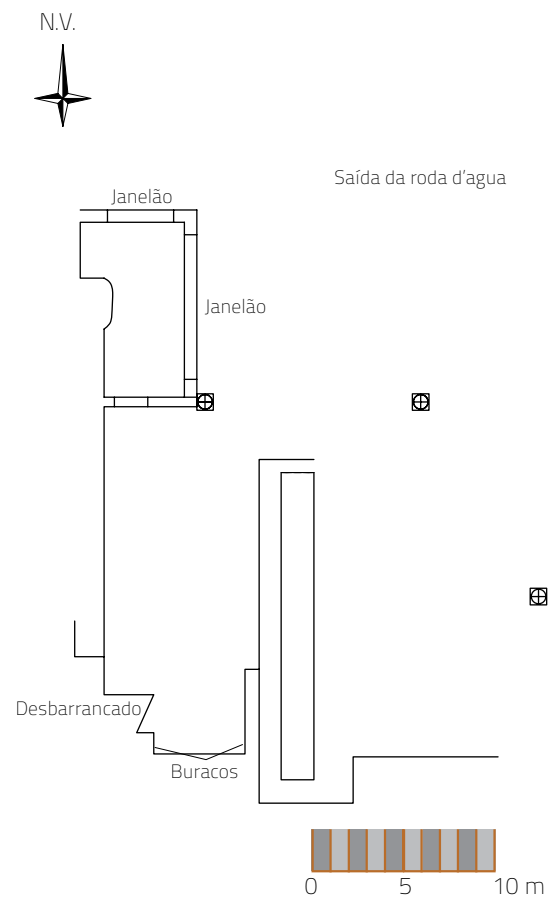


Imagem 47 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 48 - Vista em detalhe de canais para passagem de água. Foto: Henrique Piló.



Imagem 50 - Detalhe do local onde se encaixava o dormente da roda d'água. Foto: Henrique Piló.



Imagem 49 - Vista da área interna da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 51 - Local onde ficava a roda. Foto: Henrique Piló.



Imagem 52 - Local onde a água era escoada, no encaixe da roda. Foto: Henrique Piló.



Imagem 53 - Pilar em pedras. Foto: Henrique Piló.



Imagem 54 - Moinhos d'água em detalhes. 'Montes Auriferi Ad Cata Branca- In Prov, Minarium' (A. Brandmeyer) 1840. In: http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/_img/mina_1.jpg

2.1.9 - Barragem

Barragem com roda d'água lateral. Esta estrutura assemelha-se aos trabalhos realizados nas técnicas de grupiarias. Para se obter melhor resultado, a água era acumulada em um grande reservatório superior e liberada

para o ponto em que era explotado o ouro. Esses trabalhos iam se estreitando nas partes mais baixas a fim de chegar ao local, neste caso uma barragem natural onde se concentrava o ouro.

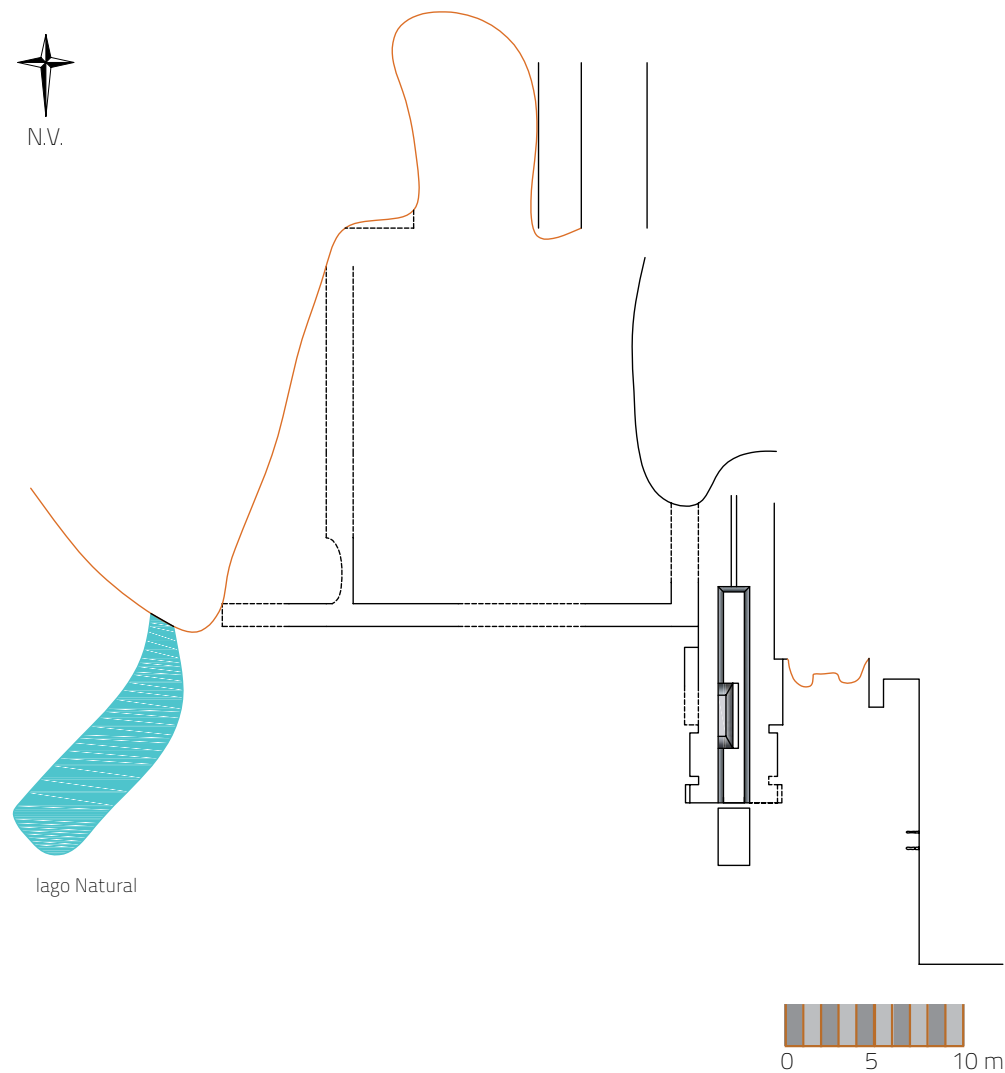


Imagem 55 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.

“Quando se abria a comporta do reservatório, as águas se precipitavam com violência sobre o terreno, arrastando e carreando terras e pedras até um canal inferior que substituía

o corredor das grupiarias, e que era dirigido para grandes reservatórios de alvenaria, chamados mundéus, destinados a recolher as lamas auríferas” (FERRAND, 1998:111).



Imagem 56 - Local onde era instalada a roda d'água. Foto: Henrique Piló.



Imagem 57 - Vista geral de onde existia a barragem. Foto: Henrique Piló.



Imagem 58 - Entrada da área de trabalho. Foto: Henrique Piló.

2.1.10- Depósito perto da boca da mina

Pequeno depósito próximo à boca da mina. Possui um patamar aplainado interligado a caminho calçado junto à ruína do pequeno depósito, possivelmente para carregamento de carro de boi.

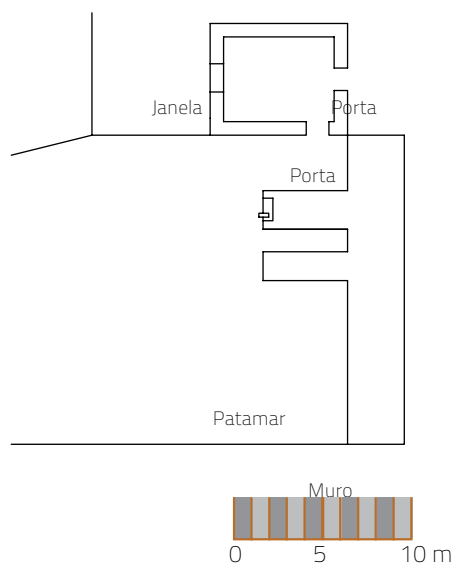


Imagem 59 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 60 - Vista geral da estrutura a partir de platô aplainado. Foto: Henrique Piló.



Imagem 61 - Vista do interior da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 62 - Parede lateral da estrutura. Foto: Henrique Piló.



Imagem 63 - Entrada da mina subterrânea. Foto: Henrique Piló.

2.1.11- Muro de curral

Muro de grandes proporções feito em técnica de junta seca. Situado nas proximidades da estrutura de habitação, fazia certamente parte de seu conjunto, sendo local destinado à criação e tratamento de animais. Próximo ao muro há canais de fornecimento de água para a parte interna das estruturas locais.



Imagem 64 - Vista geral de parte do muro. Foto: Henrique Piló.



Imagem 65 - Detalhe do muro do curral. Foto: Henrique Piló.

2.1.12 - Caixa de Água

Pequena represa de contenção de água para abastecimento da estrutura de habitação. Suas paredes possuem aproximadamente 10 metros de comprimento. Aparenta estar parcialmente soterrada em virtude de sua pequena altura.

Caixa D'água

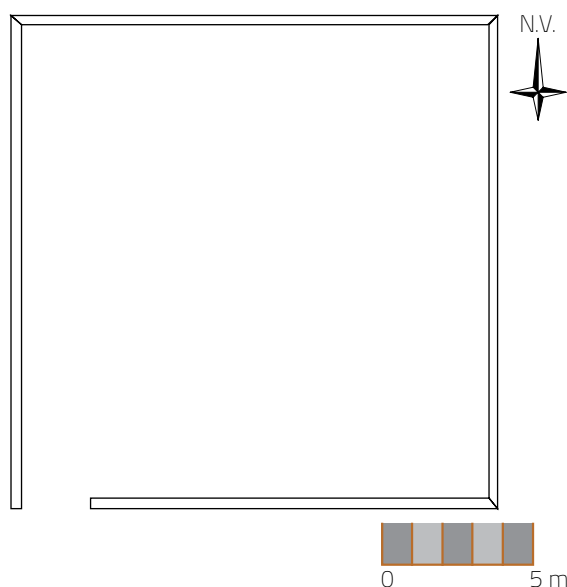


Imagem 66 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.

2.1.13- Cemitério:

Cemitério contendo indícios de lápides em pedra em uma área delimitada por valas escavadas no solo, indicando formato de um caixão hexagonal quando visto em imagem de satélite ou aérea. Segundo informações orais, esse cemitério teria sido preferencialmente local de sepultamento dos ingleses que habitavam Cata Branca, sendo os escravos enterrados em locais 'sem indicação exata'. No entanto, pairam ainda muitas dúvidas sobre seu uso e sua história.

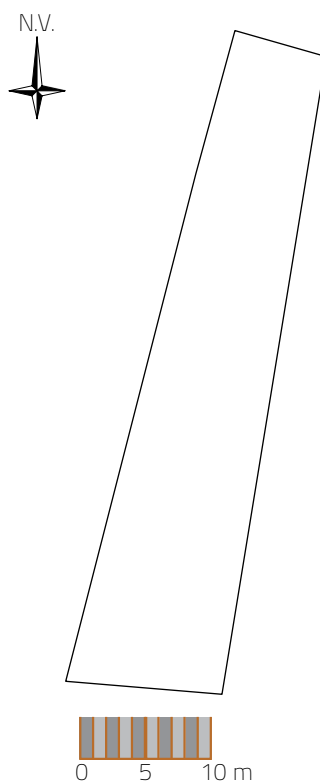


Imagem 67 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 68 - Vista geral do cemitério com as valas laterais escavadas. Foto: Henrique Piló.



Imagem 69 - Indício de lápide em superfície. Foto: Henrique Piló.



Imagem 70 - Indício de lápide em superfície. Foto: Henrique Piló.

2.1.14 - Habitação:

Estrutura que remete a unidade residencial, contendo divisões que podem ser atribuídas a habitação. Possui um grande pátio totalmente cercado por muro em alvenaria de pedra, construído através da técnica de junta seca. Uma escadaria leva a uma área interna aparentemente utilizada para trabalhos domésticos. Nessa área destaca-se a presença de um forno cuja factura é posterior à conclusão da construção da casa, tendo em vista a necessidade de se isolar uma janela para evitar a entrada de fumaça em um dos cômodos da mesma. Possui janelas que dão vista ao pátio interno em forma de seteira, aparentemente no intuito de, a partir da sala principal, vigiar os trabalhos realizados no pátio. Uma porção do cômodo principal aparenta possuir dois pavimentos em virtude da altura de suas janelas. Possivelmente, tratava-se de uma estrutura em madeira que dava acesso ao andar superior sustentado por um pequeno arrimo de terra. Alguns pilares, hoje já arruinados, davam suporte a uma pérgula em toda parte frontal dos cômodos laterais. Nesses cômodos foram encontradas lajes de pedras que fechavam o acesso entre eles e uma janela no estilo gótico.

A construção dessa unidade possuiu pelo menos duas fases, o que pode ser identificado através das diferentes rochas que compõem suas paredes e tecnologias construtivas, além das alterações funcionais em algumas

de suas janelas. Um acréscimo ainda pode ser notado. Trata-se de um possível local para armazenamento de material controlado, como explosivos ou algo semelhante, ou ainda ambiente destinado a cárcere ou castigos dos escravos que trabalhavam na mina.

Pode-se observar ainda uma construção que pelas suas dimensões deve se tratar de um paiol ou local de acondicionamento de bens

de consumo. Defronte a essa construção, nota-se uma praça arredondada típica de carro de boi, ampliada possivelmente para a realização das manobras necessárias para o abastecimento, tendo em vista que a estrada finda neste local. Margeando o caminho, há ainda um canal de água que deságua em uma grande vala em formato alongado que serviria de sustentação para uma roda d'água.

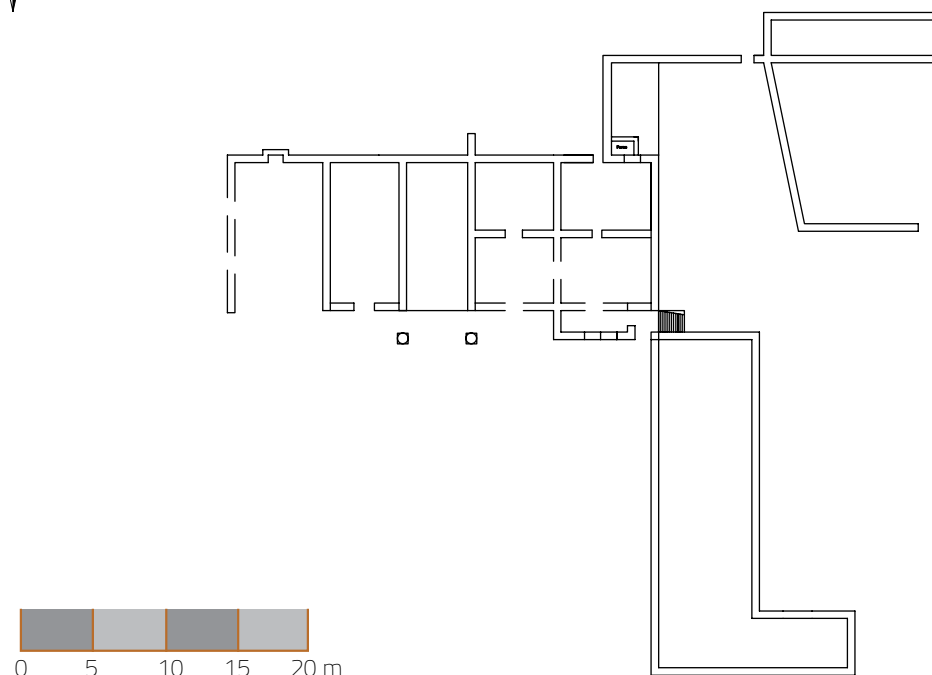


Imagem 71 - Croqui topográfico da estrutura. Autores: Emile Scharlé Jr., Henrique Piló e Alenice Baeta.



Imagem 72 - Vista da praça para manobra de carro de boi. Foto: Henrique Piló.



Imagem 73 - Pilar caído, indicando ser a base de uma área pergolada. Foto: Henrique Piló.



Imagem 76 - Forno. Foto: Henrique Piló.



Imagem 79 - Detalhe de seteira. Foto: Henrique Piló.



Imagem 74 - Detalhe da janela em estilo "gótico". Foto: Henrique Piló.



Imagem 77 - Detalhe da janela isolada em fase posterior à finalização da construção. Foto: Henrique Piló.



Imagem 80 - Local destinado a armazenamento de produtos controlados. Foto: Henrique Piló.



Imagem 75 - Escadaria de acesso ao pátio interno. Foto: Henrique Piló.



Imagem 78 - Vista de parede interna da construção. Foto: Henrique Piló.

2.1.15- Caminho Calçado e trilhas

Foram observados acessos calçados interligando todas as estruturas indicadas como possíveis unidades residenciais, além do Armazém, Unidade Religiosa e de Vigília. Em vários locais ainda são identificadas sarjetas e desvios de água, além de assentamentos de lajes em bom estado de conservação. Vê-se claramente bifurcações nos caminhos que dão acesso a algumas edificações e galerias.



Imagem 80 - Detalhe escoro de calçamento. Sítio Cata Branca. Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 81- Detalhe escoro de calçamento. Sítio Cata Branca. Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 82- Detalhe de escoamento do calçamento. Sítio Cata Branca. Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 83- Detalhe de escoamento do calçamento. Sítio Cata Branca. Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.

2.1.17- Conjuntos de Regos ou Aquedutos

As águas e seu escoamento devidamente controlado tinham um papel preponderante em unidades de mineração desse período. Segundo Ferrand (1978), tornou-se um axioma entre os antigos mineradores a máxima de que sem água de nada valia uma serra de ouro. Para se explorar veios auríferos formados por areias e seixos com espessura que podia ir até 2,50 m, era necessária uma grande quantidade de água. Para isso, eram construídos longos canais de nível que se expediam em regiões mais altas da serra a fim de levar água acima das jazidas a serem exploradas. Em Cata Branca observou-se também a utilização das águas levadas pelos aquedutos para a movimentação de grandes rodas d'água. Esses canais,

portanto, abasteciam as estruturas hidráulicas, bem como os filões auríferos.

Foram identificados vários segmentos de canais em todo o sítio Cata Branca, parte deles se apresenta em bom estado de conservação ainda com escoros, principalmente nas localidades próximas da captação de água. Também havia regos escavados na terra, sobretudo em locais planos.



Imagem 84- Detalhe de canais. Sítio Cata Branca. Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagens 85 e 86- Trecho de canal no sítio Cata Branca. Itabirito, MG. Foto: Henrique Piló.



Imagem 87- Trecho de canal no sítio Cata Branca com escoros de alvenaria de pedra. Foto: Henrique Piló.



Imagem 88 - Detalhe de trecho de canal no sítio Cata Branca com escoros de alvenaria de pedra. Foto: Henrique Piló.



Imagem 89- Vista geral de longo trecho de canal no sítio Cata Branca com escoros de alvenaria de pedra. Foto: Henrique Piló.

2.1.18 - Galerias:

Como já visto, a partir da escassez do ouro aluvional, fez-se necessária a exploração de jazidas embutidas em montanhas ou cobertas com camadas de rejeito. Dessa forma, foi necessária a abertura de algumas galerias em busca desse filão.

“Era desse modo que explotavam camadas de Itabiritos cortadas por numerosos feios de quartzo ou filões, cujos afloramentos haviam descobertos no flanco das montanhas que afundavam em seu seio”
(FERRAND, 1998:114).

A exploração em Cata Branca foi predominantemente subterrânea, conforme já indicado. Suas minas eram prejudicadas pela enorme quantidade de água. Aprofundando sempre a partir de grandes escavações, aliadas à displicência nos escoros fundamentais, chegou um momento em que uma das paredes cedeu decretando, como apresentado, o fim das explorações na região. Segundo Ferrand, esse desastre é resultado de dois fatores: a economia nos trabalhos e um mau método de exploração.



Imagem 90 - Detalhe de entrada de uma galeria. Sítio Cata Branca. Foto: Henrique Piló.



Imagem 91- Detalhe de entrada de uma galeria. Sítio Cata Branca. Foto: Henrique Piló.

3 - PROPOSIÇÕES GERAIS PARA A PROTEÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CATA BRANCA

O conjunto arqueológico de Cata Branca é munido por inúmeros tipos de estruturas e testemunhos de diferentes tecnologias construtivas e de exploração de ouro típicos do período colonial e imperial, se revestindo de grande importância patrimonial e histórica. Este sítio ainda encontra-se muito próximo à BR que interliga a capital Belo Horizonte às cidades históricas como Ouro Preto e Mariana. Dessa maneira, poderá integrar um roteiro que busque valorizar e compreender a história da mineração e da sociedade nos séculos e oitocentos de Minas Gerais.

Este bem cultural merece assim estar inserido em uma unidade de conservação que garanta a sua efetiva proteção e conservação por meio de ações, programas, plano de manejo e de gestão.

Parte das estruturas arqueológicas se encontra, atualmente, encoberta por camadas de sedimento ou vegetação. Sugere-se que seja realizada topografia detalhada de todo o sítio arqueológico.

Não houve ainda neste sítio nenhum tipo de pesquisa arqueológica que visasse escavações ou sondagens, curadoria e evidênciação

de estruturas sotopostas, no entanto, sabe-se da ocorrência de grupos de pessoas que adentraram algumas localidades do sítio e o 'esburacaram' a procura de tesouros e objetos de valor.

Seguindo as normas patrimoniais deverão ser adotados os critérios de intervenção mínima, mantendo a aparência atual do lugar; contudo, sugere-se a implantação de um sistema de visitação pública controlado composto por medidas preventivas, administrativas, gestão e interpretação¹ em Cata Branca.

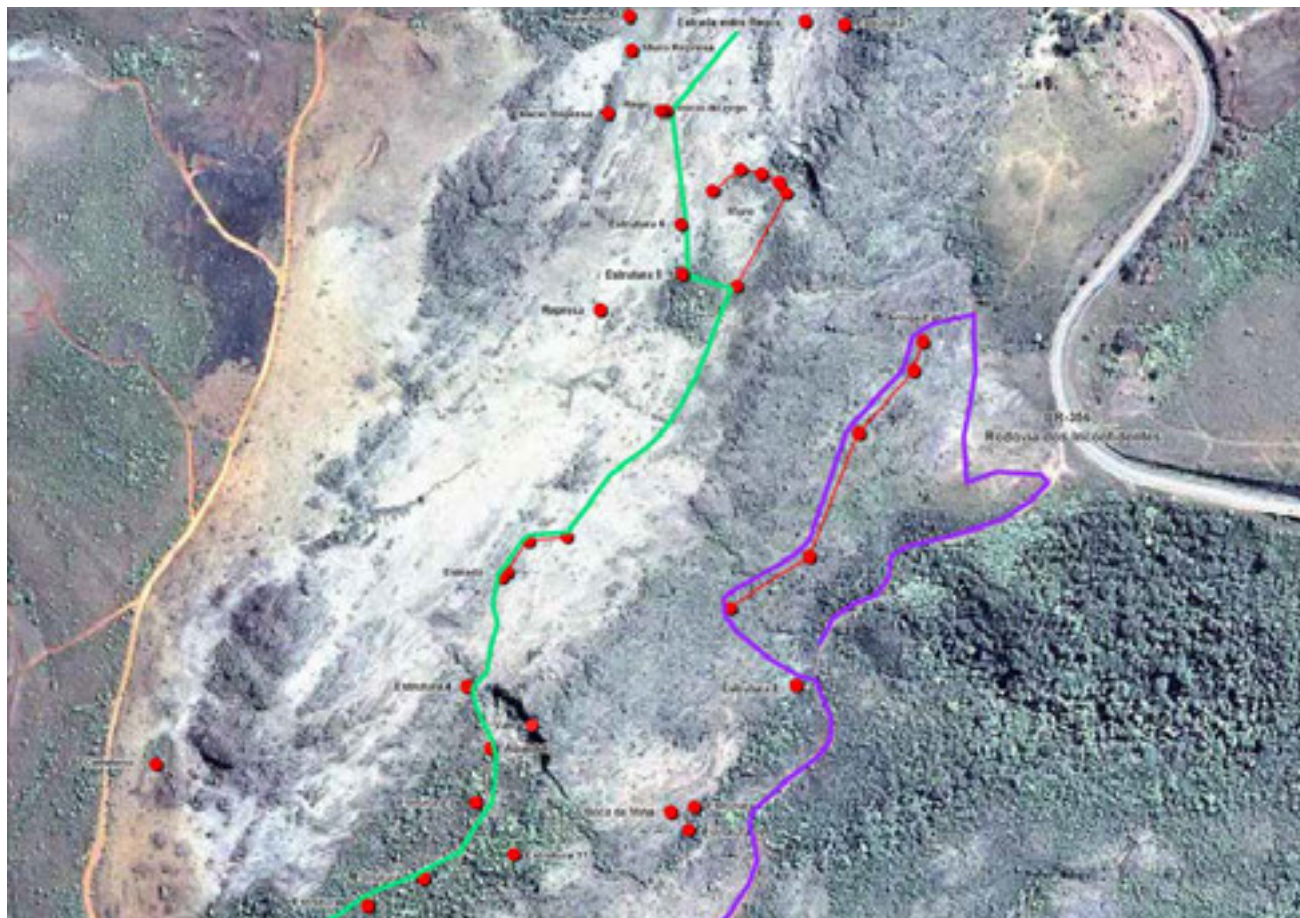


Imagem 93 - Sugestão de duas trilhas de acessibilidade (verde e roxa). Sítio Arqueológico Cata Branca. Itabirito, MG.

1. Sugere-se a previsão de um Núcleo de Recepção aos visitantes com exposição sobre Cata Branca, programa de trilhas e acessos, sinalização e interpretação, mirantes e infraestrutura, cercamento de locais perigosos, além de um plano de Educação Patrimonial e Difusão para seus visitantes.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS. *Metalurgia e Desenvolvimento: a corrida dos metais no Brasil*. Associação Brasileira de Metais: São Paulo, 1989.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Itatiaia; Belo Horizonte, 1995.

CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

CERN/TLM Relatório de Impacto Ambiental-RIMA/ Projeto de Expansão - Projeto Itabirito, Mina do Pico, 2005.

COSTA, José Gonçalves da. *Comércio e Indústrias de Itabirito em Histórias*. Itabirito: Ed. Fapi, 2007.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Pluto Brasiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

FÉLIX, Juvenil. Práticas de Mineração na Mina de Paisagem. In: FERRAND, Paul. *O Ouro em Minas Gerais*. Tradução: Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988.

FERRAND, Paul. *O Ouro em Minas Gerais*. Trad: Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988.

HIRASHIMA, Hayato. *Um Dia em Cata Branca: subsídios da Arqueologia Histórica e do Geoprocessamento para a elaboração de um Modelo Sócio-Espacial*. Monografia de graduação do curso de Ciências Sociais- FAFICH/ UFMG, Belo Horizonte, 2003.

IEPHA Bens Tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA/MG (Município: Itabirito).

SANCHEZ, Luis Enrique. A Produção Mineral Brasileira: Cinco Séculos de Impacto Ambiental. In: Ribeiro, W. C. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. Ed. USP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2003

SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira. Chorografia do Estado de Minas Gerais*. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1926.

SOUZA, Jarbas Nazareth de Itabirito Memória Viva dos Sentimentos. (Org. Lima, C. C.) Duplo Ofício: Itabirito, 2004.

SUZZANET, Conde de. O Brasil de 1845; semelhanças e diferenças após um século. Conde se Suzannet; trad. Márcia de Moura Castro; pref. Austragésilo de Athayde. Editora Casa do Estudante no Brasil: Rio de Janeiro, 1957.

Sites:

Coleção Digital de Itabirito - <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/>.

Vídeo:

Curta Metragem / Super 8 - Título: 'A Maldição da Cata Branca'. Escrito e Dirigido por José Bastos Bittencourt. Direção e Trilha Sonora por Lauro Bastos. Atores: Integranes da comunidade de Itabirito. Gravado em 1978 - Itabirito, MG. Acesso: www.youtube.com/watch?v=PAeK4v9XIPM



Foto: Pablo Camargo

9.

Comunidades Quilombolas na Serra
da Moeda

Pablo Matos Camargo

1-QUILOMBO E SEUS SENTIDOS POLISSÊMICOS

A palavra “Quilombo” ou “Calhambo” é de origem Bantu e significa acampamento ou fortaleza em seu sentido original. Hoje, a palavra quilombo é um termo polissêmico que pode ter uma série de significados, desde situações que remetem à resistência contra a escravidão de africanos e brasileiros de origem africana, até a nome de grupos artísticos ou sociais que carregam uma estética afro-brasileira. O povo Bantu se localiza nas regiões sul, sudoeste e sudeste da África. A palavra foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos na América Portuguesa. O termo também pode ser atribuído a “casa” ou “refúgio”. Durante o período colonial e imperial do Brasil, vários quilombos ou comunidades negras se formaram com a fuga de escravos que se rebelaram contra a ordem escravista. Havia diferentes formas de quilombos: desde pequenos grupos itinerantes que viviam de assaltos nas estradas e fazendas, até complexas estruturas de vilarejos, como o Quilombo de Palmares no nordeste brasileiro e o Quilombo do Ambrósio no centro-oeste mineiro.

Segundo João Batista Costa,

“A formação de quilombos em todas as colônias e países do Novo Mundo constituiu-se em estratégia utilizada pelos africanos que, escravizados, ansiavam por liberdade e, assim, instituíram alternativas ao sistema escravista hegemôni-

co e, então, vigente. O princípio subjacente à formação de quilombo constituiu-se na busca de lugares de difícil acesso que propiciassem o estabelecimento de barreiras estruturais, que tanto podiam ser naturais quanto sociais. Os agrupamentos humanos aquilombados pretendiam, dessa forma, impedir o contato do mundo branco e escravista com o mundo negro vivendo em liberdade”
(CEDEFES, 2008: 25).

A maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais se formou posteriormente ao decreto de abolição da escravidão em 1888. Quando o decreto foi expedido, grande parte dos negros não tinha mais onde ficar, não havia trabalho e nem muita perspectiva de interação junto à sociedade envolvente. Assim, muitas famílias migraram para os grotões, para as terras desabitadas ou para as margens das fazendas. Outras foram para os centros urbanos, ocupando os locais de morro e de periferia. Algumas poucas famílias receberam terras como doações dos antigos senhores e ali constituíram uma comunidade. Outras famílias negras conseguiram comprar pequenas terras nas fazendas onde trabalhavam. Algumas comunidades se organizaram através da falência de atividades econômicas, onde a mão de obra era escrava. Assim, o termo “Quilombo” ou “Comunidade Quilombola”

foi redefinido também para comunidades tradicionais negras, que tenham um histórico ligado à resistência em decorrência do período escravagista e se “autodefinem” como tal, pois o termo carrega um significado simbólico de resistência.

As Comunidades Quilombolas são um segmento étnico-racial da população brasileira que viveu na invisibilidade política e social até o início dos anos 2000, quando as mesmas iniciaram uma organização com o intuito de reivindicar os direitos sociais, políticos, culturais, estéticos e territoriais.

A mobilização das comunidades quilombolas se deu com a legislação que estava vigente (artigo 69 da ADCT), graças a uma articulação política do movimento negro, que além dos ganhos ligados à questão racial em geral, conseguiram inserir esse artigo na Carta Magna, e aos novos marcos legais (Decreto 4887 e Convenção 169 da OIT), também oriundos da mobilização política, que deram subsídios para a organização e mobilização dos quilombolas. A Constituição, pela primeira vez na jurisdição brasileira, positiva algum direito para as comunidades negras: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva,*

devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (artigo 69 da ADCT), ou seja, para as comunidades quilombolas. Nos anos 2000, outros importantes decretos e leis fortaleceram os direitos, pelo menos no papel, das comunidades quilombolas. O Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, ratifica o direito ao território tradicional quilombola e a outros direitos sociais. A convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002, avança em diversas questões relativas às comunidades tradicionais, mas dois pontos são fundamentais, o direito a autoafirmação dos povos como categorias diferenciadas e específicas pelos seus costumes, tradições e forma distinguida de viver e o direito a con-

sulta prévia de qualquer intervenção no território da comunidade. A Convenção 169 da OIT abre caminho para que os povos tradicionais pressionem os governos a implementar seus direitos e mobilizem novas pressões internacionais.

A população quilombola de Minas Gerais é em grande parte oriunda do povo Bantu. Todos os dialetos ainda falados identificados no Estado são relacionados a essa matriz linguística africana. As reminiscências culturais e sociais são oriundas das populações deste grande território etnolinguístico africano. A documentação histórica do trânsito dos escravos e forros por Minas Gerais

confirma essa tese. Estima-se que a população que se reconhece como quilombola em Minas Gerais hoje seja de aproximadamente 100.000 a 110.000 indivíduos. As comunidades estão concentradas na região Norte e Nordeste do Estado, em decorrência da ocupação tardia dessas regiões por atividades econômicas que ocupem seus territórios tradicionais. A região central, em decorrência da atividade mineradora, que acontece desde o século XVIII, e durante dois séculos com mão de obra escrava, também possui um grande número de comunidades quilombolas. É nesta região que se encontra a Serra da Moeda.

2 - AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA SERRA DA MOEDA

As Comunidades Quilombolas da Serra da Moeda são comunidades tradicionais por possuírem características que levam a caracterizá-las como tal, como o uso do território e os sinais diacríticos das expressões afro-brasileiras. Essas características fazem com que, somadas à história de resistência dessas populações, elas se identifiquem como "Comunidades Quilombolas".

Hoje, essa população, que se reconhece como tal, busca seus direitos perante o Estado. O direito à cidadania, ao acesso às políticas públicas e, principalmente, no caso das comunidades quilombolas, ao direito territorial. O território e a própria terra, onde vivem e/ou viviam essas comunidades foram vilipendiados pela sociedade e pelo próprio Estado.

A efetivação do direito ao território é um grande problema, pois, em Minas Gerais e no Brasil esse direito anda a passos lentos e, por decorrência de uma grande pressão política desfavorável ao anseio das comunidades tradicionais, emperra e dificulta todo o procedimento técnico para a execução e finalização dos processos que estão tramitando no INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária. O INCRA é o órgão responsável pela execução dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Na Serra da Moeda algumas comunidades estão com processo aberto no INCRA para a regularização de seus territórios.

A Serra da Moeda faz parte da cadeia de montanhas do Espinhaço, cadeia esta que se estende da região central de Minas Gerais até a região central da Bahia, onde se localiza a Chapada Diamantina. O Rio Paraopeba singra o complexo de serras na região central de Minas Gerais (Serra da Moeda, Serra do Curral, Serra do Rola Moça, etc.) e é nesse contexto geográfico que se deu a ocupação não indígena na região.

A descoberta de ouro no final do século XVII na região que seria conhecida como Minas Gerais, levou um fluxo enorme de brasileiros, portugueses e de africanos escravizados para esta localidade.

O vale do Paraopeba se tornou uma via de acesso aos paulistas que entravam na região pelo sul para capturar indígenas e procurar riquezas minerais no século XVIII. Assim, quando a região começou a ser ocupada, várias fazendas escravagistas se formaram na região. Algumas se tornaram célebres, como

a Fazenda dos Martins e a Fazenda de Boa Esperança. Ambas possuíam um contingente muito grande de escravos, que eram usados na lavoura e comercializados nas grandes áreas mineradoras. As duas fazendas possuem reminiscências e ruínas de senzalas. A sede da Fazenda Martins acaba de ser res-

taurada, importante exemplar da arquitetura colonial rural, com peças em cantaria e grandes muros em alvenaria de pedra. Essa fazenda teria sido construída por escravos ancestrais dos moradores da comunidade Sapé (CEDEFES, 2008: 214).



Imagem 1- Fachada da Fazenda dos Martins com escada em pedra-sabão e sacada. No primeiro pavimento há local indicado como senzala. Município: Brumadinho, MG. Foto: Alenice Baeta



Imagem 2- Círculos concêntricos esculpidos no corrimão de pedra-sabão da Fazenda dos Martins. Foto: Alenice Baeta



Imagem 3- Fachada oposta da Fazenda dos Martins com cômodo lateral e pátio calçado. No primeiro pavimento local indicado como senzala. Foto: Alenice Baeta



Imagem 4 - Lateral da Fazenda dos Martins com sacada e escada de esteatita. Foto: Alenice Baeta



Imagem 5 - Pátio interno da Fazenda dos Martins com drenagem em seu centro. Foto: Alenice Baeta

As comunidades quilombolas atuais são oriundas dessa grande concentração de negros escravos e alforriados na região desde o início do século XVIII. A região central de Minas Gerais foi um antigo centro minerador, o centro político e econômico desde que a província foi instituída.

No Vale do Paraopeba há um verdadeiro campo negro. As populações negras já libertas no século XIX e que tiveram sua emancipação quando findada a escravidão viviam nas fazendas e em terras afastadas dos casarios e das vilas da região. Esse contingente fixou moradas no Vale do Paraopeba, formando as atuais Comunidades Quilombolas.

No município de Jeceaba há a Comunidade de Bananal, localizada as margens do Rio Paraopeba. Essa comunidade se formou, provavelmente, no final do século XIX ou início do século XX. A comunidade foi cortada pela ferrovia no início do século XX, sendo que alguns moradores da época trabalharam na constru-

ção da mesma. O Quilombo fica entre a Serra do Mato Félix e o Rio Paraopeba. São aproximadamente treze famílias que moram na comunidade. Os moradores têm uma relação estreita com o Rio Paraopeba; alguns trabalham na Usina Hidrelétrica Salto do Paraopeba. A Comunidade de Bananal, como a grande maioria, sofre com o descaso público local e com o preconceito muito grande da sociedade (CEDEFES, 2008: 185).

No município de Belo Vale há duas Comunidades Quilombolas: Boa Morte e Chacrinha dos Pretos. A Comunidade de Boa Morte tem uma população de aproximadamente quatrocentas pessoas, sendo constituída no século XVIII. Hoje vivem aproximadamente setenta famílias no local. A Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte foi fundada em 1760 pela Bandeira de Gonçalo Álvares e Paiva Lopes. Na região há a Fazenda Boa Esperança, que foi morada de Romualdo José, o Barão de Paraopeba, potentado da primeira metade do século XIX. Foi funcionário do Governo e possuía diversas lavras mineradoras. A construção da Fazenda foi concluída em 1822 e possuía uma grande quantidade de escravos.

Segundo Tarcísio Martins,

“A mão de obra utilizada na produção agropecuária era a escrava. Segundo a tradição, a fazenda chegou a agregar cerca de 900 negros de origem africana, que viviam em regime de privações e habitavam as senzalas” (MARTINS, 2007: 46).

As famílias de Boa Morte possivelmente são oriundas da Fazenda de Boa Esperança e de outras fazendas nas cercanias.

A Comunidade Quilombola Chacrinha dos Pretos também se localiza no Município de Belo Vale e possui hoje aproximadamente trinta famílias. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2007. Os seus moradores também são oriundos das fazendas da região. Hoje, os moradores de Chacrinha dos Pretos tem sua alto-estima como comunidade negra tradicional e juntamente com Boa Morte participam de alguns projetos e de eventos na região (CEDEFES, 2008: 197).

Belo Vale possui ainda um Museu sobre a escravidão, onde são expostas peças e artefatos de referência. A memória da escravidão e a cultura afro-brasileira na região são muito presentes.

O município de Brumadinho, onde se situa a Fazenda Martins, possui um grande número de comunidades negras, algumas situadas em suas proximidades. Algumas se declararam como quilombolas e têm o certificado da Fundação Cultural Palmares e estão com processo de regularização fundiária do território abertos no INCRA. Outras ainda vivem na invisibilidade e não se reconhecem como comunidade Quilombola, apesar de ter todas as características e uma população predominantemente negra.

A Comunidade do Sapé é bem conhecida na região. As festas tradicionais de reinado de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário são famosas. A celebração de Nossa Senhora do Rosário é uma das festividades religiosas mais populares entre as comunidades quilombolas de Minas Gerais. A festa é também conhecida como reisado, Congo, Congado ou Congada. Seus participantes fazem um louvor à Nossa Senhora do Rosário e outros santos negros.

Há na comunidade a Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e a Guarda de Congado de São Benedito, que se reúnem durante as festividades religiosas. Expressões religiosas afro-brasileiras são bem típicas dessa região de Minas Gerais da Serra da Moeda. Em Brumadinho há dezenas de Guardas de Congado, como são conhecidas. Aproximadamente quarenta e cinco famílias vivem em Sapé. As famílias do Quilombo relatam que o território onde viviam era muito maior, como a maioria dos territórios quilombolas, e foi sendo suprimido pela grilagem e por compras escusas de glebas do território tradicional. A comunidade também possui o certificado da Fundação Cultural Palmares e o processo de regularização fundiária no INCRA.

As Comunidades de Ribeirão, Marinhos e Rodrigues também já possuem o certificado da Fundação Cultural Palmares. A emissão foi efetivada em 2010.

No município de Brumadinho há ainda outras comunidades negras que ainda estão no processo de se autoidentificarem como comunidades Quilombolas, como a Comunidade de Massangana, Aranha e Córrego do Feijão. Todas elas possuem uma rede de parentesco, o que identifica como uma origem em comum e um território único tradicional. A Comunidade do Sapé se tornou a referência, atraindo turistas e pesquisadores da temática. Essa população carrega consigo a história da resistência do Povo Negro no Brasil, especificamente em Minas Gerais, onde uma grande leva de africanos foi deslocada a força para trabalhar em regime de escravidão na mineração e em outras atividades nas cidades e na área rural. As expressões culturais, como o Congado, a religiosidade, entre outras são sinais diacríticos dessa trajetória. Assim, como a grande maioria das comunidades Quilombolas no Brasil, todas elas sofrem o descaso político e social do poder público e o preconceito racial da sociedade em geral.

Há muita pressão em relação ao território, que boa parte não está mais no domínio das famílias quilombolas. No caso da Comunidade do Sapé, os moradores relatam que ao longo da história, muita terra foi trocada por favores ou vendida a preço irrisório. Atualmente, os moradores vivem em pequenas glebas e o território tradicional de uso de gerações não está mais sob o domínio dos moradores. As Comunidades Quilombolas

são um patrimônio valiosíssimo para entendermos nossa história e nossa diversidade cultural. Hoje, elas sofrem uma grande pressão em seus territórios e vivem em um estado crítico de insegurança social. A região da Serra da Moeda é um local privilegiado no que tange ao patrimônio natural e cultural, e as Comunidades Quilombolas fazem parte de toda essa composição social e histórica dessa serra.

ÁLBUM DE IMAGENS - FOTOS: PABLO CAMARGO, MARIELLE BRASIL E ALENICE BAETA

COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

BANANAL



SAPÉ



CHACRINHA DOS PRETOS



BOA MORTE



RIBEIRÃO



BIBLIOGRAFIA GERAL:

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras de preto, de santo e terras de índio - uso comum e conflito. *Cadernos NAEA 10*. Belém: UFPA, 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: *Frechal - terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís: SMDDH/CCN - PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. 1998. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida. In: *BIB*, n. 45. Rio de Janeiro, 1º semestre de 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). *Direitos territoriais das comunidades negras rurais (Documentos do ISA, n. 5)* São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 1999.

ANDRADE, Lucia; TRECCANI, Girolamo. *Terras de Quilombo*. São Paulo: 1999, (mimeo.).

ARRUTI, Maurício. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, 2003.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

BOAVENTURA, Ilka. Território Negro em área rural e urbana algumas questões. *Textos e Debates*. NUER/UFSC, ano 1, n. 2. Florianópolis, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*. Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CEDEFES, Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva. *Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI*. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos - A identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

MARTINS, Tarcísio. *Fazenda Boa Esperança - Belo Vale*. Belo Horizonte, 2007.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MOURA, Clóvis. *Quilombos, resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Lúcia Valéria. *A África no Serro Frio - vislumbres: uma prática social em extinção*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte, 2003.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; MAGALHÃES, Núbia Pereira. *Mundo encaixado: significação da cultura popular*. Juiz de Fora: Mazza Edições, 1989.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

REIS, João José. Quilombos e Revoltas de Escravos no Brasil. *Revista USP*, n. 28, São Paulo, 1996, p. 4-39.

WILDHAGEM, Cid (Org.). *Almanarte: Saberes e fazeres da cultura popular*. Belo Horizonte: Idene/Crisálida, 2010.



Foto: Ilana Lansky

10.

A Serra da Moeda e suas Unidades
de Conservação

Simone Bottrel

A Região da Serra da Moeda apresenta dois dos biomas mais ameaçados do planeta, o Cerrado e a Mata Atlântica. Estes biomas estão entre os 35 hotspots¹ mundiais, apresentando enorme biodiversidade, por isto, a serra faz também parte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço -RBSE², pela UNESCO³ que orienta programas de conservação e intercâmbio científico entre unidades de interesse mundial.

Recentemente, por iniciativa da Associação para Recuperação Ambiental - ARCA, a Serra da Moeda foi também incluída no Watch 2014, uma lista de monumentos históricos ameaçados de destruição, pelo World Monuments Fund-WWF⁴, fato que reforçou a urgência da criação de unidades de conservação e tombamentos em todo o território.

Conhecer o histórico e a situação das áreas protegidas dessa região seja essas acauteladas pelo instrumento do Tombamento⁵ ou por criação de Unidades de Conservação - UCs contribui para que os atores interessados em sua proteção planejem ações para a conservação da sua biodiversidade, buscando uma melhor gestão do território e a valorizando seu patrimônio cultural e ambiental.

Embasamento Legal

A Lei Federal nº 6.938 de 1981, que cria o Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA estabeleceu o princípio da gestão colegiada e participativa na esfera pública brasileira, de forma afirmativa com institucionalidade própria e autônoma. O CONAMA é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação da política nacional de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente na mais alta hierarquia da República Federativa do Brasil.

Essa Lei atribuiu ao COPAM - Conselho de Política Ambiental a competência para licenciar as atividades efetivas e potencialmente poluidoras dos empreendimentos instalados em Minas Gerais, o que antes era definido por decisão unilateral dos órgãos ambientais. Dessa forma, criou-se uma cultura de gestão colegiada que diferencia e distingue a administração ambiental do Estado no âmbito da Federação Brasileira. Esse modelo de gestão pretendia harmonizar os interesses conflitantes e as controvérsias naturais que se constituem em torno da questão ambiental, sem prescindir do objetivo de conservação dos ecossistemas naturais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC

A Constituição Brasileira prevê que cabe ao poder público a definição de espaços territoriais a serem protegidos. Nessas áreas a alteração e supressão só pode se dar por meio da lei, sendo vetada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção.

Na sétima Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB (COP-7), realizada em 2004 em Kuala Lumpur, Malásia, o Brasil teve um papel de destaque na proposição do Plano Nacional de Áreas Protegidas- PNAP, que estabelece uma Política Intersetorial para as áreas protegidas de forma a contribuir para a execução de ações que assegurem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. De acordo com esse plano são consideradas áreas protegidas as unidades de conservação, as terras indígenas, as terras de Quilombos, e os demais espaços especialmente protegidos como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais.

Em Minas Gerais, seguindo as diretrizes do PNAP como estratégia para a conservação da biodiversidade, foi elaborado como Projeto de Lei o Sis-

1. Determinada área de relevância ecológica por possuir vegetação diferenciada da restante e, conseqüentemente, abrigar espécies endêmicas. Os *hotspots* de biodiversidade estão identificados pela Conservation International-CI, que se refere a áreas de grande riqueza biológica em todo o mundo.

2. Integra-se a uma Rede Mundial com aproximadamente 500 unidades distribuídas por todo o planeta, representando diferentes paisagens e ecossistemas. Compreende 53 municípios do estado de Minas Gerais com uma área de mais de um milhão de km². Abriga três cidades classificadas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO: Ouro Preto, Congonhas e Diamantina.

3. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO (acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Fundada em 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações em nível mundial

4. *World Wide Fund for Nature - WWF* (Fundo Mundial para a Natureza) - Organização não governamental internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental.

5. O instituto do tombamento coloca sob a tutela pública os bens móveis e imóveis, públicos ou privados que, por suas características históricas, artísticas, estéticas, arquitetônicas, arqueológicas, documentais, paisagísticas e ambientais, integram-se ao patrimônio cultural de uma localidade; em âmbito federal, estadual e/ou municipal.

tema Estadual de Áreas Protegidas (SEAP) que define as áreas protegidas no artigo 2º:

“[...] como aquelas revestidas ou não com cobertura vegetal que produzam benefícios múltiplos de interesse comum, necessários à manutenção dos processos ecológicos essenciais à vida, definidas geograficamente e sujeitas ao controle e à regulamentação estatais quanto ao seu manejo, com objetivos de conservação dos ecossistemas, compreendendo:

- a) as unidades de conservação;*
- b) as áreas de preservação permanente;*
- c) as reservas legais”.*

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985/2000) estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. De acordo com o SNUC, as unidades de conservação são definidas como:

“[...] espaços territoriais e seus recursos ambientais incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O SNUC classifica as Unidades de Conservação (UCs) em dois grupos: (i) UCs de Proteção Integral, que têm a conservação da biodiver-

sidade como principal objetivo e permitem o uso indireto de seus recursos naturais; e (ii) UCs de Uso Sustentável, que têm a proteção da biodiversidade como objetivo mas permitem a compatibilização de várias formas e graus de exploração.

As UCs de Proteção Integral são as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre. Com relação às categorias de UCs presentes no Sinclinal Moeda, segue a definição de cada uma delas de acordo com o SEAP:

“[...] Art. 10 A estação ecológica assim entendida como área representativa de ecossistema regional, tem como objetivo a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, a realização de pesquisas científicas e de educação ambiental.

Art. 11 O parque estadual compreende uma área representativa de ecossistema natural, de relevância ecológica, cênica, científica, educacional, recreativa, turística, e tem como objetivos básicos a realização de pesquisa científica, de educação ambiental, de recreação e do turismo ecológico em harmonia com a proteção integral e perene do patrimônio natural.

(...) Art. 13 O Monumento Natural é um sítio natural ou espécime raro, singular ou

de grande beleza cênica, tem por objetivo a sua preservação, mediante reconhecimento do poder público, pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Com relação às categorias de Uso Sustentável, o SNUC define as categorias: Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Com relação às categorias de UCs presentes no Sinclinal Moeda, segue a definição de cada uma delas de acordo com o Sistema Estadual de Áreas Protegidas de Minas Gerais-SEAP:

“[...] Art. 17 A Reserva Particular do Patrimônio Natural é constituída de propriedade privada ou de parte dela destacada, por vontade de seu proprietário e gravada em caráter perpétuo com o objetivo de conservar a diversidade biológica e os demais atributos naturais, mediante reconhecimento do poder público.

(...) Art. 29 A Área de Proteção Ambiental APA é uma área extensa, com ocupação humana urbana e rural, dotada de recursos ambientais, atributos estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar de suas populações,

e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica e o meio físico locais, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos ambientais.

De acordo com o SNUC, as UCs devem possuir plano de manejo, um conselho consultivo que garanta a participação dos segmentos públicos e civis na gestão da unidade e uma zona de amortecimento com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Os Conselhos

O Instituto Estadual de Florestas – IEF, órgão executor da Secretaria de Meio Ambiente, desde 2003 vem implantando os Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação Estaduais, instituídos no âmbito da Lei Federal nº 9.985/2000 – SNUC.

A Lei do SNUC, em seu artigo 29, determina que

“cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio da Vida Silvestre ou Monumento Natural e (...) populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.”

De acordo com o SNUC e as especificidades locais, recomenda-se a participação dos seguintes setores:

Instituições públicas:

- Órgãos ambientais federais, estaduais e municipais;
- Instituições afins ligadas à pesquisa científica, educação, defesa estadual, cultura, turismo, arquitetura, arqueologia, povos indígenas tradicionais e assentamentos agrícolas.

Sociedade Civil:

- Comunidade científica;
- Organizações não governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com atuação comprovada na região da unidade;
- Organizações da população residente na unidade e no seu entorno, de população tradicional e de proprietários de imóveis no interior da unidade;
- Organizações de trabalhadores atuantes na região;
- Organizações do setor privado atuantes na região;
- Representantes dos comitês de bacia.

As Principais Áreas Protegidas

Encontram-se na região da Serra da Moeda algumas áreas nominalmente protegidas como Unidades de Conservação. São elas: o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, a Estação Ecológica de Fechos, o Monumento Natural da Serra da Moeda, a Estação Ecológica de Arêdes, o Monumento Natural Serra da Calçada e o Monumento Natural Mãe D'Água.

As Unidades de Uso Sustentável são a Área de Proteção Ambiental APA – Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte e quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural- RPPN.

Os tombamentos relativos ao patrimônio cultural e paisagístico realizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA e pelos municípios englobam diversas localidades e áreas na Serra da Moeda, com destaque para o trecho denominado Serra da Calçada.

TABELA DAS ÁREAS PROTEGIDAS		
Áreas Públicas Protegidas	Hectares	Administração
Unidades de conservação		
Área da Proteção Ambiental RMBH SUL	163.316	Estadual
Parque Estadual da Serra do Rola Moça	3.928	Estadual
Monumento Natural Serra da Calçada	585	Municipal
Monumento Natural Serra da Moeda	2.356	Estadual
Monumento Natural Mãe D`Água	500	Municipal
Estação Ecológica Fechos	549	Estadual
Estação Ecológica de Arêdes	1.157	Estadual
Serra da Calçada (Tombamento)	3.870	Estadual

CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS ÁREAS PROTEGIDAS

APA Sul

A Área de Proteção Ambiental ao Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul RMBH), foi criada em 8 de junho de 1994 pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) de decreto Estadual 35624, tem uma extensão de 1625,32 km², engloba parte dos municípios de Barão de Cocais, Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Ibirité, Itabirito, Mário Campos, Nova Lima, Raposos, Santa Bárbara, Sarzedo e todo o município de Rio Acima.

Os objetivos básicos da APA Sul RMBH estão definidos no Art. 2º da Lei Estadual nº 13.960 de sua criação e correspondem à "proteção e conservação dos sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos necessários ao abastecimento da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte e das áreas adjacentes, com vistas à

qualidade de vida da população local, à proteção dos ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável', justificando a realização dos estudos.

Pela APA Sul percorrem as bacias hidrográficas do Rio São Francisco e a do Rio Doce, que respondem pelo abastecimento de aproximadamente 70% da população de Belo Horizonte e 50% da população de sua região metropolitana. A área possui uma das maiores extensões de cobertura vegetal nativa do estado que sofrem principalmente com a expansão urbana e minerações.

O Parque Estadual Serra do Rola Moça (PESRM)

Situado na região Metropolitana de Belo Horizonte é o quarto maior parque em área urbana do país. A unidade foi criada em 27 de setembro de 1994 pelo do Decreto 36071, e possui 3.941,09 hectares.

O parque abriga espécies em extinção como a onça parda, a jaguatirica, lobo-guará, o gato-do-mato, o macuco e o veado campeiro, o parque possui manchas importantes do raro campo rupestre ferruginoso, áreas que apresentam alto endemismo. A UC possui seis importantes mananciais de água - Taboões, Rola-Moça, Bálamo, Barreiro, Mutuca e Catarina que são declarados pelo Governo Estadual como Áreas de Proteção Especial, o que garante a qualidade dos recursos hídricos que abastecem parte da população da região metropolitana de Belo Horizonte.

O Parque possui dois complexos sede, um no bairro Jardim Canadá em Nova Lima e outro no Barreiro em Belo Horizonte, com auditórios, salas, para reuniões, salas da administração, residências para funcionários e casa do Grupamento de Polícia de Meio Ambiente e bombeiros, em uma das salas funciona a gerencia da APA Sul.

Em 2014 Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav), inaugurou uma Base Avançada na sede do Parque Rola-Moça, o centro especializado do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atua na produção de conhecimento e na proteção do patrimônio espeleológico brasileiro, estudando cavidades e monitorando empreendimentos e atividades que colocam em risco as cavernas. Também em 2014, está previsto o início das obras de mais um espaço importante, o centro de visitantes, localizado na portaria de Nova Lima.

Tramita na Assembléia Legislativa de Minas Gerais uma proposta de ampliação do parque, que dobraria sua área se aprovada, o corredor ecológico da Serra da Moeda ganharia espaço e relevância unindo a Serra da Calçada, a Estação Ecológica de Fechos, o Monumento Natural Mãe D'Água (Unidade de Conservação do Município de Brumadinho) e RPPNs.

Serra da Calçada

A Serra da Calçada é um caso especial em relação à sobreposição de áreas protegidas no Sinclinal Moeda, pois esta possui atualmente três formas de proteção: APA Sul, Monumento Natural (municipal, no caso, Nova Lima) e é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA. O Decreto nº 5320, de 05/06/2013, do executivo de Nova Lima, torna a área um Monumento Natural em uma área de 585.450 hectares.

A Serra da Calçada corresponde ao trecho norte da Serra da Moeda, estendendo-se das proximidades do Condomínio Retiro das Pedras, em direção ao sul, por cerca de 8 km. Encontra-se inserida no limte ocidental do Quadrilátero Ferrífero, ocupando terras dos municípios de Nova Lima e Brumadinho, sendo um dos mais importantes divisores de águas da região, ao dividir as bacias dos rios Paraopeba e das Velhas; importantes mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte -RMBH.

Como parte do Quadrilátero Ferrífero, a ocu-



Imagem 1- Parque Estadual Serra do Rola Moça-PESRM, na área da Serra da Moeda, detalhe de vegetação renascendo após incêndio. Foto: acervo ARCA Amaserra/ Ilana Lansky.

pação da região esteve atrelada, historicamente, à exploração mineral, ainda visível na região, munida de inúmeros sítios históricos e arqueológicos relacionados direta ou indiretamente a esta atividade ao longo dos últimos séculos, ou ainda através das atuais atividades de extração de minério de ferro, como é o caso da Mina de Pau Branco, na porção sul da Serra da Calçada.

Por outro lado, como parte do vetor de expansão sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual está inserida, a Serra da Calçada encontra-se no eixo desse vetor de crescimento urbano, cuja ocupação vem sendo inibida, ao longo das últimas décadas, sobretudo, por causa das diversas Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Especiais

(APE), criadas em 1982 para proteger os mananciais de abastecimento da RMBH.

A Serra da Calçada em sua extremidade sul encontra-se parcialmente inserida no Parque Estadual da Serra do Rola-Moça (PESRM) e na APE Catarina e em sua porção nordeste, a Serra da Calçada faz limite com a Estação Ecológica de Fechos (EEF)

Em meio a esse contexto regional, a Serra da Calçada encontra-se pressionada, por um lado pelo avanço das atividades minerárias, por outro lado pelas pressões decorrentes da expansão urbana da RMBH, seja pelo avanço da urbanização, seja pelo aumento dos visitantes que procuram a Serra por causa de suas qualidades naturais, de sua paisagem e das possibilidades que ela oferece para a prática de esportes.

Uma ação orientada para a proteção da Serra da Calçada, hoje, deve considerar sua inserção regional, suas especificidades e seu Patrimônio Natural e Histórico, de forma a se traçar uma estratégia de proteção que contribua não apenas para garantir a permanência desse patrimônio, mas para que isso seja feito de forma compatível com a realidade socioambiental regional, e com os conflitos de uso atualmente existentes, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável.

Para a delimitação do perímetro da Área Tombada do Conjunto Histórico e Paisagístico

da Serra da Calçada, em Brumadinho, foram analisadas as características geográficas, geológicas, históricas, arqueológicas e paisagísticas do bem cultural, que se destaca pela amplitude e relevo, além de sua relação com a cultura, história e sociedade mineira.

Ao contrário do que se concebe, a proteção de paisagens naturais não é feita simplesmente por meio da delimitação cartográfica do espaço. Para preservar a harmonia e a compreensão da sua ambiência é necessário que exista um uso disciplinado e adequado da área tombada; com o objetivo de preservar as caracte-

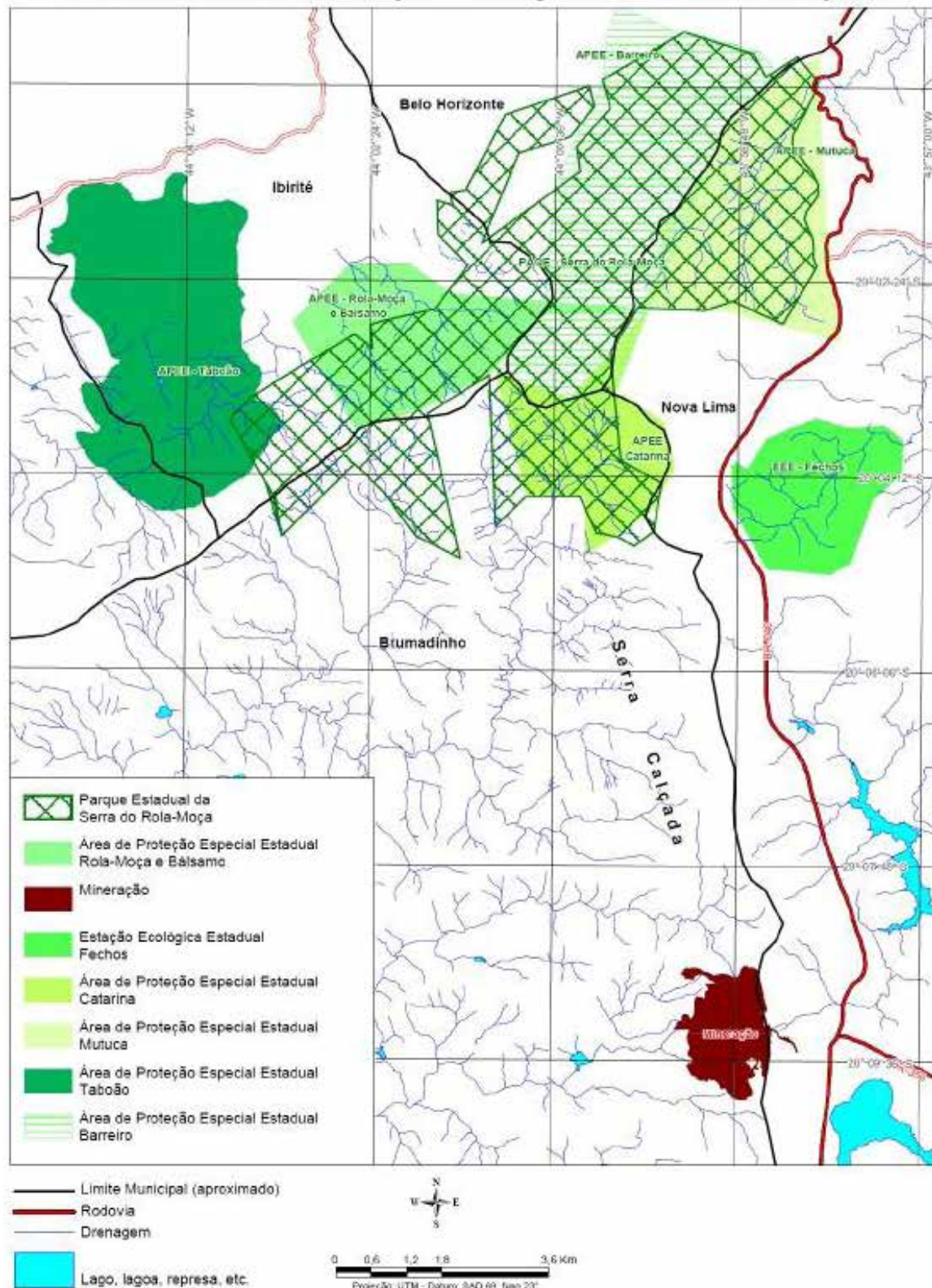
terísticas ambientais, culturais, históricas e científicas que fazem parte desse conjunto.

Cabe aqui mencionar o processo de tombamento municipal desenvolvido pela Prefeitura de Belo Vale do conjunto arqueológico e paisagístico das 'Ruínas das Casas Velhas e da Calçada de Pedras', na antiga Serra dos Mascates. Este conjunto, por sua vez, situa-se na porção sul da Serra da Moeda, já próximo à divisa com o município de Congonhas.



Imagem 2- Serra da Calçada vista do vale de Casa Branca, município de Brumadinho. Foto: Acervo da ARCA Amaserra/ Ilana Lansky

Unidades de Conservação na Região da Serra da Calçada



A Estação Ecológica de Fechos (EEF)

A Estação Ecológica de Fechos está localizada em Nova Lima, Minas Gerais, na encosta nordeste da Serra da Moeda. Possui 554,67ha fazendo limite com: Bairro Vale do Sol, condomínios Passárgada e Morro do Chapéu, BR040, São Sebastião das Águas Claras e com mineradoras. A UC foi criada em Setembro de 1994 pelo Decreto Estadual N° 36.073.

A Estação Ecológica de Fechos abastece 140 mil pessoas na Região Sul de Belo Horizonte e em Nova Lima. O pior impacto para a Estação Ecológica de Fechos e para o PESRM foi a instalação do Bairro Jardim Canadá, em Nova Lima, há cerca de 25 anos. O bairro é importante área de recarga de aquíferos e foi impermeabilizado com asfalto e ocupação urbana.

No campo ferruginoso de Fechos há varias espécies ameaçadas. A Estação apresenta sérios conflitos causados por atividades antrópicas como trânsito de veículos *off-road*, a extração predatória de plantas e manejo inadequado da vegetação ripária por, ocupação desordenada do solo às margens da BR-040, há também a presença de lixo e descarte de entulho de construção civil, que trazem risco de incêndio à UC.

O conselho gestor da EEF atua também no Parque Estadual da Serra do Rola Moça e na Estação Ecológica do Cercadinho.

Imagem 3- Serra da Calçada, PESRM e APEs. Fonte: Instituto de Estudos Pró-Cidadania (PRÓ CITTÀ), 2007.

Para debater a importância da Estação Ecológica de Fechos na manutenção da qualidade das águas que abastecem o sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais realiza debates com entidades da sociedade civil organizada, empenhadas na expansão de Fechos, prevista no Projeto de Lei (PL) nº 3.512/12. A referida expansão tem como objetivos fundamentais proteger os mananciais de água e os ambientes naturais, onde estão espécies biológicas em extinção, além da formação dos corredores ecológicos do Sinclinal Moeda.

A nascente mais alta de Fechos fica na Serra da Calçada/Moeda em área na qual não existe nenhuma unidade de conservação ou tombamento. A área a jusante desta nascente é alvo de posseiros, roubo de vegetação endêmica e degradação diversa por parte de visitantes desavisados da importância e cuidados necessários para com a área. A Estação Ecológica de Fechos recebe esgoto do bairro Jardim Canadá e é esse esgoto tratado que é consumido por grande parte da população de BH.

A Estação Ecológica de Arêdes (EEA)

A estação foi criada pelo Decreto nº 45.397, 14 de Junho de 2010, com o objetivo de preservar a história e paisagem natural da região, fica no município de Itabirito a 40 km de Belo Horizonte. Da estação se avista de perto, a Serra da Moeda e a Mina do Pico de Itabirito.

Parte da área que se situa na EEA vem sendo objeto desde o início de 2013 de um programa pioneiro de recuperação de áreas degradadas e de reconversão de território, onde algumas cavas vêm sendo preenchidas com estéril sendo cuidadosamente revegetadas, sob orientação de especialistas de vários campos profissionais. Com estas ações, estão sendo paralisados os processos de erosão que também comprometiam a integridade de parte do sítio arqueológico histórico Arêdes, em especial as

ruínas de antigas edificações feitas de alvenaria de pedras e sua paisagem de entorno.

A unidade vem recebendo contínuas propostas de alteração de perímetro, ameaçando a proteção de seu conjunto arqueológico principal e de suas estruturas componentes de menor visibilidade, como canais, caminhos, antigos locais de lavra e outros tipos de estruturas associadas.

Em 9 de agosto de 2012 o perímetro da Estação foi alterado pelo Projeto de Lei (PL) 1.759/2011 visando a execução de obras de interligação entre os Complexos Minerários Pico e Fábrica. Um trecho dessa estrada passa o cume da Serrinha, região do Pico e da antiga mina de Cata Branca, que ainda causará frequente fluxo de caminhões pesados

C.10. p. 223



Imagem 4 - Estação Ecológica de Arêdes-EEA- Sítio Arqueológico Histórico Arêdes. Município: Itabirito, MG. Foto: Acervo ARCA Amaserra./ Ilana Lansky

na localidade. Da EEA é possível avistar esse trecho dessa estrada.

Outra proposta de mudança no perímetro foi do PL 3311/2012 com o objetivo de aproveitamento de recursos minerais, este PL foi arquivado. Já o PL 4696/2013. Foi aprovado pela ALMG, porém não foi encaminhado ao Governador para sanção, promulgação ou veto. Esta proposta tem como objetivo acrescentar área a UC, no entanto três áreas significativas serão suprimidas.

Muitas ações foram promovidas para evitar alterações que não são em prol da proteção da Unidade. A Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental - ARCA realiza mobilizações e petições as autoridades solicitando a proteção de Arêdes. O Conselho Consultivo de Arêdes, também encaminhou um Manifesto às autoridades competentes solicitando que o PL 4696 fosse apreciado com maior profundidade.

Monumento Natural da Serra da Moeda - MNSM

Um acordo totalmente inovador e sem precedentes no Brasil firmado entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Gerdau, deu origem a criação do Monumento Natural da Serra da Moeda, com abrangência nos municípios de Itabirito e Moeda, tendo como objetivo básico a preservação de sítios naturais raros, singulares e de beleza cênica.

O Monumento mantém intactas todas as áreas de cobertura vegetal pertencentes à Mata Atlântica, todo o cume da Serra da Moeda, numa extensão de 13 quilômetros, além do paredão localizado em frente ao Condomínio Aconchego da Serra. Também é parte do acordo a formação do corredor ecológico para acesso a Estação Ecológica de Arêdes. A iniciativa foi histórica e estabeleceu novo patamar em relação ao licenciamento ambiental para a atividade minerária no País.

O Monumento da Serra da Moeda possui um clima montano e um conjunto histórico a céu aberto com importantes recursos naturais, paisagem deslumbrante, fauna e flora com espécies endêmicas.

Três áreas que compõe a Unidade são dispostas ao longo da crista da serra, totalizando com as APP cerca de 18,0658 ha do Monumento.

A vertente Leste da crista da Serra da Moeda, também encontra-se preservada pelo Decreto Municipal no. 06/2004 da Prefeitura de Moeda que promoveu o tombamento da Serra da Moeda nos limites do município, assegurando a proteção da paisagem em conjunto com o proposto Monumento Natural.

O monumento apresenta vegetação de mata atlântica, campos de altitude, matas de galeria e formações campestres do domínio cerrado como campo limpo e campo cerrado e campos ferruginosos. Esses campos abrigam uma flora bastante diversa, podendo chegar a existir 16 espécies diferentes de plantas em apenas 1m² (JACOBI & CARMO, 2008).



Imagem 5- Mobilização social em defesa da Serra da Moeda. (www.abraceasserrasbrasil.blogspot.com.br) Foto: Acervo ARCA Amaserra/ Ilana Lansky.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACOBI, C.M. & Carmo, F. do Patrimônio Natural-Cultural e Zoneamento Ecológico-Econômico da Serra da Moeda: Uma Contribuição para sua Conservação. *Sin-diExtra*. Belo Horizonte, 2008.

Documentos e obras consultadas:

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS/MG. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e Estação Ecológica de Fechos*. Fundação Biodiversitas/IEF-MG, Belo Horizonte, 2007.

ARCA AMASERRA-Associação Para a Recuperação e Conservação Ambiental. *Serra da Calçada Patrimônio Natural e Cultural de Minas Gerais*, Belo Horizonte 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS PRÓ-CIDADANIA (PRÓCITTÀ) "Avaliação de Impactos Antrópicos sobre os Recursos da Serra da Moeda: contribuindo para a gestão ambiental e educação socioambiental no vetor Sul da RMBH", 2012.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. *Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de Minas Gerais* (MENDONÇA, M. P. & LINS, L. V.). Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2000.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

MINC *Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio*. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 2006.

MMA. Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1999.

MMA. *Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 2003.

WWF. Florística e Caracterização dos Campos Rupestres sobre Canga na Serra da Calçada, Minas Gerais, Brasil. *Rodriguésia* 58: 159-177, WWF - World Wildlife Fund., 1997.

Sites Consultados

<http://procitta.org.br/projetos/>

<http://www.arca.eco.br/>

<http://www.revistaterradagente.com.br/noticias/OT,0,0,890542,Serra+da+Moeda+MG+esta+na+lista+de+patrimonios+em+risco.aspx>

<http://www.abracebrasil.blogspot.com>

http://eearedes.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/plano-de-areas-protegidas>

<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00000371.PDF>

http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/10252/noticiario_2009-09-29%206.pdf?sequence=1

<http://ief.mg.gov.br/images/stories/noticias/monumento%20natural%20estadual%20serra%20da%20moeda.pdf>

<http://rbse-unesco.blogspot.com.br/>

<http://defender.org.br/noticias/belo-vale-mg-serra-da-moeda-ruinas-das-casas-velhas-forte-e-tombado/>

<http://eearedes.blogspot.com.br/2014/04/patrimonio-arqueologico-e-reconversao.html>





Ruínas de Aredes. Foto: Emile Scharlé Jr.





Ruínas de Aredes. Foto: Henrique Piló.





Vista Aérea das Ruínas de Aredes. Foto: Orange Editorial.





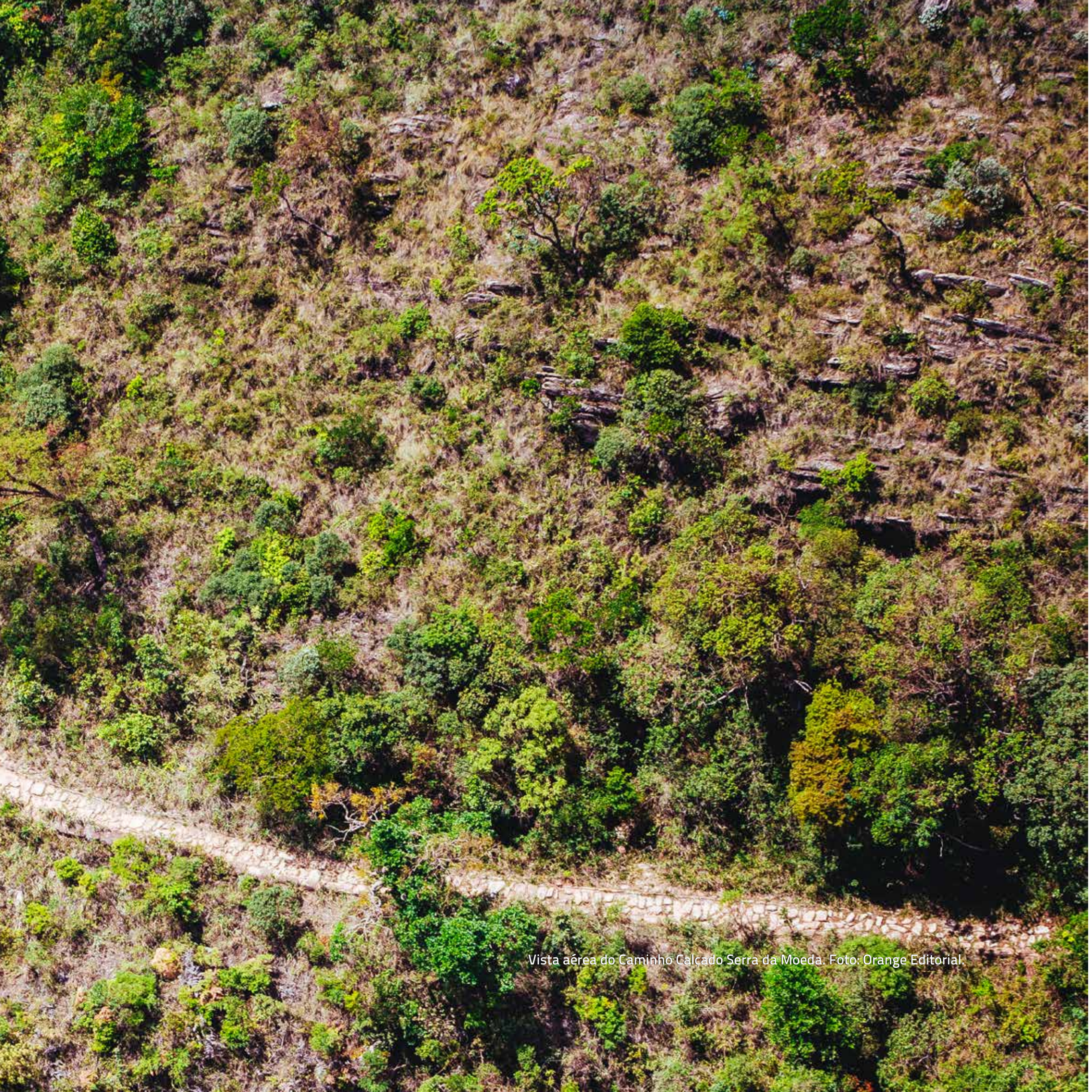
Vista Aérea das Ruínas de Aredes. Foto: Orange Editorial.





Caminho Calçado Serra da Moeda. Foto: Henrique Pilô.





Vista aérea do Caminho Calçado Serra da Moeda. Foto: Orange Editorial.





Forte de Brumadinho. Foto: Henrique Piló.



Vista aérea do Forte de Brumadinho. Foto: Orange Editorial.







Casa da Moeda Falsa. Foto: Robson Ignácio





Vista aérea da Casa da Moeda Falsa. Foto: Orange Editorial.





Ruínas de Casas Velhas. Foto: Henrique Piló





Ruínas de Casas Velhas. Foto: Henrique Piló





Caminho Calçado de Belo Vale. Foto: Henrique Piló

SS



[Glossário](#)

[Sobre os autores](#)

GLOSSÁRIO GERAL

Acabamento de Superfície: tratamento aplicado à superfície das paredes dos recipientes cerâmicos.

Acordelado: técnica de confecção da cerâmica que consiste em superpor roletes de pastas de comprimento variável, em sentido circular até construir as paredes do vaso.

Água-Régia: mistura de ácido nítrico e ácido azótico; utilizada para realizar o toque de ouro e prata.

Almocafre: ferramenta que consiste em uma alavanca de metal com uma ponta chanfrada e levemente curva, utilizada para revirar cascalhos nos leitos dos córregos e nos desmontes dos barrancos que margeiam a área da lavra.

Algibeira: pequeno saco ou bolso numa peça do vestuário.

Anfibologia: ambiguidade, duplo sentido de uma frase.

Antropomorfos: representação de formas humanas seja em pinturas ou esculturas.

Alisador: seixos utilizados para alisar e polir a superfície das vasilhas cerâmicas.

Alto-Relevo: escultura feita sobre rocha suporte, que dela sobressai em relevo ou saliência.

Antiplástico: matéria introduzida, intencionalmente ou não, na pasta para conseguir condições técnicas propícias a uma boa secagem e cocção, como cacos triturados, areia fina, quartzo, conchas, caixi, cariapé, osso, etc. 'Tempero' seria ainda o seu sinônimo.

Argila: substância bastante homogênea com componentes químicos variados, predominando a sílica, alumina, partículas de ferro, água, substâncias alcalinas e impurezas.

Baraço: laço que antigamente era usado para enforcar os condenados. Fazer partilhas constrangidamente, por mandato de justiça.

Baixo-Relevo: trabalho de escultura, de largo emprego na arquitetura, no qual as figuras não sobressaem no seu volume total e, sim,

apenas em parte, ficando aderentes à superfície em que se aplicam.

Brunidura: revestimento de cera e fuligem para dar uma cor preta ou melhorar a impermeabilidade.

Canga Ferruginosa: carapaça formada pela colagem ou cimentação natural de fragmentos de rochas ferruginosas. Constitui, no Quadrilátero Ferrífero, uma camada rígida que recobre as formações ferríferas, os itabiritos e quartzitos ferruginosos do Grupo Itabira, e localmente podem constituir minério de ferro ou de ouro.

Capela-Mor: capela principal onde fica o altar-mor de uma igreja.

Cavernas: espaços vazios em rochas, que apresentam dimensões suficientes para dar acesso ao homem.

Cerâmica: todos os produtos derivados de uma composição de argila e outras substâncias minerais, postos ao cozimento para obter solidez e inalterabilidade.

Cimalha: arremate superior das paredes em forma de moldura saliente, ao modo de uma cornija, que faz a concordância entre a parede e o teto ou beiral. No frontispício, por analogia, é a cornija que se constitui um prolongamento da cimalha das fachadas laterais.

Cumeeira: parte mais alta do telhado onde se encontram as superfícies inclinadas que constituem as águas e também a grande peça de madeira, situada na extremidade superior dos telhados, que une os vértices das tesouras e onde se apoiam os caibros do madeirame da cobertura. Cimo, cume, topo, espigão, crista.

Criptográficos: relativos à criptografia, que é a arte de escrever secretamente por meio de abreviaturas ou de sinais convencionados entre duas ou mais pessoas ou partes. Um texto criptográfico é, portanto, um texto escrito em códigos.

Decoração Plástica: modificação na superfície da parede de uma vasilha com argila ainda moldável e anterior à queima.

Degredo: pena consistente em afastamento compulsório da terra natal por certo tempo ou por toda vida; desterro, exílio.

Dureza: determinação ou julgamento do grau de resistência da cerâmica ao risco, quebra ou choque.

Engobo: banho que não é de argila, mas de tinta, e que recobre a totalidade da superfície.

Empena: parte superior triangular de uma fachada acima do forro, fechando o vão entre as águas inclinadas do telhado. Também oitão. Nos frontispícios das igrejas confundiu-se com o frontão.

Ensaiaadores: profissional que analisa as ligas de ouro e as de prata para conhecer o quilate ou toque.

Ermida: pequena igreja; capela, quase sempre edificada em lugar ermo.

Espeleogênese: conjunto de processos responsáveis pela origem e desenvolvimento de cavernas.

Estilo: conjunto de caracteres técnicos e estéticos comuns as obras atribuídas a uma mesma época.

Estratigrafia: parte da Geologia que estuda a sucessão de camadas de rochas de uma dada região. Normalmente, as camadas em posição inferior são mais antigas que aquelas dispostas acima.

Estruturas Tectônicas: feições lineares ou planares que as rochas podem apresentar, e que auxiliam no entendimento de sua origem. Planos de fratura, planos de falha, dobras, bandamento, xistosidade e lineação mineral são exemplos de estruturas tectônicas.

Fragosa: com excesso de fragas (rochas com escarpas); agreste ou áspera. Difícil de acesar ou atravessar.

Galés: embarcação de guerra, comprida e sem cobertura, usada pelas antigas nações do Mediterrâneo. As galés avançavam impelidas por fileiras de remos compridos. Geralmente possuíam um único convés, e sua borda livre

(distância entre o nível externo da água e o convés) era muito reduzida.

Hematita: óxido de ferro (Fe₂O₃); minério de ferro.

Itabirito: rocha metamórfica formada por camadas de sílica (grãos de quartzo) alternadas a camadas ferruginosas (hematita, magnetita, martita). Com o aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento e metalúrgicas, itabiritos antes considerados não econômicos atualmente podem constituir minérios de ferro. Nome de um município que faz parte da Serra da Moeda e do Quadrilátero Ferrífero.

Mata-Ciliar: vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte da região do Cerrado, em que a vegetação arbórea não forma galerias. Em geral é estreita, raramente ultrapassando 100 m de largura em cada margem. Diferencia-se da mata de galeria por suas plantas serem decíduas, isto é, cujas folhas secam em parte do ano.

Mina: depósito mineral que foi lavrado (mina paralizada) ou que se encontra em fase de lavra (mina ativa).

Modelado: modelagem de massa informe; tecnologia à mão livre, até atingir a forma desejada.

Monocrômico: pintura ou traço de apenas uma cor.

Motivo: representação visual ou desenhos similares, considerado um tema específico.

Panela: recipiente cuja altura é igual ou maior do que o diâmetro máximo. Algumas vezes, a abertura é mais ou menos constrita. São utilizadas geralmente para cozer os alimentos, por meio de sua fervura em água.

Pasta: mistura de barro e antiplástico ou tempero usada na confecção de cerâmica.

Patronas: Lugar para guardar cartuchos, munição para armas de fogo; cartucheira.

Perpétuo: eterno, que dura pra sempre.

Pigmento: substância natural que dá cor a uma pintura. Geralmente de origem mineral

(óxido de ferro e de manganês), mais raramente de origem vegetal (carvão de madeira).

Polimento: técnica de complementação do alisado, feita no vaso já seco ao sol, tornando a superfície lustrosa. Para polir são utilizados pequenos seixos, ossos, madeira resistente, dentre outros.

Pregão: a publicação de qualquer coisa, que convém que todos saibam.

Pré-História: período da história antes do advento da escrita. No caso do Brasil, usa-se esse termo para identificar o período anterior à chegada dos colonizadores europeus. Usa-se ainda o termo Pré-Colonial.

Quadrilátero Ferrífero: região que se estende por uma área aproximada de 7.500 km², na porção central do estado de Minas Gerais, e representa uma região geologicamente importante do Pré-Cambriano brasileiro, devido às suas riquezas minerais, principalmente ouro, ferro e manganês.

Quartzito: rocha metamórfica cujo componente principal é o mineral quartzo (mais de 75% como ordem de grandeza).

Queima: processo físico químico que consiste em transformar a pasta em cerâmica, por meio de elevação de temperatura, durante o qual a maior ou menor presença de oxigênio determina a oxidação ou redução, evidenciada pela textura e cor da cerâmica.

Régulo: rei de pequeno território. Chefe de tribo bárbara. Líder de pouca importância, mas de temperamento tirânico.

Sacabocados: eram instrumentos para furar ou recortar o couro ou outro material de várias formas e tipos de acabamento vazador. Ato de furar ou recortar alguma coisa com um vazador.

Sapucai: correspondem a grupos culturais pré-coloniais complexos que moravam no Brasil Central e nordestino em grandes aldeias nos últimos dois mil anos atrás. Produziam vasilhames cerâmicos denominados 'Sapucai', com tamanhos e formas variadas,

cuja característica básica dos mesmos seria a ausência de decoração plástica.

Sertão: lugar agreste afastado dos pontos cultivados. Interior do país.

Solimão: sublimado corrosivo H²CL² e ácido muriático. O Solimão purificava o metal em fusão, oxidando as impurezas e fazendo-as flutuar na superfície como borra, que poderia ser retirada facilmente dos cadinhos com pinças de ferro que tinham o nome de buchelas.

Sesmaria: documento emitido por representante da Coroa Portuguesa que consistia na doação condicional de terras, descritos ali os seus limites, para fins de cultivo e criação em determinado prazo. Findo este último sem a realização de sua finalidade, retornava a terra para o patrimônio da Coroa.

Termoluminescência (TL): método de datação absoluta, utilizável para objetos de pedra ou barro que foram queimados. Quanto menor a taxa de elétrons livres na amostra analisada, mais antiga teria sido a sua última data de aquecimento.

Una: ceramistas horticultores pré-históricos mais antigos do Brasil Central, habitavam sobretudo cavernas.

Ungulado: tipo de decoração composta de incisões produzidas pelas unhas sobre a superfície cerâmica.

Urna: vasilhame utilizado para armazenar líquidos, como também para enterramento primário ou secundário. Também denominada 'Igaçaba'.

Zoomorfias: representação de formas animais seja em pinturas, cerâmicas e esculturas.

APÊNDICE¹ DO GLOSSÁRIO

TERMOS EM TEXTOS

1. CARGOS E OFÍCIOS NA CASA DA MOEDA

O cargo principal na Casa da Moeda de Lisboa e de grande responsabilidade era o de Provedor. Logo abaixo, se escalonavam os diversos funcionários com diferentes incumbências.

Provedor: como dissemos, era um cargo de excelência na estrutura administrativa da Casa da Moeda. Ele deveria ter uma conduta digna do cargo que ocupava; inspirar o máximo de confiança; e servir com zelo e limpeza, sendo cortês com os oficiais e as demais partes.

Tesoureiros: tinham como principal obrigação a verdade e a pontualidade com as partes. Não poderiam faltar no dia em que fora marcado os pagamentos, que só poderiam ser feitos na Casa da Moeda. O Ofício e as obrigações de um Escrivão da Receita estão relacionados à boa arrecadação da Fazenda. Sua presença era imprescindível para fazerem-se os acertos de receita e despesa. Escrivãos da Receita deveriam fazer a escrituração contábil em quatro livros: o primeiro, para a receita principal de todo o ouro ou prata que entrasse na Casa da Moeda.

Os Juizes da Balança: por sua vez, tinham como obrigação principal manter os pesos legítimos. Nesse sentido, deviam afilar a cada seis meses todos os pesos da Casa da Moeda. Este ofício era muito importante na Casa da Moeda: à Casa do Despacho, aos Fundidores e ao Fiel da Balança (GONÇALVES, 1989:121).

Afilador: seja quem fosse conferir os pesos, deveria ser o melhor perito da cidade. Seguindo os padrões técnicos, ele assistiria às diligências que o Juiz da Balança achasse necessárias, e que só poderiam ser feitas dentro da Casa da Moeda.

Fundidor: este cargo só poderia ser ocupado por pessoas de cabedal e crédito. Estes oficiais não possuíam ordenados e o cargo exigia o máximo de confiança, pois sua função era comprar todo o ouro e prata que houvesse, tanto fora quanto dentro da Casa da Moeda.

Ensaiaadores: deveriam ser homens de confiança, de boa fama e de boa consciência, pois sua função consistia em examinar a qualidade dos metais e decidir sobre quais os lotes que deveriam ser cunhados sob a forma de Moedas do Reino. Nesse ofício eram empenhadas sua reputação e fé públicas.

Um Fiel do Ouro tinha como obrigação receber o ouro e devolvê-lo todo em moedas. Por medida de segurança, o ouro seria guardado em um caixão de ferro do qual só o Fiel teria a chave (Gonçalves, 1989: 125).

Guarda do Cunho: o moedeiro mais antigo da Casa da Moeda ocuparia este cargo. Suas funções consistiam em receber e cunhar qualquer partida de dinheiro que lhe fosse entregue, tanto em ouro quanto em prata e também ajustar os cunhos nos Engenhos para que os ferros não estalasses e pudessem imprimir com perfeição as moedas, impedindo assim os danos causados por cunhagens desiguais. Os ferros dos cunhos em uso seriam guardados à chave em uma área reservada. Os cunhos que não mais servissem deveriam ser entregues ao serralheiro, para que fossem destruídos e amassados perante o Guarda de Cunhos, que por sua vez os entregaria ao Provedor mediante pedido de certidão (Gonçalves, 1989:127).

Abridores dos cunhos, também conhecidos como abridores de ferros, eram escolhidos entre os melhores oficiais que houvesse neste mister, a fim de se obter a perfeição nas marcas reais imprimidas nas moedas.

Conservador dos Moedeiros: este cargo só poderia ser ocupado por um Desembargador ou por um Vereador do Senado da Câmara, como o privilégio concedido ao Cabildo da Casa da Moeda pelo Regimento de 1537.

2. O PROCESSO DE FUNDIÇÃO UTILIZADO NAS CASAS DE FUNDIÇÃO

De acordo com o Barão de Eschwege, o processo de fundição poderia ser resumido da seguinte forma: o ouro era recebido nas casas de permutas, intendência ou casas de fundição. No estado em que saía das lavras: em pó, granuletas ou pepitas levados por mineradores. Este ouro variava entre 18 e 24 quilates de título de pureza. Pesado cada lote de ouro, era então descontado o quinto, ou seja, 20% do peso bruto. O restante do ouro era fundido em barras. O tamanho das barras variava de acordo com a quantidade de ouro que fosse entregue.

O ouro era colocado em cadinhos, pequenos vasos cônicos refratários, exposto ao fogo intenso das forjas e coberto completamente de carvão feito de madeira muito compacta. Era adicionado o solimão sublimado corrosivo H_2CL_2 e ácido muriático. O solimão purificava o metal em fusão, oxidando as impurezas e fazendo-as flutuar na superfície como borra, que poderia ser retirada facilmente dos cadinhos com pinças de ferro chamadas de buchelas. Depois de limpo o ouro em fusão, o conteúdo do cadinho era despejado em moldes de ferro chamados de lingoteiras ou ri-lheiras. Em muitas de suas Casas de Fundição de Minas Gerais, esses moldes eram feitos de pedra-sabão. As lingoteiras possuíam diversas canaletas de profundidades, tamanhos e comprimentos variados. Depois do ouro arrefecer os lingotes, era retirado dos moldes e achatado a martelo, ou em um laminador, produzindo assim a barra de ouro. Em seguida, os lingotes eram lavados em uma solução de ácido azótico ($2 HAzO_2$) e escovados.

Na etapa seguinte, as barras eram entregues ao cunhador, que lhes aplicava os cunhos em uma das extremidades, as Armas do Rei com o nome da fundição, compostas de cunho e contra-cunho. As cunhagens eram quase sempre feitas nos balancins, ou seja, nas prensas de parafusos. Mas quando não havia balancins, os cunhos das armas eram aplicados a martelo. A maioria das casas de fundição possuía balancins, mesmo que fun-

1. Apêndice- Textos 1 e 2 elaborados por Paula Albertini Túlio.

cionassem periodicamente, por estarem quebrados, na maioria das vezes. O processo de fundição inteiro não durava mais do que 15 a 25 minutos.

O ouro é colocado em cadinhos, e cobertos completamente de carvão feito de madeira muito compacta. Feito isso, manda assoprar, primeiro lentamente, até que o cadinho coberto por uma tampa se torne incandescente, e depois com mais força até que o ouro se torne líquido. Tira-se então a tampa e ajunta-se um pouco de sublimado de mercúrio, o qual faz aparecer uma chama na superfície do ouro líquido, volatilizando-se e oxidando então o ferro, o cobre, o antimônio e outros corpos estranhos, que são removidos por meio de uma pinça. Ajunta-se o sublimado até que na superfície do ouro desapareçam as impurezas ou uma película. Si o ouro depois se apresenta completamente puro, de um brilho lustroso e de cor verdacenta e como transparente, considera-se como afinado. O fundidor tira-o então do fogo, deita-o em um molde de ferro, coberto por uma camada leve de banha e deixando-o esfriar nesse molde atira-o em seguida dentro d'água. Daí a barra é tirada depois batida em uma de suas pontas com um martelo até que se torne um pouco achatada. Si, batido assim, o ouro não apresenta fendas nos cantos das barras, considera-se a fundição perfeita; no caso contrário, ela se repete de novo, ajuntando-se uma quantidade maior de sublimado, até que o ouro se torne completamente flexível. Finalmente, como na sua superfície as

barras apresentam ainda um aspecto de chumbo, devido ao mercúrio adesivo, o fundidor as expõe de novo a um fogo intenso, a fim de lhes dar uma cor completamente áurea. O processo de fundição inteiro não dura mais do que 15 a 25 minutos (ESCHWEGE, 1979:147).

Periodicamente, as Casas de Fundições juntavam todas as fuligens das chaminés das forjas de fole, e também as borras retiradas dos cadinhos, que eram chamadas de escovilhas. Esses resíduos do processo de fundição, quando diluídos em água-régia, que seria a mistura de ácido nítrico e ácido azótico (clorídrico para realizar o toque de ouro e prata); que permitiam que se recuperasse ainda uma boa porção de ouro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Cleber Baptista. *Casa da Moeda do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 1989.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis*. V. I. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1979.

SOBRE OS AUTORES

Alenice Baeta

Arqueóloga e Historiadora. Pesquisadora Colaboradora do Setor de Arqueologia do MHNJB/UFMG. Mestre em Educação com ênfase em Etnoarqueologia e Educação Patrimonial-FAE/UFMG. Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia- MAE/USP. Sócia Diretora da Artefacto Consultoria. Pós-Doutorado em Arqueologia-FAFICH/UFMG.

Ataliba Coelho

Geógrafo. Graduado em Geografia/FCHPL. Mestre em Geografia pela UFMG com ênfase em Análise Ambiental. Pesquisador do Instituto do Carste.

Dionísio Tadeu de Azevedo

Geólogo. Graduado em Geologia pela UFMG. Mestre em Geologia na área de Mapeamento Geológico, Petrografia e Mineralogia/ USP. Atua no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER/MG na área de sondagem e estudos de materiais.

Henrique Piló

Arqueólogo e Historiador. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica-PUC-MG. Especialista em História e Cultura Mineira/FCHPL. Mestre em Antropologia na área de concentração em Arqueologia Pré-Histórica/PPGAN/FAFICH/UFMG. Sócio Diretor da Artefacto Consultoria.

Luis B. Piló

Geomorfólogo e Espeleólogo. Doutor em Geografia Física pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Cofundador do Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas/GBPE. Pesquisador do Instituto do Carste e Pesquisador Colaborador do Laboratório de Evolução Humana/USP. Pós-Doutorado pelo Instituto de Biociências/USP.

Marcus Vinícius Duque Neves

Historiador. Graduado em História pela FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Direito/UFMG. Mestre em História pela FAFICH/UFMG na área de História Econômica e Social de Minas Gerais.

Maria Cristina Cairo

Engenheira Arquiteta. Graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios Históricos. Membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS.

Maria Márcia Magela Machado

Engenheira Civil. Graduada em Engenharia pela PUC-MG. Mestre em Geografia pela UFMG. Doutora em Geologia pela UFMG. Professora do Departamento de Cartografia da UFMG. Pesquisadora Colaboradora do Setor de Patrimônio Geológico do MHNJB/UFMG.

Pablo Camargo Matos

Historiador e Educador. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica-PUC-MG. Especialista em História e Cultura Mineira/FCHPL. Agente em Indigenismo na FUNAI. Coordenador do Projeto Quilombos Gerais do CEDEFES.

Paula Regina Albertini Tulio

Historiadora. Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-MG. Mestre em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.

Renata de Andrade

Bióloga e Espeleóloga. Doutora em Zoologia pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo/USP. Membro do Grupo Bambuí

de Pesquisas Espeleológicas/GBPE. Consultora em Bioespeleologia.

Simone Alvarenga Borja-Bottrel

Gestora de Recursos Humanos. Graduada em Recursos Humanos pela Faculdade Newton Paiva. Conselheira da URC Rio das Velhas e do Parque Estadual do Rola Moça. Representante das instituições de turismo no Conselho da Cidade de Brumadinho. Presidente da ARCA Amaserra.

Úrsula Ruchkys

Geóloga. Graduada em Geologia pela UFMG. Mestre em Geografia pela PUC/MG. Doutora em Geologia pela UFMG com ênfase em Patrimônio Geológico e Geoconservação. Professora do Departamento de Cartografia da UFMG. Pesquisadora Colaboradora do Setor de Patrimônio Geológico do MHNJB/UFMG.

